



FACULDADE DE INHUMAS – FACMAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PESQUISA EM EDUCAÇÃO, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS
EDUCACIONAIS

ANA PAULA MENDES DA SILVA

NOVO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E (IM)POSSIBILIDADES
NA IMPLANTAÇÃO DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS

INHUMAS - GO
2023

FACULDADE DE INHUMAS – FACMAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PESQUISA EM EDUCAÇÃO, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS
EDUCACIONAIS

ANA PAULA MENDES DA SILVA

NOVO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E (IM)POSSIBILIDADES
NA IMPLANTAÇÃO DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS

Dissertação apresentada à Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas - FacMais, como requisito parcial e cumprimento de créditos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: EIKE - Educação, Instituições e Políticas Educacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação

INHUMAS - GO
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BIBLIOTECA CORA CORALINA - FacMais

S586n

SILVA, Ana Paula Mendes da
NOVO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E (IM)POSSIBILIDADES NA
IMPLANTAÇÃO DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS. Ana Paula Mendes da
Silva. – Inhumas: FacMais, 2023.

242 p.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Educação Superior de Inhumas -
FacMais, Mestrado em Educação, 2023.

“Orientação: Dr. Marcelo Máximo Purificação”.

1. Educação; 2. Novo Ensino Médio; 3. Itinerários formativos. I. Título.

CDU: 37

ANA PAULA MENDES DA SILVA

**NOVO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E (IM)POSSIBILIDADES
NA IMPLANTAÇÃO DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS**

Dissertação apresentada à Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas - FacMais, como requisito parcial para a obtenção do título Mestre em Educação. Área de Concentração: EIPE Linha de Pesquisa: Educação, Instituições e Políticas Educacionais. Aprovada em 28 de julho de 2023, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação - FACMAIS Presidente

Profª. Dra. Maria Luiza Vasconcelos Gomes - FACMAIS Examinador

Profª. Dr. Eleno Marques de Araújo - Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico à minha Família, Meus Pais, Meu Esposo e Minhas amadas Filhas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por sempre revigorar minhas forças e me permitir chegar até aqui. Só ele sabe das angústias e dos momentos de desespero que senti e que me atormentaram no decorrer desse percurso. Tempos de medo, silêncio e incertezas, sentimentos que busquei ocultar mesmo quando a “escuridão” invadia meu peito. Contudo, a fé se manteve presente em meu coração.

Obrigado aos meus Pais, pelo apoio incondicional e pelas orações favoráveis ao alcance de minhas realizações pessoais, profissionais e intelectuais. Pelo sacrifício que sempre fizeram, em busca de me proporcionar o melhor dentro daquilo que lhes era possível. Obrigada por acreditarem em mim e me incentivarem no decorrer de toda minha trajetória de vida. Certamente, cada conquista minha, tem muito de vocês!

Agradeço a meu Esposo Geyson, pela vasta parceria e compreensão saudável e amorosa dedicada à nossa união de vidas e caminhos. Sem você a realização deste sonho seria mais complexa e torturante. Obrigado por cuidar de forma tão diligente de nossa família quando precisei me ausentar durante essa caminhada. Pelos incentivos, pelas palavras de afago e acalento, pela cumplicidade e por não desistir de nós, quando mais distante estive, nesse momento intenso de estudo e escrita. Seus cuidados ininterruptos e seu carinho me fizeram perseverar para que eu findasse esse projeto e chegasse até aqui. A você dedico a minha eterna gratidão. Te amo!

Com todo meu amor, agradeço às minhas incríveis Filhas Kirsten e Jennifer. Gratidão pela paciência, compreensão e carinho. O apoio incondicional de vocês me manteve determinada a dar o melhor. Sei que disfarçaram e buscaram não me inquietar nesse período, afirmando sempre estar tudo bem, mesmo enfrentando seus conflitos juvenis. Nunca esquecerei dos abraços, beijos e palavras gentis, que cotidianamente me ofertavam em resposta ao meu silêncio e cansaço. Peço perdão pelos momentos de ausência e declaro que vocês são minha vida, minha certeza de futuro e minha maior inspiração.

Agradeço aos professores do Programa de Mestrado da FacMais, em especial ao meu orientador Marcelo Máximo, por muito contribuírem em minha caminhada. Obrigada!

Meu obrigado especial aos professores e coordenadores do CEPMG - Waldemar Mundim. Sobretudo, à Andreia Lisboa (Coordenadora Geral); aos docentes que atuaram dando forma a primazia das Trilhas de Aprofundamento em 2022 nesta Instituição Educacional, os quais sejam Guilherme Silva, Giovanna Parizotto (Ciência da Natureza e suas tecnologias); Thais Raquel, Igor José (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas); Maria Cecília Gândara, Elma Almeida (Linguagens e suas tecnologias); Felipe Antônio Lemes (Matemática e suas tecnologias) que participaram da pesquisa, e contribuíram para que eu compreendesse melhor as (im)possibilidades da implementação do Novo Ensino Médio na Educação Escolar. A cooperação de cada um de vocês foi de suma relevância para a elaboração desta investigação.

Minha sincera gratidão, a minha amiga e colega de profissão, Profª. Dra. Cleusa Teixeira, pelo seu tempo, pelas discussões, oportunidades de conhecimento, apoio e orientações recebidas. Suas contribuições foram de inestimável ajuda para o desenvolvimento dessa pesquisa. Obrigada por me encorajar, por sempre estar disposta a me ouvir e dar feedback

de forma tão prestativa e gentil. Cada palavra sua de experiência e incentivo me fizeram perdurar nesse itinerário de aprendizagem. Acredito que seus ensinamentos continuarão sempre a me guiar no enfrentar de futuros desafios.

Um agradecimento especial a aluna Ana Elisa Siqueira de Medeiros, que de forma muito gentil cedeu seu portfólio para o enriquecimento desse estudo. Muito obrigada.

Obrigada a minhas queridas amigas pertencentes ao grupo BFFs, minha comadre Marta e minha prima Adriana. É incrível poder contar com pessoas tão especiais como vocês. Gratidão pelas orações, pelo apoio emocional, pelas mensagens de carinho, pelos momentos de descontração, pela oportunidade de sorrisos, choros e desabafos. Por não me deixarem desistir e me mostrarem nos momentos de desânimo que sou capaz de superar qualquer obstáculo.

Aos companheiros de turma, pois todos, cada um ao seu modo, colaborou para o meu processo de amadurecimento profissional. Agradeço a oportunidade de vivenciarmos este momento juntos.

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.

Paulo Freire

RESUMO

A implantação do Novo Ensino Médio está em andamento em todo Brasil, por ser um processo de contrarreforma muito recente, gera múltiplas inseguranças e interpretações a toda comunidade escolar. Sob essa perspectiva, percebemos a necessidade de incitar um debate provocativo, bem como analítico acerca da nova proposta dando ênfase especialmente na aprendizagem dos estudantes. Esta pesquisa de mestrado, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha: Educação, Instituições e Políticas Educacionais, da Faculdade de Inhumas – FacMais, teve como objetivo geral observar e discutir a contrarreforma do Ensino Médio no Brasil e a implementação do Novo Ensino Médio a partir da efetivação dos itinerários formativos, sobretudo, na escola campo CEPMG-WM. Os objetivos específicos foram: 1) elencar e analisar a legislação legal etapa Ensino Médio que embasa a Reforma, as mudanças advindas da nova proposta, assim como os interesses do governo para sua implantação; 2) discutir sobre como está sendo implementado o projeto Novo Ensino Médio nas escolas, analisando as mudanças, as expectativas e os desafios que esse movimento traz ao contexto acadêmico e 3) verificar se os itinerários formativos da forma como estão sendo ofertados podem auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem do aluno. Para a discussão desse momento, dialogamos com teóricos de referência no assunto, tais como, Dante Moura e Domingos Filho (2017), Celso Ferreti (2018) e Tiago Oliveira (2021). Na pesquisa, optamos pelo uso da metodologia qualitativa, ancorada na pesquisa de campo. O método utilizado no estudo se aproximou do materialismo histórico dialético, por se basear na historicidade, contextualização e contradições na qual o objeto de pesquisa encontra-se envolto. Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados, a análise documental, a observação, o diário de bordo e a entrevista semiestruturada. Os participantes da pesquisa foram professores e coordenadores pedagógicos que participaram efetivamente da implantação dos itinerários formativos em uma escola estadual situada na região Norte do município de Goiânia, estado de Goiás. A análise de dados foi realizada a partir da perspectiva de Bardin (2011) e por meio da análise de conteúdos. Os resultados desta investigação têm como fito instigar a reflexão acerca da questão levantada e ainda estimular o desenvolvimento de novos estudos sobre a inserção dessa nova política no campo educacional relativo à etapa dedicada ao Ensino Médio brasileiro.

Palavras-Chave: Educação. Novo Ensino Médio. Itinerários formativos.

ABSTRACT

The implantation of the “New” High School is in progress all over Brazil, as it is a very recent counter-reform process, it generates multiple insecurities and interpretations for the entire school community. From this perspective, we realize to incite a provocative debate, as well as an analytical one about the “new” proposal, with special emphasis on student learning. This research, developed within the scope of the Graduate Program in Education, Line: Education, Institutions and Educational Policies, at Inhumas’s College – FacMais, had the objective of observing and discussing the counter-reform of High School in Brazil and the implementation of the “New” High School from the realization of the formative itineraries, mainly, in the field school CEPMG-WM. The specific objectives were: 1) to list and analyze the legal legislation at the High School stage that supports the Reform, the changes from the new proposal, as well as the government's interests for its implementation; 2) discuss how the New High School project is being implemented in schools, analyzing the changes, expectations and challenges that this movement brings to the academic context and 3) verify if way of training itineraries are being offered can help in the development of the student's learning. For the discussion of this moment, we dialogued with reference theorists in the subject, such as, Dante Moura e Domingos Filho (2017), Celso Ferreti (2018) and Tiago Oliveira (2021). In the research, we chose to use a qualitative methodology, with a field research. The method used in the study approached dialectical historical materialism, as it is based on historicity, contextualization and contradictions in which the research object is involved. As data collection instruments, documental analysis, observation, logbook and semi-structured interview. The research participants were teachers and pedagogical coordinators who effectively participated in the implementation of training itineraries in the school located in the northern region of the town of Goiânia, state of Goiás. Data analysis was done from the perspective of Bardin (2011) and through content analysis. The results of this investigation are intended to instigate reflection on the question raised and also to stimulate the development of new studies about insertion of this “new” policy in the educational field related to the stage dedicated to Brazilian High School.

Keywords: Education. New High School. Formative Itineraries.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

ANPED - Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários

BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BM - Banco Mundial

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

BNCC - EM - Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio

CEE - Conselho Estadual de Educação de Goiás

CEP - Comitê de Ética e Pesquisa

CEPMG-WM - Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Waldemar Mundim

CLT - Consolidação das Leis de Trabalho

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNE/CEB - Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica

CNE/CP - Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno

CONSED - Conselho Nacional dos Secretários da Educação

COVID - Corona Vírus Disease

CRE - Coordenadoria de Registros Educacionais

DCGO - Diretrizes Curriculares de Goiás

DCN's - Diretrizes Curriculares Nacionais

DCNEM - Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio

DCNEPT - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional e Tecnológica

DEM - Democratas

EAD - Ensino à Distância

EF - Ensino Fundamental

EM - Ensino Médio

ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

EPT - Ensino Profissional e Tecnológico

FIC - Formação Inicial e Continuada

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FMI - Fundo Monetário Internacional

FONCEDE - Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

GO - Goiás

GR8 - Sistema de Gestão Escolar

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MEC - Ministério da Educação e da Cultura

MP - Medida Provisória MEC- Ministério da Educação e da Cultura

OEA - Organização dos Estados Unidos

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais

PIB - Produto Interno Bruto

PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Alunos

PL - Partido Liberal

PNE - Plano Nacional de Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SAEGO - Sistema de Avaliação da Educação Básica no Estado de Goiás

SASE - Secretaria de Articulação Intersetorial com os Sistemas de Ensino

SEDUC - Secretaria Estadual da Educação

SISU - Sistema de Seleção Unificada

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TIC - Tecnologia de Informação de Comunicação

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UFG - Universidade Federal de Goiás

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	Colégio Estadual Waldemar Mundim, em 2015	96
Fotografia 2 -	CEPMG- Waldemar Mundim, em 2022	97
Fotografia 3 -	Pátio coberto/ Palco do CEPMG- WM	98
Fotografia 4 -	Biblioteca / Sala de recursos multifuncionais (AEE) do CEPMG- WM	98
Fotografia 5 -	Cozinha / Quadra esportiva do CEPMG- WM	98
Fotografia 6 -	Momento de ensaio da Banda Marcial CEPMG- WM	101
Fotografia 7 -	Aula de violino do Núcleo de Música / Apresentação da Banda Marcial CEPMG- WM	101
Fotografia 8 -	Alunos do CEPMG- WM pertencentes a Trilha Micromundo em aula campo	108
Fotografia 9 -	Realização do experimento: Extração de DNA do morango	109
Fotografia 10 -	Visita a Mostra de Divulgação Científica, Campus2 - UFG	109
Fotografia 11 -	Apresentação da Culminância da Trilha de Aprofundamento	110
Fotografia 12 -	Alunos do CEPMG- WM pertencentes a Trilha Toda Forma de Poder	111
Fotografia 13 -	Registros de palestras ofertadas aos alunos da Trilha Toda Forma de Poder	111
Fotografia 14 -	Campanha do agasalho – Trilha Toda Forma de Poder	112
Fotografia 15 -	Alunos do CEPMG- WM pertencentes a trilha Identidades	114
Fotografia 16 -	Registros de atividades envolvendo alunos da trilha Identidades	114
Fotografia 17 -	Visita ao Teatro – Espetáculo Conectados	115
Fotografia 18 -	Exemplos de trabalhos produzidos por alunos da trilha Identidades	115
Fotografia 19 -	Alunos do CEPMG- WM pertencentes a trilha Cinesfera ..	116
Fotografia 20 -	Registros de atividades envolvendo alunos da trilha Cinesfera	117
Fotografia 21 -	Apresentação dos trabalhos do Itinerário Cinesfera	118
Fotografia 22 -	Portfólios da Trilha Micromundo	126

GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Número de matrículas no Ensino Médio	59
Gráfico 2 -	Percentual de matrículas no Ensino Médio	59

IMAGENS

Imagem 1 -	Esquema das competências gerais estabelecidas para a Educação Básica	42
Imagem 2 -	Possibilidades de escolha nos itinerários formativos	66
Imagem 3 -	Infográfico do Novo Ensino Médio em Goiás em 2022	86
Imagem 4 -	Arquitetura curricular do Novo Ensino Médio	102

QUADROS

Quadro 1 -	Descrição do perfil e código atribuído a cada um dos participantes da entrevista	93
Quadro 2 -	Redução do número de matrículas ativas na escola campo – EF e EM	100
Quadro 3 -	Redução do número de turmas ativas no período noturno da escola campo	100
Quadro 4 -	Redução do número de matrículas na escola campo – etapa EM	100
Quadro 5 -	Possibilidades de Trilhas de Aprofundamento por Área do Conhecimento	106
Quadro 6 -	Número de alunos matriculados por Trilha de aprofundamento	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 A LEGISLAÇÃO OFICIAL ACERCA DA EDUCAÇÃO BÁSICA: ENSINO MÉDIO E SEUS DESDOBRAMENTOS	24
1.1 O Novo Ensino Médio visto por meio da Legislação Oficial: LDB, DCN'S e BNCC	25
1.2 Novo Ensino Médio e Itinerários Formativos: conceitos e aplicabilidade	39
1.3 A (Contra)Reforma do Ensino Médio iniciada de 2016 e suas estratégias	45
1.4 Propostas pedagógicas para o Novo Ensino Médio: destinadas para o mercado de trabalho?	49
2 A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO	53
2.1 O Novo Ensino Médio: expectativas e desafios reais	55
2.2 A Prática Escolar: comparações entre o Ensino Médio anterior e o Novo Ensino Médio	62
2.3 O novo modelo de Currículo aplicado em salas de aula do Ensino Médio	70
3 EXPECTATIVAS, EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES NA APLICAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO: REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO EM GOIÁS	79
3.1 O movimento de implantação do Novo Ensino Médio em Goiás	81
3.1.1 Movimento contra o Novo Ensino Médio: revogação temporária	87
3.2 O estudo de campo	89
3.2.1 Percurso metodológico e suas nuances	89
3.2.2 Caracterização da escola campo	95
3.2.3 A implantação do novo modelo de ensino na escola campo: expectativas e experiências	102
3.3 Conhecendo as trilhas de aprofundamento do CEPMG-WM, ano letivo 2022	107
3.3.1 Trilha Além da Visão: Conhecendo o Micromundo	107
3.3.2 Trilha Toda Forma de Poder	110
3.3.3 Trilha Identidade	113
3.3.4 Trilha Cinesfera	116
3.4 Discussões e resultados	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
APÊNDICES	146
ANEXOS	157

INTRODUÇÃO

A escrita de um trabalho científico é naturalmente um labor solitário, que exige muito de si, de uma amplitude de leituras, experiências, análises comensuradas e conflitantes de abordagens relativas à temática selecionada previamente. Entretanto, a operação que dá sentido à redação de um estudo desta envergadura, envolve pesquisas, observações e interpretações de fontes documentais e bibliográficas utilizadas em sua composição e delineamento que sem dúvida, trata-se de um trabalho enriquecedor tanto para quem o realiza quanto para aqueles que têm a oportunidade de o ler e contemplá-lo, visto que estes escritos possibilitam que seus leitores vislumbrem novas possibilidades e novos horizontes de expectativas vindouras, especialmente, quando o mesmo aborda questões direcionadas para a educação no Brasil e para além dele.

O objetivo central deste estudo centra-se na fluidez da análise e compreensão das mudanças e (im)possibilidades das propostas advindas do formato atual do Novo Ensino Médio – 2022 – em escola Piloto, Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Waldemar Mundim (CEPMG-WM). A implantação e efetivação dos itinerários formativos no Ensino Básico brasileiro, sobretudo, em Goiás. De modo a verificar como esse modelo tem sido aplicado no ensino escolar e quais indicativos podem ser vislumbrados nesse projeto governamental que se refiram a preocupação e tentativa de melhorar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, que ultrapassem os discursos evidenciados na criação dessa modalidade e das leis que deram forma a esse modelo. No desenrolar desta investigação, buscamos averiguar possíveis evoluções e retrocessos ocorridos a partir da instauração desse processo de mudanças em percurso de sua aplicação na prática desde 2022. Visto que até o início deste ano (2022) ele se encontrava apenas na documentação legal para esta modalidade de ensino.

Para tanto, conduzimos todo o processo de investigação e construção da pesquisa a partir de alguns questionamentos que nortearam a presente investigação, os quais sejam: O que há de inovação nesta proposta denominada de Novo Ensino Médio?; Quais foram/são as motivações do Estado para elaboração e efetivação deste projeto em processo de implementação?; Quais desafios a efetivação desse projeto traz à comunidade escolar?; De que forma esta proposta poderá influenciar na aprendizagem dos alunos?

O presente estudo, bem como a sua redação se justifica por motivações de cunho pessoais e sociais, levando em conta o meu envolvimento profissional nesse processo de mudanças, expectativas e de (im)possibilidades que envolvem a educação brasileira, por

atuar como professora desta modalidade em escola pública e privada. As incertezas do processo e a falta de uma preparação prévia mediante a aplicação desses processos educacionais inovadores causam-nos inquietações motivadas por essas transformações ainda obscuras quanto aos rumos de seus percursos no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem na educação escolar, que já vem cambaleando há anos sem encontrar caminhos promissores de desenvolvimento da aquisição do conhecimento dos estudantes.

A novidade anunciada na proposta de um Novo Ensino Médio, suscita nos educadores o imperativo de aprofundar seus conhecimentos acerca de suas (im)possibilidades, cuja intenção está em compreendê-las melhor. Visto que até o presente momento, o modelo de aprendizagem proposto se configura como uma incógnita e um desafio para as instituições de ensino, para os estudantes e para os mais variados segmentos da educação, sobretudo, para os professores que atuam nessa modalidade de ensino. Haja vista que o novo é sempre desafiador e desperta diversas inquietações.

O discurso utilizado para o delineamento das transformações engendradas para aplicação do Novo Ensino Médio teve como pano de fundo a necessidade de se compor novas formas e estruturas de ensino para esta modalidade, visando melhorar a educação formal no Brasil. Apesar de todo o esforço empenhado na elaboração e propagação desse discurso politicamente criado, a realidade não condiz com a veracidade dos fatos. Como veremos no decorrer dessa investigação as motivações para a elaboração e aplicação da lei que o sistematiza, vão para além das necessidades de modificações que possibilitem a eficácia do ensino e da aprendizagem na Educação Básica brasileira.

A intenção se mostra como uma estratégia política de direita baseada em indícios que visam beneficiar a ampliação do capital e das práticas empresariais no meio educacional brasileiro, constatação que vai de encontro com os estudos de Christian Laval (2019) em que este autor menciona o pioneirismo do Brasil quanto a captura da educação pelo capital. Esta alusão traz à tona críticas relativas à inserção de práticas capitalistas no contexto educacional do Ensino Básico no país. Fato desolador para o desenvolvimento humanizado dos estudantes em fase de escolaridade, como prevê Paulo Freire como uma forma de efetivar o ensino e a aprendizagem no Brasil. Tendo em vista a formação direcionada quase que exclusivamente para o mundo do trabalho e seus desdobramentos que visa garantir a privatização de setores no interior da educação pública, como forma de potencializar a alta lucratividade empresarial (como desenvolvimento de ensino a distância – EAD, na modalidade Ensino Médio), as práticas violentas e (des)humanas na lida com a natureza (desmatamento desenfreado e ilimitado de florestas e do meio ambiente, como prática por eles naturalizadas) e com os

seus pares (fomentação da meritocracia pautada na competição desenfreada e injusta), as tendências de tornar os alunos menos críticos, reflexivos e mais atinentes às demandas do trabalho. Assim, a nova demanda que direciona o Ensino Médio está pautada no movimento privatista e neoliberal, cujo formato de suas bases induz a um ensino fragmentado promovido por estruturas curriculares parcialmente flexíveis aliadas ao capitalismo.

Nessa expectativa, a Lei nº 13.415/2017 modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9394/1996 no que se refere ao Ensino Médio. Desta forma, escolheu-se 120 escolas pilotos em Goiás – grande parte delas geridas pelo Comando da Polícia Militar - com o fito de implantar o projeto de (re)desenho denominado de Novo Ensino Médio, a partir de janeiro de 2022.

Esse projeto governamental aplicado ao Ensino Médio (EM), gerou modificações também para a modalidade Ensino Profissionalizante e Tecnológico (EPT) integrado ao EM, a partir da criação da nova lei de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEPT), aprovada e publicada em janeiro de 2021, para subsidiar o ensino dessa modalidade de educação. Pois, de acordo com Tiago Fávero de Oliveira (2021) faz-se necessário analisar esses movimentos de reforma/contrarreforma, para melhor compreender e identificar os avanços e retrocessos que essas medidas legislativas têm suscitado no desenvolvimento da educação brasileira. Visto que, a formulação dessas novas diretrizes para EPT são ferramentas de:

[...] estratégia usada pelo capital na implementação de políticas públicas para dialogar com o cenário em crise. O mesmo acontece com o campo da pesquisa e da educação regular, notadamente atingidas por medidas de cunho neoliberal e privatista, ameaçando direitos e conquistas da população em geral (OLIVEIRA, 2021, p. 02).

O estímulo à regularização do formato Ensino à Distância (EAD) integrado ao EM, é outro fator evidenciado nesse projeto que deu vazão ao Novo Ensino Médio. As DCN's para o EM, oficializaram a EAD nas escolas brasileiras, que deverão oferecer o suporte tecnológico para a promoção do ensino remoto no espaço escolar, de modo que a Instituição Educacional que atende à demanda do EM no turno matutino e/ou diurno caberá preferencialmente oferecer 20% das aulas curriculares por meio desse formato; as que atendem ao EM no turno noturno devem oferecer preferencialmente 30% das aulas que fazem parte dos Itinerários Formativos no formato EAD; e as Escolas que atendem a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) para os alunos do EM, devem ofertar preferencialmente 80% de suas aulas que fazem parte dos conteúdos gerais da nova BNCC (2016) e dos Itinerários Formativos por meio do formato EAD.

Contudo, a aplicação preferencial desse formato de ensino remoto, nos causa

preocupações e angústias, visto que em meio a pandemia foi o meio mais utilizado para ministração de aulas tanto no Ensino Básico, quanto no Ensino Superior e nos atentamos para a defasagem que esse sistema instalou no meio educacional, embora no momento de isolamento social ocasionado pela pandemia do covid 19, tenha possibilitado meios de integrações sociais e ter se instalado como uma ferramenta de acessibilidade para a ministração das aulas em tempo de reclusão quase que total da população em suas casas. No entanto, observamos a ineficiência desse sistema de modo exclusivo para direcionar e orientar os alunos na ministração das aulas em seu formato curricular. A aula presencial, é essencial para que os alunos desenvolvam o contato, a afetividade, bem como a confiança com os professores em seu processo de formação escolar.

A nossa atuação como professores em tempos de pandemia, nos mostrou que as aulas presenciais são imprescindíveis para que ocorra essa dinâmica que envolve o processo de desenvolvimento educacional de forma integral dos estudantes. As aulas síncronas e assíncronas que ministramos durante a pandemia nos mostraram que as aulas presenciais são insubstituíveis no meio Escolar e Universitário.

Nada obsta que haja complementações extracurriculares no formato EAD, mas a adoção deste formato não garante melhoria no processo de ensino e aprendizagem, por favorecer a desintegração dos alunos com o meio social escolar, além de gerar falta de foco e disciplina quanto a sua dedicação aos estudos, intensificando a desigualdade e o desinteresse dos alunos de classes sociais menos favorecidas. Lembrando que essa prática disponibiliza um professor que ministra aulas gravadas e que os alunos não interagem com os mesmos, criando um abismo entre o conteúdo ensinado e a aprendizagem que deveria ser propiciada através dos diálogos e intervenções dos estudantes.

Parece-nos, que esse formato favorece mais a redução da carga horária dos docentes, beneficiando a redução da folha salarial para os Estados, Municípios e Redes Privadas de Ensino (que criam mecanismos para que se sobressaíam em detrimento às redes públicas, por contarem com mais investimentos e recursos que viabilizam a ampliação e a acumulação do capital), pois não é necessário se ter a presença física do professor em cada uma das salas onde se promove o saber, conta-se com aulas gravadas, um coordenador que direciona as atividades independente da área de saber e impulsiona os alunos a realizarem as atividades propostas dimensionando a precarização do ensino no Brasil a passos largos.

Fator relevante quanto a elaboração deste trabalho, refere-se à novidade da inauguração desta implantação do projeto governamental destinado ao Novo Ensino Médio. Deste modo, o presente estudo visa também contribuir para a compreensão das propostas

elucidadas na documentação oficial da educação brasileira se constituindo como um trabalho pioneiro na análise e discussão desta temática. Uma vez que o levantamento preliminar sobre o tema mostrou a existência de alguns estudos que promovem a discussão acerca da legislação oficial da “Reforma”, porém, ainda não temos dissertações ou teses que analisam e debatem a proposta de implantação dos itinerários formativos como objeto de pesquisa.

Assim, analisar, buscar compreender e discutir a implementação da proposta de um Novo Ensino Médio em curso no Estado de Goiás e debater a efetivação dos itinerários formativos apresentando seus pontos e contrapontos, possibilidades e impossibilidades na prática desenvolvida especialmente no Colégio da Polícia Militar Waldemar Mundim, uma das escolas escolhidas como polo para implementação desta proposta de ensino, trata-se de uma inovação investigativa sobre o tema.

Metodologicamente, optamos pela leitura e análise das fontes legislativas acerca da educação como Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96; Diretrizes Curriculares de Goiás; Base Nacional Comum Curricular; Lei nº 13.415/2017 – Reforma do Ensino Médio, bem como pelo levantamento e estudo aprofundado das bibliográficas que perpassam a temática em questão. Dentre os referenciais teóricos mencionamos Dante Moura e Domingos Filho (2017), Celso Ferreti (2018) e Tiago Oliveira (2021) para discutir a “Reforma” do Ensino Médio, Paulo Freire (2021), José Carlos Libâneo (1999) e Bourdieu (2021) para debater temas relacionados às instituições escolares, ao currículo, aos profissionais da educação e aos educandos; Bardin (2011) e John Creswell (2021) para colaborar com as questões metodológicas.

A análise aqui utilizada se aproxima do método materialista histórico dialético, por se basear na historicidade, contextualização e contradições em que o objeto selecionado para essa pesquisa está envolvido: As Leis Educacionais, as suas Trajetórias e as Dimensões legais de suas abrangências na Educação Brasileira.

De início, idealizou-se captar as articulações das problemáticas que serviram como fio condutor para a realização das análises apresentadas neste estudo, bem como observar os retrocessos e as evoluções que as margeiam, rastrear as conexões entre os fenômenos que os determinam e que os envolvem (as Leis que regem o EM e o Processo de Ensino e Aprendizagem no Brasil). Buscou-se aludir também sobre o movimento de pensamentos e ideias que permeiam a temática da pesquisa, considerando as questões políticas, culturais, econômicas e sociais vigentes. Nesse movimento, foi possível identificar, pontos na legislação, que apresentam contradições entre a legislação formal e o que ocorre na prática escolar, fato esse, também discutido no decorrer da pesquisa.

Para o processo de investigação, foi realizado um estudo de caráter qualitativo, pautado na pesquisa de campo. Buscamos trazer relatos de experiências de aplicação de itinerários formativos já em andamento desde 2021. Conhecemos e discutimos a efetivação do projeto (Novo Ensino Médio) em uma escola piloto situada na região Norte do município de Goiânia. Como instrumentos de coleta de dados utilizamos a análise documental, a observação, o diário de bordo e a entrevista semiestruturada.

Deste modo, buscamos promover a análise mais detida do documento que rege esta iniciativa e manter diálogos na intenção de compreender melhor as propostas delineadas no documento e suas (im)possibilidades. Visamos contextualizar as mudanças e propostas para o Novo Ensino Médio e compreender sua aplicabilidade nas escolas, em uma perspectiva de inovação educacional, buscando conhecer as motivações do Estado para sua elaboração e implementação. Procuramos também discutir sobre os desafios que as escolas e os profissionais da educação estão enfrentando, provenientes da implantação do projeto e da efetivação dos itinerários formativos. Na investigação, o objetivo foi descrever como o desenvolvimento da aprendizagem do aluno do Novo Ensino Médio foi pensada no processo de implantação dos itinerários formativos.

A análise documental foi realizada a partir da pesquisa das fontes documentais que regem a educação no Brasil. Primeiramente com a finalidade de discutir as mudanças ocorridas na LDB em 2017 no que se refere ao Ensino Médio. Deste modo, analisou-se a LDB, a BNCC, as mudanças ocorridas na LDB 9.394/96 que passou a contemplar em sua redação a Lei nº 13.415. Na sequência, exploramos o DCGO - EM para discutir a implantação dos itinerários formativos, e também o PPP e os projetos em andamento que integram o Ensino Médio da escola selecionada como lócus de pesquisa.

Observações foram realizadas na escola referência CEPMG-WM durante o desenvolvimento das aulas onde ocorriam os itinerários formativos, essa estratégia se constituiu como uma oportunidade de compreender e relatar a realidade da efetivação do objeto de pesquisa. Já o diário de bordo, foi desenvolvido como um dispositivo de registro das experiências cotidianas vivenciadas na pesquisa durante as visitas à escola observada. Visava-se descrever, revelar, explicar e interpretar as relações sociais observadas. Pois, de acordo com Geertz (2008), a descrição deve ser densa para diferenciar as expressões, espaços, tempos, saberes e regras de um grupo social, a intenção é construir conhecimento e não dar opinião sobre o fenômeno analisado.

A escolha pela entrevista semiestruturada foi motivada em função de sua capacidade de retratar as experiências vivenciadas pelos sujeitos. Os entrevistados selecionados foram

professores e coordenadores pedagógicos responsáveis pela implantação do projeto no Ensino Médio da instituição selecionada. A maioria das entrevistas foram realizadas presencialmente na própria escola e apenas duas delas ocorreram de forma remota, em dia e horário indicado pelos entrevistados, conforme as suas conveniências. Na ocasião, a entrevista foi gravada e as falas transcritas posteriormente. A decisão da forma de registro coube exclusivamente ao entrevistado que puderam optar pelo modo online ou presencial.

Na análise dos dados coletados adotamos a perspectiva de Bardin (2011), visto que sua técnica consiste em uma sistematização de métodos empregados para análise de dados. São três fases: 1) pré-análise; 2) exploração de material ou categorização; 3) tratamento de resultados, inferências e interpretação. Após o conjunto levantado na coleta, a discussão dos dados será realizada com base nos referenciais teóricos mencionados aqui posteriormente. Destaca-se ainda, que por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, o projeto aqui apresentado foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Pesquisa (CEP- Jataí). No do parecer: 5.732.008, o qual encontra-se em anexo.

A presente investigação é composta por três capítulos, com as seguintes especificidades:

O Primeiro Capítulo discute “A Legislação oficial acerca da Educação Básica: Ensino Médio e seus desdobramentos”. Nesta parte da dissertação, trazemos: O Novo Ensino Médio visto por meio da legislação oficial: LDB; DCN’s e BNCC; Novo Ensino Médio e Itinerários Formativos: conceitos e aplicabilidade; A (contra)reforma do Ensino Médio de 2016 e suas estratégias; Propostas pedagógicas para o Novo Ensino Médio: destinadas para o mercado de trabalho?

O Segundo Capítulo está denominado por: A implementação do Novo Ensino Médio, neste tratamos dos seguintes temas: O Novo Ensino Médio: expectativas e desafios reais; A prática escolar: comparações entre o Ensino Médio anterior e o Novo Ensino Médio e O novo modelo de currículo aplicado em salas de aula do Ensino Médio.

Já o Terceiro Capítulo é voltado para análise das práticas de implementação dos itinerários formativos e o que se pôde observar e dimensionar a respeito de sua aplicabilidade no ensino e no desenvolvimento das aprendizagens no contexto escolar em si, o qual se denomina Expectativas, experiências e possibilidades na aplicação do Novo Ensino Médio: rede pública de ensino em Goiás. Para tanto, fazem parte de sua composição os seguintes subtópicos: O movimento de implantação do Novo Ensino Médio em Goiás; Movimento contra o Novo Ensino Médio: Revogação temporária; O estudo de campo; Percurso metodológico e suas nuances; Caracterização da escola campo; A implantação do novo

modelo de ensino na escola campo: expectativas e experiências; Conhecendo as Trilhas de Aprofundamento do CEPMG-WM, ano letivo 2022; Trilha Além da Visão: Conhecendo o Micromundo; Trilha Toda Forma de Poder; Trilha Identidade; Trilha Cinesfera; Discussões e Resultados.

Ao final das discussões, o estudo traz as principais conclusões da investigação, quanto aos desafios, as (im)possibilidades na implantação dos Itinerários Formativos, parte flexível do Novo Ensino Médio.

1 A LEGISLAÇÃO OFICIAL ACERCA DA EDUCAÇÃO BÁSICA: ENSINO MÉDIO E SEUS DESDOBRAMENTOS

É perceptível que conceitos, interesses e pensamentos se modificam a todo tempo e que essas transformações fazem parte do cotidiano e das vivências humanas. Especialmente, quando somos inseridos em contextos de mudanças. As transformações atingem tanto o público adulto quanto aos jovens e adolescentes que se encontram com suas concepções e necessidades em processo de formação contínua. Deste modo, acompanhar o desenvolvimento progressivo dessa geração de estudantes se torna cada vez mais desafiador. É necessário que governo (federal, estadual e municipal), escola e profissionais da educação busquem ferramentas que proporcionem aos aprendizes a oportunidade e o estímulo ao pertencimento à comunidade escolar e a sua participação como cidadão no meio social de sua convivência.

Em se tratando do contexto institucional, se os professores realizarem o processo de ensino apenas por meio de modelos tradicionais de aulas, partindo somente da exposição dos conteúdos curriculares, distanciados da vida cotidiana de seus alunos, o ensino e aprendizagem não estará cumprindo seu papel de fornecer elementos que sejam tangíveis ao mundo vivido e experienciado pelos estudantes, em que cabe aos professores subsidiar o processo de formação dos alunos para a vida e para construção da consciência histórica, para além de atender as demandas curriculares e as orientações legislativas educacionais também parcialmente destinadas ao mundo do trabalho.

Discutir, pesquisar e compreender criticamente as novas políticas educacionais é um caminho que pode oportunizar a toda comunidade escolar a promoção do debate, o compartilhamento de ideias, as reflexões e análises de experiências que auxiliarão na tomada de melhores decisões que viabilizem e favoreçam o alcance do desenvolvimento do ensino e da aprendizagem dos estudantes.

A partir de 2022, algumas escolas públicas e privadas do Brasil foram selecionadas para colocarem em prática o Novo Ensino Médio. Em Goiás, nesse ano (2022), a Seduc-Go, implantou as trilhas de aprofundamento em 120 escolas-piloto, nas turmas de 2ª série, nas demais séries do Ensino Médio essa modalidade de ensino será realizada gradativamente. Contudo, foi verificado que desde 2021, outras 48 escolas também oferecem as trilhas de aprofundamento, mesmo sem atenderem diretamente a proposta do Novo Ensino Médio. Nas instituições de ensino são muitas questões levantadas quanto a essa nova política pública e o seu alcance quanto ao auxílio na elaboração e construção de novos saberes.

Assim, neste capítulo buscamos elencar e analisar a legislação educacional e suas perspectivas para o ensino Médio no Brasil. Cujas finalidades estruturam-se em discutir as mudanças ocorridas na LDB em 2017 no que se refere ao Ensino Médio, visando entender o que tem de inovação no Novo Ensino Médio, examinar os interesses que subjazem às mudanças, os desafios e possibilidades que tais mudanças ocasionam no contexto escolar. Com esse propósito serão analisados os seguintes documentos: a LDB 9.394/96, a BNCC, as Leis nº 10.172/2001, nº 13.005/2014, nº 13.415/2017, a Resolução MEC/CNE/CEB nº 03, de novembro de 2018 a Portaria MEC nº 1432, de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CP nº 1, de janeiro de 2021.

1.1 O Novo Ensino Médio visto por meio da Legislação Oficial: LDB, DCN'S e BNCC

A reestruturação curricular nas séries finais da Educação Básica não é uma realidade apenas brasileira. Os resultados insatisfatórios em pesquisas realizadas por organismos internacionais, como por exemplo, a UNESCO e a OCDE, estão motivando a busca por reformas educacionais em nível mundial. A competição econômica no mercado internacional tem levado diferentes países a reverem seus currículos escolares e adotarem medidas extremas em busca de resultados escolares visando propiciar melhorias na qualidade de ensino e na elevação dos índices de desenvolvimento educacional.

Avaliações externas têm sido constantemente aplicadas nas escolas como SAEB, SAEGO para avaliarem a proficiência dos estudantes, cujos resultados recentes levantados em diferentes processos de avaliação oficial da educação vêm mostrando falhas no processo educacional brasileiro. Os índices têm sido muito baixos se comparados aos de outros países, esse resultado tem suscitado fortes inquietações aos membros do Ministério da Educação, bem como às Secretarias de Educação. Para agravar esta situação, temos o fato de os investimentos financeiros governamentais voltados para projetos educacionais, encontrarem-se em queda nos últimos anos, em decorrência dos baixos resultados do ensino e da aprendizagem da educação brasileira. Além disso, os índices demonstram que os recursos destinados à essa área não estão sendo gastos de forma adequada. Políticas públicas implantadas nas instituições escolares, têm deixado de priorizar os estudantes para valorizar as necessidades do mercado. Recorrendo às informações sobre os investimentos na Educação brasileira, a reportagem de Augusto Castro na Agência Senado do dia 07/11/2022, destaca que o corte de recursos da educação atrasa o avanço do setor. Assim como ocorre com a

enxurrada de desvios governamentais e políticos relacionados às verbas destinadas para a educação, visto que menos da metade dos investimentos que deveriam atender às necessidades das escolas em atendimento às políticas públicas educacionais não chegam ao seu destino.

No que diz respeito ao investimento do PIB¹, afirmou-se que o Brasil investe em média 6% do seu PIB nessa área, percentual superior ao de outras nações cuja média fica em torno de 4,4%. Os dados levam a reflexão: Para onde estão indo essas verbas? A quem elas têm beneficiado que não tem chegado de forma integral para atender às necessidades das escolas? Percebe-se que para além desse percentual ser inferior ao previsto, ainda há desvios pelo caminho. O percentual “mais aceito”, deveria estar em pelo menos 7% da renda bruta do país, segundo as metas do atual Plano Nacional de Educação (PNE).

O PNE determina que o investimento deverá aumentar progressivamente até atingir 10% do PIB em 2024. A meta é praticamente impossível de ser alcançada, já que seria necessário quase dobrar o investimento em pouco mais de um ano. Conforme os registros do PNE, houve um processo de “desconstrução e desfazimento” da educação pública desde o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016. Esse fato nos faz pensar: será que seu afastamento do governo tinha motivações de cunho político partidário a favor da ampliação do acúmulo do capital?² Gerar benefícios as forças conservadoras dominantes arraigadas pelos grandes empresários e seus comparsas? O professor Dermeval Saviani (2020, p. 06) salienta que as reformas regressivas do Governo Temer, que também tiveram sequência no governo Bolsonaro, impediram o desenvolvimento dos limitados avanços conseguidos nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Salientando os efeitos negativos do golpe de 2016 contra Dilma Rousseff para a educação, mencionamos como consequência, alguns resultados referentes ao ensino brasileiro na comunidade internacional, apresentados pelo PISA³. O estudo de caráter comparativo, é realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e

¹ O PIB, mensura a atividade econômica de uma região através de cálculos de oferta e demanda de bens e serviços. Por isso, PIB é um termômetro da economia como um todo. Isso significa que quanto maior for o índice de um país, maior é a sua atividade econômica.

² Pesquisas recentes apontam para a queda da presidente Dilma Rousseff como um golpe orquestrado pela direita para promover a ampliação do capital em diversos setores no Brasil, dentre eles encontra-se a Educação, conforme verifica-se na obra “O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil”, organizada por professores universitários e composta por autores pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. (Noronha; Lima e Nascimento, 2020).

³ PISA, o estudo permite que cada país avalie os conhecimentos e habilidades de seus estudantes em comparação com outros países, tendo a oportunidade de analisar as práticas e políticas públicas de outros locais, oportunizando o desenvolvimento de programas educacionais que visam à melhoria da qualidade do ensino e à equidade dos resultados de aprendizagem (INEPa).

Desenvolvimento Econômico (OCDE) e avalia os domínios das áreas: da leitura, da matemática e das ciências quanto ao rendimento dos estudantes com faixa etária de 15 anos.

No último PISA realizado presencialmente, em 2018, o Brasil dentre os demais 79 países participantes, obteve resultados insatisfatórios e preocupantes. Quanto ao quesito Leitura ficou em 58º lugar, em Matemática no 71º lugar e em Ciências no 67º lugar. Já o estudo previsto de 2021 acabou por acontecer em 2022, pelo agravante da pandemia, que afetou todo o mundo, ocasionada pela contaminação por Covid 19. Essa última edição do estudo, aconteceu de forma remota e teve que enfrentar diversos desafios logísticos, operacionais e pedagógicos.

Contudo, as circunstâncias e as expectativas quanto ao seu desfecho não são animadoras. Acredita-se que boa parte dos alunos, principalmente os de baixa renda, concentrados em escolas públicas de zonas periféricas do Brasil, não conseguiram avançar nos estudos e fortaleceram a defasagem do ensino em decorrência da limitação ocasionada pela falta de acesso aos aparelhos tecnológicos, falta de expectativas para um futuro próximo e baixa motivação (pessoal e social), fatores esses agravados, em decorrência do isolamento social (reclusão em casa) causado pela pandemia. Todavia, esse apuramento ainda não foi divulgado. Só teremos acesso a ele, para a realização de possíveis análises, de acordo com o calendário da OCDE, em dezembro de 2023. Porém não há expectativas de crescimento quanto aos resultados, devido os acontecimentos acima descritos.

Em nível nacional contemplamos os últimos resultados do Saeb⁴. Os frutos desse estudo são considerados pelo governo como um indicativo da qualidade do ensino, além disso, oferecem subsídios para a elaboração, monitoramento e aprimoramento de políticas educacionais. As médias de desempenho dos estudantes, apuradas no Saeb, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, compõem o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), exame subsidiado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

Na edição de 2019, a última antes da pandemia ocasionada pelo vírus da Covid 19, a tabulação de resultados do Saeb mostrou que 95% dos estudantes de escola pública terminam o Ensino Médio sem o conhecimento esperado, sobretudo, nas áreas de Matemática e Língua Portuguesa. O índice de defasagem, nessas áreas do conhecimento chega à marca de 69%. Segundo Tamiris Almeida, em reportagem publicada em novembro de 2022 no site da Fundação Roberto Marinho, na edição Saeb 2021, o desempenho em Língua Portuguesa e

⁴ Saeb, o estudo é realizado no país desde 1990 e consiste em um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira.

Matemática pioraram em todas as etapas do ensino. Mas salienta que, considerando o contexto pandêmico, a queda ainda foi menor do que o esperado.

Após o isolamento social imposto pela pandemia, os alunos entraram numa fase de readaptação relativa à rotina escolar. Muitos estudantes frequentadores de escolas públicas por enfrentarem certas dificuldades em acompanhar as atividades online (fosse pela falta de disciplina em relação aos estudos, carência de aparelhos tecnológicos ou falta de acesso à internet, etc.), ficaram cerca de dois anos sem participarem das aulas e distantes do desenvolvimento de estudos produtivos e orientados por professores, fato esse, que justifica a redução dos índices.

A Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), defende que a nota do Saeb 2021 deve servir de análise para as redes avaliarem o impacto da pandemia na aprendizagem dos alunos e planejarem ações para mitigar tais efeitos. Já o seu uso para qualquer tipo de interpretação sobre os resultados educacionais na atualidade, deve ser evitado. Devido as ações do governo adotadas em caráter emergencial no corrido ano, o método nessa edição não é tecnicamente considerado adequado, podendo gerar interpretações equivocadas.

Com a adoção desses processos avaliativos, observamos o desinteresse dos governantes quanto as reais necessidades do alunado, a busca pelo controle do sistema educacional e da prática docente. Como táticas de controle podemos citar, a BNCC que unifica o currículo mínimo, as avaliações externas periódicas que regulam e controlam o sistema de ensino e as reformas educacionais que objetivam produzir melhores resultados e adequar o Estado às novas exigências da economia mundial. Evidencia-se que o método utilizado pelos governantes para gerir a educação no Brasil carece de mudanças.

A partir do aceite e da subordinação aos ideais das corporações privadas, observamos um declínio cada vez maior na qualidade da educação. Nota-se que muito do que já enfatizava Darcy Ribeiro há pouco mais de meio século passado, “A crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto”:

[...] eu não concordo com aqueles que, olhando a Educação desde outra perspectiva, falam de fracasso brasileiro no esforço por universalizar o ensino. Eu acho que não houve fracasso algum nesta matéria, mesmo porque o principal requisito de sobrevivência e de hegemonia da classe dominante que temos era precisamente manter o povo chucro. Um povo chucro, neste mundo que generaliza tonta e alegremente a educação, é, sem dúvida, fenomenal. Mantido ignorante, ele não estará capacitado a eleger seus dirigentes com riscos inadmissíveis de populismo demagógico. Perpetua-se, em consequência, a sábia tutela que a elite educada, ilustrada, elegante, bonita, exerce paternalmente sobre as massas ignoradas. Tutela cada vez mais necessária porque, com o progresso das comunicações, aumentam dia-a-dia os riscos do nosso povo se ver atraído ao engodo comunista ou fascista,

ou trabalhista, ou sindical, ou outro. Assim se vê o equívoco em que recai quem trata como fracasso do Brasil em educar seu povo o que de fato foi uma façanha (RIBEIRO, 1986; 2019, p.47).

Tal citação parece ter sido eternizada em nossa vida cotidiana. Este projeto foi/é idealizado e efetivado pelos governantes brasileiros (na maior parte das vezes de direita e neoliberais). Plano este que ganha formas por meio da criação e implementação de políticas públicas aparentemente inofensivas e atinentes às necessidades educacionais do Brasil, mas que nada têm de inocentes, por atenderem diretamente aos ensejos do capital, demonstrando descaso total com o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes brasileiros.

Este fator deveria nortear e estar no cerne dessas políticas que são denominadas por eles de “transformadoras”, conforme se ouve nos discursos governamentais veiculados nos meios midiáticos (de seus domínios) para propagandear positivamente as ações governamentais relativas à Educação no Brasil. Embora, possamos observar que na realidade nada há de verdade nesse discursos, pois essas ações governamentais destinadas à educação atualmente, assim como em tempos mais recuados, continuam voltadas para beneficiar o acúmulo do capital, as práticas empresariais do capitalismo e as necessidades de ampliação do mercado.

Após vários anos de resultados insatisfatórios nas referidas avaliações externas, o governo aprovou recentemente para os anos finais da Educação Básica o projeto Novo Ensino Médio. A proposta está sendo implantada nas escolas públicas e privadas do Brasil de forma gradativa e é vista como uma manobra de reprodução dos ideais capitalistas e neoliberais.

No contexto atual, a educação e, por conseguinte, a escola, tem sido alvo de processos intensos de tensão identitária que a colocam diante de conflitos e contrassensos relativos à sua função político e social na vida dos estudantes (SILVA JÚNIOR, 2015). Cada vez mais, valores e princípios neoliberais têm sido inseridos no meio escolar, intensificando a exigência de produtividade e de performance no meio educacional de forma brutal. Além disso, há uma intensa cobrança quanto ao atendimento às mais variadas políticas legislativas que orientam a educação e o desenvolvimento educacional nas diversas fases que compõem a Educação Básica. O que se espera, é que, as escolas apresentem resultados acima de suas possibilidades, nota-se constrangimentos, contradições e certo descontentamento no meio escolar. As iniciativas governamentais que direcionam a educação para o atendimento ao mercado capitalista, tem sido uma prática recorrente no Brasil. (MARTINS, *Et al*, 2023).

No entanto, essas ações têm suscitado conflitos quanto aos princípios democráticos e

os fins emancipatórios que regem o papel da escolarização no país, enquanto um direito de todos, conforme está estabelecido na Constituição Federal de 1988. Pensando sob essa lógica da intervenção das forças capitalistas no *métier* educacional no interior do contexto escolar, é significativo e urgente lançarmos olhares investigativos e críticos sobre o fazer da escola mediante os agravantes deste cenário de lógicas neoliberais impositivas. Nossa mira deve ser alicerçada na investigação problematizadora quanto ao modo e acerca da intensidade que essas determinações de diversas ordens geram, bem como as crises e as contradições que insurgem desses projetos destinados à sociedade. Projetos esses, que desarticulam a identidade criada no interior do ambiente escolar, mexem com o trabalho e as “certezas” do coletivo que compõem o espaço pedagógico, gerando impasses e conflitos no processo formativo do aluno.

Neste contexto, a Reforma do Ensino Médio foi proposta, inicialmente, por meio da Medida Provisória nº 746/2016. A qual foi encaminhada para o Congresso Nacional em setembro de 2016, tornando-se lei em 2017 (Lei nº 13 415/2017). Formalizou-se, a partir dela, mudanças na estrutura do Ensino Médio. Segundo o Sumário Executivo de Medida Provisória (2016), sua ementa possui a seguinte estrutura:

Altera as Leis n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, e o Decreto-Lei n° 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n° 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (BRASIL, 2017).

Tais mudanças foram orientadas a partir de prescrições provenientes de normativas e orientações de diferentes documentos oficiais. Não se trata da política de um único governo, a mudança vem sendo concebida e planejada há tempos. Diversos fundamentos legais embasam as ações propostas para implementação do Novo Ensino Médio. Entre os principais documentos oficiais que orientam essas mudanças que deverão ser efetivadas em todas as escolas públicas e privadas de Ensino Médio do Brasil, podemos destacar, em ordem cronológica, a Constituição de 1988, a LDB 9.394/96, a Lei nº 10.172/2001 (PNE/2001-2010), a Lei nº 13.005/2014 (PNE/2014-2024), a Medida Provisória nº 746 que se tornou a Lei nº 13415/2017, a Resolução MEC/CNE/CEB nº 03, de novembro de 2018, a Portaria MEC nº 1432, de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CP nº 1, de janeiro de 2021.

Desde a reelaboração da Constituição Federal de 1988, já havia uma preocupação com a formação integral de todos os estudantes. Seu artigo 205, reconhece que: “A educação,

direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988). Com o propósito de garantir esse direito, a Carta Constitucional, menciona no parágrafo I do artigo 206, que afirma caber ao Estado o dever de assegurar “a igualdade de condições de acesso e permanência do estudante na escola”. (BRASIL, 1988).

Outro fator importante a se destacar, é que desde a promulgação da Constituição, era previsto a formação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Já havia uma preocupação de se padronizar em nível nacional os currículos da educação pública. No artigo 210: “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. (BRASIL, 1988).

Três décadas depois, esse documento se tornou normativo, a BNCC “deve ser referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas de ensino e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 2018, p.8). Nela são definidas as competências e habilidades essenciais que todos os alunos da educação básica devem aprender.

O direito de acesso ao Ensino Médio, com o novo pacto constitucional de 1988, trouxe à tona a necessidade de se reformular essa etapa de ensino. Amplamente conhecida como LDB de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB/1996), formalizada na lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, trouxe a reformulação do Ensino Médio.

A LDB reafirma integralmente a finalidade e os objetivos do projeto constitucional de educação e também a composição do que seja o direito à uma educação de base, unitária e integrada, como responsabilidade do Estado. A organização da educação escolar brasileira, organiza-se em dois níveis, sendo eles o ensino básico e o ensino superior. O inciso I, do artigo 21, especifica, que pertencentes a Educação Básica temos: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. O artigo 22, da referida lei, afirma que “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (LDB, 1996).

No que se refere a etapa do Ensino Médio, referência para a presente pesquisa, a LDB 9.394/96, em seu artigo 35, explicita como finalidade

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

A partir do exposto, observamos que as finalidades do Ensino Médio, já salientava a importância de se inserir a preparação para o mercado de trabalho na formação do jovem. O que nos constrange é como esse imperativo tem sido colocado na prática educacional de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem dos alunos de modo a constranger a preparação para a vida em sociedade como um caminho de humanizar os estudantes a partir da prática educacional, para além de prepará-los somente e tão pouco para o mercado de trabalho como vem sendo imposto de modo suave e quase imperceptível no interior do contexto escolar.

A proposta inicial promovida pelo discurso criado por essas frentes neoliberais mencionava que a relação entre trabalho, ciência e cidadania devia se dar de forma concomitante, integrada e articulada. Assim, o estudante, ao passar pela educação escolar básica, teria a oportunidade de se desenvolver nos aspectos humano, técnico, ético, cognitivo e social. Lembrando que para que a educação cumpra seu papel fundamental, como promotora do “direito de todos”, faz-se necessário que a instrução/ensino resgate seu sentido mais intenso, o qual fazia parte de sua origem: estabelecer uma formação voltada para o exercício da e para a cidadania, ampliando esse direito e o universalizando, garantindo o acesso ao saber e à criação de conhecimento aos estudantes, conforme salienta Marilena Chauí (2021). Portanto, deve estar livre dessas imposições neoliberais. Contudo, os interesses escusos por detrás da malha fina que acortina esses ideais neoliberais, vem sendo desvendado aos poucos por meio de observações aprofundadas de especialistas e estudiosos da área da educação, que passaram a notar a real intenção que vem motivando essa prática de inserção do capital nas atividades desenvolvidas dentro do espaço escolar, evidenciando a busca de se utilizar das instituições escolares para suprir as necessidades e os interesses do mercado evidenciando o projeto regulamentado nos planos de governo.

Com o intuito de articular o Sistema Nacional de Educação, o Plano Nacional de Educação (PNE), por conta da emenda constitucional nº 59, de 2009 (BRASIL, 2009), deixou de ser uma disposição transitória da LDB/1996 e se tornou uma exigência constitucional, com periodicidade decenal. No primeiro PNE, formalizado na Lei nº 10.172,

de 09 de janeiro de 2001, com vigência de dez anos (2001-2010). Especificamente para o ensino médio, o PNE prevê o acesso como demanda voluntária forçada pela adequação dos jovens às demandas do mundo produtivo: “a demanda pelo ensino médio – terceira etapa da educação básica – vai compor-se, também, de segmentos já inseridos no mercado de trabalho, que aspirem melhoria social e salarial e precisam dominar habilidades que permitem assimilar e utilizar, produtivamente, recursos tecnológicos novos e em acelerada transformação”. (BRASIL, 2001, p. 25).

A necessidade de se ofertar um Ensino Médio de qualidade aos estudantes é reconhecida no documento legal. É também admitido, a existência de uma crise social no país, que reflete a desigualdade de oportunidades ofertadas aos jovens frequentadores do Ensino Médio. A crise nacional, aqui citada, advinda da deficiência do sistema público, evidencia a vulnerabilidade da educação nessa etapa. Esse quadro, influencia diretamente no desenvolvimento da educação e na aprendizagem do estudante. Considerando esse cenário de desafios, o documento afirma que a educação média é particularmente vulnerável à desigualdade social.

Na disputa permanente entre orientações profissionalizantes ou acadêmicas, entre objetivos humanistas ou econômicos, a tensão expressa nos privilégios e nas exclusões decorre da origem social. Em vista disso, o ensino médio proposto neste plano deverá enfrentar o desafio dessa dualidade com oferta de escola média de qualidade a toda a demanda. Preparando jovens e adultos para os desafios da modernidade, o ensino médio deverá permitir aquisição de competências relacionadas ao pleno exercício da cidadania e da inserção produtiva (BRASIL, 2001).

Ao término do prazo de vigência do PNE de 2001, foi constatado que as metas e estratégias definidas não alcançaram resultados significativos na qualidade de ensino e direito de acesso. Foram quatro anos de discussão, mediada pelo legislativo brasileiro, para que o novo Plano Nacional de Educação, formalizado na Lei nº 13.005, de 25 de julho de 2014, com vigência de 10 anos (2014-2024) fosse promulgado. Na lei, foi novamente destacado a necessidade de se concentrar os esforços na política de acesso. A meta 3 do novo PNE salienta a necessidade de se universalizar de forma progressiva, o atendimento escolar para jovens de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%”. (BRASIL, 2014).

A Meta 6 da referida lei, deve também ser destacada ao se pensar nos princípios que regulamentam a Reforma do Ensino Médio. A meta, propõe a oferta da educação de tempo integral, com estratégias para o aumento da carga horária e para a adoção de medidas que otimizem o tempo de permanência do estudante na escola. A estratégia 6.1, salienta que o

Estado deve promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola. (BRASIL, 2014).

Entretanto, cabe-nos questionar a intenção deste alinhamento da educação às políticas de resultado, dirigidas por perspectivas de *accountability* cujos pilares regem a avaliação, a responsabilização e a prestação de contas dos serviços prestados pelos atores educacionais ao seu público vigente, o alunado. Contudo, nota-se que mais uma vez a educação está em crise e que tem perdido o seu foco de tornar seus expectadores em seres pensantes, capazes de lerem o mundo, se sentirem parte integrante dessa sociedade, se tornando seres mais humanizados e bons cidadãos, que cumprem os seus deveres sociais e lutam por seus direitos legais. É nesta senda que segue a educação brasileira mediante os desmandos imperativos governamentais relativos ao favorecimento da educação atrelada ao desenvolvimento do capital.

Não se pode olvidar que foram essas estratégias de criar resultados na educação, entre outras, que serviram de fomento para justificar a reforma do ensino médio. O modo como a reforma foi estabelecida, gerou grande descontentamento na sociedade, em particular, aos estudantes e docentes. O momento político também não era oportuno, a turbulência causada pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, no mesmo ano, trouxe grandes retrocessos no âmbito da educação. Ademais, em decorrência da deposição da presidente, ocorreram também mudanças significativas no país, principalmente, quanto à organização das políticas públicas.

Em meio a esse cenário de desordem, em 2017, foi homologada a lei que alterou de forma significativa o ensino médio. A proposta do Novo Ensino Médio, oficializada pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, trouxe mudanças para três dispositivos legais, dentre eles, a LDB 9.394/96, a lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o FUNDEB e a Consolidação das Leis do Trabalho- CLT.

No documento, foram realizadas alterações relativas à ampliação da carga horária, à flexibilização curricular, e ao financiamento da reforma por meio de recursos públicos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e, também, do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE). As alterações ocorreram na LDB/1996 nos artigos 24, 26, 36, 61 e 62, já no documento da CLT foi alterado a artigo 318. Além das alterações citadas, a Reforma

também acrescentou na LDB/1996 a artigo 35-A e artigo 44 e na lei nº 11.494/ 2007, que regulamenta o FUNDEB, também acrescentou o artigo 10. (BRASIL, 2017).

As mudanças no ensino médio, tiveram como principal argumento do Governo o fato de considerarem que essa etapa do ensino não era atrativa para os jovens brasileiros. O baixo índice de aprendizagem dos alunos e a evasão escolar, são fatores que chamam atenção e evidenciam a precarização do ensino nessa fase. A responsabilidade pela grave situação segundo o Governo federal, foi atribuída ao atual sistema de ensino que dispõe de um currículo ultrapassado, com número elevado de disciplinas obrigatórias e adoção de conteúdos que apresentam baixa potencialidade para desenvolver competências para a vida cidadã. Avancini e Alvarez (2016), destacam os argumentos do Governo Federal:

Frente ao que o ministro da Educação, Mendonça Filho, caracterizou como uma “catástrofe para a nossa juventude” durante o anúncio dos dados do Ideb 2015, o Ministério da Educação (MEC) publicou a MP 746, propondo uma nova estrutura curricular para o ensino médio. Dos três níveis que compõem a educação básica, o ensino médio é o que tem apresentado os piores resultados, com baixos níveis de aprendizagem, elevadas taxas de evasão e um ritmo de melhoria da qualidade aquém do esperado, tomando como parâmetro o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Em 2015, o Ideb do ensino médio no país foi 3,7 (ante uma meta de 4,3) e permanece com tendência à estagnação desde 2011.

Perante tal realidade, as principais mudanças propostas foram baseadas no aumento da carga horária incentivando a criação de mais escolas de regime integral e a flexibilização curricular.

Nesse ponto não podemos deixar de enfatizar a complexidade e a relevância dos currículos para o desenvolvimento escolar, visto que conforme salienta Moreira e Silva Júnior (2017), é por meio do currículo que os estudantes aprendem os conteúdos, adquirem as habilidades necessárias para melhorarem seus desempenhos escolares, selecionam valores, desenvolvem novas condutas, compreendem melhor seu cotidiano e o mundo que os cercam, possibilitando-lhes expectativas de torná-lo melhor para se viver individualmente e em coletividade. O que faz do currículo um elemento imprescindível para ampliação da formação do pensamento crítico e amplo, de forma a favorecer aos alunos a ampliação de sua leitura de problemas que ocultam a humanização, bem como a valorização do conhecimento prévio de suas experiências vivenciadas. Experiências estas que possibilitam que os estudantes vejam sentido quanto aos conteúdos ensinados tendo como base o mundo experienciado por eles mesmos em suas vidas cotidianas. Deste modo, há que se observar o currículo como um elemento legal e potencializador na construção do sujeito social. Tal questão faz dele uma grande potência:

[..] no campo de disputas, o que se explicita pela ocupação de espaços no Conselho Nacional e nos Conselhos Estaduais de Educação por educadores ligados ao mercado lucrativo da educação, com atuação determinante na elaboração das recentes diretrizes curriculares em nosso país, como a BNC- Formação, a BNCC, a BNC-Ensino Médio, por exemplo (CARDOSO; FARIAS; MENDONÇA, 2021; ZAN, 2019).

Esses fatores, demonstram a relevância da estruturação curricular para articular as forças potencializadoras da educação no Brasil. Enfatizando que não há acasos na medida que intervém na reestruturação curricular na educação do país, visto que são estratégias governamentais que visam garantir a eficácia de vincular a educação brasileira às práticas capitalistas em vigor.

Assim, na sequência, considerou-se a necessidade de ampliar a carga horária escolar, por meio da criação do artigo 24 da Lei nº 9.394/1996, o qual determinou que se vigorasse a esse respeito, da seguinte forma: a carga horária mínima anual de que trata o inciso I do *caput* deverá ser ampliada de forma progressiva, no Ensino Médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017 (BRASIL, 2017).

Será que a ampliação do tempo de estudo dos alunos nas escolas por si só, vai mesmo garantir melhoria na aprendizagem dos alunos? Há muito mais com que se preocupar, como garantir a formação continuada aos professores, garantir melhores condições sociais e econômicas para as famílias conseguirem alimentarem seus filhos e criarem padrões de qualidade de vida para garantir que seus filhos tenham acesso e permanência no espaço escolar. Mas, o que se observa facilmente é que os valores no Brasil estão sendo invertidos para que o capital supere os demais setores da vida em sociedade.

Em relação a flexibilização do currículo do EM o artigo 36, da LDB 9.394/96, foi alterado. Atualmente, o documento prevê que 60% do currículo dessa modalidade de ensino seja obrigatório atendendo as orientações da BNCC, e 40% dos conteúdos do currículo possam ser escolhidos de acordo com as demandas locais de cada escola, em atendimento a realidade de seus alunos e suas aptidões, dispostas de acordo com a vocação individual e coletiva atentando-se para as divisões das áreas de conhecimento (Ciências da Natureza; Matemática; Ciências Humanas; Códigos e Linguagens). Desta forma, as disciplinas são ofertadas a partir de um leque de possibilidades de sua escolha (conforme as ofertas promovidas pela escola) – denominadas como Trilhas de Aprofundamento, ou disciplinas opcionais conforme denominam os itinerários formativos, esse modelo atende as turmas que já seguem o Novo Ensino Médio.

Já aquelas que ainda não aderiram ao novo formato que vem sendo adotado nas escolas de forma gradativa (a cada ano abrange uma série até contemplar todas), essas têm as disciplinas optativas (atendendo a LDB que expõe que o currículo tem uma parte diversificada) conta com a oferta de disciplinas que atendem a realidade local de cada instituição conforme as necessidades da instituição e de seu alunado. Ademais, a formação técnica e profissional passou a ser obrigatória no EM, antes somente eram ofertadas pelos Institutos Federais – IF's - e Escolas Profissionalizante do Governo, atualmente a oferta dessa modalidade foi ampliada e configura-se dentre às possibilidades de escolha indicadas no documento do Novo Ensino Médio, endossando a intenção do governo de direcionar os estudos escolares às demandas do mercado de trabalho. Como se pode observar na redação da Lei:

Artigo 36. O currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I – linguagens e suas tecnologias;
- II – matemática e suas tecnologias;
- III – ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV – ciências humanas e sociais aplicadas;
- V – formação técnica e profissional. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

No ano subsequente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) foram atualizadas através da Resolução MEC/CNE/CEB nº 03, de novembro de 2018. No documento, o Conselho Nacional de Educação (CNE) atesta a estrutura do novo currículo do Ensino Médio e traz de forma explícita a necessidade de se trabalhar esse currículo de forma integrada, acreditando ser esse um caminho para se desenvolver a aprendizagem do aluno. A Resolução também, clarifica algumas imprecisões advindas da proposta de se ofertar itinerários formativos nas instituições escolares.

No artigo 10, é citado que, os currículos dessa etapa de ensino devem ser compostos por formação geral básica e itinerário formativo, indissociavelmente. A composição da formação geral básica é esclarecida no artigo 11, do mesmo documento. A formação geral básica é composta por competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e articuladas como um todo indissociável, enriquecidas pelo contexto histórico, econômico, social, ambiental, cultural local, do mundo do trabalho e da prática social, e deverá ser organizada por áreas de conhecimento. O inciso 2º, do mesmo artigo, reforça a necessidade de se ofertar de forma integrada e articulada os conteúdos e projetos. § 2º O currículo por área de conhecimento deve ser organizado e planejado dentro das áreas de forma interdisciplinar e transdisciplinar. (MEC/CNE/CEB/2018).

Dentre esse conjunto normativo, merece destaque o artigo 12, pois o mesmo, explana de forma detalhada sobre os objetivos, a organização curricular e o modo como as redes de ensino devem ofertar os itinerários formativos. Alguns incisos desse artigo são vistos como basilares para a discussão aqui proposta;

§ 1º Os itinerários formativos devem considerar as demandas e necessidades do mundo contemporâneo, estar sintonizados com os diferentes interesses dos estudantes e sua inserção na sociedade, o contexto local e as possibilidades de oferta dos sistemas e instituições de ensino.

§ 2º Os itinerários formativos orientados para o aprofundamento e ampliação das aprendizagens em áreas do conhecimento devem garantir a apropriação de procedimentos cognitivos e uso de metodologias que favoreçam o protagonismo juvenil, e organizar-se em torno de um ou mais dos seguintes eixos estruturantes: investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural, empreendedorismo.

§ 5º Os itinerários formativos podem ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, dada a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino.

§ 8º A oferta de itinerários formativos deve considerar as possibilidades estruturais e de recursos das instituições ou redes de ensino.

§ 9º Para garantir a oferta de diferentes itinerários formativos, podem ser estabelecidas parcerias entre diferentes instituições de ensino, desde que sejam previamente credenciadas pelos sistemas de ensino, podendo os órgãos normativos em conjunto atuarem como harmonizador dos critérios para credenciamento.

§ 11º As instituições ou redes de ensino devem orientar os estudantes no processo de escolha do seu itinerário formativo. (MEC/CNE/CEB/2018)

Em dezembro de 2018, a reforma foi complementada pela Portaria MEC nº1432/2018. O documento estabelece referenciais curriculares para conduzir as instituições escolares quanto a elaboração e implantação dos itinerários formativos. A normativa reitera os objetivos de se implantar os itinerários formativos nas escolas e orientam quanto a implementação dos mesmos. É recomendado na letra, que todos os eixos estruturantes sejam contemplados na oferta de cada itinerário. E ainda, que as instituições e profissionais da educação se atentem durante a elaboração de cada projeto às habilidades gerais e específicas que deverão ser desenvolvidas, definidas por cada área de conhecimento, e que devem estar associadas às competências gerais da BNCC.

As alterações nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Ensino Médio estão sendo implementadas de forma progressiva nas escolas. Contempla-se que tais alterações, apresentam um ideário conflitante, um embate entre a legislação e o mundo real. Apesar de sinalizarem no documento a preocupação com a qualidade da educação do estudante, na prática o que se evidencia são ações que buscam atender ao movimento neoliberal e privatista ao qual a educação vem se alinhando.

A aprovação da Resolução CNE/CP nº 1, de janeiro de 2021, reforça esses pontos já sinalizados na Reforma do Ensino Médio. As Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Educação Profissional e Tecnológica (DCNEPT) potencializa a relação trabalho-educação e intensifica o projeto de cunho neoliberal com viés privatizante adotado hoje pelas instituições escolares. O texto busca regulamentar as alterações trazidas pela Reforma do Ensino Médio para a Educação Profissional, substanciando o atendimento às demandas do mercado de trabalho, favorecendo os interesses dos empregadores e diminuindo os direitos dos trabalhadores.

À medida que se oferta itinerários formativos com possibilidade de formação técnica e profissional, incluído no artigo 36 Lei nº 13.415/ 2017, se propõe a redução de uma formação já considerada básica, que antes era vista como direito de todos os cidadãos. Essa redução é atestada no referido documento, no inciso 1 do artigo 26, que altera o limite da carga horária estipulada para a BNCC de mínima para máxima. Deixando em aberto, o que seria o mínimo agora estabelecido para a formação do aluno.

§ 1º Os cursos de qualificação profissional técnica e os cursos técnicos, na forma articulada, integrada com o Ensino Médio ou com este concomitante em instituições e redes de ensino distintas, com projeto pedagógico unificado, terão carga horária que, em conjunto com a da formação geral, totalizará, no mínimo, 3.000 (três mil) horas, a partir do ano de 2021, garantindo-se carga horária máxima de 1.800 (mil e oitocentas) horas para a BNCC, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, em atenção ao disposto no §5º do Art. 35-A da LDB (CNE/CP nº 1,2021).

Tais proposições advindas da Reforma do Ensino Médio, trazem grandes inquietações, e geram opiniões diversas na comunidade brasileira. As instituições públicas e privadas deveriam se adaptar até o final do corrido ano 2022 as novas exigências da lei. Mas já se estuda, na Câmara dos Deputados, o projeto de nº 3079/2021 da deputada e também professora Rosa Neide (PT/MT) que propõe o adiamento do prazo para se realizar a implantação total das ações previstas na Reforma do Ensino Médio, lei nº13415/17, de 2022 para 2024. A parlamentar justificou em discurso na Câmara que, as escolas não tiveram condições de se preparar de forma adequada para a implantação da reforma, devido as diversas situações que envolveram o enfrentamento da pandemia COVID 19.

É temerário dar prosseguimento a uma reforma que altera de modo estrutural a última etapa da educação básica no País, sobretudo se considerarmos que em 2022 as escolas retornarão de um período bastante conturbado devido à pandemia de Covid-19 (Agência Câmara de Notícias, 27/01/2023).

A reportagem da Agência Câmara de Notícias, ressalta, que falta pouco tempo, para se atingir o período limite projetado para a implantação das ações da reforma. Pois, dados do Conselho de Secretários de Educação indicam que os novos currículos do Ensino Médio até

meados de 2023, só foram homologados em 13 estados e no Distrito Federal, mas nem mesmo eles conseguiram implantar totalmente as mudanças programadas para essa modalidade de ensino. O texto do referido projeto foi analisado pelas comissões de Educação e da Constituição de Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados.

1.2 Novo Ensino Médio e Itinerários Formativos: conceitos e aplicabilidade

Profissionais da educação buscam reiteradamente conhecer novas propostas e metodologias de ensino que possam auxiliar na execução de ações que visam colaborar com a formação de um cidadão capaz de atuar na sociedade de forma consciente e crítica. Uma tarefa complexa e contínua que exige de todos um movimento que ultrapasse a mecanização das práticas metodológicas e pedagógicas. Concomitantemente, o sistema político propõe políticas públicas que apoiam esse movimento. Sendo assim, frequentemente vemos documentos educacionais sendo alterados e reelaborados mantendo discursos enviesados de que essas reestruturações são necessárias e vêm ocorrendo em prol de melhorias na educação formal. Mas, como temos evidenciado neste cenário de discussões pautadas na educação, nem tudo que se diz revela a veracidade dos fatos, pois nesse contexto de imposição de mudanças na legislação educacional brasileira temos identificado muitas contradições e evidenciado que os interesses motivadores dessas alterações encontram-se escusos por detrás dessas reestruturações, as quais escondem muito do que é colocado em jogo com o fito de beneficiar os interesses do mercado e das forças potenciais conservadoras da elite brasileira.

A Lei nº 13415/2017 modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9394/1996 no que se refere ao Ensino Médio. Na letra, a nova proposta denominada de “Novo Ensino Médio” objetiva garantir a oferta de uma educação de qualidade a todos os jovens brasileiros, colocando-os no centro desse processo educacional. A ideia é possibilitar a aproximação das escolas à realidade dos estudantes, considerando as novas demandas e as complexidades do mundo do trabalho e de sua vida em sociedade. Nessa perspectiva, propõe-se uma organização curricular mais flexível, que possibilite aos aprendizes escolhas que contemple a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa possibilidade de escolha, acontecerá através da efetivação dos itinerários formativos nas instituições escolares.

A BNCC consiste em um documento norteador que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo do seu percurso escolar. Ela se aplica exclusivamente à educação escolar, de acordo com o § 1º do

artigo 1º da LDB (Lei nº 9.394/1996). O documento é orientado por princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2017).

Tal normativa, é uma política de Estado, prevista desde a Constituição de 1988. Ela define as competências gerais que deverão ser desenvolvidas continuamente ao longo de toda a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). O documento, conceitua competência como a “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”. (BRASIL, 2018, p.8).

A realidade educacional precária do nosso país em relação a última etapa do Ensino Básico, fez com que o governo em parceria com organizações privadas buscasse uma proposta que se aproximasse mais da dinâmica social contemporânea. Nesse contexto, a BNCC referente ao Ensino Médio (BNCC-EM) foi aprovada pelo CNE, em dezembro de 2018. O resultado final do documento é decorrente de um processo construtivo de quatro anos, coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), onde se promoveu a avaliação e a reelaboração de três versões da BNCC.

O novo documento, traz a oferta de uma organização curricular mais flexível, que permite às instituições escolares certa autonomia para organização de seus currículos, de forma a adequá-los aos contextos e condições particulares em termos de áreas, componentes curriculares, projetos, centros de interesse etc. Aos professores de cada área, é consentido construir o caminho para se alcançar os idealizados objetivos de aprendizagem, através de um planejamento pedagógico integrado que deve ser elaborado a partir de uma perspectiva holística. É notório a redução do caráter norteador do novo documento, essa flexibilização busca facilitar a adaptação das instituições escolares, frente à lógica de inserção dos itinerários formativos. A autonomia aqui cedida, irá possibilitar a elaboração de estratégias de aprendizagem que vão de acordo com a diversidade e as realidades de cada local.

Do ponto de vista organizacional, a BNCC do Ensino Médio não possui habilidades específicas listadas por série nem por disciplinas. O arranjo curricular é organizado por áreas de conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), em concordância com o que dispõe o artigo 35-A da LDB. No documento, estão definidas as competências gerais assim como as competências e habilidades específicas para cada área do conhecimento,

os quais também orientam a construção dos itinerários formativos relativos a essas áreas. Na letra é especificado que, “as competências gerais estabelecidas para a educação básica, orientam tanto as aprendizagens essenciais a ser garantidas no âmbito da BNCC do Ensino Médio quanto os itinerários formativos a ser ofertados pelos diferentes sistemas, redes e escolas”. (BRASIL, 2018, p.468).

O objetivo das competências específicas é explicitar como as competências gerais da Educação Básica devem se expressar em cada área de conhecimento. No documento, foram realizadas adequações nessa modalidade de competências, para que as mesmas estivessem de acordo com as especificidades de formação dos atuais estudantes do Ensino Médio. Por fim, para assegurar o desenvolvimento das competências específicas de área, a cada uma delas é relacionado um conjunto de habilidades, que representa as aprendizagens essenciais a ser garantidas no âmbito da BNCC a todos os estudantes do Ensino Médio. (BRASIL, 2017, p.33). Para visualizar tal organização curricular, observe o esquema das competências gerais estabelecidas para a educação básica, na imagem1:

IMAGEM 1 - Esquema das competências gerais estabelecidas para a Educação Básica



Fonte: BRASIL, 2017, p.468.

De acordo com a Reforma do Ensino Médio, a BNCC poderá dispor de no máximo 1800h, das 3000h previstas no documento. As outras 1200h serão destinadas aos itinerários formativos. A noção de itinerários formativos já havia sido traga como possibilidade para formação do estudante na Resolução CNE/CEB nº 06/2012. Porém, a partir da Lei nº

13415/2017 essa possibilidade se tornou obrigatória no ensino, ocupando quase metade da carga horária do Ensino Médio.

O Guia de Implementação do Novo Ensino Médio, define os itinerários formativos, como sendo, um “conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas escolas e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho”. (BRASIL, 2018, pág.12). Os itinerários, são reconhecidos como a parte flexível da organização curricular do Ensino Médio, onde é proporcionado aos estudantes a possibilidade de escolher, em qual área de conhecimento gostaria de aprofundar seu aprendizado. São destinados aos itinerários às atividades mais colaborativas, como oficinas e projetos interdisciplinares, que devem ser organizadas com base nos interesses dos estudantes e, assim, favorecerem seu protagonismo.

As redes de ensino e as escolas terão autonomia para definir quais itinerários que irão ofertar, considerando suas particularidades e os anseios dos estudantes e professores vinculados às instituições. De acordo com o Guia de Implementação do Novo Ensino Médio, existem três tipos de itinerários formativos: o itinerário organizado por área do conhecimento; o itinerário de formação técnica e profissional; e por último os itinerários integrados, que incluem habilidades de diferentes áreas. O Guia esclarece ainda que a organização desses itinerários deve ser realizada considerando três componentes: Aprofundamento, Eletivas e Projeto de vida. Cada um desses componentes deve dialogar com pelo menos um, mas preferencialmente com todos os quatro eixos estruturantes: investigação científica, mediação e intervenção sociocultural, processos criativos e empreendedorismo. A atribuição dada aos eixos estruturantes é integrar os diferentes arranjos dos Itinerários Formativos e proporcionar aos estudantes experiências educativas conectadas à realidade que promovam sua formação pessoal, profissional e cidadã. (BRASIL, 2018).

Tal diversidade de oferta, é tida como uma ação, a fim de melhor responder a heterogeneidade e a pluralidade das condições, dos múltiplos interesses e aspirações dos estudantes, com suas especificidades etárias, sociais e culturais, bem como de sua fase de desenvolvimento.

Nesse contexto, os itinerários formativos foram escolhidos como objeto do estudo aqui proposto por serem considerados o ápice da proposta para se conquistar o público jovem. Mesmo observando um conflito de ideais políticos no projeto, a ideia de se ofertar os itinerários para fortalecer a relação entre escola e educando, parece ser uma ação viável, perante a crise do contexto escolar. É visto, nesse ponto, uma oportunidade de incentivar os alunos a se interessarem mais pela escola e seus projetos, e conseqüentemente, se alcançar

um melhor desenvolvimento na aprendizagem.

Partimos da hipótese que os itinerários formativos possuem elementos que permitem o desenvolvimento da aprendizagem do aluno. Acreditamos que o jovem, participante ativo do projeto poderá desenvolver não só conteúdos do currículo, mas valores humanos, como a solidariedade, o respeito e a ética. São conhecimentos que, juntos, podem fazer a diferença na vida do estudante, auxiliando-o a observar, a entender, ter autonomia, se posicionar e resolver situações problemas enfrentadas no cotidiano.

Acredita-se que, com a adoção dos itinerários formativos, o aluno poderá exercer papel principal no ensino, não irá somente absorver conteúdo de forma superficial, sem relações reais para si, mas terá a oportunidade por meio de projetos investigativos de pesquisar, debater, elaborar, construir e buscar conhecimento. Julgamos que se os novos conhecimentos não interagem com outros já existentes, a aprendizagem se torna mecânica, o estudante decora, mas normalmente esquece logo, dando a sensação de não ter aprendido nada.

Ressaltamos também, que quando efetivados, os projetos que trabalham as disciplinas de forma integrada poderão propiciar o desenvolvimento da aprendizagem dos jovens. Com as disciplinas trabalhando juntas mostrando a aplicabilidade dos conteúdos, contempla-se o provável despertar do interesse daqueles que ainda consideram estudar um desafio. Visualiza-se aí uma possível ressignificação das escolas que agora deve visar o dinamismo e a criatividade.

Segundo o educador brasileiro Paulo Freire (2021a), o trabalho interdisciplinar possibilita o diálogo entre as diferentes áreas e seus conceitos, de maneira a integrar os conhecimentos distintos e com o objetivo de dar sentido a eles. Esse trabalho, no entanto, deve ser realizado de maneira a não anular ou diminuir os conhecimentos produzidos nas áreas específicas de conhecimento, mas promovendo a conexão entre eles. A ligação entre disciplinas, conceitos e conhecimentos deve proporcionar uma conexão entre o que é aprendido com o dia a dia do estudante. Assim, o estudante poderá enxergar maior valor no que está sendo ensinado a ele dentro da escola, e, conseqüentemente, se interessar mais pelo conteúdo, o que impacta positivamente seu processo de aprendizagem. Para Libâneo (1999, p.26),

[...] A Escola precisa deixar de ser meramente uma agência transmissora de informação e transformar-se num lugar de análises críticas e produção da informação, onde o conhecimento possibilita a atribuição de significado à informação.

Da forma como os itinerários formativos estão sendo pensados e colocados em prática, há pouca chance da possibilidade, dos mesmos, fornecerem aos alunos a chance de desenvolvimento de conexões entre os conteúdos curriculares e as suas realidades cotidianas, de forma a impulsionar e valorizar seus saberes, além de dificultar em algumas disciplinas que os estudantes façam a ligação da teoria com a prática.

Apesar de sempre ser mencionado nos Documentos Curriculares Nacionais a preocupação com a qualidade da formação do aluno e o desenvolvimento de sua aprendizagem, percebemos o direcionamento das parcerias privadas, na elaboração e nas ações propostas dos projetos educacionais. Os novos documentos são marcados por influências neoliberais e privatistas, voltadas não somente para a qualidade do ensino, mas também, para as exigências do mercado mundial.

1.3 A (Contra)Reforma do Ensino Médio iniciada de 2016 e suas estratégias

A educação precária que vivenciamos é um reflexo da crise política e social existente em nosso país. O sistema educacional brasileiro há tempos enfrenta graves dificuldades. A instabilidade e a fluidez das propostas provocam esgotamento na comunidade escolar. Professores e alunos sofrem com a vulnerabilidade do sistema. A falta de estrutura física adequada nas instituições escolares, as deploráveis condições de trabalho dos docentes, a evasão escolar e o baixo índice de aprendizagem dos alunos são fatores que chamam atenção e expõe a precarização do nosso ensino. Os problemas não são novidades, mas a rapidez que a depreciação escolar se expande sim.

É predominante em nosso sistema administrativo a instauração de processos políticos caracterizados pela multiplicidade e a volatilidade dos arranjos institucionais. Assim como em outros setores sociais, os projetos voltados para a educação possuem como atributo a fragmentação. A reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) faz parte desse movimento, sendo apresentada a sociedade como a décima sétima proposta de mudança para essa etapa de ensino em pouco mais de 160 anos. Ou seja, o tempo médio de vigência de cada uma é de aproximadamente uma década. Observamos que não há uma continuidade nas políticas públicas, os projetos instaurados se tornam corriqueiros, acaba que pequenas conquistas são perdidas de governo em governo. Mudam-se governo e ministérios, e se iniciam novos programas e projetos.

Nesse cenário, constatamos que as propostas advindas das políticas públicas contemporâneas, são realizadas de acordo com os interesses do governo vigente. Observa-se, na esfera política uma busca incessante por isenção de responsabilidades. Cada vez mais governantes aliam-se a corporações privadas e se tornam reféns das mesmas. Como efeito dessa aliança, temos, que as orientações administrativas provenientes desses grupos geram um grande impacto nas deliberações vindas da regência do país. Tais peculiaridades socioeconômicas, vinculadas as políticas em desenvolvimento, causam um problema generalizado no sistema público, inclusive no sistema educacional.

No campo político-econômico, o interesse do Brasil nos investimentos de capitais internacionais, levaram a alianças ideológicas, e uma relação de submissão e dependência do governo com os países de capitalismo avançado. A busca pelo realinhamento da política externa do Brasil aos países de grande capital econômico, pode ser citado com um dos fatores que levaram o Golpe recaído sobre a presidente Dilma Rousseff. No poder desde 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT) nos governos Luiz Inácio Lula da Silva/Dilma

Rousseff, em linhas gerais buscava aprofundar suas relações com países emergentes, como China, Índia, Rússia, África do Sul, entre outros. Enquanto isso, a oposição do governo, era contra a valoração dessas alianças, por não considerarem de grande interesse econômico para o país. Aécio Neves, escolhido para presidir o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 2013, aponta a visão dos partidos contrários sobre a política externa do governo petista:

O esforço feito no passado para reinserir o Brasil no mapa global, com atuação relevante em temas importantes no âmbito multilateral, tem sido muito atingido. A verdade é que a política externa deixou de representar os interesses permanentes do Estado brasileiro para defender o ideário do governo de plantão. Entre outros alinhamentos, o Brasil deixou em posição secundária a cooperação com os países desenvolvidos para priorizar as relações com nações emergentes e com os vizinhos no continente, em especial os afinados ideologicamente. Com isso, nossa fatia no comércio internacional vem declinando e nos últimos anos firmamos apenas três acordos comerciais, com países de pouca relevância. Esta política enviesada alija nossas empresas das cadeias globais de produção e, dessa maneira, deixa de gerar aqui empregos de melhor qualidade (NEVES, 2013).

A partir desse ideal de interesses neoliberais, observou-se nos partidos contrários ao governo em vigor e grupos empresariais, um movimento para se fazer possível seus objetivos e metas. Como resultado dessa artimanha, em 2016, conseguiram efetuar a manobra política antidemocrática que levou a deposição da presidente Dilma. O PT já enfraquecido pela crise política e econômica que se instaurou no país naquele momento, não conseguiu mais se manter no poder. Com o governo deposto, as portas se abriram para a política externa neoliberal. Acarretando profundas mudanças na organização das políticas públicas brasileiras.

Nesse contexto de tensões e conflitos, nasceu a MP nº 746/2016 que regulamenta a Reforma do Ensino Médio. A Medida Provisória se tornou a Lei nº 13415/2017 e foi apresentada aos brasileiros pelo então presidente Michel Temer, pertencente ao partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A proposta conduz o Ensino Médio a uma lógica mercadológica, em conformidade com as diretrizes do governo que assumiu o poder.

Os recursos destinados ao Projeto de Apoio à Implantação do Novo Ensino Médio foram adquiridos através de financiamento externo. O acordo selado entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD/BM) e a República Federativa do Brasil, foi no valor de US\$ 250 milhões. As condições requeridas pelo Banco Mundial (BM) para disponibilizar os recursos define um conjunto de mudanças sobre a oferta do Ensino Médio nas redes de ensino. Tais alterações são voltadas para a lógica de resultados, onde se busca o desenvolvimento da aprendizagem, de forma a capacitar os jovens para atenderem as

demandas profissionais futuras. O grupo financiador então, faz diagnósticos, oferta recomendações e indicam ações que consideram essenciais para o desenvolvimento do potencial humano e conseqüentemente da capacidade produtiva da força de trabalho.

É um investimento milionário, e o Brasil de alguma forma precisa mostrar resultados. O ensino público ofertado no país passa a ter então caráter finalista e profissionalizante, onde as metas e ações propostas pelos governantes revelam que o interesse do sistema político está centrado nos dados contábilísticos e não na formação plena do estudante.

Além das orientações advindas do BM, existe ainda grande interesse de outras organizações privadas na discussão do projeto Novo Ensino Médio. O Instituto Airton Senna, Instituto Unibanco, Instituto Natura, Fundação Leman, Fundação Roberto Marinho, entre outros estão envolvidos nessas discussões e participam de forma ativa no Movimento a favor da BNCC. Essa magnitude de interesses nos faz atentar quanto aos reais intuitos da implantação da proposta.

Souza (2017, p.33) ao analisar a letra da Reforma, aponta ainda outra estratégia empresarial vinculada ao documento. A legislação trabalhista é citada pelo autor como foco prioritário do governo que propôs a Reforma, tendo em vista o rebaixamento dos custos do trabalho, aumento da produtividade média dos trabalhadores e a terceirização das relações de trabalho. Além disso, destaca que nas ações propostas existe a ideia de “privatizar tudo o que for possível”, a partir de parcerias público-privado.

O BM defende as parcerias público – privado, por considerar que elas são eficientes ao gerir os projetos do Estado. O Estado ao repassar a execução das políticas educacionais para o setor privado mercantil, tende a garantir a qualidade no campo educacional. Segundo Peroni e Caetano,

as ações empresariais no campo da educação desenvolvem práticas que promovem a síntese entre interesse individual e interesse geral. Essas ações não interferem nos interesses econômicos nem se opõe ao Estado, ao contrário, atua através e com o Estado, modificando a cultura organizacional, visando que o Estado aprenda com as “qualidades” do setor privado: a flexibilidade, inovação, eficiência e eficácia, ou seja, os valores do mercado (PERONI, CAETANO, 2015, p.15)

A resolução do Conselho Nacional de Educação nº 3/2018 fomenta e regulamenta esse tipo de parceria. O artigo 12, da referida lei, se refere a organização do itinerário de formação técnica e profissional, e traz no inciso 9 a possibilidade de se efetivar essa sociedade. § 9º Para garantir a oferta de diferentes itinerários formativos, podem ser estabelecidas parcerias entre diferentes instituições de ensino, desde que sejam previamente credenciadas pelos sistemas de ensino, podendo os órgãos normativos em conjunto atuarem como harmonizador

dos critérios para credenciamento. Especifica ainda no artigo 17, inciso 13, algumas atividades que validam o acordo. § 13º As atividades realizadas pelos estudantes, consideradas parte da carga horária do ensino médio, podem ser aulas, cursos, estágios, oficinas, trabalho supervisionado, atividades de extensão, pesquisa de campo, iniciação científica, aprendizagem profissional, participação em trabalhos voluntários e demais atividades com intencionalidade pedagógica orientadas pelos docentes, assim como podem ser realizadas na forma presencial – mediada ou não por tecnologia – ou a distância, inclusive mediante regime de parceria com instituições previamente credenciadas pelo sistema de ensino. (Resolução CNE/CEB 3/2018). Esse tipo de parceria, entre governo e empresas privadas identificadas nos projetos educacionais é também notada em vários outros setores, se tornando uma estratégia contemporânea do governo.

Além das questões políticas, o governo também justifica a urgência da Reforma do EM com motivos educacionais. Pedagogicamente a Reforma do EM foi sancionada com o propósito de garantir um ensino de qualidade aos estudantes do país. As principais situações elencadas para justificar a implantação da reforma, pela Exposição de Motivos (EM nº 0084/2016/MEC) são: o currículo defasado, complexo e rígido que já não atende as expectativas dos alunos; o baixo desempenho dos estudantes nas avaliações externas; a alta taxa de evasão nessa etapa final do Ensino Médio; além da baixa taxa de concluintes do Ensino Médio que acessam o Ensino Superior ou concluem uma formação técnica profissional.

Nesse contexto de necessárias mudanças, as principais alterações trazidas pela Lei n. 13415/2017 são referidas à flexibilização curricular e o aumento progressivo da carga horária mínima anual, que de forma gradativa, busca incentivar a escola de tempo integral para o Ensino Médio. Vale destacar que o diálogo para se organizar as mudanças advindas da implantação da Reforma não se deu exclusivamente com profissionais da educação, estudiosos ou pesquisadores da área. Os grandes parceiros e interlocutores foram na verdade pessoas ligadas a grupos empresariais, que coincidentemente também participam de fundações e instituições não governamentais, que buscam de alguma forma ter acesso aos recursos públicos, destinados a esse e outros projetos.

Para organizar a Reforma do Ensino Médio, os interlocutores do Ministério da Educação não foram universidades, pesquisadores, professores e estudantes, mas sim empresários, através de organizações como o Instituto Alfa Beta, Sistema S, Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Fundação Itaú, entre outros (GONÇALVES, 2017, p.141).

Nesse cenário de interesses, percebemos uma duplicidade de intenções nas ações propostas da Reforma. De um lado, os propósitos da esfera política e do outro o desígnio

pedagógico, que busca o desenvolvimento da qualidade do ensino ofertado ao aluno.

Para o Banco Mundial, o apoio dado a implantação da reforma educacional do Ensino Médio auxiliará no desenvolvimento da qualidade de ensino do Brasil. Isso mostra que as intenções pedagógicas do projeto estão estritamente vinculadas as metas políticas, que por sua vez refletem o interesse das corporações privadas que necessitam de mão de obra qualificada para abastecer o mercado de trabalho.

1.4 Propostas pedagógicas para o Novo Ensino Médio: destinadas para o mercado de trabalho?

Desde a adesão do governo brasileiro às recomendações formais deliberadas pelas Conferências Mundiais sobre Educação, observa-se que as orientações recebidas são baseadas em análises econômicas que repercutem em nossas políticas educativas. O pesquisador francês Christian Laval (2019, p.13) afirma que o Brasil foi um dos primeiros países do mundo a chegar ao que ele chama de “capitalismo escolar”.

As reformas educacionais vêm sendo implantadas segundo a necessidade das grandes corporações econômicas e não da sociedade. A escola passou a ser uma empresa, onde o compromisso é com o mercado mundial e não com a formação do aluno. Essas mediações privadas afetam negativamente o funcionamento interno das escolas.

Segundo o educador brasileiro Libâneo (2010, p. 2) a escola deveria oferecer a formação integral do indivíduo, promovendo a formação de um cidadão crítico e participativo; um ser ético, que compreende os valores morais, a ideia de limites, além de capacitá-lo para o mundo do trabalho. Porém, é perceptível, que atualmente, a escola não está conseguindo cumprir integralmente seu papel em relação as finalidades de ensino.

As políticas públicas e as metas propostas pelo governo para que, segundo ele, haja melhorias na educação não priorizam a busca pelo conhecimento e pelos saberes, mas sim uma posição de destaque entre órgãos internacionais e nacionais responsáveis pela análise do nível de desenvolvimento estudantil. O sistema regulador de avaliação adotado atualmente nas escolas brasileiras foi inspirado nos modelos internacionais e possui caráter autoritário, onde a qualidade do ensino é classificada através da mensuração de resultados. O modelo que instiga a competição, é orientado pela formação de rankings e baseado em provas padronizadas aplicadas a todos os alunos, sem distinções. A disputa por uma posição nos rankings educacionais ocorre entre países, estados e até mesmo entre escolas de um mesmo município.

Segundo o governo federal, a Reforma do Ensino Médio objetiva garantir a oferta de uma educação de qualidade a todos os jovens brasileiros, colocando-os no centro do processo educacional. A ideia é possibilitar a aproximação das instituições escolares à realidade dos estudantes, considerando as novas demandas e as complexidades do mundo do trabalho e de sua vida em sociedade.

As autoridades investem alto na mídia buscando mostrar a sociedade que estão fazendo sua parte para sanar os problemas da educação dos jovens brasileiros. As propagandas na TV e as redes sociais são utilizadas como vitrine do governo. Nelas, é possível assistir campanhas publicitárias elaboradas para reforçar a ideia de que se está ofertando um projeto inovador, baseado em amplo diálogo e que trará grandes oportunidades aos alunos. Mas a realidade, é que o documento imposto a comunidade escolar é antidemocrático e foi aprovado pelas autoridades, sem sequer dar conhecimento prévio as Secretarias de Educação. Surpreendidos, instituições, estudantes e profissionais da educação ainda consideraram o programa educacional uma incógnita para o sistema de ensino.

As justificativas pedagógicas já citadas anteriormente, são vistas como responsáveis pelo desinteresse e pela baixa performance dos alunos. Mas ao analisarmos o documento, é possível identificar que as intenções do governo não são unicamente buscar soluções para os problemas didáticos e educacionais do sistema de ensino. Há na letra, estratégias de interesses empresariais que objetivam formar cidadãos com nível de conhecimento mínimo, porém adequados às suas necessidades. A criação do Movimento pela Base, em 2013, é outro exemplo que demonstra o interesse do setor empresarial nos projetos educacionais. O grupo de empresas privadas pertencentes ao Movimento, além de participar da idealização do projeto do Novo Ensino Médio, investiu na elaboração da nova Base Comum Curricular que visava redefinir a educação no Brasil.

É visto que, ao assinar o contrato de empréstimo com o BIRD para implementar a Reforma do Ensino Médio nas escolas públicas dos estados brasileiros, o MEC submeteu as instituições públicas escolares aos interesses do empresariado. O combinado, é visto, como uma artimanha do governo, para que a escola opere em conformidade com a ordem econômica vigente. As recomendações do Banco Mundial se baseavam no aumento da carga horária e implementação de escolas em tempo integral, atualização do currículo e flexibilização curricular, que agora será composta além da BNCC pelos itinerários formativos. Em cada ação elaborada pelo governo é possível perceber contradições de propósitos e intenções ocultas propagadas à sociedade.

No que se refere a ampliação da carga horária, a proposta foi aumentar em 25% o

tempo que o aluno permanece na escola. Com esse acréscimo, a ideia seria que, com mais tempo na escola os alunos estudariam mais. Porém, o que ocorreu, foi uma redução da carga horária das disciplinas de conhecimentos gerais. Mesmo permanecendo 3000h na escola, 40% desse montante será destinado aos itinerários formativos, ou seja, 1200h, restando apenas 1800h para as disciplinas consideradas essenciais para a formação do aluno.

A limitação da carga horária voltada aos conteúdos considerados básicos para a formação do aluno, mostra que a BNCC elaborada com a influência do grupo Movimento pela Base, apresenta uma visão de currículo minimalista, que tende a reforçar a desigualdade de oportunidades já evidente em nossa sociedade. A proposta de implantação dos itinerários formativos nas escolas também chama a atenção e reforça tal questão. A instabilidade na forma como as instituições passarão a disponibilizar essa modalidade de ensino, acarreta preocupação. Enquanto algumas escolas serão capazes de ofertar todos os tipos de itinerários, outras conseguiram oferecer apenas uma opção aos estudantes. Tal contexto, é legalmente regulamentado no documento, visto que, cada instituição escolar poderá ofertar os itinerários de acordo com suas particularidades.

Nessa perspectiva, observamos que há uma grande probabilidade de jovens matriculados nas escolas públicas, que possuem menos condições financeiras que outros modelos de instituições, saírem do Ensino Médio com uma defasagem curricular ainda pior das já constatadas nas recentes avaliações externas. A desigualdade na oferta do ensino, conseqüentemente, gera na classe estudantil uma redução nas chances de se disputar uma vaga em instituições públicas superiores e na possibilidade de se adquirir uma formação técnica adequada. O fato é, sem uma boa qualificação o sujeito dificilmente garantirá um bom posicionamento no mercado de trabalho.

Cumprir o currículo mínimo, se antes era difícil, agora com a redução da carga horária é tarefa quase impossível. Outro ponto importante a se considerar é que ao sugerir o aumento de carga horária e incentivar as escolas de Ensino Médio Integrais, o governo federal exclui os jovens de camada social menos favorecida, desconsiderando a realidade da maioria do seu público alvo.

Muitos adolescentes, frequentadores do ensino público brasileiro, começam a trabalhar cada vez mais cedo, na busca pela sobrevivência. O desemprego, a fome, a violência, a falta de uma moradia digna e até mesmo de uma estrutura familiar estável, são realidades entre os estudantes da camada popular. Não veem sentido gastar o seu tempo na escola, pois, essa instituição já não lhe garante condições de ascensão social. Sendo assim, o ganho é maior trabalhando do que estudando. Não há como idolatrar um futuro incerto se o

presente pede por socorro.

Partindo para a análise da alteração do currículo, o professor brasileiro Celso Ferreti critica, “a lei nº 13415/2017, parece insistir na perspectiva de que o conjunto dos problemas presentes no Ensino Médio público pode ser resolvido por meio da alteração curricular”. (FERRETI, 2018, p.27).

O novo currículo do ensino médio será composto pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e por itinerários formativos, que deverão ser organizados conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino. Os arranjos serão por área de conhecimento, Matemática e suas tecnologias, Linguagens e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias e Ciências humanas e sociais aplicadas. Além desses, a formação técnica e profissional também será uma opção. (BRASIL, 2017).

Nesse novo contexto, as únicas matérias obrigatórias que manterão suas cargas horárias nos três anos do Ensino Médio são Português, Matemática e Inglês. Outras disciplinas tão importantes para o desenvolvimento pleno do aluno como Biologia, Física, Química, Artes, Filosofia, Sociologia, Educação Física, dentre tantas outras, não possuem critérios de divisão de carga horária e cabe a cada instituição decidir sobre sua oferta. Nessa nova organização curricular cada escola adota uma grade diferente durante o ano. Ao fracionar os conhecimentos, a implantação dos itinerários promove, distintas formações.

É um ensino dual, ofertado à sociedade. Tal fato, é considerado um aspecto relevante para o grupo empresarial que de forma direta influência nas tomadas de decisões das políticas públicas brasileiras. Não há como ofertar boas oportunidades a todos, alguém precisa fazer o trabalho de base para que o sistema econômico dê certo. Essa relação de exploração social e econômica, marginaliza a sociedade e repercute diretamente no processo educativo.

A proposta do itinerário de formação técnica e profissional reafirma a intenção do governo de disponibilizar a sociedade esse tipo de educação. Enquanto os estudantes da escola pública estão concluindo o Ensino Médio preparados diretamente para assumir seu papel no mercado de trabalho, os filhos da elite estão sendo instruídos pra adentrarem nas melhores faculdades e nos cursos superiores de maior reconhecimento social.

Fica explícito na análise das ações propostas na Reforma do Ensino Médio, que o sistema de ensino está ofertando a sociedade conteúdos mínimos de aprendizagem, numa escola simplificada, aligeirada e atrelada as demandas do mercado de trabalho. O objetivo no momento é profissionalizar, formar cidadãos capazes de exercer seu ofício, ou seja, conceder mão de obra qualificada, de acordo com as novas exigências do ramo de atividades trabalhistas. Não se trata de um sistema de ensino voltado a ensinar conhecimentos

significativos para os jovens, mas de uma escola centrada em fornecer conhecimentos práticos.

2 A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

No século XXI a educação vem enfrentando diversos desafios. Tornar o ensino gerador de conhecimentos múltiplos e amplos para as crianças e adolescentes estudantes tem se tornado uma tarefa de difícil execução. Perante o avanço das novas tecnologias e a facilidade de acesso aos diferentes meios de comunicação, as práticas pedagógicas tradicionais, baseadas na transmissão de conteúdos e informações, já não fazem mais sentido para essa nova geração.

As mudanças de perfis dos egressos no sistema educacional, tem provocado transformações no meio escolar. Visto que as práticas pedagógicas e educacionais das mais diversas naturezas, em atendimento a tantas mudanças, vêm sofrendo a pena de modernizações urgentes em suas estratégias e práticas cotidianas. Em prol de se alinhar à essa nova realidade, pautada na lógica do desenvolvimento tecnológico, cada vez mais atuante e dinâmico em todas as áreas (sociais, econômicas e educacionais), tem-se também promovido modificações na (re)elaboração dos atuais Projetos Políticos Pedagógicos (PPP). O documento é responsável pelo desenvolvimento estrutural, estratégico, financeiro e pedagógico de gestão e desenvolvimento das escolas e vêm trazendo no momento presente em suas redações, metas para adoção de um ensino mais flexível, focado não só em conhecimentos teóricos, mais também no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como o respeito, a empatia, a resiliência e a colaboração, que são aspectos fundamentais para o desenvolvimento social e profissional do estudante. Visando assim, formar um cidadão atuante em seu meio social, capaz de desenvolver as atividades que lhe cabem com autonomia.

Nesse sentido, a escola tem como novo propósito se tornar um espaço de múltiplas possibilidades de aprendizagens. Almejando propiciar a formação integral do cidadão, o capacitando a entender e atuar na sociedade contemporânea. Para se alcançar esse objetivo, o espaço escolar deve se tornar um ambiente de ensino atrativo e provocativo, adotar um currículo diversificado promovido por meio de metodologias que incentivem e incitem o trabalho colaborativo, a autonomia, a criatividade e a inovação.

Nesse contexto de desafios, a etapa que apresenta a situação mais preocupante do sistema educacional brasileiro nesse momento, refere-se a última etapa do Ensino Básico, a qual seja, o Ensino Médio. As altas taxas de evasão, o número de reprovações e os baixos índices de rendimento, revelados nos diagnósticos e censos educacionais adotados como parâmetros da qualidade educacional, nessa etapa de ensino, têm chamado a atenção de

especialistas da área e reforçado a necessidade de mudanças nesse segmento.

Muitos dos jovens e adolescentes frequentadores desta etapa de escolaridade estão abandonando os estudos. Esse cenário, não ocorre por acaso, vários desse público juvenil, adentram no mundo do trabalho antes mesmo da conclusão do Ensino Médio e tantos outros não dispõem de incentivo, estrutura e apoio familiar para concluir essa trajetória. De acordo com o levantamento “Educação brasileira em 2022 - a voz de adolescentes”, realizado em setembro do referido ano, pelo Ipec (ex-Ibope) a pedido da Unicef, 11% das crianças e adolescentes de 11 a 19 anos estão fora da escola no Brasil. Isso representa cerca de 2 milhões de jovens nessa faixa etária longe dos bancos escolares. Segundo a pesquisa, as causas de abandono são variadas, sendo que os principais motivos elencados foram as necessidades socioeconômicas, pois cada vez mais, esses cidadãos precisam auxiliar na renda familiar, desmotivação com o modelo de ensino vigente, reprovações consecutivas e gravidez na adolescência.

A taxa de reprovação do nosso sistema de ensino é calculada considerando dois fatores, o desempenho por meio de notas nas disciplinas obrigatórias do currículo e o número de faltas nas aulas ministradas no período escolar. Podemos assim alegar que, as taxas de evasão e reprovação são proporcionais, se aumenta a taxa de evasão, cresce consequentemente a taxa de reprovação.

Devido a crise humanitária provocada pela pandemia da Covid-19, as taxas de rendimentos ficaram desacreditadas. Instituições de ensino foram instruídas por órgãos públicos responsáveis, a adotarem medidas visando minimizar a retenção e o abandono escolar, durante o período crítico pandêmico. Em algumas escolas, foi realizada a adequação do currículo, considerando a recomposição das aprendizagens, em outras, valeram-se da aprovação automática e em casos críticos foi se adotado a progressão continuada.

Mesmo com a camuflagem nas taxas de reprovação acima mencionadas, os resultados nas avaliações externas sobre o nível de aprendizagem dos estudantes, não mentem. Os índices de rendimento escolar dos alunos brasileiros estão muito abaixo da média mundial. De acordo com o último resultado divulgado para análise, o país ocupa posição entre os 20 piores dos 79 países participantes do último PISA. Por isso, se faz necessário uma reorganização das escolas, reavaliando sua função social para se adaptar ao novo contexto. Além de buscar reduzir a grave defasagem de conteúdos considerados básicos ao cidadão, se faz urgente a elaboração de estratégias que promovam a socialização dos alunos em um espaço escolar atrativo e que proporcione conhecimentos relevantes e pertinentes a sua realidade.

O Novo Ensino Médio é apresentado pelo governo como uma Reforma adaptativa necessária aos novos tempos. O projeto tem como objetivo modernizar e atualizar o último estágio da Educação Básica do nosso sistema educacional, buscando atender às novas demandas. Assim, neste capítulo buscamos discutir sobre como está sendo implementado o projeto Novo Ensino Médio nas escolas, trazendo expectativas e desafios que esse movimento traz ao contexto acadêmico. Realizamos também, uma comparação na prática escolar entre o Ensino Médio anterior e o Novo Ensino Médio e por fim, procuramos analisar como esse novo ensino tem sido desenvolvido nas salas de aula.

2.1 O Novo Ensino Médio: expectativas e desafios reais

A proposta de implantação de uma nova política pública oferece a sociedade esperança, advinda da oportunidade de se alcançar mudanças e benefícios. Concomitantemente, esse cenário de novidades, gera grandes desafios ao governo e a comunidade em geral. O Novo Ensino Médio é uma reforma educacional que está sendo implantada no país, possuindo como principal objetivo a atualização e a flexibilização do currículo escolar para atender às demandas da sociedade contemporânea e reduzir os embargos envolvendo a educação brasileira. Busca-se melhorar a qualidade da formação do estudante, modernizando o ensino, capacitando-o para atuar de forma consciente e crítica, em sua vida pessoal e profissional. Com esse intuito, dentre as novas estratégias se propõe a adoção de metodologias que possibilitem o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a inclusão de temas transversais atualizados.

As possibilidades são muitas, todas visando ampliar as oportunidades de aprendizagem dos alunos, a melhoria na qualidade do ensino e a formação integral do cidadão. Porém, traz como desafios as condições de desigualdades ao qual a sociedade brasileira está inserida, a falta de infraestrutura adequada nas escolas e a insuficiente e inapropriada capacitação dos professores.

Os novos direcionamentos apontam para uma educação mais flexível, personalizada e adaptada às necessidades dos estudantes, que se preparam para enfrentar os desafios do século XXI. Com a partilha da grade curricular entre disciplinas obrigatórias e disciplinas optativas, o aluno tem a oportunidade de escolher uma parte do seu conteúdo curricular, considerando seus interesses e objetivos profissionais.

A parte flexível do currículo, já apresentada aqui, como itinerários formativos, busca promover a integração entre a teoria e a prática, incentivando a realização de projetos

interdisciplinares, adotando metodologias que incentivem a participação e autonomia dos alunos, que devem buscar desenvolver coletivamente a proposta de cada projeto.

As metodologias adotadas na implantação dos itinerários formativos favorecem a formação de um cidadão mais crítico e participativo na sociedade. A sugestão é dispor de procedimentos que reforcem o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, que serão importantes para o estudante, tanto na escola como em seu cotidiano. Desenvolver a capacidade de comunicação, de trabalhar em equipe, oportunizar ao aluno a ser responsável por tomadas de decisões, praticar o gerenciamento emocional, reforçar o sentimento de tolerância e o ato de respeitar ao próximo, são competências que acompanharão o aluno pela vida toda. Conseqüentemente, a escola irá contribuir, com a sociedade como um todo, concebendo cidadãos mais conscientes e responsáveis, independente de suas escolhas futuras. Além disso, tal estratégia, favorece um ambiente escolar mais desenvolvido e agradável, o que pode ocasionar a redução nas taxas de evasão e incentivar os alunos a melhorarem seu desempenho escolar.

A diversificação da parte flexível do currículo também é um fator que reforça as oportunidades de aprendizagens. Trazer temas atuais de relevância para a vida do aluno, poderá incentivá-los a participar de forma ativa do processo de aprendizagem. Quando os temas adotados em sala de aula fazem sentido para o aluno, eles se sentem mais motivados a aprender, pois conseguem fazer a conexão do que estão aprendendo na escola e sua vida real. Outro fator importante a ser destacado, é a possibilidade de se trabalhar interdisciplinarmente com os temas escolhidos.

Faz-se oportuno relacionar algumas estratégias da Reforma para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, aos ensinamentos deixados pelo educador Paulo Freire. Segundo Freire (FREIRE, 2021a), para que haja conhecimento, é necessária uma formação que ensine a pensar, pois quando o indivíduo entende sua realidade e passa a refletir sobre ela, obterá capacidade de se compreender como um ser social e buscará melhorar sua condição. O objetivo é a busca pela construção de um conhecimento crítico e centrado na autonomia do educando, o aluno deve aprender a ler o mundo para assim, poder transformá-lo. Freire recomenda, a estratégia da ação-reflexão-ação, utilizando como instrumento o estímulo à curiosidade, à postura ativa e à experimentação; indicando o incentivo à análise crítica e ao protagonismo do aluno. O patrono da educação, destaca ainda que, ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (FREIRE, 2021b, p.47). Dessa maneira, Freire enfatizava que toda instituição escolar deve acolher efetivamente o educando, traçar estratégias de ensino que supram suas necessidades,

criando projetos que agucem sua curiosidade e estimulem constantemente a criatividade. Ações essas evidenciadas na proposta da Reforma do Novo Ensino Médio.

Em conflito com o ideal de desenvolvimento de habilidades socioemocionais no ambiente escolar, citado acima, observamos o aceite da Portaria MEC nº 865/2022, conhecida como Rede de Inovação para a Educação Híbrida. Tal documento, é uma estratégia autorizada recentemente pelo Ministério de Estado da Educação que outorga aos Estados o direito de implantar estratégias para ofertar a educação híbrida a sua comunidade. A adesão ao método de ensino é voluntária e está em conformidade com a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens. O procedimento tem como objetivo contribuir com a implementação da proposta do Novo Ensino Médio visando disponibilizar o ensino a um maior número de jovens e adolescentes, garantindo alcançar a equidade de acesso a educação de forma equitativa e efetiva. O método se torna uma opção viável, já que a Reforma prevê uma carga horária flexível e consente o uso de metodologias de ensino diferentes. A oferta de disciplinas complementares ou eletivas no ensino a distância, se tornou uma opção eficaz principalmente ao ensino noturno, pelo desafio imposto a esse grupo, de se cumprir a nova carga horária exigida pelo projeto. Vale, no entanto, ressaltar, que o procedimento referido, impossibilita a interação pessoal e a socialização que ocorre no ambiente escolar. Por isso, tal categoria de disciplinas não deve substituir a formação presencial do estudante, mas ser aplicada de forma complementar ao regime tradicionalmente adotado.

Outra opção a se destacar, disponibilizada na oferta dos itinerários, são as disciplinas técnicas e profissionalizantes. Nessa possibilidade, a Reforma sinaliza para o avanço de uma dualidade educacional, influenciada por orientações mercadológicas. Tais itinerários visam preparar e inserir o aluno no mercado de trabalho, permitindo que desenvolvam competências em campos específicos. O aluno terá a oportunidade de escolher uma área de interesse, como saúde, tecnologia, comunicação e assim ter a chance de desenvolver habilidades já em seu setor de propensão, através da realização de estágios e outras atividades extracurriculares. Vale ressaltar, ser possível cursar disciplinas dos itinerários técnicos na categoria do Ensino a Distância (EAD), principalmente os cursos que envolvem integralmente conteúdos teóricos, que podem ser facilmente acessados por meio de plataformas digitais.

De qualquer forma, nesse modelo o aluno conclui o Ensino Médio e um curso técnico simultaneamente. A certificação do curso escolhido pode ser considerada como um diferencial para quem almeja ingressar no mercado de trabalho. Evidencia-se, porém, que a implantação dos itinerários formativos técnicos e profissionalizantes está ocorrendo de forma

lenta e gradual. As maiores dificuldades enfrentadas para adesão a essa categoria, estão na falta de infraestrutura adequada nas instituições escolares para a inserção dos cursos técnicos e escassez de profissionais qualificados para ministrá-los. Aponta-se também que, esse modelo de itinerário, tende a personalizar o ensino, já que as escolas terão autonomia de escolher qual tipo de itinerário técnico ofertar, considerando as demandas de mercado locais.

Apesar do propósito inicial propagado pelo governo federal ser modernizar o Ensino Médio visando ampliar a oportunidade de desenvolvimento da aprendizagem do aluno contemporâneo, observamos que intenções ocultas estão infiltradas em toda Reforma. Ao analisarmos o documento, é possível perceber um ideário conflitante, havendo um evidente embate entre a legislação e o mundo real. Contemplamos múltiplas pretensões no programa, que se destinam a satisfazer diversos interesses, o que tem gerado inúmeros questionamentos e críticas da sociedade quanto à implementação da proposta.

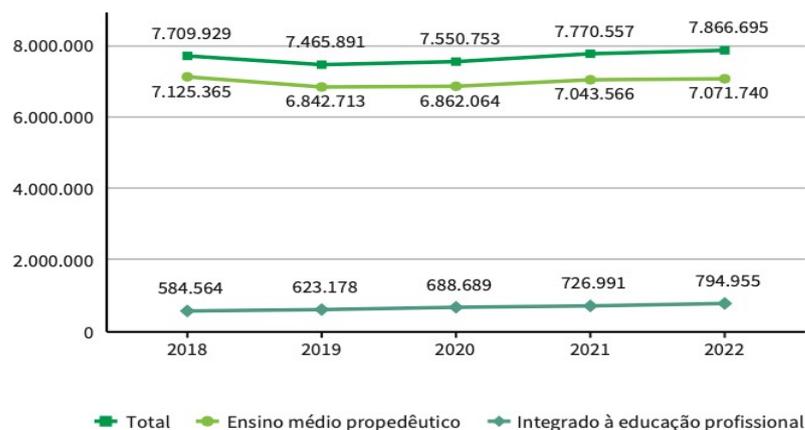
Um fato agravante, é que a nova política pública educacional ao flexibilizar o currículo acaba por colocar em risco a formação integral do aluno. A ideia de ofertar a todos um ensino acessível e inclusivo, com um currículo minimalista tende a prejudicar as possibilidades futuras de desenvolvimento social e profissional do estudante. Além disso, a possibilidade de escolhas de arranjos curriculares deliberadas pela Reforma a cada instituição, tende a reforçar as diferenças sociais, econômicas e culturais existentes nas diversas redes de ensino vigentes. Tendo visto que, a implantação de cada itinerário ficará subordinada à situação socioeconômica dos alunos e às condições físicas das instituições escolares que frequentam.

A oferta de um ensino dual na implantação da Reforma, é reconhecido e assentido pelo governo. Os escritos do documento Lei nº13.415/2017, apresenta no artigo 36 considerações que legitimam a oferta de diferentes ensinosa distintas classes em distintos sistemas de ensino. Salienta que, o currículo do Ensino Médio deverá ser organizado por meio de diferentes arranjos curriculares, que deverão ser ofertados conforme a relevância para o contexto local e a “possibilidade dos sistemas de ensino”. Traz ainda no § 1º que, a organização das áreas de conhecimento será feita de acordo com os critérios estabelecidos “em cada sistema de ensino” (Lei nº13.415/2017).

Ao ofertar um ensino personalizado, tal projeto, tende a reforçar a desigualdade de oportunidades existentes em nossa sociedade. Principalmente se considerarmos as desproporcionais formas de acesso à educação, além dos distintos contextos econômicos, sociais e culturais existentes no país. Segundo informações do Censo Escolar da Educação Básica 2022, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC), em 8 de fevereiro de 2023, 29

413 escolas ofertaram a etapa do Ensino Médio no Brasil. De acordo com os dados, foram registradas quase 7,9 milhões de matrículas no ensino médio (um aumento de 1,2% em relação a 2021). Os números foram registrados no gráfico abaixo:

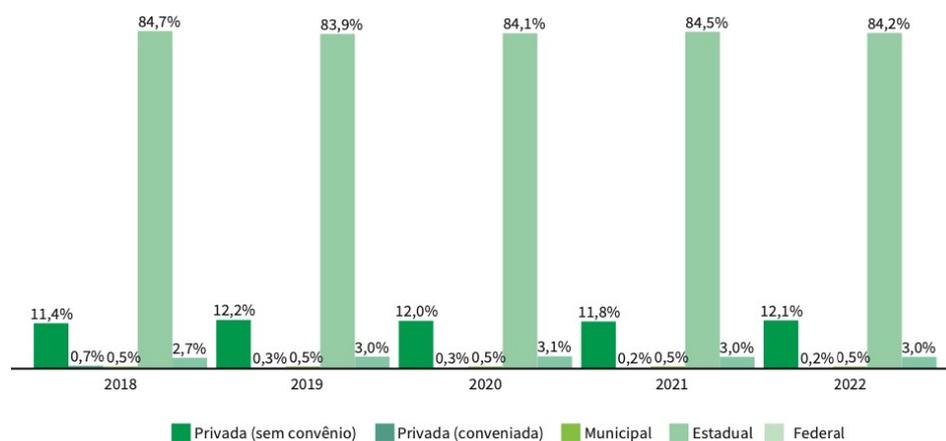
GRÁFICO – 1 Número de matrículas no Ensino Médio (total, integrado e não integrado à educação profissional) – BRASIL – 2018 – 2022



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica (2022).

Ainda de acordo com os dados do Censo 2022, é notório a responsabilidade da rede pública de ensino (municipal, estadual e federal), na formação dos jovens e adolescentes do nosso país. Nesse universo, está a maioria dos estudantes (87,7%), sendo a rede estadual encarregada por 84,2% desse público. Já a rede privada possui cerca de 971,5 mil matriculados (12,3%). Os referidos dados, podem ser visualizados no gráfico, a seguir:

GRÁFICO – 2 Percentual de matrículas no Ensino Médio, segundo a dependência administrativa (rede privada separada em conveniada e não conveniada com a rede pública) – BRASIL – 2018-2022.



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica (2022).

Analisando os dados apresentados, percebemos que existe uma pequena minoria de estudantes recebendo uma formação elitista, regada de privilégios. Fica evidente, explorando o contexto educacional, que escolas privadas, possuem melhores condições financeiras que as

da rede pública, e por isso, tem condições de ofertar estrutura física, materiais pedagógicos modernos e qualidade de ensino mais elevada do que outras instituições escolares.

Outro aspecto relevante, é o fato, dos estudantes frequentadores dessa rede de ensino, que possuem melhores condições financeiras, muitas vezes tem mais acesso a recursos que favorecem o aprendizado, como livros, materiais didáticos, computadores, acesso à internet, entre outros. Além disso, as escolas privadas podem escolher os profissionais que irão atuar em sua instituição, buscando educadores treinados e capacitados para alcançar seus objetivos. Tais prerrogativas, fazem toda a diferença para se alcançar as metas da Reforma. Essa classe privilegiada, é formada em grande maioria, por filhos de famílias beneficiadas pelas regalias do sistema capitalista e que buscam reproduzir o sistema de privilégios ao qual já estão inseridos. Para mais, os alunos e seus familiares possuem conexões a indivíduos influentes em campos específicos, o que lhes dão vantagem nas futuras oportunidades de emprego.

Em contraste a essa realidade, temos os estudantes da rede pública de ensino. Não há como descrevê-los de forma geral, mas, podemos citar algumas tendências e características que podem ser observadas em sua clientela. A maioria de seu alunado possui origem familiar humilde e maior dificuldade de acesso a recursos educacionais. Além disso, muitos jovens matriculados no Ensino Médio público têm que conciliar trabalho e estudo, para se tornar autossustentável ou até mesmo auxiliar financeiramente suas famílias. Buscando informações concisas, é possível encontrar no site Todos pela educação, dados de uma pesquisa de opinião com estudantes de escolas públicas do Ensino Médio de todo o Brasil.

A pesquisa faz parte da iniciativa Educação Já 2022, encomendada pelo Todos Pela Educação em parceria com a Fundação Telefônica Vivo, o Instituto Natura e o Instituto Sonho Grande, realizada pelo Datafolha entre 8 de fevereiro e 18 de abril de 2022. A pesquisa constata que aproximadamente 1 a cada 3 adolescentes (33%) matriculados no Ensino Médio público já trabalham fora de casa regularmente, e quase metade (48%) do total pesquisado disseram já ter pensado ou pensam parar de estudar para trabalhar. Outrossim, é necessário destacar que, além das dificuldades já elencadas, o ambiente escolar ofertado a esse colegiado, frequentemente sofre com a falta de recursos e investimentos adequados, fato esse, que vem a influenciar ainda mais na qualidade do ensino disponibilizada pela rede pública de instrução.

Posto isso, contemplamos que a Reforma do Ensino Médio, estabelece que o sistema educacional, proponha o mesmo projeto e as mesmas ações à distintos públicos, de diferentes apropriações e, como consequência, tende a provocar desiguais impactos na vida dos estudantes. Como visto acima, trata-se de um único projeto ofertado à distintas realidades. É

importante ressaltar que, se a reforma não é igualmente ofertada, não irá beneficiar a todos os jovens frequentadores do Ensino Médio de forma uniforme.

O sociólogo Pierre Bourdieu, enfatiza que ao se desconsiderar as desigualdades culturais das diferentes classes a escola reproduz as desigualdades sociais por ser mais favorável aos alunos social e culturalmente privilegiados.

[...] para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. (BOURDIEU, 1998, p. 53)

As condições de existência a que cada grupo se expõe refletem diretamente na educação e na aprendizagem dos alunos. Em todas as instâncias deve ser considerado as particularidades dos diferentes grupos sociais. A reforma, com a adoção de suas práticas, demonstra ter assumido a função de prover a grande parte da massa trabalhadora do sistema capitalista. Fica evidente que, ao invés de promover uma transformação na educação dos jovens brasileiros, as medidas adotadas na Reforma, tem premissas que reforçam a diferença de oportunidades já existentes entre as distintas classes sociais. De um lado há jovens recebendo um ensino de excelência, e de outro, o ensino destinado às classes menos desprovidas financeiramente. Esses últimos, estão sendo capacitados pelo sistema educacional para exercerem sua função previamente prognosticada no mercado de trabalho.

Outro desafio real a ser enfrentado na implantação do Novo Ensino Médio se refere à capacitação dos profissionais da educação. Os mesmos, reclamam que não tiveram tempo hábil para se adaptarem a essa nova realidade. Sendo assim, muitos professores não se sentem preparados para lidar com as mudanças que a Reforma traz. Os que embarcam na aventura, reclamam da falta de formação continuada de qualidade e da dificuldade de conseguir integrar as diferentes áreas de conhecimentos e trabalhar de forma interdisciplinar. Tal procedimento exige dos professores um nível de conhecimento que vai além do currículo adotado nas universidades e também uma atuação dinâmica e criativa.

É necessário engajamento, diálogo, estudo e pesquisa por parte do corpo docente, pois, agora ele não deve dominar apenas sua disciplina, mas precisa estar apto a conectá-la a outras áreas de conhecimento. E tal feito, não se desenvolve rapidamente, é necessário, explorar e exercitar estratégias para se desenvolver tal habilidade. Mesmo assim, a eles, foi atribuído de imediato a responsabilidade de elaborar o currículo flexível, de caráter integrador e interdisciplinar que deverá ser adotado por sua instituição escolar.

Deveras não tenha recebido do governo suporte necessário e recursos apropriados para

realizar a tarefa de forma a garantir uma educação de qualidade aos alunos. Outro agravante, é a depreciação da carreira do educador. Quando o profissional se sente desvalorizado, tende a perder o entusiasmo e o comprometimento com o trabalho. Desmotivados pela falta de reconhecimento, carga excessiva de trabalho e baixa remuneração, os profissionais da educação, muitas das vezes, não vêm sentido em se dedicarem a uma nova proposta, que como tantas outras ascendentes são fardadas a descontinuidade pelas múltiplas políticas de governo.

À vista da discussão, percebemos que a implantação de uma nova política pública pode trazer muitos desafios, mas traz consigo diversas possibilidades de mudanças e melhorias para a sociedade. A Reforma do Ensino Médio, busca trazer inovações no sistema educacional, como resposta aos problemas sociais não solucionados advindos da crise na educação e em especial da última etapa do ensino básico brasileiro. Para que o projeto Novo Ensino Médio seja implantado com sucesso é necessário que os desafios sejam enfrentados e as possibilidades exploradas. Para isso, é necessário um diálogo construtivo entre todos os envolvidos no processo, um planejamento adequado e ações efetivas do governo para que os objetivos sejam alcançados.

2.2 A Prática Escolar: comparações entre o Ensino Médio anterior e o Novo Ensino Médio

Conhecer e identificar as diferenças entre o Ensino Médio anterior e o Novo Ensino Médio é imprescindível para se compreender as transformações que estão acontecendo na educação brasileira e, sobretudo, na(s) prática(s) escolar(es), como um aporte para se compreender como essas mudanças afetam o ensino e a aprendizagem dos estudantes.

Estrategicamente, o governo federal estabeleceu parcerias com diversas companhias/empresas dos setores privados e por meio dessa junção, o governo implementou a Lei nº 13.415/2017. Assim, originou-se os projetos que delinearão as expressivas alterações que deram forma ao novo modelo educacional destinado ao Ensino Médio no Brasil. Em suas retóricas discursivas, utilizaram como pano de fundo para essas significativas mudanças, a urgência da necessidade de redefinição do papel da escola, na qual se projeta o ideário da proposta de uma formação mais adequada às necessidades atuais dos estudantes e do mercado de trabalho.

Os interesses do governo e do setor privado na implantação dessa contrarreforma ficaram camuflados nas mudanças propostas no documento. Ao refletirmos sobre as reais

intenções da cúpula administrativa do país nesse projeto educacional, concordamos, ao menos, numa questão levantada, o modelo antecedente do Ensino Médio estava ultrapassado. Mas, será que esse modelo que denominaram de novo irá de fato contemplar as necessidades das escolas, ou apenas das demandas de mercado?

Não é novidade para ninguém que o ensino tradicional e generalizado tal qual o adotado no Brasil, criado a mais de 30 anos, não consegue acompanhar as mudanças significativas que aconteceram no mundo. A falta de conexão entre o que é ensinado nas escolas e os acontecimentos dos mais simples aos mais generalizados, bem como as necessidades do mundo real, fizeram com que os estudantes se sentissem desmotivados na lida com os estudos, sendo esse, considerado um dos fatores agravantes do abandono escolar e do declínio crescente em relação ao nível de aprendizagem dos alunos.

O avanço tecnológico, a globalização e as transformações sociais, são elementos contemporâneos que fundamentam a necessidade de se atualizar as estratégias educacionais para se promover uma educação mais ampla e de melhor qualidade. Em vista disso, a reforma propôs consideráveis modificações na organização, na estruturação do ensino e na matriz curricular do Ensino Médio. Dentre as mudanças propostas, está previsto o aumento da carga horária e a ampliação da oferta de escolas de período integral, bem como a reestruturação curricular com o incentivo ao ensino técnico profissionalizante e a flexibilização da docência.

A primeira alteração a ser analisada é o aumento da carga horária. O acréscimo altera o artigo 24 da LDB, propondo uma ampliação progressiva de 800 para 1400 horas no ano. Sendo que, até o final de 2022, todos os sistemas de ensino já devem ter se adaptado a jornada de 1000 horas no ano, totalizando 3000 horas ao longo do Ensino Médio. Posto isso, no momento presente, as escolas que disponibilizam o Ensino Médio à sociedade, já deve ter colocado em prática o 6º horário em todos os 200 dias letivos do calendário, garantindo o mínimo de 5 horas relógio ao dia.

Até o final de 2023, a meta é alcançar 1200 horas. A adição na carga horária, deve acontecer, de acordo com o cronograma de implementação estabelecido em cada rede, até atingir o desígnio de 1400 horas anuais. O objetivo do aumento da carga horária, de acordo com o discurso é que a escola tenha tempo hábil para ofertar uma formação integrada de qualidade aos estudantes, que deve incluir matérias da Formação Geral Básica e Itinerários Formativos. Porém nessa perspectiva, os alunos não conseguirão cumprir todos os seus desígnios escolares em um único período do dia.

Para tanto, precisaríamos de um número maior de Unidades Escolares para atender essa demanda, ou validar as intenções contidas por detrás dessa cortina, colocar em prática um

ensino EAD, promovido por meio de aulas gravadas (vídeos-aulas), sem a intervenção direta de professores formados nas diversas áreas do conhecimento. Embora, se tenha apenas um coordenador (de qualquer área do saber) para averiguar o feitiço das atividades propostas aos alunos para compor uma parte dessa carga horária que crescerá abruptamente em 600 horas de um ano para outros sem qualquer acréscimo do número de escolas destinadas ao atendimento da etapa do Ensino Médio.

Todavia, a ampliação da carga horária no Novo Ensino Médio impulsiona a criação de mais escolas que disponibilizem o ensino em tempo integral. Prevê ainda, a oferta de tecnologias educacionais e horários mais flexíveis aos estudantes, para o cumprimento das disciplinas optativas do currículo. À vista disso, as atividades complementares podem ser realizadas em diferentes momentos do dia, em plataformas de ensino a distância e até mesmo em outras instituições públicas ou privadas, sendo essas denominadas de parceiras no referido projeto político.

Observamos que há por parte dos idealizadores da reforma a intenção em adequar à nova carga horária curricular a realidade do aluno ou de atender aos interesses capitalistas propostos para instituir as demandas impostas para esse novo modelo. Haja vista que nessa expectativa, viabiliza-se diversas possibilidades de cumprir esta carga horária, respeitando ainda, as distintas disponibilidades. Porém, vale ressaltar que, a ampliação de tempo na escola não garante o aumento da qualidade do ensino. Sendo assim, tal mudança desassistida, não irá solucionar a crise do Ensino Médio. Deve-se preliminarmente pensar na viabilização de qualificações de excelência aos profissionais que irão executar as ações propostas, na adequação da infraestrutura das instituições possibilitando o funcionamento adequado do planejamento dos docentes, além de se prover condições e recursos para que professores possam desenvolver os projetos almejados. Somente considerando essas e outras conjunturas será concebível assegurar que esse tempo a mais de ensino, gere aprendizagem de qualidade.

A segunda alteração a ser discutida, altera o artigo 36 da LDB e diz respeito a mudança na estruturação do currículo, através da adoção da flexibilização curricular. A ampliação da carga horária na etapa Ensino Médio, de 2400h para 3000h possibilita que as escolas fragmentem seu ensino em duas partes. Dito isso, explanamos que 60%, devem contemplar uma parte comum, composta por disciplinas obrigatórias, cujas orientações estão estabelecidas na BNCC e os outros 40%, pela parte diversificada, estruturada por meio dos itinerários formativos. As 1200h referentes ao currículo flexível, poderão ser organizadas e ofertadas em diversos momentos e de variadas formas ao longo do percurso de formação. Porém, a recomendação é que a nova organização curricular esteja sendo aplicada logo no

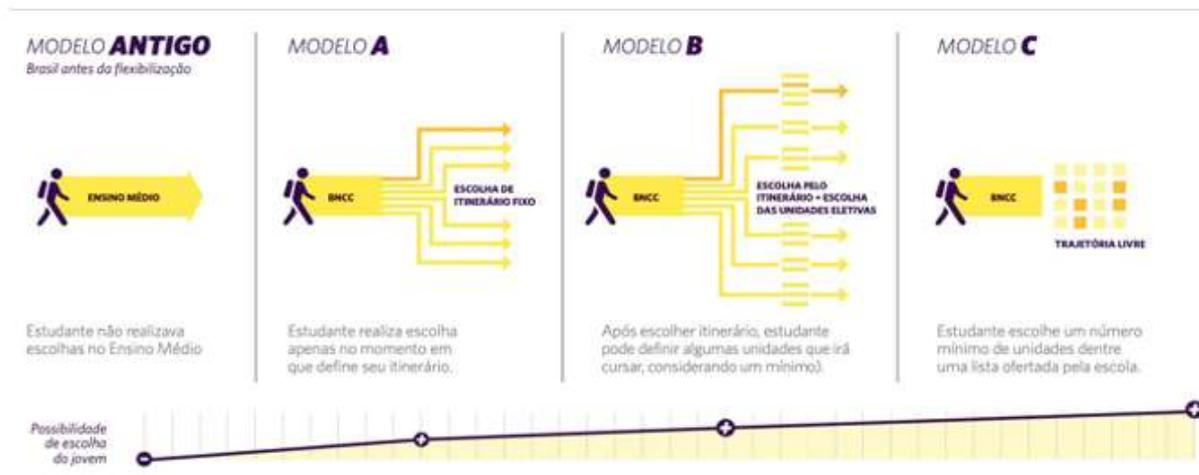
adentrar do estudante no Ensino Médio.

As organizações dos itinerários formativos podem ser realizadas contemplando cada uma das áreas de conhecimento, a saber: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Linguagem e suas Tecnologias assim como a Formação Técnica e Profissional. Também é possível a combinação de duas ou mais áreas de conhecimento e/ou Formação Técnica e Profissional nos itinerários integrados.

Após decidir qual modelo de flexibilização vai ofertar, a rede de ensino deve escolher quais itinerários construirão, podendo ser compostos por projetos ofertados pelos professores que vão de acordo com os interesses e habilidades dos alunos; por desenvolvimento de competências específicas como criatividade, comunicação, entre outras e por demandas do mercado de trabalho, onde se oferta a formação nas áreas que possui maior carência de profissionais qualificados, como por exemplo, saúde e tecnologia. Dentre as possibilidades listadas, cabe ainda a cada instituição escolar escolher, adaptar e ofertar os itinerários que mais se ajustam as suas possibilidades, necessidades e recursos disponíveis. Outro ponto a se destacar, é que não há uma periodicidade regulamentada para a oferta das unidades curriculares dos itinerários. Podendo ser eles, disponibilizados aos alunos, bimestralmente, semestralmente, anualmente e ainda terem outras durações de predileção, em conformidade com a escolha adotada pela sua instituição de ensino.

Antes da Reforma, o currículo era rígido, organizado em disciplinas, sem nenhuma possibilidade de escolha. Já no Novo Ensino Médio, como dito, está previsto a flexibilização na escolha das disciplinas e a possibilidade de os estudantes escolherem áreas de interesse para aprofundar seus estudos. Porém, as redes poderão optar em como ofertar esse quadro de possibilidades ao estudante, se os itinerários são apenas obrigatórios, se obrigatórios e eletivos ou apenas eletivos. Para desmontar alguns modelos dessa possibilidade de escolha ofertada aos estudantes, vamos observar a imagem abaixo.

IMAGEM 2: Possibilidades de escolha nos itinerários formativos.



Fonte: Guia de Implementação do Novo Ensino Médio, 2018, p.40

Podendo optar pelos itinerários formativos de acordo com seu desejo e suas habilidades, o aluno terá a oportunidade de experimentar uma formação alinhada aos seus objetivos. Busca-se assim, impulsionar o engajamento e a participação do aluno no processo de aprendizagem. A lei, ainda prevê, se for de sua vontade, a possibilidade de o estudante cursar mais de um itinerário. Conforme o § 5º, do artigo 4º, da Lei nº 13.415/ 17, os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, podem possibilitar ao aluno concluinte do Ensino Médio cursar mais de um itinerário formativo.

A flexibilização curricular na Reforma, da forma como está sendo proposta, traz à tona muitas críticas. Ao reduzir a carga horária das disciplinas obrigatórias, as escolas passam a ofertar um currículo minimalista, deixando de ofertar conteúdos e disciplinas consideradas por magistrados da área como essenciais para se alcançar uma formação básica de qualidade. Passa então, a oferecer uma formação fragmentada e individualizada, que acaba por privar os estudantes a oportunidade de alcançar sua formação integral, limitando assim suas oportunidades de escolhas futuras. O respeitado educador Celso Ferreti (2017) valida a ideia de que a flexibilização curricular adotada na Reforma, acaba por reduzir a qualidade do ensino, prejudicando a formação geral do estudante.

A flexibilização curricular, que é um dos pontos centrais dessa reforma, pode ter o efeito perverso de desvalorizar o currículo comum e reduzir a qualidade do ensino para uma parcela significativa de estudantes. Isso porque, com a oferta de itinerários formativos, é possível que algumas disciplinas e conteúdos sejam deixados de lado em determinadas áreas de interesse, prejudicando a formação de geral dos estudantes. (FERRETI, 2017, p.40)

Dante Moura e Domingos Filho (2017, p.124) também discutem e condenam a

flexibilização curricular proposta na Reforma. Afirmam que o fatiamento do ensino em distintos itinerários ataca a concepção de Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, afronta a LDB e os princípios constitucionais do direito subjetivo à educação e da universalização da Educação. Ao personalizar o ensino e disponibilizar itinerários específicos aos estudantes, o Novo Ensino Médio contradiz as DCNEM, que em seu artigo 14 estabelece que “O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, concebida como conjunto orgânico, sequencial e articulado, deve assegurar sua função formativa para todos os estudantes, sejam adolescentes, jovens ou adultos...”. (BRASIL, 2012).

As modificações na Matriz Curricular do Ensino Médio, trazem ainda, o incentivo ao ensino técnico profissionalizante. O novo estatuto, propõe uma maior integração entre o Ensino Médio e o Ensino Técnico, permitindo que o aluno obtenha uma formação técnica de nível médio juntamente com o ensino regular. Nesse sentido, a nova diretriz contradiz o que está disposto na LDB (Lei nº 9394/96) e nas DCNEM vigentes no país que defendem a concepção de formação humana integral e acaba por conduzir o Ensino Médio a uma lógica mercadológica. Tendo visto, que o itinerário de Formação Técnica e Profissional propõe uma formação mais prática e focada em habilidades específicas, para que os jovens possam ter mais chances de ingressar no mercado de trabalho e contribuir para o desenvolvimento econômico do país.

Essa orientação de caráter mercadológico, representa uma perda de direitos e perspectivas para os adolescentes frequentadores das escolas públicas brasileiras. Que devido as dificuldades enfrentadas em seu cotidiano, se vêm tentados a escolher tal itinerário. Considerando que, tal escolha, poderá lhes proporcionar de forma mais rápida uma profissionalização e uma certificação. O direito a essa certificação intermediária está presente na legislação. A Lei nº 13.415/17, traz no artigo 4, inciso II, § 6º, que, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade. (BRASIL, 2017).

A intenção do sistema político, social e econômico do país é acelerar o processo de condução do jovem ao mercado de trabalho, ofertando uma formação mais funcional e rápida. O que muitos adolescentes não percebem, é que esse aligeiramento na formação ofertado pela rede pública de ensino, tende a reduzir suas futuras oportunidades. Já que a profissionalização adquirida prematuramente dificultará seu egresso no ensino superior, em virtude de suas novas atribuições empregatícias e do déficit adquirido no desenvolver de sua escolha dos conteúdos previstos na formação geral.

Outro ponto a se destacar, resultado da abrangente flexibilização curricular proposta na Reforma, são as necessárias mudanças no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O ENEM foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar a qualidade do Ensino Médio no país, e ao longo dos anos foi assumindo outras funções. As últimas modificações ocorreram em 2021, quando foi implantada a versão digital da prova e simultaneamente se alterou a estrutura modular das avaliações, embasando sua elaboração nas habilidades e competências previstas na BNCC para o Ensino Médio.

Nesse contexto, todos os estudantes independentes de sua instituição escolar de origem realizam a mesma prova. Sendo que, o desempenho dos participantes é avaliado através da elaboração de uma Redação e a solução de questões objetivas abrangendo as quatro áreas de conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias. Atualmente o Exame Nacional é o meio mais utilizado como forma de egresso em universidades públicas e privadas do país, por intermédio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Além desse desígnio, o sistema de avaliação também é uma opção para se conseguir a certificação de conclusão do Ensino Médio.

Com o novo formato do Ensino Médio, as últimas mudanças propostas já não são suficientes. Como avaliar o aluno em todas as áreas do conhecimento se agora se propõe uma formação personalizada? Desta forma, é imprescindível que o ENEM seja reformulado. A previsão é que o exame será realinhado às novas diretrizes do Ensino Médio a partir de 2024. A expectativa quanto a publicação das alterações entre os estudantes é muita. Se idealiza um novo formato, onde a avaliação irá abranger tanto o currículo básico direcionado pela BNCC, quanto a formação específica priorizada pelo estudante na escolha dos itinerários formativos.

Planeja-se ainda que o aluno possa escolher a área específica de conhecimento que quer ser avaliado, que deverá dialogar com sua escolha realizada no decorrer do Ensino Médio. Tais alternativas, se implantadas, poderão ser consideradas, estratégias do governo para se camuflar a carência de conteúdos específicos adquirida pelo estudante nas outras áreas de conhecimento. Assuntos e temas que o mesmo não teve a oportunidade de explorar durante a realização da sua última etapa do percurso escolar. Porém, não há informações oficiais sobre tais mudanças, uma vez que o Ministério da Educação afirmou que o novo modelo do exame só entrará, em vigor, após a total implementação das mudanças do Ensino Médio.

Outra impactante alteração advinda da Reforma se refere a carreira docente. Com a implementação do Novo Ensino Médio, mais do que nunca, o professor se torna peça

essencial para se garantir uma formação de qualidade aos estudantes. Além da sua antiga prática, de ser responsável por transmitir conhecimentos e conteúdos específicos, o professor contemporâneo deve atuar como orientador e facilitador do processo de aprendizagem, buscando desenvolver competências e habilidades essenciais para a formação dos jovens. Para tanto, o professor atuante no projeto, deve estar em constante formação e atualização, buscando novas estratégias pedagógicas e metodologias de ensino que possam contribuir para a formação integral dos seus alunos.

Os professores são os principais agentes de mudança na educação. Dito isso, acreditamos que, para se efetivar uma nova política educacional no contexto escolar, faz-se necessário precedentemente que os formadores se envolvam no processo de ressignificação, que entendam as propostas de mudanças e tenham acesso a qualificações de qualidade, para que estejam aptos a implementá-las em sala de aula.

Contradizendo esse entendimento, observamos o meio pelo qual o documento da Reforma do Ensino Médio foi consentido. O aceite da Medida Provisória, surpreendeu profissionais da educação, que se sentiram excluídos do processo de elaboração da proposta. Como consequência, evidenciamos, que muitas das alterações curriculares, não foram assimiladas e nem vistas como viáveis para serem adotadas no ambiente escolar pelos educadores. A pesquisadora em Educação, Suzane Gonçalves (2017, p.134) explica que o fato de a proposta ter sido aprovada por meio de Medida Provisória evidenciou a postura antidemocrática do governo, pois não foi dada a oportunidade de diálogo nem discussão com a comunidade escolar. Reforçando o retrocesso resultante dessa normativa (OLIVEIRA, 2021, p.212) afirma que, o documento propõe ainda a flexibilização da carreira docente e induz a precarização de sua formação.

Sob esse viés, é importante ressaltar, que a Lei nº 13415/17 revogou o artigo 61 da LDB/96, referente a formação dos profissionais da educação básica, autorizando a aqueles que possuem notório saber, o efetivo exercício no ambiente escolar. O inciso IV, do referido artigo, agora específica, que poderão ser contratados, profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino, exclusivamente para atender ao inciso V do artigo 36, ou seja, para ministrar itinerários formativos de formação técnica e profissional. (BRASIL, 2017).

Tal orientação, desqualifica a atividade docente e prejudica à qualidade do processo educativo. Tendo visto, que um profissional com notório saber para se tornar um docente, necessita somente possuir competências e habilidades necessárias para o exercício de

capacidades técnicas relacionadas à um exercício profissional específico, sem necessidade de uma formação pedagógica. (OLIVEIRA, 2021, p.219). Consentindo a nomeação de contratos temporários, sem vínculos com a educação, o governo conduz a educação a um movimento empresarial. É visto, o foco das autoridades no desenvolvimento de capacidades voltadas para o mercado de trabalho, valorizando aspectos meramente práticos e de treinamento, desconsiderando a importância da educação integral na vida do estudante, que viabiliza experiências capazes de desenvolver habilidades não só cognitivas, mas também socioemocionais.

Outra questão a ser pontuada, se refere a estrutura curricular das licenciaturas. De acordo com o documento, os currículos da formação docente devem ser reformulados, tendo como novo referencial as mudanças propostas na BNCC. Evidencia-se uma tendência em selecionar conteúdos e disciplinas no Ensino Superior que dialoguem com as estratégias adotadas pelo governo, podendo prejudicar assim, a formação científica dos docentes. Tal precarização, pode impulsionar, uma redução da qualidade de futuras pesquisas e projetos educacionais, já que os futuros profissionais da Educação podem estar fardados a um ensino, personalizado e reducionista, assim, como os alunos das escolas públicas frequentadores da etapa Ensino Médio.

É importante destacar que a implantação do Novo Ensino Médio no Brasil está em fase de implementação e, portanto, os resultados e impactos da proposta ainda são incertos. Mas, analisando algumas de suas orientações, percebemos que a principal mudança entre o Ensino Médio anterior e o Novo Ensino Médio, está na concepção de ensino adotada. Antes, mesmo enfrentando grandes desafios, advindos da crise social instaurada no país, percebíamos a educação voltada para a formação humana integral do estudante e agora parece que as lideranças, assumiram a desigualdade de classes e oportunidades em que nossa sociedade está inserida e voltaram suas ações para a oferta de um ensino de concepção mercadológica, que visa formar de forma simplista e aligeirada profissionais capazes de atuar no mercado de trabalho. Essa mudança de concepção, é vista como uma grande regressão do sistema de ensino público do país.

2.3 O novo modelo de Currículo aplicado em salas de aula do Ensino Médio

Antes de se implementar uma nova proposta, é importante que o público envolvido nesse processo entenda as alterações que fluem da mencionada inovação, identifiquem os desafios e as possibilidades advindas da(s) referida(s) mudança(s). Nesse caso específico, em que se

trata de professores, alunos e comunidade escolar, pelo menos àqueles que estão atuando à frente das mudanças precisavam ser melhores esclarecidos pelas entidades competentes que encabeçaram a reforma. Mas, na lida diária como professora dessa etapa de ensino, notamos que nem mesmo as Secretarias de Educação estão totalmente seguras ou completamente aptas a esclarecerem o que de fato pretendem. Esse fator, é relativamente compreensível, do ponto de vista que já é costumeiro, responsabilizarem a escola e os profissionais que nela atuam darem forma aos conteúdos textuais elaborados por profissionais que na maioria das vezes desconhecem a realidade escolar. A cada nova legislação ou decreto destinado as escolas, esperaram que os professores/coordenadores (equipe) criem possibilidades e viabilizem a aplicação da teoria (que aqueles poucos que ficam nos gabinetes criam) na prática cotidiana dos estudantes.

No entanto, o que a equipe escolar almeja e necessita normalmente fica à deriva, pois num momento de tantas mudanças como esse a equipe educacional (professores, coordenadores, gestores) desejam saber de fato quais objetivos pretendem chegar, ter clareza total das transformações (etapa, por etapa) e suas motivações, livres de discursos vagos e irreais. Visto que, o espaço escolar é o lugar da prática e faz-se necessário que sua equipe crie planos de ação que visem alcançar os objetivos almejados, mas para tanto é crucial conhecer todo o processo de mudanças, suas motivações e objetivos, para que tais modificações não ocorram no escuro e não causem mais danos à sociedade, como pode-se observar no histórico do sistema educacional no Brasil. Atualmente, o Ensino Médio tem sido alvo de muitos estudos e discussões. Deste modo, Furtado e Silva (2020) entendem que,

De um lado, a Reforma se deu na perspectiva de se reverter quadros negativos de êxitos escolares e, de outro, se valeu de incrementos que tornassem o ensino médio mais estimulante aos estudantes. Contudo, as propostas de mudanças levadas a cabo pela reforma estão longe de sanar os problemas intrínsecos ao ensino médio do país, eles são estruturais, sociais e históricos. (FURTADO e SILVA, 2020, p. 175).

As possibilidades de inovações e mudanças propiciaram expectativas para os jovens e adolescentes participantes dessa etapa de ensino. A proposta delibera como principais modificações o desenvolvimento do protagonismo dos estudantes através das escolhas orientadas do que pretendem realizar, a valorização da aprendizagem, com a proposta de ampliação da carga horária de ensino e a garantia de direitos de aprendizagens comuns, com a definição do que é essencial nos currículos a partir da BNCC. Em contrapartida, tais alterações, outorgadas pelo governo de forma volúvel, trouxe possibilidades de caminhos diversos a diferentes escolas e redes de ensino. A falta de padronização do novo modelo

educacional, vem ocasionando inúmeros questionamentos e preocupações provenientes dos profissionais e estudiosos da educação quanto sua viabilidade.

Inicialmente, para atender e divulgar as determinações legais de âmbito federal, o MEC com o apoio do Consed (Conselho Nacional dos Secretários da Educação) e da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais) elaborou e disponibilizou a comunidade escolar o documento denominado “Guia de Implementação do Novo Ensino Médio”, que tem por finalidade orientar as redes de ensino, gestores e professores na implementação das mudanças decorrentes das normativas legais referente ao Novo Ensino Médio, inspirando e sugerindo, entre outros enfoques, caminhos para a (re)elaboração de uma nova estrutura curricular para a referida etapa de ensino. De acordo com o documento, o material orientador pode e deve servir de apoio para o processo de implantação, não só para o sistema público, mas também a outras redes de ensino. Ficando, porém, sob a responsabilidade de cada sistema educacional definir seus grupos de trabalho para auxiliar as instituições a planejar e implementar as mudanças.

A proposta propicia as instituições escolares adotarem uma organização curricular mais flexível, que possibilite aos agentes sociais escolhas que contemplem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A liberdade de escolha propagada, se efetiva através da opção, realizada pelo estudante, de qual ou quais itinerários formativos cursar. A perspectiva agrada aos alunos, que percebem no projeto a permissão de exercer papel relevante no seu percurso acadêmico. Visto que, será viabilizado a eles, por meio da adoção de projetos investigativos e aplicação de múltiplas metodologias, a oportunidade de pesquisar, debater, elaborar, construir e buscar novos conhecimentos, com temas contemporâneos e de seu interesse.

A possibilidade de escolha propagada, na prática são deliberações. “A definição dos arranjos curriculares a serem definidos por um dado ente federativo, é prerrogativa desse, não do aluno” (FERRETI, 2018, p.29). Em tese, os estudantes deveriam ter várias opções de itinerários formativos, etapa em que cada um deles, eles escolheriam o itinerário de acordo com as temáticas de seus interesses e a instituição de ensino as ofertaria para que eles as cursassem. Mas o que se percebe no mundo real é a elaboração pelo próprio sistema de ensino de um quadro de possibilidades restrito, um cardápio limitado. Acaba que as opções não partem da preferência dos alunos, mas, sim, da Secretaria de Educação de cada Estado, que as disponibiliza em conformidade com sua realidade. Essa restrição na oferta de possibilidades, se deduz ocorrer pela falta de estrutura física apropriada nas instituições, por municípios não terem recursos financeiros suficientes para investimento em diversas oficinas,

pela logística de modulação dos professores e pela falta de profissionais capacitados para ofertar determinados itinerários. Os autores Ferreti e Silva (2017, p. 394) ressaltam ainda que, a escolha por itinerários formativos não passa de uma proposta falaciosa da Reforma na medida em que ela é impraticável. Destacam ainda que, no Brasil hoje,

[...] existem próximo a três mil municípios com uma única escola pública de Ensino Médio, o que inviabilizaria a escolha por parte dos estudantes. Em consequência, esses autores entendem que a fragmentação do Ensino Médio em itinerários formativos optativos fere o direito ao conhecimento para a ampla maioria dos estudantes que se encontram no ensino médio público. (FERRETI; SILVA, 2017, p. 394).

A legislação educacional vigente valida certa autonomia para as escolas e redes de ensino, que podem elaborar e organizar seu currículo escolar, assim como seu espaço e tempo de ensino, desde que estes estejam especificados em seus regimentos internos. Tal premissa induz a fragmentação e desconfiguração do Ensino Médio, pois mesmo tendo que seguir as recomendações estabelecidas nos documentos formais e oficiais da Secretaria Estadual de Educação do seu município, cada escola constrói especificamente sua proposta curricular, considerando as possibilidades e contexto social ao qual está inserida.

Considerando a realidade vivenciada pelos cidadãos brasileiros de uma sociedade marcada pela desigualdade e exclusão, em que num mesmo município se evidencia distintos cenários, o fatiamento da parte flexível do ensino em distintos itinerários ataca os princípios constitucionais do direito subjetivo à educação e da universalização da Educação Básica. Moura e Filho (2017, p.124) afirmam que, a ideia de se ofertar itinerários específicos é frontalmente contrária à concepção das DCNEM, que em seu artigo 14 preconizam que “O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, concebida como um conjunto orgânico, sequencial e articulado, deve assegurar sua função formativa para todos os estudantes...”. (BRASIL, 2012).

Outro fator a se destacar consequência das modificações na Matriz Curricular do Ensino Médio, diz respeito a alteração das disciplinas obrigatórias do currículo. De acordo com a normativa permanecem como obrigatórias somente as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa. Sendo que as Ciências Humanas e as Ciências da Natureza ficam sob responsabilidade da BNCC e dentro dos seus respectivos itinerários. Essa reconfiguração de disciplinas atingiu também a obrigatoriedade das disciplinas de Educação Física, Artes, Filosofia e Sociologia, e além disso, promoveu a redução de fundamentais conteúdos formativos do currículo voltado para o Ensino Médio. A reestruturação curricular

conforme foi organizada, causou grande espanto aos educadores das diversas Ciências, que buscam simultaneamente ao avanço da proposta entender essa nova configuração e as consequências de tais definições em suas práticas.

A falta de padronização do novo modelo educacional, observado nos primórdios do desenvolvimento do programa de ensino, impossibilita até mesmo o estudo e análise de seus dados. Em nota técnica informativa, sobre o Censo Escolar da Educação Básica 2022- Ensino Médio, divulgada em fevereiro de 2023, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) informa que o estudo 2022 embora tenha contemplado quesitos referentes à estrutura curricular do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/ 2017), não apresentará em seus resultados e nos materiais de disseminação estas informações, justifica que:

Nesse cenário de inovações curriculares, amparadas em um amplo conjunto de normativas, destaca-se que a Reforma do Ensino Médio se constitui como um desafio não apenas para o MEC e para as Secretarias Estaduais de Educação, sobretudo no que se refere à implementação da política, mas também para o Inep. As transformações dessa etapa de ensino, considerando o seu processo ainda em curso e a diversidade de formas da sua implementação no território nacional, desafiam o seu tratamento e a sua representação adequada pela pesquisa do Censo Escolar da Educação Básica. (Nota Pública, INEP, 2023).

Nesse contexto, mapear a experiência de implantação da Reforma se tornou um desafio. O Centro de pesquisa destacou em nota pública, que as manobras de flexibilização adotadas em cada região vêm gerando uma confusão que abrange todo território nacional. Tendo visto, que alguns Estados não conseguiram declarar seus dados de forma eficiente e outros nem mesmo os declararam. Tais episódios, inviabilizaram o exercício de sua função, que se baseia em coletar informações sobre as escolas, os alunos, os profissionais da educação e a infraestrutura educacional em todo o país. Sendo ainda responsável por organizar e analisar as informações coletadas, relacionando os resultados à realidade que se pretende representar do sistema de ensino brasileiro.

O INEP (2023, p.2) ressalta ainda, nas considerações explicitadas sobre os desafios encontrados pelo instituto para a realização da pesquisa etapa Ensino Médio, a incapacidade de sistematizar as informações referentes a diferentes categorias da oferta e do atendimento educacional. Tendo visto, que as escolas privadas de cada Estado também adotaram no ano corrente da pesquisa (2022) diferentes modos de implementação da Reforma, não necessariamente seguindo o currículo das redes estaduais, mas apenas as orientações nacionais e dos respectivos Conselhos Estaduais de Educação.

A forma como a implementação do Ensino Médio está sendo desenvolvida na rede

privada de ensino, também varia de acordo com as diretrizes estabelecidas por cada instituição. Observa-se que, em tal agrupamento, as recomendações do MEC, não alteraram de forma significativa a rotina escolar. Considerando que a maioria das escolas particulares já disponibilizavam a seus alunos uma jornada de estudos maior que a praticada nas instituições públicas, sendo já costumeiro os alunos acompanharem aulas no contra turno. Nesse universo, não se fez necessário a redução do currículo base e nem mesmo a restrição de conteúdos ou disciplinas escolares.

É notório, porém, que a referida rede buscou adequar suas grades curriculares, material didático e metodologias de ensino para atender às novas exigências da Reforma, que prevê a divisão da carga horária por áreas de conhecimento. Ademais, percebe-se que a maioria das instituições para não prejudicar a oferta do seu currículo, ao invés de ofertar regularmente itinerários formativos, optaram por promoverem a prática de projetos interdisciplinares e atividades integradas a temas contemporâneos para complementar o aprendizado dos estudantes. Vale ressaltar, que o itinerário de Formação Técnica e Profissional voltado para se adentar de forma aligeirada no mercado de trabalho, não faz parte do interesse e expectativas da maior parte do referido público de alunos.

A dualidade de ensino ofertado nas distintas redes, demonstrou que o novo ensino proposto para a etapa do Ensino Médio tende a agravar ainda mais a desigualdade de oportunidades existentes em nossa sociedade. Fica evidente que a reforma favorece a rede privada de ensino, visto que as instituições pertencentes a essa categoria dispõem de estrutura física mais apropriada que a das escolas públicas, mais recursos para compra de materiais pedagógicos modernos e diversificados, laboratórios de área, profissionais treinados e capacitados, pontos esses, que fazem a diferença para se alcançar as metas da proposta.

Em escolas de diferentes categorias, evidencia-se desiguais condições de investimentos. Faz-se necessário ressaltar que, a aplicação de capital financeiro, é fator indispensável para a implantação de um novo projeto. O desenvolvimento do novo Ensino Médio exige mudanças na infraestrutura das escolas. Mas percebemos nesse primeiro momento, a incompetência do governo em gerenciar os recursos financeiros destinados a educação. Muitas escolas públicas brasileiras, ainda sofrem com estruturas físicas sucateadas, escassez de professores e falta de poder de compra de utensílios básicos. Buscando amenizar esse desafio, em 2022, o então Presidente da República Jair Bolsonaro, sancionou a LEI nº 14.333/2022 que altera o inciso IX do artigo 4º da LDB/1996, enfatizando o dever do Estado em garantir à educação escolar pública padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao

desenvolvimento do processo de ensino- aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados. (BRASIL, 2022).

Nota-se ser de suma importância para o avanço da proposta, a adaptação das instituições escolares para receber os alunos de forma apropriada. Oferecer no ambiente escolar espaços físicos adequados para pesquisa, tecnologias modernas como computadores e internet, laboratórios de ciências bem equipados para que os alunos possam realizar experiências e aprenderem de forma prática, são recursos essenciais para se alcançar o sucesso da reforma. Além de uma infraestrutura digna, a escola precisa ter professores capacitados e engajados no processo de ensino, para se ofertar uma educação de qualidade a seus alunos, pois sem motivação e orientação por parte dos docentes os recursos materiais adquiridos não fazem sentido no desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes. Torna-se então, imprescindível, em adição aos investimentos financeiros, capacitar e dignificar os profissionais da educação.

Os educadores desempenham um papel crucial na implantação do Novo Ensino Médio, pois compete a eles a responsabilidade de se compor e aplicar os novos currículos. São eles que irão conduzir as atividades pedagógicas no ambiente escolar, desenvolver as novas metodologias e estratégias de ensino. À vista disso, é necessário oferecer material de apoio, cursos e treinamentos eficazes para se habilitar esses profissionais.

São muitas responsabilidades atribuídas aos professores no desenvolvimento do referido projeto. É essencial que eles se atualizem constantemente sobre as mudanças do currículo, estejam atentos às demandas dos jovens e adolescentes, além de serem capazes de criar um ambiente de aprendizagem acolhedor e participativo. Para mais, devem estar dispostos a trabalhar em equipe, dialogando constantemente com outros professores, coordenadores e gestores para garantir a integração e articulação dos diferentes componentes curriculares.

Destaca-se ainda, que no novo ensino é acrescido ao ofício do educador o papel de mediador do conhecimento, capaz de articular distintos conteúdos curriculares a sua área específica de exercício, as demandas da sociedade e do mundo do trabalho. Além de que, esse especialista deve se empenhar no desenvolvimento de metodologias que estimulem a participação ativa, a criatividade, a curiosidade e o pensamento crítico dos alunos, objetivando não só a ascensão cognitiva, mais também, a evolução de competências socioemocionais necessárias para a formação integral de um cidadão.

Adquirir êxito em tantas tarefas é uma missão difícil de ser cumprida, principalmente

quando não há o suporte necessário por parte do governo, das Secretarias ou da própria escola, para se conseguir executar a proposta de forma efetiva. Ademais, em contradição, a tantas atribuições observamos o descaso do governo quanto à essa categoria de trabalhadores, que sofrem com a mal remuneração, que se sentem sobrecarregados perante a carga excessiva de afazeres e desmotivados por não receberem o reconhecimento merecido pela tarefa que realizam. As condições precárias de trabalho e a violência nas escolas também são fatores influenciadores da renúncia da categoria. Sendo assim, existe um déficit grande no quadro de professores efetivos nas Secretarias Estaduais de Educação.

O MEC junto ao INEP divulgou, em setembro de 2022, o resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2021. O Enade é um indicador de resultado, calculado a partir dos desempenhos dos estudantes de cada curso de graduação avaliado. Segundo os dados, a taxa de evasão nos cursos de licenciatura é assustadora, chegando a quase 59% entre os estudantes da licenciatura de Física. Outro alerta destacado pela pesquisa, se refere ao baixo desempenho nos cursos, que formam futuros profissionais das redes públicas e privadas, onde dos 17 cursos de formação de professores avaliados todos tiveram taxa de aproveitamento inferior a 50%. Os resultados, preocupam o MEC, porque corre-se o risco de num futuro próximo não termos profissionais suficientes dispostos a enfrentar os desafios impostos pelo sistema educacional brasileiro e pela relação direta existente entre a qualidade da formação dos professores e a qualidade do Ensino Básico no país (INEP, 2022).

Com a carência de professores qualificados no mercado, as contratações alternativas e temporárias, sem vínculo empregatício, também dificultam a implantação da Reforma. Pois não há garantia, que o quadro de profissionais que elaboraram e participaram da implantação da proposta, permaneçam na execução do projeto no ano subsequente.

Mesmo diante de tantos desafios, encontramos durante o estudo professores comprometidos em fornecer uma educação de qualidade para seus alunos que estão buscando maneiras de superar esses obstáculos. Entendemos que, o sucesso da implantação do novo ensino depende do envolvimento efetivo dos profissionais da educação. Caso contrário, a mudança, mesmo que prevista e/ou imposta, não alcançará os resultados almejados na prática pedagógica em sala de aula.

O processo de capacitação dos professores voltados para a implantação do Ensino Médio, ficou a cargo das secretarias de educação estaduais e municipais. A formação continuada se deu através da oferta de cursos, *workshops*, palestras, seminários e outras atividades voltadas para o aprimoramento da prática docente e a compreensão das mudanças curriculares e metodológicas propostas pelo Novo Ensino Médio.

A questão é que a maior parte das capacitações foram ofertadas no sistema *online*, como não há uma interação entre os participantes e formadores, os educadores reclamam da dificuldade para manter-se motivados em um ambiente virtual, sendo assim, muitos sem supervisão administrativa, acabavam por dividir seu tempo de formação com outras atividades. Além de que, alguns profissionais não dispõem de uma conexão de internet de qualidade e outros não dominam as ferramentas digitais. Mas uma reclamação apontada pelos docentes é que as capacitações não foram ofertadas em tempo hábil para se compreender e se apropriar das alterações, antes da implantação da proposta. Sendo assim, muitas modificações curriculares não foram compreendidas e nem vistas como desejáveis e viáveis pelos principais agentes das mudanças educacionais.

Se implantar a Reforma é condição obrigatória para buscar sanar a precariedade da educação dos jovens brasileiros, avaliar o progresso dessa implementação também se faz necessário. Uma vez que, identificar os desafios e (im)possibilidades da proposta podem ajudar a fazer ajustes no plano de ação e garantir que a Reforma seja implantada com sucesso.

3 EXPECTATIVAS, EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES NA APLICAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO EM GOIÁS

A reforma do Ensino Médio foi aprovada por meio da Lei nº 13.415/2017, a qual alterou a LDB 9.394/96. Num primeiro momento, a mudança ocorreu no artigo 24º, em que se propôs o acréscimo progressivo da carga horária anual para essa etapa de ensino - de 800 horas divididas em, no mínimo, 200 dias letivos, para 1400 horas - “devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos 1000 horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017”. (Brasil, 2017).

A alteração prevista neste artigo de Lei prevê a universalidade da oferta de Ensino Médio, de forma integral, nos estabelecimentos que oferecem essa modalidade, já que a sua carga horária diária mínima deve atender à ampliação do número de horas em 600 horas a mais, o que equivale a um acréscimo de 75% da carga horária para essa etapa do ensino. (Duarte, 2016, p. 278). De acordo com o IPEA de 2017, somente 6,4%⁵ das matrículas de Ensino Médio nas redes públicas foram realizadas em Escolas de Tempo Integral. (Araújo; Bassi; Codes, 2017, p. 5).

Os artigos 35º A e 36º da seção IV – Do Ensino Médio da LDB 9.394/96 também sofreram alterações, as quais deliberaram que os objetivos de ensino e aprendizagem e os currículos do Ensino Médio passariam a ser definidos pela BNCC e pelos Itinerários Formativos, os quais “deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino”. Dos Itinerários Formativos: I – Linguagens e suas tecnologias; II – Matemática e suas tecnologias; III – Ciências da natureza e suas tecnologias; IV – Ciências humanas e sociais aplicadas e V – Formação técnica e profissional. (Brasil, 2017).

Após a Medida Provisória nº 746/2016 ser votada no Congresso Nacional e a Lei nº 13.415/17 ser sancionada pelo presidente Michel Temer, uma série de instrumentos normativos complementares foram estabelecidos pelo MEC, com vistas à implementação da Reforma do Ensino Médio. A divulgação dos documentos norteadores para a implantação do Novo Ensino Médio no território brasileiro foi uma das estratégias utilizadas pelo Governo Federal, na busca por coesão entre seus entes federados.

O processo de implementação da proposta, a partir daí, teve que contar com o protagonismo dos Estados. A implementação da Reforma deveria ser realizada pelas redes de ensino dos Estados, Municípios e do Distrito Federal de forma gradual e foi afirmado que

⁵ O que corresponde a 88% das matrículas realizadas no Ensino Médio.

cada ente federativo teria autonomia para definir como seria feita sua implantação, levando em consideração as particularidades e as necessidades locais. Todavia, era de fundamental importância que fossem consideradas as prerrogativas gerais advindas do Governo Federal. Sendo assim, para a implantação do Novo Ensino Médio, tornou-se imprescindível o empenho de cada Estado e Município em buscar, organizar e estabelecer possíveis caminhos para a realização das ousadas promessas da proposta.

Goiás, assim como outros Estados, teve que seguir as diretrizes estabelecidas pela Lei do Novo Ensino Médio (DCNEM/2018) e as orientações do MEC para as mudanças curriculares e estruturais dessa etapa de ensino. A Seduc-GO e as escolas tiveram que progressivamente ir adaptando seus projetos pedagógicos e currículos e, paralelamente a isso, capacitando seus docentes, na tentativa de atender às novas exigências.

Na busca por possibilidades para se traçar um norte que pudesse contribuir com as unidades escolares e com a Secretaria Estadual da Educação, a Superintendência do Ensino Médio de Goiás, por meio da Coordenação de Protagonismo Juvenil, propôs momentos de escuta e consulta entre os anos de 2019 e 2021 com a comunidade escolar local. O objetivo primordial dessa ação era conhecer e compreender os anseios e as necessidades dos estudantes goianos na busca pelo desenvolvimento de sua cidadania emancipatória. Ideou-se elaborar estratégias de ensino que visassem o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, meta essa enfatizada no documento do Novo Ensino Médio.

Os resultados desses procedimentos foram utilizados pela Seduc-GO para a definição de um possível cardápio de Trilhas de Aprofundamento que serviria como um modelo norteador para as unidades escolares goianas definirem sua matriz curricular a partir de 2022. Para inauguração da proposta, foram selecionadas no município de Goiânia, capital do Estado de Goiás, 10 escolas pilotos, para que no início do ano letivo 2022 colocassem em prática a parte flexível do documento, implantando de forma experimental os Itinerários Formativos nas instituições.

Seguindo tal configuração curricular, apenas as disciplinas relativas à área da Matemática e da Língua Portuguesa se tornaram obrigatórias no decorrer dos três anos do Ensino Médio de todos os Itinerários Formativos. Nesse ponto, cabe questionarmos: E as demais disciplinas, práticas e estudos, como ficam? As quais sejam, a Arte, a Biologia, a Educação Física, a Física, a Geografia, a História, a Química, a Sociologia e a Filosofia.

Essas disciplinas passam a ser obrigatórias na BNCC apenas a partir de uma formação geral? Sem especificidades? Nesse ínterim, vale mencionar que o ensino da Língua Estrangeira, o Inglês, também foi definido como obrigatório nos currículos de Ensino Médio.

Esse terceiro capítulo é voltado para a análise das práticas de implementação dos Itinerários Formativos em Goiás e o que se pôde observar e dimensionar a respeito de sua aplicabilidade no ensino e no desenvolvimento das aprendizagens no contexto escolar em si. A observação do objeto de estudo ocorreu durante pesquisa de campo, realizada em uma das referidas escolas piloto, localizada no município de Goiânia.

A instituição escolar, conhecida como Colégio Estadual da Polícia Militar Waldemar Mundim (CEPMG-WM), foi selecionada para ser a escola campo deste estudo, não por acaso. Foi considerado como critério de escolha o fato dessa unidade de ensino de forma pioneira no Estado, estar atendendo o cronograma de implementação da Reforma estabelecida pelo MEC e estar colocando em prática a implementação do Novo Ensino Médio de forma satisfatória, segundo a Seduc-GO.

Dessa forma, nessa parte do trabalho traremos à tona as propostas dos Itinerários Formativos em curso nesta instituição de ensino, seguindo a proposta em vigor para o Novo Ensino Médio. Discutiremos as (im)possibilidades de aplicabilidade, as especificidades e a prática de funcionamento das Trilhas de Aprofundamento que foram propostas na escola campo, a partir da observação, da análise e do relato da prática dos professores regentes e da coordenadora/gestora pedagógica responsável pela implantação do projeto educacional na instituição. As Trilhas de Aprofundamento referidas são: “Toda Forma de Poder” pertencente a área das Ciências Humanas e suas Tecnologias; “Identidade” relativa à área de Linguagens e suas Tecnologias; “Micromundo” que faz parte da área das Ciências da Natureza e suas Tecnologias; “Cinesfera”, trilha que integra as áreas de Linguagens e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias. Levando em conta que essas foram as trilhas desenvolvidas em 2022, promovidas para os estudantes da 2ª série de acordo com as diretrizes proposta para o Novo Ensino Médio em curso na escola CEPMG-WM.

3.1 O movimento de implantação do Novo Ensino Médio em Goiás

O Estado de Goiás, sob administração do então governador Marconi Perillo (PSDB), após a aprovação da Lei nº 13415/2017, anunciou apoio à Reforma do Ensino Médio e, por meio da Secretaria Estadual da Educação, buscou traçar estratégias e promover ações, com o objetivo de cumprir com o disposto na nova legislação. Todavia, até o final de 2018, pouca ênfase havia sido dada ao processo de implementação da reforma pelo governo do Estado, que, naquele momento, estava centrado no futuro processo eleitoral. A preocupação era manter no poder o grupo político do então governador, que já era responsável pela

administração do Estado há 16 anos.

Mesmo se debruçando em estratégias eleitorais, o grupo político do governador Marconi Perillo (PSDB), que lançou como candidato José Eliton (PSDB) para ser o sucessor de Marconi e assumir a administração do Estado de Goiás, foi derrotado na eleição de 2018. A liderança do Estado ficou então a cargo de Ronaldo Caiado (DEM), que assumiu sua função em 01/01/2019 e permanece na regência do Estado até o momento presente. O atual governador, já no período de campanha, em 2018, declarou que a implantação da Reforma seria uma das prioridades de seu governo. “Uma das prioridades que eu assumo como compromisso é implantar a reforma do ensino médio em Goiás, reforma que ajudei a aprovar no Senado”. (CAIADO, 2018, p.27). Na oportunidade, o candidato apontou ser a Reforma do Ensino Médio excepcionalmente necessária, para se alcançar o progresso da Educação no país. Afirmando ser a proposta “uma opção de resolver os problemas do Ensino Médio”, acrescentou ainda que a escola terá a oportunidade de ser “mais atrativa” e estar estruturada de acordo com as necessidades dos jovens. (CAIADO, 2018, p.26).

Após afrentar o contexto de disputa política, o movimento conturbado de implementação da Reforma no Estado de Goiás notoriamente teve início em 2019. O governo goiano, junto à Secretaria Estadual de Educação, começou a promover ações públicas, na tentativa de ouvir a comunidade escolar e estabelecer estratégias possíveis de serem colocadas em prática, mediante à realidade do Estado.

A primeira escuta foi destinada aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e teve a participação de aproximadamente 45 mil alunos, que tiveram a oportunidade através do I Questionário de Escuta dos Estudantes da Rede Pública do Estado de Goiás de expressar seu interesse por determinada área do conhecimento e responder perguntas sobre suas perspectivas profissionais. O questionário foi disponibilizado no formato eletrônico e, a partir das respostas das indagações, deu-se início à elaboração do DC-GOEM, pela Secretaria de Estado de Educação.

Quanto a essa iniciativa governamental de aplicar questionário destinado a Rede Pública de Ensino do Estado de Goiás como um mecanismo de escuta às necessidades, expectativas profissionais e de formação dos jovens inseridos na série final do Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, colocamos em questão a forma pela qual esses estudantes foram inquiridos para o fim de se condicionar e preparar uma Reforma do Ensino Médio respaldado nas respostas desses (as) alunos (as). Visto que, na maioria das vezes os estudantes nessas faixas etárias de idade, respondem esses questionários embuídos de mal-estar e fadiga, por não compreender de forma mais ampla ou integral o porque dessas

indagações.

Inúmeras vezes, chegam links nas instituições com questionários para que os (as) alunos (as) opinem sobre assuntos que são complexos dentro do espaço educacional. Nessas situações, os estudantes os respondem por obrigação, com pouca receptividade e sem dimensionar a relevância dos resultados dessas pesquisas para sua vida escolar.

Todavia, no início de 2020, as consultas públicas deram sequência. Em fevereiro, foi oportunizado a mais de 20 mil professores, gestores, estudantes, pais e representantes dos sistemas de ensino contribuir com sugestões para auxiliar na elaboração do documento. Já no mês de março, o Estado de Goiás, assim como o restante do país, teve que confrontar os desafios de um cenário pandêmico crítico, até então nunca antes vivenciado. Tal realidade dificultou o processo de implementação da Reforma no Brasil e atrasou o cronograma para a implantação do Novo Ensino Médio definido pelo MEC. Mesmo assim, o Estado buscou se adaptar à complexa situação.

Em decorrência do isolamento social imposto pela pandemia covid-19, uma estratégia empregada pelo governo do Estado de Goiás para divulgação do Novo Ensino Médio à comunidade goiana foi o investimento em publicidade e propaganda. Lembrando que a propaganda é o grande *marketing* utilizado para chamar a atenção da sociedade sobre um produto e convencer os cidadãos de sua eficiência. No site da Seduc é possível observar esse movimento de informações. O governo do Estado, utilizou redes sociais, tais como Youtube, Facebook e Instagram, para transmitir vídeos aulas e lives. Além disso, disseminou várias propagandas de TV, referentes ao tema Novo Ensino Médio. As campanhas publicitárias propagavam a ideia de uma “escola diferente” e principalmente o discurso de “liberdade de escolha” dos estudantes.

Simultaneamente, na rede de ensino, ano letivo 2020, mesmo com as aulas presenciais suspensas, foi estabelecida a ampliação progressiva da carga horária nas instituições escolares do Estado e a inclusão das disciplinas de Projeto de Vida e Eletivas, na grade curricular das escolas estaduais nas turmas de 1ª série do Ensino Médio. A matriz curricular do Ensino Médio regular de Goiás foi, a partir desse ano letivo, dividida em duas partes: a primeira destinada a atender as normativas da BNCC, ofertando os componentes curriculares obrigatórios para garantir as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo do seu percurso escolar; e a segunda parte, destinada à oferta da Flexibilização Curricular/ Itinerários Formativos.

Para atender às exigências da nova legislação, todos os componentes curriculares obrigatórios da BNCC sofreram alteração da carga horária total do curso em relação à matriz

curricular que vigorou até 2019, fato esse que gerou insegurança e descontentamento à comunidade escolar do Estado.

A disciplina de Projeto de Vida, aqui então estabelecida como componente curricular obrigatório em todas as séries da etapa final da Educação Básica do Estado, é super estimada pela Seduc-GO e pelos idealizadores desse desafiador caminhar, pois atende aos interesses dos moldes desenhados à educação pelos acessores que trabalham nas secretarias de educação a serviço dessa implementação da Reforma de acordo com os ensejos que vem se delineando para essa etapa de ensino. No entanto, a ideia, de acordo com o Guia de Implantação do Novo Ensino Médio, é ofertar aos estudantes suporte para futuras escolhas, orientações específicas de como se organizar, estabelecer metas e definir estratégias para atingi-las, considerando não só o momento presente, mas também o futuro acadêmico, pessoal e profissional do estudante goiano.

Já em dezembro de 2020, foi disponibilizada aos cidadãos, em formato eletrônico, a segunda versão preliminar do DC-GOEM. Na ocasião, foi oportunizado à comunidade conhecer a prévia do documento, identificar as mudanças inicialmente propostas e contribuir com sugestões para elaboração de sua versão final. A audiência pública para consulta ocorreu em janeiro de 2021. O que se espera da participação e respostas de cidadãos que desconhecem o *metier* do espaço escolar e das legislações que regem a educação no Brasil? Apesar de demonstrar seguir critérios democráticos para a elaboração do documento que rege a Reforma, notamos que houveram interesses governamentais e empresariais na construção dos documentos que formalizaram o modelo atual destinado ao Novo Ensino Médio.

A aplicação do II Questionário de Escuta dos Estudantes da Rede Pública do Estado de Goiás também aconteceu em 2021. A intenção era colher informações que contribuiriam para mapear os interesses e as expectativas dos estudantes, para possíveis adequações nas propostas de implementação. Em outubro do referido ano, a versão final do DC - GOEM foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE-GO). O documento trouxe os componentes curriculares do Novo Ensino Médio, conforme a BNCC, os princípios e as metodologias que deveriam ser colocadas em prática em todas as instituições escolares públicas e privadas do Estado, que ofertarem a etapa Ensino Médio, a partir de 2022.

Em Goiás, há 3 versões do DC- GOEM, sendo duas delas apresentadas no ano de 2020 e a versão final em 2021. O processo de (re)elaboração do documento, de acordo com o governo, contou com a participação de todos os segmentos da comunidade educacional. O movimento de construção do documento no Estado, apesar de ser alvo de críticas, foi promovido através de metodologias diversificadas de captação de colaborações. Além dos

dias D, momento providenciado para a comunidade escolar discutir, participar de palestras, oficinas e workshops sobre o tema em questão, foram viabilizadas consultas públicas, audiências, seminários e rodas de conversa, tudo para dar ao projeto tom participativo, atributo esse almejado pelo governo do Estado. Mesmo assim, é perceptível que a versão final do DC-GOEM tem poucas alterações em relação à reforma nacional, é praticamente uma cópia do DC-EM, o que nos leva a pensar que as contribuições advindas do debate com a comunidade escolar foram ignoradas pelo governo e Secretaria Estadual de Educação na (re)elaboração do documento.

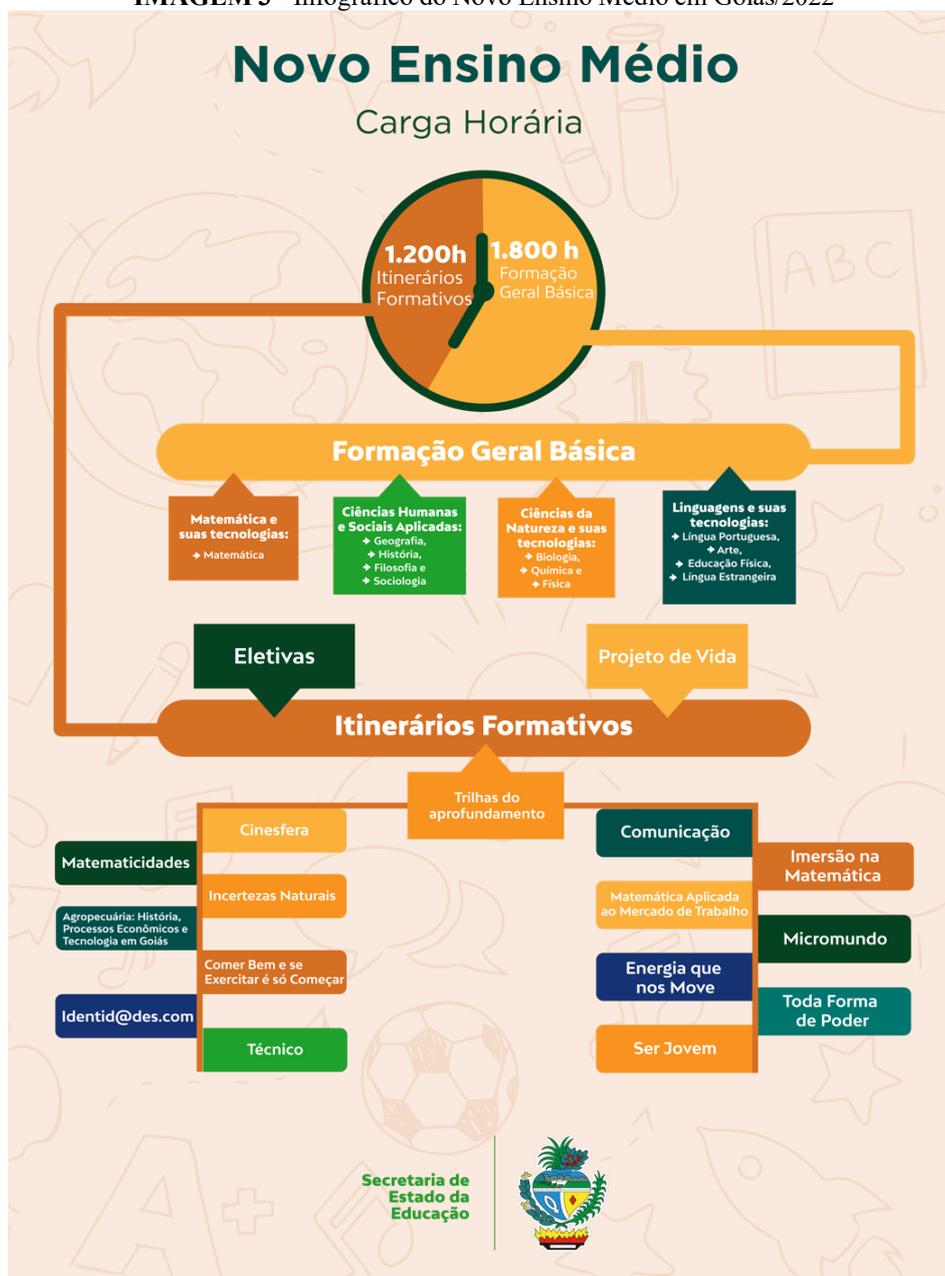
Para mais, com o intuito de auxiliar as instituições escolares e profissionais da educação nesse novo desafio, a Seduc - GO disponibilizou na rede de ensino documentos norteadores, tal como o Plano de Implementação – Novo Ensino Médio Goiano. Nele é possível observar que a Seduc - GO subdividiu as instituições escolares do Estado em quatro grupos, sendo eles as Escolas de Ensino Médio Regular em Tempo Parcial, os Centros de Ensino de Período Integral, os Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás e Escolas e os Colégios de Educação do Campo, Educação Quilombola e Educação Indígena. A arquitetura curricular colocada em prática, em Goiás, apresenta pequenas adequações, conforme o grupo a que pertence a instituição de ensino.

De acordo com os dados do Censo Escolar de 2022 (BRASIL, 2022), Goiás contou na rede estadual com aproximadamente 208,8 mil alunos regularmente matriculados no Ensino Médio, esses alunos estavam distribuídos nas suas 716 unidades de ensino. No início do referido ano letivo, a Seduc-GO elegeu, do total de suas instituições escolares, 120 unidades para fazerem parte do projeto-piloto de implantação dos Itinerários Formativos em turmas de 2ª série. Do total de unidades piloto, 59 eram escolas regulares e 61 colégios militares. No município de Goiânia, cenário desse estudo, foram selecionadas 10 instituições para inaugurar a nova modalidade de ensino, 7 delas geridas pelo Comando da Polícia Militar e 3 de Ensino Regular Parcial.

A Seduc-GO então preparou para as escolas um cardápio norteador com 14 opções de Itinerários Formativos, que foram elaborados, buscando relacionar conhecimentos específicos, mobilizando competências e habilidades de uma única área de conhecimento ou de forma integrada. Os projetos dos Itinerários Formativos pertencentes ao cardápio foram disponibilizados às instituições escolares eleitas, com caráter optativo. Ficou a critério de cada escola decidir se iria ou não os oferecer, considerando suas condições estruturais, materiais disponíveis, profissionais capacitados e interesse dos estudantes. Na Imagem 3, é possível visualizar a nova distribuição da carga horária e possibilidades de arranjos

curriculares para escolas goianas.

IMAGEM 3 - Infográfico do Novo Ensino Médio em Goiás/2022



Fonte: <https://site.educacao.go.gov.br>

Apesar do cardápio de Itinerários Formativos ter sido lançado no Estado sem obrigatoriedade de uso, as escolas que optassem por não o utilizar deveriam, de forma emergencial, elaborar seus próprios Itinerários, tendo visto que o Plano de Implementação - Novo Ensino Médio Goiano (2022) estabeleceu que cada unidade piloto deveria ofertar, no mínimo, dois Itinerários Formativos no referido ano letivo. Tal procedimento visava assegurar aos estudantes goianos a possibilidade de escolher conforme seus anseios um dos Itinerários

ofertados, considerando as diferentes áreas do conhecimento e a formação técnica e profissional de sua preferência.

3.1.1 Movimento contra o Novo Ensino Médio: revogação temporária

A aprovação da Lei nº 13.415/17, que incidiu nas transformações educacionais para o Ensino Médio, se deu num momento de transição de governos presidenciais, visto que a sua aprovação ocorreu no decorrer da administração de Michel Temer (2016-2019), empossado logo após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Faz-se necessário, então, considerar que o sancionamento das mudanças determinadas por esta lei, que conseqüentemente promoveu a implementação do Novo Ensino Médio na Educação Básica brasileira, ocorreu em um momento de muitas articulações políticas advindas da cúpula do governo brasileiro.

Mediante o contexto histórico relativo às tensões políticas em que essa lei foi votada e aprovada, diante dos fatos apresentados nos capítulos anteriores relativos aos interesses que esse modelo de ensino tem privilegiado (voltados para a ampliação do capital e para as demandas de mercado) e, em virtude à insegurança que essas mudanças trouxeram para a sociedade e para os profissionais da educação, em 2023 ocorreram diversas manifestações públicas fomentadas por reivindicações de movimentos sociais, associados a diversos setores da educação.

À nova equipe do Ministério da Educação, pasta atualmente administrada pelo Ministro Camilo Santana (empossado em janeiro de 2023), ex-governador do Ceará e Senador da República, o qual passou a integrar a equipe de governo do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (eleito para o pleito de 2023 a 2027), foi solicitado que essas mudanças fossem revogadas, para que sejam (re)vistas, analisadas e (re)pensadas, mediante a participação de diversos atores sociais, como pesquisadores da área, profissionais de ensino e representantes dos estudantes, por serem esses considerados, conhecedores dos problemas, das necessidades atuais e reais da educação. Associadamente, também foi rogada ao novo governo a abertura de consulta pública, por meio de votação, sendo essa viabilizada a toda sociedade brasileira.

Diante desse propósito e por intervenção das pressões desses segmentos sociais, o MEC, representado por Camilo Santana e sua equipe, decidiram revogar a implementação do Novo Ensino Médio por 60 dias a partir de 05/03/2023, em todos os 26 Estados e no Distrito Federal, através da Portaria nº 627/23.

O novo documento suspende os prazos em curso da Portaria MEC nº 521/2021, que

instituiu o Cronograma de Implementação do Novo Ensino Médio. A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), mencionou em nota que o pedido de revogação do Novo Ensino Médio contou com a participação de estudiosos, professores, entidades de classe e alunos, sobretudo, de escolas públicas brasileiras.

As atividades decorrentes dessa revogação temporária relativa às diretrizes para o Ensino Médio, como aquelas referentes às análises, supressões, reiteraões e reflexões sobre essa (re)estruturação desse etapa do Ensino Básico, serão supervisionadas e coordenadas pelo MEC, Secretaria de Articulação Intersetorial com os Sistemas de Ensino (SASE) em colaboração com o Conselho Nacional de Educação (CNE), Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede), bem como Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), serão responsáveis por reavaliar e elaborar um relatório dentro de 30 dias para apresentar ao Ministro da Educação as (im)possibilidades, (in)congruências e necessidades reais relativas à proposta aprovada em 2017 que regulamenta o Novo Ensino Médio no Brasil.

Assim, todas as modificações em curso sobre a composição das Provas de ENEM para 2023 também foram revogadas temporariamente, até que as diretrizes dessa etapa de ensino sejam redefinidas ou que transcorram seguindo seus princípios originais. Um dia após a publicação da portaria de revogação, o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, declarou durante evento no Palácio do Planalto a jornalistas que não pretende revogar o Novo Ensino Médio, mas sim aperfeiçoar o programa educacional implementado na gestão do seu antecessor, Jair Bolsonaro (PL). “Não vamos revogar. Suspendemos e vamos discutir com todas as entidades interessadas em como aperfeiçoar o Ensino Médio desse país [...] vamos suspender por um período [...]. Não foi revogada, foi suspensa [...]”. (SILVA, 2023).

A conclusão desse estudo se deu simultaneamente a luz dessas discussões. A pesquisa objetivou traçar uma análise geral e específica mostrando quais expectativas, experiências e (im)possibilidades a implementação dessas novas diretrizes têm evidenciado na escola campo, onde as observações e análises para a composição dessa investigação foram realizadas. A proposta do estudo foi pensada a partir das diretrizes aprovadas em 2017, que deu origem a Lei nº13415/17. Portanto, caso haja modificações a partir da consulta pública em andamento e das atividades pertinentes à revogação da implementação do Novo Ensino Médio decretada pelo MEC, um futuro estudo será necessário para discutir as alterações/ modificações advindas desse processo de escuta e discussão.

Essa investigação parte de pesquisas do tempo presente, o que faz dela uma fonte de conhecimento para as análises sobre a (re)estruturação das diretrizes relativas à

implementação do Novo Ensino Médio, pois há a tentativa de aclarar seus pontos altos e suas incongruências em atendimento a promoção de uma educação que siga os princípios educacionais pautados na qualidade, equidade e igualdade, elementos tão referenciados na BNCC.

3.2 O estudo de campo

Como já é sabido a finalidade do estudo de campo está em agregar maiores indícios observatórios e interpretativos que ampliem a pesquisa. Visto que, engloba a coleta de dados, bem como os registros dos dados coletados fornecendo mais informações sobre o objeto de estudo. No nosso caso, a pesquisa de campo ocorreu na escola selecionada CEPMG-WM, e foi consolidada a partir das observações realizadas no *métier* pedagógico dos professores da escola campo que atuam nos itinerários formativos relativos à proposta aplicada ao Novo Ensino Médio, a qual também partiu da aplicação das entrevistas semiestruturadas aos docentes e coordenação pedagógica, cujo os dados coletados, posteriormente, foram analisados, interpretados e contribuíram para a composição da elaboração final desta investigação. Assim, os dados serão apresentados e analisados no decorrer do presente capítulo.

3.2.1 Percurso metodológico e suas nuances

Entender as mudanças ocorridas na LDB em 2017 no que se refere ao Ensino Médio, analisar e discutir a implementação da proposta de um Novo Ensino Médio no Brasil, sobretudo, em Goiás, se mostrou necessário perante o cenário de incertezas no qual o estudo em questão está inserido.

Nesse caminhar de aprendizagem, buscou-se através da análise documental entender as Leis educacionais que regem o Ensino Médio e suas trajetórias, observando os retrocessos e as evoluções que as margeiam. Foram consideradas e aludidas as questões políticas, culturais, econômicas e sociais que permeiam o objeto da pesquisa.

No entanto, entender como essa nova modalidade de ensino tem sido aplicada no ambiente escolar e quais os indicativos podem ser vislumbrados da implantação da proposta, que justifiquem o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, só seria possível, perante a investigação, observação e análise da prática de funcionamento dos Itinerários Formativos.

Posto isso, para realização do estudo, foi realizado durante o ano letivo de 2022 um

estudo qualitativo pautado na pesquisa de campo. Essa abordagem qualitativa vem com a mesma perspectiva expressada pelos teóricos Ludke e André (2018) que afirmam ela permitir e compreender a trama intrincada do que ocorre numa situação microssocial; reforçam ainda que esse tipo de pesquisa nos oferece uma visão interna do campo que é repleto de emoções, crenças, ponto de vistas, conflitos, tanto do investigador quanto do sujeito investigado.

A instituição escolhida para realização da pesquisa de campo foi uma das escolas-piloto selecionada para inauguração da proposta, pela Seduc - GO. A instituição é uma escola estadual gerida pelo Comando da Polícia Militar, situada na região Norte do município de Goiânia. Optou-se pela pesquisa de campo, por ser ela responsável por extrair dados e informações diretamente da realidade do objeto. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados no estudo de campo a pesquisa de documentos específicos da escola, a observação, o diário de bordo e a entrevista semiestruturada.

A pesquisa documental contou com análise da Matriz Curricular própria dos CEPMG-WM, o PPP da escola, os projetos dos Itinerários Formativos implantados na instituição no ano letivo de 2022, além dos dados disponíveis no Sistema de Gestão Escolar (GR8) Web. A escolha de tais documentos foi sustentada pela palavra de Pádua (1997); a socióloga afirma que a pesquisa documental deve ser realizada a partir de documentos contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos. Dentre os métodos de coleta de dados, a observação revelou-se como um privilegiado modo de contato com o real, uma vez que é observando o cenário, que se orientam os deslocamentos e compreensão da realidade no qual imerge, sendo necessária, assim, a inserção do pesquisador no grupo observado, interagindo com os sujeitos e compartilhando o espaço social da pesquisa.

A observação ocorreu entre os meses de outubro a dezembro de 2022. As visitas aconteceram às terças e quintas-feiras no período matutino, totalizando 80 horas/observação. Os dias da semana nos quais os Itinerários eram ofertados eram fixos e foram selecionados pela gestão da escola para realização exclusiva das atividades envolvendo os Itinerários Formativos. Ademais, o tempo de observação foi dividido igualmente entre os quatro itinerários em andamento na instituição, tendo sido 10h semanais e 2 semanas de observação para cada itinerário.

O diário de bordo foi uma ferramenta de registro das experiências cotidianas vivenciadas durante as visitas à escola examinada. Buscou-se descrever detalhadamente os acontecimentos vivenciados durante o período de observação no campo, assim como as

relações sociais existentes no ambiente. Tal instrumento possibilitou, durante a exploração, o registro de anotações que descrevem percepções e reflexões quanto ao ambiente escolar, as entrevistas, ao processo de implantação dos Itinerários Formativos e sobre o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Para exemplificar, é apresentado no Anexo A, alguns registros.

Ao final do período de observação foram convidados para participarem da entrevista 8 professores, sendo 2 de cada itinerário formativo analisado e a coordenadora geral (CG) da instituição escolar. Como critério de inclusão, foi considerado somente os professores que participaram ativamente do processo de implantação dos Itinerários Formativos em andamento na escola, desde o início do ano letivo 2022; porém a escolha dos 8 professores em questão se deu por indicação da coordenadora pedagógica, que designou aqueles que, segundo a profissional, eram “docentes mais receptíveis ao estudo e que mais tinham a contribuir para a pesquisa” (CG).

A coordenadora geral em questão foi nomeada como responsável pela implantação da proposta na escola pelo comando militar/ diretor do CEPMG, que seguiu as orientações advindas da Seduc - GO. Sendo assim, se fez necessário que a profissional gerisse as equipes de professores das diferentes áreas do conhecimento, além de ter que acompanhar a elaboração e a execução de todas as ações pedagógicas propostas no CEPMG em 2022. A situação foi ocasionada em virtude de a escola não ter nenhum coordenador por área de conhecimento modulado no referido ano letivo.

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Seduc-GO vigentes, a coordenação geral pedagógica dos CEPMG, dentre várias habilidades, deve possuir conhecimento das políticas públicas na área de educação nacional e estadual, ter postura coerente (teórico-prática) com as concepções apresentadas nos referenciais do Plano Nacional de Educação e da LDB, além de possuir capacidade de influenciar, positivamente, pessoas e grupos com base em uma postura ética e transparente. Concomitantemente, entre outras, fazem parte de suas atribuições, orientar e alinhar as questões relativas às atividades pedagógicas do CEPMG e ainda participar da elaboração e coordenar a execução do PPP do plano de ação da unidade escolar. Analisando as alterações realizadas nas Diretrizes Operacionais da Seduc-GO (2020-2022) para o ano letivo de 2023, verificamos que a coordenação geral do CEPMG em questão já cumpria com esmero suas atribuições e ainda acumulou no ano letivo de observação as atribuições dos futuros coordenadores de área. (SEDUC- GO, 2023, p. 149-150).

As entrevistas semiestruturadas têm por finalidade obter informações dos entrevistados sobre determinado tema/ assunto, por meio de uma conversa planejada seguida por um roteiro e por indagações (Boni; Quaresma, 2005). Sua escolha foi motivada em

função da sua capacidade de retratar as experiências vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa, através de uma conversa arquitetada por perguntas que fazem menção aos nossos objetivos, apontando pontos pertinentes para a nossa futura análise de conteúdo.

Dos professores convidados, 7 responderam a entrevista, o 8º não compareceu por duas vezes à reunião previamente agendada e também não justificou o motivo junto à pesquisadora. As entrevistas com os docentes aconteceram em dezembro de 2022, já a coordenação geral foi entrevistada no início do ano letivo de 2023, para que fosse possível realizar uma comparação do processo de implantação dos itinerários nos seus dois primeiros momentos e assim conseguirmos perceber os ajustes que foram realizados no desenvolver do projeto na instituição. No entanto, a profissional, na função de coordenação geral, foi alvo de vários questionamentos e conversas durante o período de observação e suas contribuições foram registradas no diário de bordo.

A maior parte das entrevistas, sendo 6 delas, foram realizadas pessoalmente, no próprio ambiente de trabalho dos respondentes, em dia e horário escolhido por cada um deles, conforme conveniência. A preferencial do estudo era pela entrevista presencial, para que fosse possível observar melhor os entrevistados, buscando perceber em suas atitudes e falas, as reais motivações e dificuldades vivenciadas por eles dentro do contexto da investigação. Todavia, a decisão sobre o formato da conversação coube exclusivamente aos entrevistados que puderam optar pela forma remota, por meio de chamadas de vídeo, utilizando a ferramenta Zoom ou no formato presencial. Em cada oportunidade, a entrevista foi gravada e as falas transcritas subsequentemente. Conforme pode ser verificado no Apêndice, foram aplicados dois roteiros de entrevista, um para os professores de área e outro específico para a coordenadora geral.

A roteiro de entrevista (Apêndice D) elaborado para os professores atuantes nos Itinerários Formativos do CEPMG teve como objetivo identificar a opinião desses quanto à necessidade de se realizar alterações na etapa final da Educação Básica, esclarecer como foi oportunizada a participação dos docentes nesse processo de implantação dos Itinerários Formativos na instituição, descrever os desafios enfrentados pelos mesmos nessa nova modalidade de ensino, relatar suas expectativas e revelar as (im)possibilidades identificadas e vivenciadas por eles na execução do projeto, assim como o que foi constatado na prática sobre o desenvolvimento da aprendizagem do aluno através de sua participação nos Itinerários Formativos. Ademais, é dada aos docentes a oportunidade de expressarem sua opinião e darem sugestões que possam vir a contribuir para a implantação do projeto em outras instituições ou futuras adequações referentes a ações propostas no documento do Novo

Ensino Médio.

Já o roteiro de entrevista destinado à coordenadora geral (Apêndice E), objetivou esclarecer como foi organizado e realizado o processo de implantação dos Itinerários Formativos na escola, identificar os critérios adotados pela instituição para escolher os Itinerários Formativos que foram ofertados aos alunos, relatar como ocorreu a capacitação dos professores da unidade e conhecer a opinião da gestão escolar quanto as perspectivas de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos participantes do projeto. Ao final da entrevista, procurou-se comparar o processo de implantação dos Itinerários Formativos na instituição, anos letivos 2022-2023 e à servidora também foi oportunizado espaço para expressar sua opinião e ofertar sugestões considerando as percepções envolvidas na prática administrativa, que também devem ser de muita valia no repensar das ações da proposta.

O Quadro 1 contém as descrições do perfil dos entrevistados, assim como o código que será utilizado para designar cada um dos mesmos perante à apresentação dos resultados do estudo. Para exemplificar, a abreviação P1I1 se refere ao professor entrevistado 1 responsável pela implantação do Itinerário 1. E o código CG compete à coordenação geral. Os Itinerários Formativos foram nomeados por I1- Itinerário Micromundo, I2- Itinerário Toda Forma de Poder, I3- Itinerário Identidade e, por fim, I4- Itinerário Cinesfera.

Quadro 1 - Descrição do perfil e código atribuído a cada um dos participantes da entrevista.

Código do Entrevistado	Formato da Entrevista	Tempo de duração	Formação	Escolaridade	Tempo na Função	Área de Conhecimento	Itinerário Formativo Atual
P1 I1	presencial	01:23:11	Física	Mestre	12 anos	Ciências da Natureza	Micromundo
P2 I1	presencial	01:23:11	Ciências Biológicas	Pós-Doutor	15 anos	Ciências da Natureza	Micromundo
P1 I2	remoto	00:28:13	Geografia	Superior completo	3 anos	Ciências Humanas	Toda Forma de Poder
P2 I2	presencial	00:17:35	Filosofia	Mestre	16 anos	Ciências Humanas	Toda Forma de Poder
P1 I3	remoto	00:35:24	Letras	Superior completo	17 anos	Linguagens e suas tecnologias	Identidade
P2 I3	presencial	00:52:48	Letras	Superior completo	9 anos	Linguagens e suas tecnologias	Identidade
P1 I4	presencial	00:16:45	Matemática	Especialista	9 anos	Matemática e suas tecnologias	Cinesfera

P2 I4	ausente	-	-	-	-	-	Cinesfera
CG	presencial	01: 08: 17	História	Mestre	16 anos	Gestão	Gestão

Fonte: Dados da entrevista semiestruturada.

A partir da análise do quadro apresentado, podemos afirmar que todos os profissionais pertencentes ao grupo de entrevistados possuem licenciatura em um dos componentes da sua área de conhecimento. Ademais, os participantes em sua maioria possuem uma ou mais pós-graduações, além de vasto tempo de atuação na etapa Ensino Médio.

O tempo médio das entrevistas foi de 38 minutos. Esse fator foi alvo de preocupação, buscamos não prolongar as entrevistas, visando a não causar incômodo aos participantes, já que deixaram seus afazeres diários para responder as perguntas, considerando que na maioria dos casos o tempo disponível dos profissionais da educação é extremamente escasso. Uma ação inesperada durante a realização das entrevistas chamou à atenção: a dupla de professores atuantes no Itinerário 1 fizeram questão de realizarem a entrevista juntos. Por essa razão, no quadro de informações, foi registrado o mesmo o tempo de entrevista para os dois participantes.

A participação dos entrevistados ocorreu de forma voluntária. Na ocasião das entrevistas, não foram obtidos registros fotográficos. Todavia, todos os participantes assinaram e entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), incluso no Apêndice C. Em termos de benefício direto de participação no estudo foi explanado aos entrevistados que eles teriam a oportunidade de refletir sobre a implantação do Novo Ensino Médio e expor sua opinião sobre o objeto da pesquisa, destacando os aspectos positivos e negativos vivenciados por eles no contexto escolar em que pertencem. Além disso, ao colaborar para que se conheça as (im)possibilidades e desafios advindos da implantação dos Itinerários Formativos, poderão contribuir para que toda a comunidade, em especial, os professores atuantes no Ensino Médio do país possam construir conhecimentos e entender o objeto estudado.

É preciso ressaltar que, no planejamento do estudo, foi almejado entrevistar apenas os coordenadores pedagógicos responsáveis pela implantação do projeto Novo Ensino Médio/ Itinerários Formativos na escola campo. Logo no inaugurar da investigação foi verificado que havia somente um profissional responsável pela função na instituição. Sendo assim, se fez necessário realizar adequações na amostra da pesquisa, fazendo a inclusão de alguns professores, para que fosse possível obter uma compreensão mais rica e fundamentada do

fenômeno estudado.

Para se alcançar uma base sólida para as conclusões do estudo, faz-se necessário comparar dados de diferentes entrevistas, na expectativa de identificar semelhanças e diferenças nas respostas. A comparação de dados no estudo de campo possibilita identificar esses padrões nas respostas, verificar a consistência, realizar análises cruzadas, validar os resultados e refinar a pesquisa. Ludke e André defendem que as entrevistas “permitem correções, esclarecimentos e adaptações que as tornam sobremaneira eficazes na obtenção das informações desejadas” (2018, p.34).

Por envolver seres humanos como participantes, reforço que o estudo aqui apresentado foi submetido e sua segunda versão aprovada em outubro de 2022, pelo Comitê de Ética de Pesquisa de Jataí, cujo parecer consta no Apêndice A, N° do parecer: 5.732.008.

Após a realização da coleta de dados, foi realizada a sistematização das contribuições. As entrevistas foram transcritas através de softwares de transcrição automática. Depois de revisar a transcrição, foram executadas leituras cuidadosas das mesmas, destacando unidades significativas, com o intuito de identificar ideias relevantes para se desvendar as questões levantadas e construir conhecimentos esclarecedores que permitissem a compreensão do objeto estudado.

Após descrever o percurso metodológico do estudo, trago algumas informações relevantes sobre a escola campo eleita para ser palco dessa investigação.

3.2.2 Caracterização da escola campo

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), propôs para 2022 a instauração do Novo Ensino Médio/ Itinerários Formativos para um grupo seletivo de colégios estaduais de tempo parcial. Pertencentes a esse grupo estavam todas as instituições escolares que seguem o regime militar localizadas no município de Goiânia. Dentre os 7 colégios geridos pelo Comando da Polícia Militar no município, o CEPMG-Waldemar Mundim, situado na região Norte, foi escolhido como escola campo para o presente estudo. O convite para participar foi aceito pela então comandante da instituição, capitã Lucélia Ribeiro dos Santos, que na ocasião assinou o Termo de Anuência da Instituição, que consta no Apêndice B.

A escola fundada em 1979, foi criada conforme lei N° 8704 em 05/10/1979 e reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação, conforme a portaria N° 5085/92 da Secretaria da Educação, iniciou suas atividades ofertando o Ensino Fundamental II em oito

salas de aula. A instituição surgiu da necessidade de atender um grande número de crianças existentes na comunidade local, que na época tinham muita dificuldade de se deslocarem até uma escola devido à distância do setor ao centro da cidade e à falta de transporte coletivo público na região.

Buscando continuar a atender a demanda da comunidade, a instituição implantou em 1986 o Ensino Médio Colegial - não profissionalizante, nos períodos Matutino e Noturno. Em 2015, por meio de uma parceria entre a Secretaria Estadual de Educação e a Secretaria de Segurança Pública, o Colégio Estadual Waldemar Mundim foi militarizado. A emenda foi aprovada na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, na gestão do então governador Marconi Perillo (PSDB). A Lei nº 18.967/2015 (GOIÁS, 2015) regulamenta o modelo de gestão nas escolas compartilhada e transforma algumas escolas públicas em colégios militares. As escolas militarizadas são aquelas que inicialmente eram geridas pela Secretaria da Educação e, posteriormente, passaram para a gestão da Polícia Militar.

Fotografia 1: Colégio Estadual Waldemar Mundim, em 2015



Foto: Fernando Leite

Fonte: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/colegios-militares-uns-querem-outras-nao-entenda-os-porques-41217/> Jornal Opção (25/07/2015)

Atualmente, Goiás conta com 76 unidades funcionando no modelo de gestão compartilhada e a Seduc - GO reforça em seu Portal de Notícias o êxito de sua parceria com o Comando Militar, afirmando que ela tem gerado bons resultados para a Educação do Estado. Um colégio militarizado se difere de uma escola regular principalmente no que se refere à matriz curricular, ao modelo de administração, ao Regimento Interno e à forma de recebimento dos recursos financeiros.

A Matriz Curricular de um CEPMG sofre pequenas adequações em relação à matriz dos colégios de ensino regular parcial. Um exemplo de divergência entre os currículos é a inclusão da disciplina de Civismo e Cidadania na matriz das instituições militares. A disciplina específica busca desenvolver nos alunos dos colégios militares senso de consciência cívica, responsabilidade social e valores patrióticos.

A administração de uma escola militarizada é compartilhada. A partilha se dá entre policiais militares e profissionais civis. Os profissionais civis da educação são responsáveis por aspectos pedagógicos e administrativos do colégio, como o currículo escolar, planejamento de aulas, seleção de professores, avaliação, entre outros. Os professores também são servidores civis, vinculados à rede pública de ensino. Já aos militares, maioria inativos das forças de segurança de Goiás, é designada a função de auxiliar na gestão educacional e nos aspectos disciplinares da instituição. A eles também é permitido atuar em atividades educativas, inclusive em sala de aula, desenvolvendo atividades de orientação com os estudantes relacionadas à cultura e aos valores militares.

O Regimento Interno é um conjunto de regulamentos e regras rigorosas estabelecidas pela instituição militar para orientar o funcionamento diário da escola e o comportamento dos alunos. O documento define as responsabilidades dos alunos, professores e demais funcionários em relação à aplicação das normas, estabelece as regras de convivência e segurança, assim como as de disciplina e conduta, porém, o fator disciplina no ambiente escolar da escola campo não será discutido no presente estudo.

Outro fator que diferencia os CEPMGs das escolas públicas regulares são os recursos recebidos. Como a instituição é fruto de uma parceria que envolvem dois órgãos públicos, Secretaria Estadual de Educação e a Secretaria de Segurança Pública, acaba por receber verba pública de ambas as pastas. Além disso, existe a possibilidade do recebimento de financiamento privado, que ocorre por meio de contribuições voluntárias realizadas pelos pais ou responsáveis dos alunos matriculados na instituição militar. Quem fiscaliza e gerencia essas contribuições voluntárias é a APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários - Waldemar Mundim). Com mais recursos, é possível realizar uma série de melhorias na infraestrutura da escola, criando um ambiente mais propício ao aprendizado e também investir em recursos pedagógicos, que tendem a proporcionar uma educação de melhor qualidade aos estudantes. A Fotografia 2 permite observarmos as melhorias realizadas na entrada principal da escola campo, em relação a 2015 (Fotografia 1), ano em que foi imposto pela Secretaria Estadual de Educação a militarização.

Fotografia 2 : Entrada principal do CEPMG- Waldemar Mundim, em 2022



Foto: autor desconhecido

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=iGyR-TnFk4o>

No momento presente, a instituição possui uma boa infraestrutura. O espaço físico da escola é composto por 17 salas de aula, 1 sala de música, 1 sala de recursos multifuncionais (AEE), Laboratório de Ciências da Natureza/ Robótica (em montagem), biblioteca, quadra de esportes coberta, cozinha e amplo espaço aberto. O pátio coberto possui um palco com estrutura de som e iluminação preparada especialmente para reuniões, apresentações artísticas e eventos. Alguns espaços físicos citados acima serão apresentados nas fotografias que se seguem. O Termo de Autorização de uso de imagem dos alunos menores de 18 anos consta no Apêndice F. O termo foi assinado pelos responsáveis dos alunos matriculados em 2022, no ato da matrícula na instituição.

Fotografia 3: Pátio coberto/ Palco do CEPMG-WM



Foto: Galeria de fotos Instagram/ CEPMG-WM

Montagem: realizada pela autora

Fotografia 4: Biblioteca/ Sala de recursos multifuncionais (AEE) do CEPMG-WM



Foto: Elienes Bezerra Maciel, dinamizadora da biblioteca
Montagem: realizada pela autora

Fotografia 5: Cozinha/ Quadra esportiva do CEPMG-WM



Foto: Galeria de fotos Instagram/ CEPMG-WM
Montagem: realizada pela autora

Em contraposição às boas condições de espaço físico retratados, foi observado e registrado no diário de bordo o descontentamento da comunidade escolar, quanto à alta temperatura registrada habitualmente no interior das salas de aula. Apesar de todos os ambientes internos possuírem ar condicionado instalado, os mesmos não funcionam devido a um problema local, na rede de energia elétrica. Alunos relatam que a exposição a temperaturas elevadas em sala de aula, associadas à obrigatoriedade do uso de uniformes quentes, acaba por causar desconforto físico, tornando difícil para eles se concentrarem e se envolverem nas atividades escolares.

Trabalham na instituição 90 funcionários, no ensino são 2 maestros da Banda Marcial e 44 professores, os quais atendem os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. No pedagógico são 6 coordenadores, sendo 1 coordenadora geral, 2 coordenadores no período matutino, 2 no período vespertino e 1 que exerce a função no período noturno. Na administração, são 8 funcionários, cargos compartilhados entre civis e militares. Para a seção disciplinar, são designados 7 militares e os outros funcionários são divididos nas funções de membro do conselho fiscal ou tesoureiro da APMF, cozinha/ merendeira, serviços gerais, vigilante e secretaria.

Em relação ao número de alunos recebidos na instituição, no ano letivo de 2022, foram

1048 matrículas ativas, com base nos dados do Sistema Gr8 Web Gestão. Mesmo sendo um quantitativo expressivo, foi percebido que, após a militarização, ele vem reduzindo gradativamente. A justificativa da redução do número de matrículas foi justificada pela coordenação geral como sendo uma “padronização dos colégios militares de não ter turmas no noturno, ter só matutino e vespertino” (CG). Esclareceu também que gradativamente as escolas CEPMG que ofertam turmas no turno noturno estão em processo de encerramento. O Comando de Ensino orientou, a partir de 2020, a proporcionar apenas a conclusão daqueles que já foram matriculados no período da noite, não dispondo a comunidade abertura de novas vagas. Essa redução do número de matrículas do CEPMG-WM e o ciclo de encerramento das turmas do noturno, são apresentadas nos quadros 2 e 3, respectivamente. A coluna com o ano 2015 foi acrescida nos quadros para facilitar o esclarecimento do fato, acima mencionado. Além disso, retornamos à escola campo no início do ano letivo de 2023 para complementar os dados comparativos.

Quadro 2: Redução do número de matrículas na escola campo – EF e EM

Total de matrículas na escola campo por ano					
Ano	2015	2020	2021	2022	2023
N. de matrículas	1447	1327	1243	1048	997

Fonte: Dados GR8 Escolar Web. Quadro elaborado pela autora.

Quadro 3: Redução do número de turmas ativas no período noturno da escola campo

Número de turmas ativas no período noturno na escola campo					
Ano	2015	2020	2021	2022	2023
N. de turmas	8	6	6	5	4

Fonte: Dados GR8 Escolar Web. Quadro elaborado pela autora.

Como consequência da redução do número de matrículas anual no CEPMG- WM, o número de alunos atendidos na etapa final da Educação Básica na instituição sofreu uma queda brusca. No ano da investigação, a instituição atendia um pouco mais da metade do número de alunos matriculados no Ensino Médio na instituição em 2015, ano da militarização institucional.

Quadro 4: Redução do número de matrículas na escola campo – etapa EM

Número de Matrículas etapa Ensino Médio na escola campo					
Turno / Ano	2015	2020	2021	2022	2023
Matutino	605	591	528	442	439
Vespertino	79	90	-	-	-
Noturno	416	114	176	138	114
Total	1100	795	704	580	553

Fonte: Dados GR8 Escolar Web. Quadro elaborado pela autora.

Observamos, então, que somente a redução progressiva das turmas do período da noite não justificava a tamanha queda no número de matrículas. Sendo assim, buscando mais informações durante a investigação, descobrimos que, além do fechamento das turmas referentes ao Ensino Médio noturno, justificado pela CG em entrevista, houve o fechamento de 2 salas de aula, entre os anos de 2020 e início de 2023. Essas salas foram designadas para a instalação de uma Sala de Música e do Laboratório de Ciências da Natureza/ Robótica.

Por último, gostaria de destacar no identificar da escola campo a diversidade de projetos e eventos que ocorrem no ambiente escolar. Além do Novo Ensino Médio/Itinerários Formativos, objeto de estudo da investigação, a escola ainda oferece variadas atividades pedagógicas que buscam desenvolver a aprendizagem do aluno. O uso de metodologias diversificadas pelos professores, aulas de campo, rodas de conversa, mostras, exposições, apresentações artísticas e culturais, visita de palestrantes, entre outros, são

recursos didáticos comuns na instituição.

A Banda Marcial CEPMG-Waldemar Mundim/Núcleo de Música Popular Brasileira CEPMG-WM é um dos projetos implantados na escola que muito me chamou a atenção. A Banda sob a coordenação dos maestros Aurélio Nogueira de Sousa e Mara Rubia Barbosa da Cruz Nogueira oferta aos estudantes do Ensino Fundamental e Médio a oportunidade de aprender a tocar vários instrumentos e também cantar.

Fotografia 6: Momento de ensaio da Banda Marcial CEPMG-WM



Foto: Galeria de fotos Instagram/ CEPMG-WM

Montagem: realizada pela autora

Fotografia 7: Aula de violino do Núcleo de Música / Apresentação da Banda Marcial CEPMG-WM



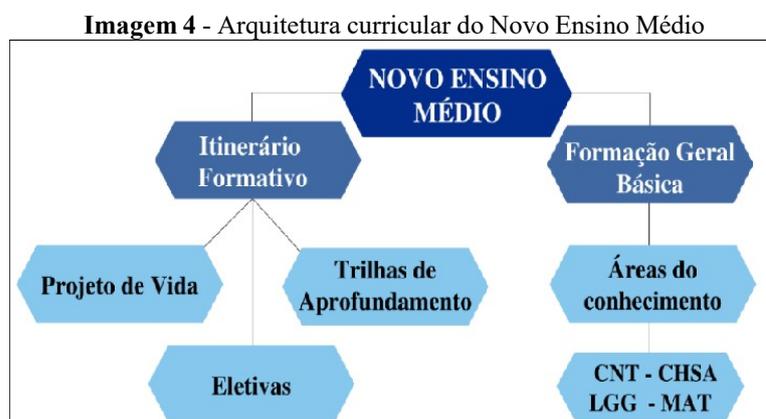
Foto: Galeria de fotos Instagram/ CEPMG-WM

Montagem: realizada pela autora

O projeto é um exemplo corporificado que deu certo na instituição e demonstra que permitir que o aluno seja parte ativa do processo de ensino, que ele compartilhe responsabilidades, conhecimentos e experiências, faz com que se sintam valorizados, que passem a acreditar no seu potencial e investir em projetos futuros, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional.

3.2.3 A implantação do novo modelo de ensino na escola campo: expectativas e experiências

A arquitetura do Novo Ensino Médio está estruturada em duas partes indissociáveis, que são a Formação Geral Básica, elaborada em consonância com a organização por áreas de conhecimento obrigatórias da BNCC e a parte da flexibilização curricular, que corresponde aos Itinerários Formativos. Os Itinerários Formativos também são fragmentados em seções necessariamente conectadas, nomeadas por Atividades Integradoras e Aprofundamento Curricular. As Atividades Integradoras são conhecidas como Projeto de Vida e Eletivas, já o Aprofundamento Curricular é composto pelas Trilhas de Aprofundamento. Essa arquitetura pode ser melhor entendida, observando a imagem 4:



Fonte: Adaptado de Mato Grosso (2021); Aline Graça e Geison Mello

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, os Itinerários Formativos têm como objetivo oferecer aos estudantes a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos em áreas específicas de acordo com seus interesses, habilidades e aptidões, visando a prepará-los para a continuidade dos estudos ou até mesmo facilitar sua inserção no mercado de trabalho (DCNEM, 2018).

Os Itinerários Formativos permitem uma maior flexibilização do currículo, possibilitando que os estudantes escolham diferentes percursos educativos. Para auxiliá-los a eleger o caminho que vão trilhar no Ensino Médio e eventualmente uma possível graduação, a proposta oferta a disciplina Projeto de Vida. O psicólogo William Damon, em sua obra “O que o jovem quer da vida?” defende que o orientar”, advindo do componente curricular Projeto de Vida, motiva e faz a diferença na vida do estudante. De acordo com o escritor:

Todos os jovens devem fazer suas próprias escolhas, ninguém pode fazer isso por eles. Mas podemos ajudá-los a ser capazes de fazer boas escolhas(...). Podemos oferecer possibilidades que incendeiem sua imaginação, orientação que encoraje suas aspirações mais elevadas, apoio que os ajude a realizar suas operações e uma atmosfera cultural que os inspire, em vez de baixar o moral(...). Não há jovem que não se beneficie desse tipo de atenção. (DAMON, 2009, p.192).

No Novo Ensino Médio, após receber orientações advindas da disciplina Projeto de Vida, o aluno estará apto a escolher uma disciplina eletiva. As Eletivas visam a oportunizar o enriquecimento cultural do estudante ou ainda oferecer a eles a possibilidade de escolher a área específica que deseja aprofundar seus conhecimentos considerando seus interesses, preferências e aptidões. Uma eletiva pode pertencer ao núcleo livre ou ao núcleo dirigido.

As eletivas de núcleo livre possibilitam ao aluno aprofundar seus conhecimentos em disciplinas que vão além do currículo básico, de acordo com seus interesses individuais, não havendo restrições temáticas. São exemplos de eletivas do núcleo livre Arte (pintura, desenho, teatro e música); Astronomia; Nutrição, Primeiros Socorros, entre outros. As eletivas do núcleo dirigido proporcionam uma formação mais específica e direcionada, preparando os alunos para estudos posteriores ou para a inserção no mercado de trabalho. Algumas possíveis eletivas do núcleo dirigido são Tópicos de Matemática, Produção de Textos Literários, Técnico em Informática, entre outros.

A Matriz (Arquitetura) Curricular – Novo Ensino Médio específica para os CEPMG se diferencia das outras unidades matrizes de ensino de tempo parcial, por adotar como padrão a oferta do componente curricular eletivo Civismo e Cidadania nas unidades militares. O componente não é exclusivo dos CEPMG, embora os colégios militares tenham uma ênfase particular na escolha dessa disciplina. Consideram que ela fornece aos alunos conhecimentos e habilidades que auxiliam a formar cidadãos conscientes, engajados e responsáveis.

O Documento Orientador: Itinerários Formativos/Trilhas de Aprofundamento encaminhado as unidades escolares pilotos pela Seduc–GO, por meio da Superintendência de Ensino Médio, no início de 2022, justifica a adequação no currículo dos CEPMG, ao salientar a importância do componente entre as eletivas ofertadas para a formação cívica do cidadão; afirma que o trabalho com a disciplina de Civismo e Cidadania,

[...] ressalta a proeminência de suas atribuições, direito e deveres, bem como a disciplina, hierarquia, apresentação pessoal, reconhecimento do princípio de autoridade, espírito de corpo, dentre outros que contribuirão para a formação integral do estudante como cidadão, quer ele siga a carreira militar ou não. (SEDUC, 2022, p.19).

Conectadas às atividades integradoras, Projeto de Vida e Eletivas, as Trilhas de

Aprofundamento complementam a parte dos Itinerários Formativos na Matriz Curricular do Novo Ensino Médio. As trilhas são constituídas por um conjunto de componentes curriculares que são integrados e articulados, permitindo desenvolver o conhecimento ou um aprofundamento do aprendizado em uma área específica. São organizadas em torno de temas ou projetos interdisciplinares, visando a promover uma aprendizagem mais contextualizada e significativa para os estudantes. Nelas, os alunos terão a oportunidade de percorrer os quatro eixos estruturantes, que devem nortear a formação do estudante nessa etapa da Educação Básica, Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo.

Observar, analisar e discutir a implantação dos Itinerários Formativos, em especial das Trilhas de Aprofundamento, na prática, em escola piloto, no ano letivo de 2022, é o objetivo desse estudo. No mais, busca-se verificar quais indicativos podem ser vislumbrados dessa nova política educacional, que se refiram à preocupação e à tentativa de melhorar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. A questão base que se deseja responder com o estudo é: Será que os itinerários formativos da forma como foram propostos no documento do Novo Ensino Médio contribuem para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno? E, em caso afirmativo, como acontece tal evolução?

O CEPMG - WM, para o ano letivo de 2022, seguiu o modelo da Matriz Curricular enviado pela Seduc - GO, elaborado conforme as orientações do DC- GOEM. No ano de investigação, das 580 matrículas efetivadas no Ensino Médio da escola campo, 195 pertenciam às turmas de 2ª série. Desse total, 163 alunos frequentavam o turno matutino e 32 o noturno, ou seja, havia na instituição 5 turmas de 2ª série funcionando no período matutino e apenas uma no turno da noite.

Por consequência do número reduzido de turmas de 2ª série ativas no noturno, se tornou inviável para a escola naquele momento a implantação das Trilhas de Aprofundamento no citado turno. O CEPMG-WM, então, optou por implantar as trilhas somente no período da manhã. Posto isso, concluímos que a escola campo no ano letivo em questão operava com diferentes matrizes curriculares para a 2ª série do Ensino Médio, uma para o matutino (Anexo B) e outra para o noturno (Anexo C).

Apesar de não terem sido implantadas as Trilhas de Aprofundamento no noturno do CEPMG-WM em 2022, a grade curricular do turno também sofreu adequações provenientes das alterações da Reforma. Em 2021, o noturno tinha 5 aulas/ dia, totalizando carga horária total da Matriz Curricular de 1040h/ anuais, 920h eram destinadas à Formação Geral Básica (BNCC) e 120h à parte diversificada do currículo. Em 2022, com a mudança de hora relógio

estabelecida pelo Seduc, mesmo mantendo o número de aulas/ dia e a carga horária destinada à Formação Geral Básica e à parte flexível do currículo, a carga horária anual passou a ser contabilizada como 1000h/ anuais.

Para atingir 1200h/ano, carga essa executada pelo turno matutino, foi necessário traçar estratégias para a complementação da carga horária do noturno. Assim sendo, o CEPMG possibilitou aos alunos pertencentes ao turno a realização de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Os cursos são voltados para capacitação profissional e visam ao desenvolvimento de habilidades técnicas e práticas, qualificando o estudante para a inserção no mercado de trabalho. A complementação era realizada no formato EAD, em dia, horário e área do conhecimento de preferência do estudante, para que assim fosse possível acontecer o aperfeiçoamento no campo de atuação de seu interesse. Como não houve a implantação das Trilhas de Aprofundamento no turno da noite, o estudo se dedicou à observação e à análise de experiências da prática, dos professores e alunos pertencentes ao turno matutino da escola campo.

A orientação do DC - EMGO é que cada escola ofertasse pelo menos dois Itinerários Formativos para escolha dos alunos. A possibilidade de escolha é uma das principais premissas do Novo Ensino Médio. A adoção dessa abordagem pedagógica busca promover uma participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem, estimulando o desenvolvimento de habilidades como pensamento crítico, autonomia, colaboração e capacidade de resolver problemas, que tendem a auxiliar no processo de aprendizagem. Por ter uma estrutura grande e corpo docente diversificado, o CEPMG- WM conseguiu ofertar a seus alunos quatro opções de Trilhas de Aprofundamento, que pertenciam a diferentes áreas do conhecimento. Contudo, vale ressaltar que todas as opções disponibilizadas na instituição pertenciam ao cardápio cedido pela Seduc - GO, na Imagem 3, já antes apresentada.

Para a escolha das Trilhas de Aprofundamento ofertadas no ano letivo de 2022, foi narrado durante entrevista com a CG que o colégio realizou no ano letivo anterior, principalmente durante as aulas da disciplina Projeto de Vida, momentos de discussão e rodas de conversa com o tema Novo Ensino Médio, buscando apresentar aos discentes da 1ª série quais as perspectivas que poderiam ser vislumbradas ao optarem por trilhas vinculadas à determinada área do conhecimento. Para auxiliar o professor do componente curricular junto aos alunos nesse processo de entendimento, foram convidados palestrantes externos, que dialogaram sobre as oportunidades que cada área específica traz para o futuro acadêmico e profissional do estudante.

Considerando o que foi percebido durante o processo de conscientização realizado

com os estudantes em 2021, o quadro de professores disponíveis e as condições físicas da escola, a gestão escolar juntamente com os docentes definiram durante encontros pedagógicos, as Trilhas de Aprofundamento que seriam ofertadas na instituição em 2022, no turno matutino. A CG, esclareceu que “os alunos não participaram da escolha de qual itinerário haveria na escola, mas puderam em janeiro optar por qual dos escolhidos pelos professores e gestores iriam cursar” (CG).

Ao iniciar o ano letivo, a CG explicou ainda que o CEPMG-WM executou de forma intensificada atividades pedagógicas esclarecedoras junto aos alunos, agora matriculados na 2ª série sobre as Trilhas de Aprofundamento que seriam ofertadas pela instituição. As opções selecionadas foram todas por área do conhecimento. Nesse primeiro momento, o colégio optou por não implantar Trilhas de Formação Técnica e Profissional. Foram então deliberadas para o inaugurar do processo três Trilhas por Área do Conhecimento Específico e uma Trilha Integrada. A Trilha Integrada abrange duas áreas do conhecimento, o desafio na oferta desse arranjo curricular é maior, pois se deve conseguir conectar numa mesma trilha diferentes áreas, considerando temas contemporâneos transversais, promovendo, assim, uma visão mais holística e contextualizada do aprendizado.

As possibilidades disponíveis para que os estudantes do CEPMG-WM fizessem sua escolha foram representadas no quadro abaixo.

Quadro 5: Possibilidades de Trilhas de Aprofundamento por Área do Conhecimento

Trilhas de Aprofundamento por Área do Conhecimento		
Trilha de Aprofundamento	Área	Componentes curriculares
Além da Visão: Conhecendo o Micromundo	Específica: Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Biologia, Química, Física
Toda Forma de Poder	Específica: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	História, Geografia, Sociologia, Filosofia
Identidade	Específica: Linguagens e suas Tecnologias	Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Língua Portuguesa
Cinesfera	Integrada: Linguagens e suas Tecnologias + Matemática e suas Tecnologias	Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Língua Portuguesa, Matemática

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Após serem apresentados aos estudantes os objetivos, as metas e as possíveis metodologias que cada trilha iria utilizar durante o ano letivo, foi possibilitado aos alunos realizar as inscrições. Cada aluno teve a oportunidade de escolher a Trilha de Aprofundamento que mais se identificava, de acordo com seus interesses e aptidões. No

primeiro momento, pelo número de inscrições, ficou perceptível a necessidade de se disponibilizar mais de uma turma da Trilha Identidade.

Sendo assim, professores relataram que, a princípio, muitos dos seus alunos não fizeram a escolha por aptidão ou interesse. Foi constatado que os estudantes se embasaram em outras motivações para realização da inscrição, como por exemplo, a trilha em que o colega estava matriculado, qual trilha continha as disciplinas que eles consideravam mais fáceis e até mesmo pelo quadro de professores que iria ministrar a trilha escolhida.

Nesse contexto de imaturidade, ansiedade, dúvidas e incertezas, foram inauguradas as Trilhas de Aprofundamento no CEPMG-WM, no turno matutino, com a seguinte distribuição:

Quadro 6: Número de alunos matriculados por Trilha de Aprofundamento

Número de alunos matriculados por Trilha de Aprofundamento		
Trilha de Aprofundamento	Número de matrículas	Quantitativo de turmas
Além da Visão: Conhecendo o Micromundo	35	1
Toda Forma de Poder	36	1
Identidade	63	2
Cinesfera	29	1

Fonte: Dados GR8 Escolar Web. Quadro elaborado pela autora.

3.3 Conhecendo as trilhas de aprofundamento do CEPMG-WM, ano letivo 2022

De acordo com o Dicionário Priberam de Língua Portuguesa (DPLP,2021) a palavra trilha pode ser compreendida como o ato ou efeito de trilhar. Deste modo, atendendo às novas propostas pela BNCC – Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica, a qual evidencia a implementação do novo currículo em que são instituídos os Itinerários Formativos atendendo as demandas do Novo Ensino Médio. Nessa parte do estudo traremos à tona, os Itinerários Formativos desenvolvidos na escola campo CEPMG-WM.

3.3.1 Trilha Além da Visão: Conhecendo o Micromundo

De acordo com o DC - GO etapa Ensino Médio “O microscópio (...) traz ao conhecimento humano um mundo totalmente desconhecido: o micromundo!” (DC - GOEM, 2021, p.512). Sendo assim, o Itinerário Micromundo visa a explorar e compreender melhor o mundo microscópico, abrangendo diversos campos da ciência, como a microbiologia e até mesmo a Física Quântica.

Essa trilha tem como objetivo desenvolver competências e habilidades científicas, além

de promover uma visão crítica sobre os fenômenos naturais. O Itinerário permite que o aluno entenda a visão do micromundo, proporcionando uma formação mais ampla, integrada e contextualizada nas áreas de Biologia, Física e Química.

Os professores responsáveis pela trilha buscaram despertar no aluno o gosto pela pesquisa científica, mostrando a necessidade de terem uma abordagem crítica e baseada em evidências para a compreensão do mundo a seu redor. Como metodologias de aprendizagem, presenciei leitura, análise e discussão de artigos científicos, aulas campo, aulas experimentais, palestras, apresentação de seminários, entre outros. Mesmo não possuindo espaço adequado para realizar as atividades e burlando a falta de materiais para realização dos experimentos, a trilha propiciou experiências inesquecíveis para a vida do estudante.

No campo da microbiologia, a trilha possibilitou que os alunos explorassem temas relacionados à saúde humana e ambiental, bem como as consequências para a sociedade quando se opta pelo descaso dessas temáticas. A visita ao Parque Leolídio di Ramos Caiado, localizado no mesmo município, favoreceu a aplicação da Introdução ao método científico. Indo a campo, os alunos realizaram investigações, observações, coletaram amostras, realizaram experimentos para posteriormente no ambiente escolar acontecer a análise dos dados e a interpretação de resultados.

Fotografia 8: Alunos do CEPMG-WM pertencentes a trilha Micromundo em aula campo



Foto: Galeria de fotos Instagram/ CEPMG-WM

Montagem: realizada pela autora

Ademais, a trilha se mostrou uma oportunidade de respostas, para alguns porquês que nos perseguem desde crianças. Como exemplo podemos citar, entre várias outras aulas experimentais, o estudo para a extração de DNA do morango, os estudantes ficaram apaixonados pelos resultados encontrados, se sentindo verdadeiros cientistas.

Fotografia 9: Registro da realização do experimento: Extração de DNA do morango



Foto: Galeria de fotos Instagram/ CEPMG-WM

Montagem: realizada pela autora

Além dos diversos experimentos realizados pelos alunos, outro ponto que gostaria de destacar na trilha Micromundo é a parceria existente entre os professores responsáveis pela trilha e a os professores da Universidade Federal de Goiás (UFG). A parceria é decorrente do CEPMG - WM ser uma instituição cadastrada para recebimento de estagiários do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) nas disciplinas de Química, Física e Biologia. Essa coparticipação permitiu que os alunos estivessem presentes em várias atividades no Campus 2 da UFG. Destaco entre elas a participação na Mostra de Divulgação Científica de Popularização da Ciência para a Educação Básica e a visita aos laboratórios do Instituto de Física. Essa introdução ao ambiente acadêmico superior acaba por motivar os alunos a continuar seus estudos e acreditar em seus sonhos.

Fotografia 10: Visita a Mostra de Divulgação Científica, Campus 2 - UFG.



Foto: Galeria de fotos Instagram/ CEPMG-WM

Montagem: realizada pela autora

Além disso, a trilha permite que o aluno emergja no micromundo, desenvolvendo novas habilidades, conhecimentos e perspectivas. Ter conhecimento auxilia no fortalecimento da confiança, na capacidade de enfrentar desafios e na tomada de decisões. A partilha dos conhecimentos adquiridos com colegas, prática comum na rotina da trilha, além

de ajudar no desenvolvimento da habilidade de comunicação, contribui para uma aprendizagem mais aprofundada. Percebe-se que, ao se preparar para uma apresentação, os estudantes pesquisam, estudam e buscam dominar o assunto. Essa delinear de estudo, baseado na responsabilidade e no compromisso, acaba por refletir em mudanças na rotina acadêmica e pessoal do estudante.

Fotografia 11: Apresentação da Culminância da Trilha de Aprofundamento



Foto: Galeria de fotos Instagram/ CEPMG-WM

Montagem: realizada pela autora

Como ponto de atenção, foi relatado pelos professores a falta de materiais pedagógicos específicos para realização dos experimentos e a ausência de um espaço físico adequado para a realização das aulas práticas laboratoriais.

Por fim, percebi na observação desse itinerário a paixão dos alunos pelo mundo das Ciências, a dedicação e o esforço em querer aprender sempre mais. As competências e habilidades científicas desenvolvidas aqui, certamente serão úteis para a vida pessoal, acadêmica e profissional de cada um dos estudantes envolvidos nessas ações práticas. Constatei também durante a observação que muitos alunos, ao encerrarem a sua participação na trilha Micromundo, adquirem grandes perspectivas para sua formação superior, principalmente na Área das Ciências da Natureza.

3.3.2 Trilha Toda Forma de Poder

O Itinerário Formativo Toda Forma de Poder, de acordo com o DC-GO etapa Ensino Médio, “trata de relações de poder no decorrer dos processos históricos, desenvolvendo habilidades e competências vinculadas aos temas de democracia, autoritarismo, relações políticas e processos históricos de dominação”. (DC-GOEM, 2021, p.512)

O objetivo da trilha é explorar as diversas formas de poder presentes na sociedade, analisando suas dinâmicas, implicações e impactos. Ao longo da trilha, os alunos são incentivados a refletir sobre as diferentes estruturas de poder presentes na sociedade, como o

poder político, econômico, social e cultural.

Fotografia 12: Alunos do CEPMG-WM pertencentes a trilha Toda Forma de Poder

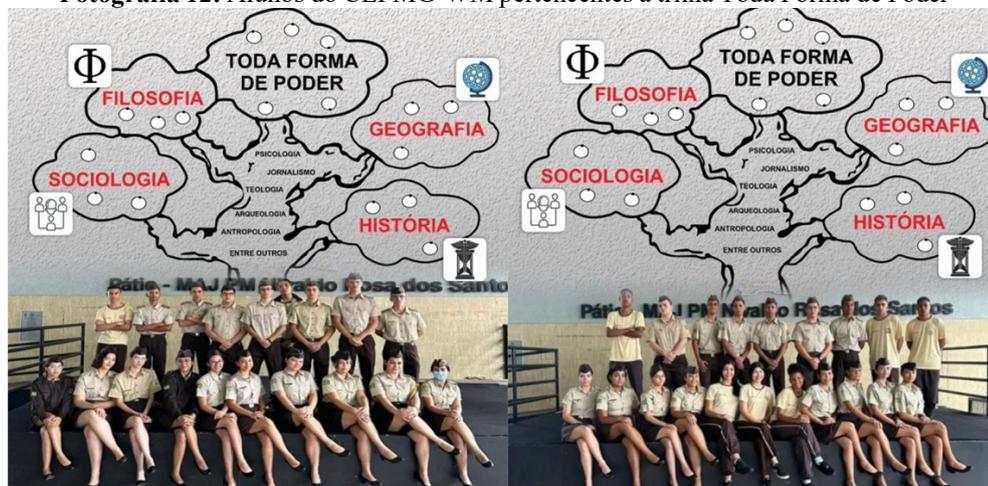


Foto: Galeria de fotos Instagram/ CEPMG-WM

Montagem: realizada pela autora

No CEPMG-WM, observamos na prática da Trilha de Aprofundamento, muitos estudos de caso, debates, análise de documentos históricos e contemporâneos, pesquisa de campo e projetos de intervenção social. Foram firmadas também parcerias com a sociedade civil, que realizaram palestras motivacionais sobre a área de conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Como exemplo, podemos citar, entre outros, a palestra do jornalista Matheus Pinheiro, com o tema Protagonismo juvenil no mundo contemporâneo e do Dr. Emanuel Rodrigues, advogado criminalista, ex-aluno da rede pública de Goiás, que veio colaborar com seus conhecimentos de atuação em favor da justiça e falar sobre o exercício da advocacia e suas particularidades.

Fotografia 13: Registros de palestras ofertadas aos alunos da trilha Toda Forma de Poder



Foto: Galeria de fotos Instagram/ CEPMG-WM

Montagem: realizada pela autora

Com o slogan, “Conhecimento é Poder”, essa trilha buscou desenvolver no aluno a consciência crítica sobre as estruturais de poder, capacitando-os a participar de forma ativa e responsável na sociedade, como efetivos cidadãos. De acordo com os professores, o objetivo era “colaborar para que os alunos construíssem sonhos, traçassem metas e idealizassem conquistas” (P112).

Quanto ao desenvolvimento dos projetos relativos à conscientização social, essas iniciativas tiveram lugar de destaque na prática do Itinerário Formativo. A esse respeito, citamos a “Campanha do Agasalho” organizado pelos alunos da trilha com o apoio e o incentivo de professores deste itinerário. Assim, descrevemos o desenvolvimento da ação: após a arrecadação entre a comunidade escolar, os alunos envolvidos no projeto se reuniram no contra turno para preparar a distribuição dos itens arrecadados e depois foram pessoalmente entregar as doações às famílias necessitadas e pessoas que vivem em situação de rua na capital.

Fotografia 14: Campanha do agasalho – trilha Toda Forma de Poder



Foto: Galeria de fotos Instagram/ CEPMG-WM

Montagem: realizada pela autora

Contudo, a dificuldade de se trabalhar de forma coletiva se interpôs como um fator negativo/impossibilitador relevante a ser destacado no desenvolvimento desse itinerário. Tendo visto que os docentes que atuaram na trilha além de ter conhecimento científico amplo na sua área de atuação, necessitavam partilhar temas e trabalhar de forma integrada na execução das atividades propostas num *continuum* formativo entre as disciplinas, considerando os recortes temáticos acerca dos objetos de conhecimentos propostos pelas Diretrizes Curriculares do Estado de Goiás.

Evidenciou-se, que qualquer tentativa de desenvolvimento de um trabalho

individualizado por parte dos docentes dos itinerários impossibilita a construção do saber integrado, que os programas destinados às trilhas requerem na formação educacional possibilitada e empreendida no expandir da aprendizagem dos alunos.

Merece destaque positivo, a participação dos alunos desta trilha em projetos sociais como mencionamentos anteriormente, assim como nos debates, em discussões, palestras e aulas de campo ofertadas no desenvolvimento das aulas deste Itinerário Formativo. Visto que, essas atividades sociais e pedagógicas colocadas em prática, podem proporcionar aos alunos o desenvolvimento de uma visão mais ampla, consciente e crítica do mundo que os cercam, favorecendo e impulsionando uma educação mais ampla, engajadora e conectada com as demandas da sociedade, preparando-os para serem agentes de transformação social e para o exercício de sua cidadania plena.

3.3.3 Trilha Identidade

A Trilha de Aprofundamento em Identidade no Novo Ensino Médio é uma proposta de estudo reflexivo sobre a temática da identidade pessoal e coletiva. Segundo o DC- GOEM, “por meio de um trabalho interdisciplinar entre os componentes da Área de Linguagens, este Itinerário busca correlacionar as diversas identidades locais e globais às identidades dos/as estudantes” (DC- GOEM, 2021, p.511).

O Itinerário tem como objetivo promover o autoconhecimento, a consciência crítica e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos estudantes, contribuindo para uma formação mais integral.

Na escola campo, o número de inscritos nesse Itinerário surpreendeu aos organizadores da implantação do projeto que acreditam que a variedade de temas contemporâneos relacionados à identidade, tais como gênero, sexualidade, religião, classe social, entre outros, incentivou os alunos na escolha. Outro fator apontado para justificar o número de matrículas foi a presença dos componentes curriculares de Educação Física e Artes, disciplinas essas que os alunos apreciam.

Fotografia 15: Alunos do CEPMG-WM pertencentes à trilha Identidades



Foto: Galeria de fotos Instagram/ CEPMG-WM

Entre as atividades mais desenvolvidas nessa trilha, destacam-se as leituras, discussões e análise de textos que abordam questões de identidade, diversidade e inclusão social, debates e discussões promovendo a expressão de diferentes pontos de vista e a realização de projetos artísticos, como pintura, fotografia, música e teatro, que expressam diferentes formas de identidade e suas complexidades.

Fotografia 16: Registros de atividades envolvendo alunos da trilha Identidades



Foto: Galeria de fotos Instagram/ CEPMG-WM

Montagem: realizada pela autora

As aulas campo também fizeram parte do processo de desenvolvimento de habilidades dos alunos. Quero destacar a visita ao teatro da PUC - Goiás, para assistir à peça Conectados, da Cia Stars. O espetáculo abordou temas relacionados aos perigos da internet, o suicídio e o cyberbullying, trazendo à tona nos adolescentes uma reflexão sobre a forma sobre como estão se conectando ao mundo e as consequências para suas relações sociais.

Fotografia 17: Visita ao Teatro – Espetáculo Conectados



Foto: Galeria de fotos Instagram/ CEPMG-WM

Foi perceptível na trilha de Identidades o estímulo dos docentes para o desenvolver das habilidades. O despertar das habilidades é uma parte essencial da educação integral e do desenvolvimento criativo. As atividades artísticas tendem a não só promover a expressão individual, mas também contribuir para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais dos estudantes.

Fotografia 18: Exemplos de trabalhos produzidos por alunos da trilha Identidades



Foto: Galeria de fotos Instagram/ CEPMG-WM

Montagem: realizada pela autora

Professores relatam terem sentido muita dificuldade em entender a proposta da trilha. A esse respeito, lançamos a hipótese da falta de uma formação prévia acerca de cada um dos Itinerários Formativos que compõem o cardápio ofertado pela Seduc-GO às unidades escolares do nosso Estado. No documento as competências e habilidades referentes ao

itinerário foram consideradas pelos docentes como muito amplas. Sendo assim, assimilar a concepção de identidades e elaborar um currículo integrado, em conformidade com as expectativas do currículo se tornou um grande desafio para a equipe docente. Essa realidade de dúvida e insegurança dos professores quanto ao currículo, ficou evidente e foi logo detectada pelos discentes na prática do itinerário, fato esse que prejudicou o desenvolver da trilha.

Todavia, apesar dos desafios impostos no entendimento da proposta, ficou evidente evoluções comportamentais e de aprendizagens por parte da maioria dos alunos que participaram deste itinerário. Com a prática do itinerário foi possível descobrir muitos talentos inseridos na comunidade escolar. Desta forma, observamos que essa trilha tem muito a contribuir para o despertar de habilidades em alunos e ainda auxiliar na formação da atuação desses estudantes no exercício da cidadania, os tornando mais criativos, conscientes, tolerantes e preparados para a vida numa sociedade plural e democrática.

3.3.4 Trilha Cinesfera

A Trilha Cinesfera foi a única trilha integrada selecionada pela escola para participar do processo de implantação dos Itinerários Formativos. Buscava-se entrecruzar conhecimentos e saberes referentes as áreas de Linguagens e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias. Conforme o DC- GOEM, “os estudantes que optarem por seu percurso terão a oportunidade de vivenciar práticas artísticas, corporais e/ou linguísticas escolares sob a perspectiva direcional, dimensional e espacial de análise matemática” (DC-GOEM, 2021, p. 513).

Fotografia 19: Alunos do CEPMG-WM pertencentes a trilha Cinesfera



Foto: Galeria de fotos Instagram/ CEPMG-WM

Tradicionalmente, a Matemática e a Linguagem são vistas como áreas separadas do conhecimento, por isso esse foi o Itinerário analisado, considerado como sendo o mais desafiador do processo de implantação na escola campo. Entender que as áreas estão interligadas e se influenciam mutuamente, exigiu muito esforço e dedicação dos professores e alunos.

Na busca por conectar as duas áreas do conhecimento, foram utilizadas estratégias como leitura e interpretação de textos matemáticos, criação de obras de arte utilizando formas geométricas e oficinas de construção de sólidos geométricos, para em seguida analisarem contextos e espaços no quais as formas estão inseridas.

Fotografia 20: Registros de atividades envolvendo alunos da trilha Cinesfera



Foto: Galeria de fotos Instagram/ CEPMG-WM

Montagem: realizada pela autora

As discussões e debates em grupo também fizeram parte das estratégias empregadas na busca pelo desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Utilizar diferentes tipos de Linguagens para expressar soluções de problemas matemáticos contribuiu para a promoção de uma aprendizagem significativa e integrada ao estudante. Na Culminância das Trilhas de Aprofundamento, foi possível perceber esse crescimento pedagógico dos discentes, que utilizaram diferentes formas de linguagem para comunicar a comunidade escolar suas percepções de conceitos matemáticos.

Fotografia 21: Apresentação dos trabalhos do Itinerário Cinesfera

Foto: Galeria de fotos Instagram/ CEPMG-WM
Montagem: realizada pela autora

Ao observar na prática o fazer dos docentes na Trilha Cinesfera, observamos o quanto ainda é desafiador para toda comunidade escolar trabalhar de forma integrada – dificuldade apresentada por alunos e professores. A abordagem é válida, pois busca superar a fragmentação tradicional do currículo escolar, porém os professores não se sentem preparados para realizarem essa integração.

Vale ressaltar a necessidade quanto a implementação de atividades integradas que sejam elaboradas a partir de conhecimentos específicos nas diversas áreas do saber que compõem cada Itinerário, um planejamento cuidadoso e realizado com base na colaboração de todos os docentes envolvidos em cada um dos Itinerários propostos. Da forma como foi proposta a implantação do Novo Ensino Médio composto pelos Itinerários de modo Integrado foi percebido nesse primeiro momento como um caminhar às cegas, na busca pela superação de tamanho desafio.

3.4 Discussões e Resultados

A proposta de reformas no Ensino Médio, são bem vistas e até ansiadas por aqueles que atuam na educação. Contudo, implantar e implementar uma reforma com vistas a atender as demandas de mercado, ao capitalismo e ao empresariado gera temor à comunidade escolar. Haja vista, que a educação deve ser baseada na lictura, no desenvolvimento da consciência histórica dos estudantes, para que os mesmos conheçam amplamente as relações globalizadas economicamente e socialmente de seu país, buscando a construção de um saber que os conduza ao desenvolvimento da cidadania plena e consciente.

Nesta condição, a proposta do Novo Ensino Médio (Lei nº 13415/2017) deixa muito a desejar. Já que não houve preparação/formação universitária dos docentes para se conduzir o

processo educacional nesses moldes amplos e que exigem vasto conhecimento em distintas áreas de conhecimento.

Para a eficácia da proposta, sinalizamos como uma das premissas mais importantes a ampliação de vagas em cursos de pós-graduação destinadas aos docentes da Educação Básica possibilitando o desenvolvimento da sua autonomia. A formação avançada deve ofertar qualificações relativas a pesquisa, a escrita e ainda habilidades e competências para que os profissionais estejam aptos a trabalharem sem maiores dificuldades de forma coletiva e integrada.

Ressalto que a reforma é importante e necessária para o desenvolvimento da Educação brasileira, tendo em vista que viabiliza a atualização e modernização dos saberes, dos currículos acerca da Educação Básica, visando a formação mais moderna, flexível e integrada, capaz de preparar os jovens para os desafios do século XXI. Mas, para tanto, faz-se necessário o desenvolvimento de programas que visem a formação contínua dos docentes. Os cursos “formativos” disponibilizados pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação são criados de acordo com os interesses do governo e pouco contribuem para o conhecimento científico e epistemológico das diversas áreas do saber.

A Reforma precisa apresentar potencial que vise melhorar a qualidade do Ensino Médio no Brasil. Tendo em vista a promoção de mudanças significativas que busquem atender as necessidades e as demandas dos estudantes e não do mercado de trabalho, auxiliando no desenvolvimento de suas habilidades, autonomia e preparação mais adequada.

A flexibilização curricular/Itinerários Formativos foi uma das mudanças propostas na nova lei. A autonomia na escolha da área do conhecimento e das disciplinas que se deseja aprofundar pode tornar o ensino mais interessante para o aluno, incentivando-o a buscar conhecimento de forma mais ativa. Contudo, precisa ser repensada, pois uma vez que os docentes não têm uma formação acadêmica apropriada para colocar em prática de forma eficaz a proposta, não conseguem desenvolver o projeto e dificultam a execução do mesmo, gerando atritos entre os estudantes e com os demais colegas.

Mesmo com o Projeto Governamental ainda em fase de implementação, foi possível identificar no estudo desafios e (im)possibilidades advindas das percepções na prática, daqueles que estão à frente da inauguração da implantação dos Itinerários Formativos no Estado de Goiás.

Após a observação realizada na escola campo e a execução das entrevistas, efetuei uma leitura minuciosa da transcrição das entrevistas individuais, buscando perceber durante as leituras pontos de convergências e divergências relativos aos dados obtidos através dos

diálogos.

Posteriormente, uma segunda leitura foi necessária, agora elencando as semelhanças e as diferenças nas respostas dos participantes. Gil (2008) explica que o estilo do pesquisador influencia diretamente na forma de analisar os dados, pois há múltiplas possibilidades de realizar essa tarefa. Sendo assim, organizei a apresentação dos resultados através de blocos de três respostas que considerei mais relevantes, que trouxeram informações e perspectivas pertinentes e esclarecedoras para auxiliar na compreensão da temática em questão. A seleção dos recortes das entrevistas foi realizada por não achar apropriado colocar aqui todo o material das entrevistas. Entretanto, para exemplificar tal processo, encontra-se no Anexo D um exemplo na íntegra da transcrição da entrevista com o P2I2.

No decorrer da pesquisa de campo, objetivou-se entender como estava acontecendo a implantação da parte flexível do novo currículo etapa Ensino Médio, dando ênfase na prática de desenvolvimento dos Itinerários Formativos, buscando identificar os desafios, as (im)possibilidades que o processo de implantação do documento trouxe à comunidade escolar na prática e os indicativos que podem ser vislumbrados, relativos ao desenvolvimento da aprendizagem do estudante nessa ação. Ademais, se idealizou obter relatos de experiências da implantação dos Itinerários Formativos, tendo visto que até o momento presente pouco se tinha de narrativas da prática. Tais contribuições tendem a auxiliar profissionais da área no entender e no prosseguir da implantação da proposta.

Ao questionar os professores e a coordenação geral da escola campo sobre a necessidade de mudanças no Ensino Médio, houve unanimidade na resposta. Todos afirmaram ser imprescindível fazer modificações na etapa final da Educação Básica. O argumento principal é ser perceptível o desinteresse dos alunos no processo de aprendizagem, e que o ensino dito tradicional, em que o professor desempenha papel central na sala de aula, transmitindo conhecimento aos alunos por meio de aulas expositivas, já não consegue despertar no aluno a vontade de aprender. Como expressou em sua declaração a CG:

Há a necessidade de se modernizar a educação atual, o modelo educacional vigente já não faz mais sentido para os alunos do século XXI. Ainda há um conflito de gerações muito grande na escola, o currículo, o modelo proposto era muito tradicional, totalmente conteudista, além disso os professores veem de uma formação universitária também conteudista, que não prepara para a prática docente e os alunos estão no século XXI, a escola não é mais atrativa, não desperta no aluno o prazer do conhecimento, não mostra para o aluno a importância do conhecimento em sua vida, sem expectativa, para o que serve o conhecimento adquirido? Necessitava sim de mudanças (CG).

A CG citou ainda uma frase do educador José Pacheco, ouvida por ela durante uma

formação que participou na Seduc - GO que justifica a necessidade de mudanças na escola. “Não é aceitável um modelo educacional em que alunos do século XXI são ‘ensinados’ por professores do século XX, com práticas do século XIX.” (PACHECO). Em concordância com a citação da CG, os professores P1I3 e P1I4 também afirmaram que:

Era necessário fazer com que os alunos deixassem a passividade ao assistir a uma aula tradicional e passar ao protagonismo. Fazê-los pesquisar, apresentar seminários, gravar vídeos, apresentar os trabalhos propostos para a escola através de minicursos, foi extremamente produtivo (P1I3).

O Ensino Médio precisava fazer algumas mudanças da equação, porque as coisas evoluíram. A tecnologia evoluiu, acredito que nossa vida evoluiu também. A escola tem que acompanhar o desenvolvimento que a vida da gente tem (P1I3).

O grupo, além de concordar que o Ensino Médio necessitava passar por uma urgente reformulação, também são concordantes que as mudanças impostas pelo Governo Federal e posteriormente pelos órgãos municipais responsáveis pela implementação da proposta, não deveriam ter sido estabelecidas da forma que foram. Os professores P1I2, P2I3 e P1I1 relatam que:

Não tivemos opção, o documento veio e tivemos que fazer, ponto final (P1I2).

Fomos pego de surpresa, sabíamos que os Itinerários iam acontecer, mas o que realmente eram ninguém sabia. Não tinha material na escola, não tinha estrutura adequada e principalmente não fomos preparados para aplicar esse currículo. Foi isso que aconteceu. Estávamos trocando pneu com o carro em movimento. Tudo atropelado (P2I3).

Eles nos obrigaram a tomar decisões dentro de regras já estabelecidas. O documento está aqui, você tem a carga horária e o conteúdo que vai dar. Conversa com seu colega que está dentro do Itinerário, se vira, vai dar certo. A escola tinha que interpretar o que fazer com aquele documento, entender e aplicar na escola (P1I1).

Além do descontentamento de como a Reforma do Novo Ensino Médio foi imposta, os profissionais entrevistados disseram ainda que não tiveram possibilidade de recusar a participação no projeto, que a eles foi imposto o compromisso de ministrar as aulas nos Itinerários Formativos. Além de que as capacitações disponibilizadas pelos órgãos responsáveis não eram eficientemente capazes de prepará-los para enfrentar tamanho desafio. Os professores P1I1, P1I2 e a CG revelam que:

Acabou que nós mesmos nos preparamos para a prática, foi na loucura, durante o processo (P1I2).

Todos nós professores não tivemos uma formação para isso. As formações só discutiam sobre o documento, as regras. Sabíamos que precisávamos mudar a nossa

forma de pensar e agir, cada um estava indo para uma área, mas ninguém explicava como fazer isso (P111).

As formações a distância são boas, mas não suficientes, é urgente mesclarem com o presencial. O desenvolvimento de habilidades esperado pelo aluno, vem de um conjunto de necessidades, não é só conteúdo, é metodologia, é integração acabam que os professores precisam estudar sozinhos, por fora, para conseguirem se encontrar no processo, senão não conseguem fazer nada (CG).

Apesar de todo cuidado e planejamento que a instituição teve junto aos alunos para realizar a implantação dos Itinerários Formativos, nos bastidores da escola foi possível identificar o contexto de confusão e incertezas que se estabeleceu entre os profissionais da educação no início do ano letivo 2022. O P114 exemplificou o caos estabelecido, rindo da situação por qual passou.

Quando eu cheguei no colégio tudo já estava acontecendo. Aí quando eu entrei, eu nem sabia o que o nome, Cinesfera significava. Olhei o nome Cinesfera, e pensei, o que que será que é isso? Cinesfera tem a ver com cinema, com a esfera, né? Peguei o Itinerário pensando que era uma coisa e depois era outra, totalmente diferente (P114).

E não foi só o P114 que relatou as dúvidas e incerteza vivenciadas no processo de implantação dos Itinerários Formativos. O P111 descreveu o contexto de diferentes realidades dentro da mesma rede de ensino e a CG exemplificou a busca por encontrar possibilidades, dentro da unidade escolar.

No Estado de Goiás parece que a gente estava vivendo múltiplas realidades. O mesmo itinerário estava acontecendo de uma forma aqui e de outra totalmente diferente de lá. Todo mundo perdido, tudo muito disforme e heterogêneo (P111).

No início foi sofrido, desesperador. Integrar como? o professor de Português não aprendeu matemática na faculdade, tudo estava muito confuso. Sentávamos, fazíamos reunião para planejar, mais cada professor queria a sua disciplina, foi um desafio até tudo começar a fazer sentido. Mas aos poucos as coisas foram se alinhando (CG).

Além do pouco tempo disponibilizado aos profissionais para se estudar a parte flexível do currículo antes da inauguração da proposta e a falta de cursos de capacitação eficientes para os professores envolvidos na implantação dos Itinerários Formativos, vários outros desafios foram citados pelos entrevistados. Selecionei três relatos que melhor sintetizam as falas do grupo em relação às impossibilidades percebidas na prática da implantação. As narrativas são dos professores P213, P211 e o da CG que conseguiu em sua fala retratar sabiamente a angústia da maioria do seu colegiado.

Trabalhar esse novo currículo de forma integrada é muito difícil, é exaustivo. O

professor, precisa de tempo para elaborar suas atividades, pesquisar e estudar os outros conteúdos. Eu perdi noites de sono, pensava assim, o que eu vou trabalhar com esses meninos? porque não dá para você entrar dentro de uma sala de aula sem preparo, sem saber o outro conteúdo e 2 aulas seguidas então, o que que você faz? O aluno te olha, você olha para o aluno, não tem resposta. que que eu vou fazer, então eu tenho essa agonia. Eu chorei muito, pois queria ter conseguido fazer mais (P2I3).

Não temos laboratório, não temos material e nem espaço adequado para realizar os experimentos. O currículo traz uma proposta inovadora, mas com o que vamos fazer? Temos para a escola inteira 2 microscópios que são carregados para cima e para baixo. São materiais delicados que qualquer coisinha estraga. O espaço também é importante, tem experimento que precisa ser realizado no escuro, e cadê as cortinas(P2I1)?

A proposta é muito boa mas a prática que é desafiadora. Todos saíram de uma zona de conforto e entraram em uma zona conflituosa. São muitos desafios, principalmente três

- Formação docente: o docente não teve formação apropriada para implantar essa proposta e mesmo atualmente não há uma formação continuada eficaz, da qual o professor tenha tempo de participar para entender a proposta.
- Valorização do professor: o professor deve ser bem remunerado, não adianta falar que não conta, o Novo EM requer do professor muito mais dedicação e estudo, muito mais tempo na escola, de planejamento, de reunião, de contato com o aluno. Ex: Temos um professor que estava domingo na escola montando placa solares com os alunos. A proposta do Novo EM requer um professor de dedicação exclusiva com um salário digno. O professor fica frustrado, ele está trabalhando muito mais e recebendo o mesmo salário, é desumano tantas obrigações, e aí ele adoce pois se frustra por não conseguir cumprir com tantas demandas.
- Falta de estrutura física: O Novo EM requer um espaço diferenciado, a estrutura física da escola também precisa se transformar, ter ambientes mais acolhedores, local para esportes, ginásio de esportes, piscina, salas mais equipadas, ar condicionado kd???, a escola faz o que pode dentro daquilo que lhe é possível, tivemos que fechar turma para abrir laboratório. Veio verba para reformar mais não ampliar o espaço. Os três pontos que citei aqui se levados em consideração pelo governo, poderiam fazer com que a proposta do Novo EM funcionasse de uma forma cada vez melhor (CG).

Como afirmou a CG, esses devem ser pontos de atenção para o atual governo, rever a organização dos órgãos competentes quanto ao cronograma de atividades e às metas estipuladas para o cumprimento da escola, capacitações de qualidade para os professores, que venham auxiliar no entender de um currículo integrado e na prática da implantação dos Itinerários Formativos, valorização do profissional docente, investimentos na compra de materiais pedagógicos e reais adequações na estrutura física das escolas.

Apesar de se identificar vários desafios e impossibilidades na prática de implantação dos Itinerários Formativos, pontos positivos advindos do cursar das trilhas de Aprofundamentos também foram aludidos. Os professores P1I2, P1I3 e P2I2 detectaram que:

A integração das disciplinas é um ponto positivo já que os alunos conseguem entender o mesmo conteúdo dentro de várias áreas do conhecimento e assim eles podem aprender da forma que mais tenha facilidade ou afinidade (P1I2).

O desenvolvimento do protagonismo do aluno foi um ponto positivo, fazê-lo sair da zona de conforto e produzir o seu próprio conhecimento é o grande destaque do Novo Ensino Médio. É uma etapa de preparação para o desenvolvimento das habilidades e de um projeto de vida a partir das próprias escolhas (P1I3).

Diversos são os aspectos positivos a serem destacados com esta nova proposta. O novo ensino médio faz com que o aluno esteja totalmente envolvido, integralizado. E o desenvolvimento da aprendizagem, por hora, acaba sendo mais intensificado porque o aluno (...) a partir de agora, tem maior condição e mais aprimoramento para aprofundar na área do conhecimento específico. É nítido e percebido a nova condição de desenvolvimento da aprendizagem do alunado, a efetivação destes itinerários formativos, ele levou o aluno a um amadurecimento pessoal, um amadurecimento de vida e um amadurecimento intelectual, ou seja, acadêmico, o aluno está mais atento, apto e construindo toda a sua realidade de vida em torno do seu futuro (P2I2).

Analisando os pontos positivos elencados por cada entrevistado, questionamos o que foi constatado por eles na prática sobre o desenvolvimento da aprendizagem do aluno através de sua participação nos Itinerários Formativos, atentando por ser essa a questão base do presente estudo.

Mesmo considerando ser o desenvolvimento de aprendizagens um processo complexo e individualizado, todas as explicações afirmaram que participar ativamente de um Itinerário Formativo possibilita o desenvolvimento das mais diversas habilidades do aluno. As explicações pertencem a P1I2, P2I1 e a CG.

O Itinerário auxilia no desenvolvimento do aluno. Eles desenvolveram e amadureceram ao longo do ano. Eles conquistaram autonomia para decidir e colocar em prática o que aprenderam e começaram a acreditar. Finalmente é possível perceber o aluno como um protagonista do seu futuro (P1I2).

O Itinerário influenciou na aprendizagem deles bastante. Tudo foi muito interessante, eles queriam, estavam motivados, mas não sabiam como fazer acontecer, parecia a gente, rsrs. Acho que eles entenderam o objetivo, a maturidade que eles tiveram, no desenvolver do projeto, era encantador. Eles desenvolveram não só conteúdo, mas evoluíram como pessoas, como cidadãos. Eles melhoraram muito, tem muito aluno ali que modificou o jeito dele pensar, de enxergar o mundo. Eu percebi que melhorou até o tratamento com a gente sabe? Eu percebi, porque ficamos tão próximo deles, principalmente nos últimos bimestres. Eles falavam: pô, professor, eu não entendia o que você queria dizer, você era exigente, mas eu não entendia qual era sua verdadeira intenção, hoje eu entendo e agradeço.

A gente formou eles como pessoas, esse lado humano que eu acho que a gente conseguiu enxergar. Quais são as imperfeições dele, o que que a gente podia fazer para melhorar a aprendizagem dos alunos que têm problemas de ansiedade, tem alunos que tem problema de falar na frente, tem problema de escrita. Isso exigiu da gente nos itinerários não só trabalhar Biologia, física e química mais o desenvolvimento humano (P2I1).

Com as trilhas eles desenvolveram muito a questão da autonomia e do protagonismo juvenil. Eles entenderam que ele é o protagonista do processo.

Entendeu que é ele que constrói, é ele que faz, o professor, orienta o professor dá o

caminho, o professor dá as referências, mas ele que toma suas decisões. Eu Acredito muito que a escola, ela tinha que trabalhar essa inteligência emocional do aluno. Porque assim, a inteligência emocional do aluno contribui muito com a formação acadêmica dele também. E nossos alunos, eles desenvolverem, tudo melhorou, as notas melhoraram, as atitudes melhoraram, teve muitos entraves, mas no geral deu certo (CG).

Fica perceptível, ao refletir sobre os relatos dos profissionais da educação, que estiveram a frente desse processo de implantação que o desenvolvimento da aprendizagem do aluno se destacou no âmbito das habilidades socioemocionais. A CG explicou para o corpo docente, durante uma reunião que participei no período de observação, que “não adianta só desenvolver habilidades socioemocionais, o aluno tem que ter base teórica, ter conhecimento” (CG). Buscamos, então, evidências e dados comprobatórios do desenvolvimento em nível curricular, considerando então a aprendizagem de conteúdo.

O foco da avaliação no Novo Ensino Médio está em medir as competências e as habilidades desenvolvidas pelos alunos ao longo do processo de aprendizagem. Isso significa que, além das habilidades socioemocionais, os conhecimentos adquiridos também devem ser observados.

No CEPMG-WM, os conhecimentos adquiridos nas trilhas eram avaliados com base em evidências do domínio das competências específicas que eram coletadas por meio de projetos, apresentações, debates, portfólios, entre outras atividades. Utilizarei como exemplo para demonstração dessas evidências, dados do I1 (Micromundo). A escolha pelo Itinerário se deu por ter sido ele, de acordo a observação realizada na escola campo, o Itinerário que mais se destacou no quesito desenvolvimento de aprendizagem dos alunos.

Os professores P1I1 e P2I1 relataram que seus alunos durante o ano letivo foram inseridos no mundo científico. A eles foi solicitado, além atividades semanais, leitura e análise de artigos científicos, construção de portfólios, elaboração e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), além de planejamento e execução de Minicursos na Culminância das trilhas.

Os alunos tiveram muito contato o mundo acadêmico superior, primeiramente estavam em contato direto com estagiários da UFG dos três componentes curriculares, realizaram visitas, conheceram laboratórios, conversaram com doutores da área e perceberam que era possível, chegar lá (P2I1).

Nós professores das Ciências ficamos o tempo todo incentivando eles, vai, tenta, faz, se não der certo, tenta de novo(P1I1)

Como feedback dessa relação de incentivo e estudo de produções científicas, foi registrados 5 alunos do Itinerário Micromundo aceitos no Programa de Iniciação Científica

da UFG.

Descobrimos que as vagas estavam abertas, corremos, avisamos cinco dos nossos alunos mais dedicados, emprestamos livros, lembro até hoje o nome, P111 emprestou o livro Super-heróis da Ciência no Brasil, eles leram, estudaram, gravaram o vídeo de inscrição e enviamos. Não achei que todos iriam ser aceitos, quando saiu o resultado, cinco inscritos e todos os cinco aprovados, choramos de orgulho, são como filhos para nós. Imaginem, bolsa de iniciação científica no Ensino Médio (P211).

A produção de portfólios também surpreendeu, os professores relatam que receberam trabalhos extraordinários. “Eles mesmo produziram, mandaram fazer não, acompanhamos a construção durante as aulas, foi incrível e surpreendente o nível de conhecimento adquirido de alguns, eles foram atrás, pesquisaram mesmo (P211).” Para completar a evidência, encontra-se no Anexo E o portfólio cedido gentilmente por uma aluna pertencente a 2ª série E, matriculada na trilha Micromundo. O anexo, permitirá aos colegas professores, entender o caminhar da trilha. Já o relato de experiência da autora, contido na conclusão do portfólio demonstra o quão significativo pode ser para os alunos o desenvolver do projeto. Para realização do anexo, foi solicitada permissão a autora do portfólio assim como do seu responsável legal através do Termo de Autorização de Publicação que consta no Apêndice G.

Fotografia 22: Portfólios da Trilha MicroMundo



Fonte: Professor P211

A experiência da apresentação do TCC também produziu magníficos resultados. Tudo foi organizado conforme experiência no ensino superior. A banca de avaliação era composta por professores doutores e mestres convidados, pertencentes ao corpo docente da UFG, o orientador do aluno era representado pelo professor da trilha que o acompanhou no percurso da escrita e a presença da família também foi autorizada pela instituição, porém, durante o

estudo, não tive acesso ao relatório de avaliação de nenhum aluno.

Os resultados vieram, isso foi comprovado na pesquisa de campo. Os alunos da 2ª série do Ensino Médio, período matutino, matriculados e frequentadores dos Itinerários Formativos no CEPMG-WM, ano letivo 2022, apresentaram em diferentes níveis, indicativos que demonstram o desenvolvimento de sua aprendizagem, tanto na base comum quanto na parte diversificada da nova Matriz Curricular do Ensino Médio.

No entanto, temos que destacar que as experiências vivenciadas na escola campo durante a inauguração dos itinerários também tiveram incongruências. Os principais aspectos de discordâncias entre os entrevistados foram percebidos nos quesitos participação ativa dos alunos nos Itinerários Formativos e a integração entre os profissionais docentes. De acordo com relatos, no Itinerário de Linguagens e no Itinerário Integrado, os docentes vivenciaram maiores dificuldades em se conectar entre si e com seus alunos. Veja o relato de experiência do P2I2, pertencente ao Itinerário de Ciências Humanas,

A adesão, a participação, o envolvimento, o comprometimento do aluno têm sido de grande satisfação. E posso sinalizar que o novo foi abraçado, a frequência, a motivação, a interação, tudo melhorou.

O planejamento das aulas também acontece de forma integralizada entre os professores da área de atuação, no caso, filosofia, ciências sociais, sociologia e Geografia. Planejamento de aula, aplicação metodológica, didática, desenvolvimento de conteúdo, tudo é feito e é realizado de maneira coletiva (P2I2).

Em contradição a essa realidade, os professores P1I3 e P1I4, pertencentes ao Itinerário de Linguagens e suas Tecnologias e ao Itinerário Integrado (Linguagens e Matemática) expressaram seus desassossegos.

Nas trilhas I3 e I4 a comunicação entre os professores ocorreu de forma positiva no 1º semestre, porém no 2º semestre cansamos, e por diversos motivos não conseguimos nos reunir como era extremamente necessário.

As aulas foram ministradas às terças e quintas-feiras. Percebemos que especificamente nestes dias os alunos faltavam a escola. Como estamos em processo de implantação e adaptação, sentimos que eles perceberam que não seriam reprovados e nós professores estávamos com dificuldade em direcionar os objetos de conhecimento; alguns se sentiam desmotivados. Mas eles se destacavam na apresentação dos projetos (P1I3).

Não conseguimos reunir o suficiente. Fazer a integração entre as disciplinas realmente não é fácil, não é fácil você conseguir casar matemática com as outras matérias. Nós tentamos casar. Tentamos juntar as matérias, mas se tivéssemos um pouco mais de tempo as vezes seria um pouco melhor.

Foi difícil conseguir chamar a atenção dos alunos. Realmente difícil, você conseguir prender a atenção deles. Alguns dispersavam, outros brincavam, não sabiam o que estava acontecendo, achavam que tudo era brincadeira (P1I4).

Interpretando os relatos, entendemos que, embora a integração entre o grupo docente não seja o único fator que influencia nos indicativos de aprendizagem dos alunos, ela pode contribuir para um ambiente educacional mais enriquecedor e colaborativo, que tende a beneficiar o processo de aprendizagem como um todo. O Novo Ensino Médio traz uma proposta de currículo colaborativo, sendo assim, a cooperação entre os educadores pode levar a uma maior consistência nos métodos de ensino, um melhor planejamento curricular e uma abordagem mais abrangente para atender às necessidades dos estudantes.

Apesar do universo de entrevistados exporem que a implantação da parte flexível do currículo propiciou aos alunos do CEPMG-WM o desenvolvimento da aprendizagem, todos relataram ser necessário realizar ajustes e adequações no documento para aprimorar sua implementação e atender as demandas específicas de cada escola, buscando garantir assim um ensino de qualidade.

É necessário realizar mudanças. Da forma como está, não dá. Nós professores precisamos de uma formação continuada, melhor estruturada, planejada, estudada para poder ser executada; para transmitirmos segurança dos nossos conhecimentos aos nossos alunos. Precisamos de material didático, computadores ou notebooks em sala, uma Internet que funcione, para que nossos alunos façam as pesquisas junto conosco em aula (P113).

A integração entre as disciplinas não deu certo, tem que mudar. Ou o professor muda a atitude ou muda de profissão. Não vai voltar atrás, porque em partes deu certo, eles melhoraram. De uma forma, ou de outra eles melhoraram. Mesmo os alunos, que ficavam quietinhos, que nunca queriam nada, se mostraram preocupados na hora de apresentar o TCC, eles estudaram. Mas temos que conversar mais e estudar mais (P114).

Então, algumas coisas têm que ser revistas. Tem que pensar nessa questão do salário do professor, no tempo de planejamento, no que o aluno anseia, na estrutura física da escola. Tem que reformular tanto na forma de implementar como na forma de fazer. Se o estado, o estado no geral, tiver uma iniciativa de discutir, pensar uma forma para que funcione, dá certo.

- Eu vejo muita crítica do povo assim, porque o novo ensino médio é só para a burguesia, é só pra quem tem dinheiro. Eu penso, é que se a Reforma for implementada de qualquer jeito, sim, vai cair nisso. Vamos formar mão de obra barata na escola pública. Mas se nessa reformulação pensar na qualificação, na formação do professor, nas estruturas da escola, no salário do professor, me der condições dignas, aí sim eu consigo formar pessoas que conseguem concorrer a um mercado de trabalho, que consegue ter uma profissão, ele não vai ser aquele profissional de qualquer coisa. Ele vai almejar conquistas e ter habilidades, conhecimento e valores para lutar por elas (CG).

No último momento da entrevista foi oportunizado aos professores, caso fossem da sua vontade, ofertar sugestões aos interessados pelo objeto de estudo, contribuições essas que iriam contribuir no planejar de futuras implantações dos Itinerários Formativos ou até mesmo

possíveis adequações, referentes a ações propostas no documento do Novo Ensino Médio, pela Seduc - GO ou outro órgão competente. Por ser proposto um espaço aberto, optei por aqui apresentar todas as contribuições dos professores entrevistados, como agradecimento e reconhecimento pelo esforço e dedicação de cada um, nesse caminhar de desafios e (im) possibilidades.

Aos colegas professores, estudem bastante o projeto, pois pouco podemos contar com uma formação efetiva da SEDUC. Busquem referências bibliográficas na Internet, projetos que estejam relacionados com o itinerário que irá ministrar, saia da zona de conforto e planeje aulas dinâmicas e com propostas que desenvolvam as competências e auxiliem nas habilidades dos alunos. Trabalhem em equipe, isso faz uma enorme diferença ao ministrar as aulas. Conhecimento, experiência, desenvoltura são essenciais aos professores. Nossos discentes percebem e sabem quando uma aula é bem planejada e a motivação se manifesta. É uma reação em cadeia – aluno interessado, professor motivado (P1I3).

A Seduc/GO, o currículo tem que mudar, é muito amplo, aberto. Precisamos de um norte, algo que nos possibilite e auxilie fazer as conexões necessárias das matérias (P1I4).

A Seduc/GO, precisamos de mais cursos, exemplificando modelos de possíveis práticas e não pessoas lendo a teoria(P1I2).

Aos colegas professores, conversem um com o outro, estudem, vá visitar outros projetos, procure ideias, saiam da caixinha. Quando vemos um bom exemplo temos tendência a segui-los. O exemplo de um acaba por refletir na prática do outro (P2I3).

A Seduc/GO, a unidade escolar CEPMG- WM, localizada na Vila Itatiaia, na cidade de Goiânia, Goiás, vivenciou esta primeira experiência. E o que há de se considerar aqui, é que este espaço não somente o espaço físico, mas o espaço de sala de aula, foi muito bem conduzido nas condições de permissão que tinha. Quero destacar a participação direta da própria instituição, o apoio da parte pedagógica, o envolvimento do corpo docente e o comprometimento de todos nesses projetos já vividos, vivenciados e realizados, e a construir para os anos seguintes (P2I2).

Aos colegas professores/Seduc, sem os professores a proposta não tem sentido, não acontece. Só é possível superar os obstáculos se estamos juntos. O segredo é humildade, respeito, diálogo e integração entre os professores. É necessário ter uma sintonia, a capacidade de ouvir e dizer, sua ideia é melhor que a minha. Entendemos que os professores estão desmotivados com tantas injustiças, mas precisamos fazer, precisamos tentar, por eles (P1I1, P2I1).

O último momento com a CG aconteceu em janeiro de 2023, a ela foi solicitado para complementação do presente estudo, nos relatar quais eram as perspectivas para a implantação dos Itinerários Formativos em 2023 e o que foi possível considerando a experiência do ano letivo de 2022, rever e adequar na prática do Novo Ensino Médio na escola campo.

As expectativas são muitas para esse ano. Em 2022, ninguém sabia o que era cada trilha, a escolha foi pela área do conhecimento. Já em 2023, começou diferente, os

alunos do 1º ano já acompanhavam o desenvolvimento das trilhas de 2022, cujas aulas aconteciam na escola nas terças e quintas, já iam observando e escolhendo a trilha que gostariam de participar, já sabiam tudo de cada trilha. Durante o ano de 2022, os alunos hoje matriculados nos itinerários, tiveram a disciplina de Projeto de Vida, que visava orientar e direcionar o aluno quanto sua futura escolha e além disso foram convidados a participar do I Congresso das Trilhas, onde os próprios alunos das trilhas 2022, promoveram e apresentaram trabalhos e argumentaram com seus colegas sobre a importância de se cursar aquela trilha para seu futuro, em seguida foi promovida a escuta dos alunos, através de uma enquete, onde eles puderam opinar qual trilha queriam participar. Foi observado uma grande preferência pelas Ciências da Natureza o que surpreendeu, pois envolvia disciplinas críticas como Química, Física e Biologia. Mas em 2022, a trilha MicroMundo, tinha sido um sucesso. Em 2023, optamos no turno matutino por 2 turmas de Toda forma de poder, 1 de Micromundo, 1 de Identidade e a estreia da trilha Energia que nos move, também das Ciências da Natureza, tudo baseado na escuta do final do ano letivo de 2022. O noturno em 2023, também iniciou as trilhas, agora já foi possível a implantação da proposta, a eles foi disponibilizado as trilhas Ser jovem, também estreando e Cinesfera. Nós aprendemos muito, a trilha dá certo, se o aluno se sentir pertencente a ela. Se ele sentir que não tá aprendendo alguma coisa, se ele não sentir que aquela trilha vai contribuir com ele pra alguma coisa. Então ele some (CG).

Além de explicar o processo de escolha realizado pelos alunos das trilhas 2023 e elencar algumas adequações realizadas no processo, a CG nos atualizou, acrescentando que muito do que havia sido elencado como necessário durante o estudo no final de 2022, já estava sendo providenciado. O Laboratório de Ciências da instituição estava em processo de montagem, que haviam adquirido novos materiais pedagógicos e que o colégio esse ano havia modulado coordenadores por Áreas do conhecimento.

Os momentos de partilha da prática, tão solicitados pelos professores, também já havia iniciado. A coordenadora relatou então que os professores P2I1 e P2I2, haviam sido convidados pela Coordenação Regional de Educação a participarem do Encontro de Coordenadores Pedagógicos, para ministrarem sobre as experiências de sucesso dentro das Trilhas de Aprofundamento das quais fizeram parte no CEPMG- WM em 2022, proporcionando uma troca de conhecimentos enriquecedora.

Na ocasião, o P2I1 encerrou sua apresentação com a reflexão do educador e escritor Mario Sergio Cortella: “Faça o seu melhor nas condições que você tem, enquanto não tem condições melhores para fazer melhor ainda” (CORTELLA). Esse raciocínio dialoga com o sentimento de um professor apaixonado pela educação, que enfrenta diariamente os desafios da implementação da proposta. O Novo Ensino Médio só vai funcionar se os professores tiverem condições dignas de trabalho e conseguirem aplicar com qualidade as ações propostas no documento.

O objetivo do estudo era trazer para discussão a análise da efetivação dos Itinerários Formativos na prática, identificando no processo de implantação das Trilhas de

Aprofundamento os desafios, as (im)possibilidades enfrentadas pelos profissionais da Educação envolvidos nessa inauguração, assim como elencar indicativos vislumbrados na implantação da proposta, que justifiquem o desenvolvimento da aprendizagem do aluno. A questão base é: Será que os itinerários formativos da forma como estão sendo ofertados no Novo Ensino Médio contribuem para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno? E, em caso afirmativo, como acontece tal evolução?

Algumas respostas produzidas nesse contexto de questionamentos, observação e análise devem iluminar nossa reflexão sobre o que seria importante resguardar das ações propostas na reforma. Já as graves distorções que se evidenciaram no estudo devem servir de alerta em torno do que precisa ser corrigido, ajustado ou eliminado da arquitetura da última etapa da educação básica.

Acredito que a produção de novos estudos envolvendo o objeto de pesquisa e o conhecer de novas experiências tendem a tornar o projeto Novo Ensino Médio, com o passar do tempo, mais eficaz.

Concluo a pesquisa de campo, entendendo que o Novo Ensino Médio traz em suas ações propostas muitas impossibilidades e tentar colocá-las em prática no ambiente escolar é um grande desafio. Entretanto, no campo consegui compreender que os Itinerários Formativos possuem elementos que auxiliam no desenvolvimento da aprendizagem do aluno, principalmente as habilidades socioemocionais, que acabam por refletir na vida cotidiana e na rotina escolar do estudante, possibilitando, assim, condições de desenvolver também as habilidades cognitivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi estabelecer o diálogo sobre a efetivação do projeto governamental Novo Ensino Médio, buscando compreender as mudanças provenientes dessa nova lei, discutindo acerca dos desafios e das (im)possibilidades de sua implantação nas escolas, além de identificar as possíveis oportunidades de desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes inseridos nessa nova política pública educacional.

Por conseguinte, analisar, buscar compreender e discutir a implementação da reforma em curso no Estado de Goiás e debater a efetivação dos itinerários formativos apresentando seus pontos e contrapontos, (im)possibilidades na prática desenvolvida especialmente no CEPMG-WM, uma das escolas selecionadas como pólo para implementação desta proposta de ensino, se tornou necessário.

No primeiro momento, foi realizado uma análise das fontes documentais que regem a Educação no Brasil, com a finalidade de entender o que tem de ‘novo’ no Novo EM e quais foram/são as reais motivações do Estado para elaboração e efetivação desta Reforma que está em processo de implementação. Examinado assim, os interesses que subjazem as mudanças.

No investigar constato que o Novo Ensino Médio foi vigorado por meio de Medida Provisória (MP nº 746/2016) e sancionado pela Lei nº 13415/2017, o que demonstra no discurso promovido pelos governantes ser o projeto político educacional uma tentativa de melhoria na etapa final da Educação Básica no país.

A crise no Ensino Médio brasileiro se justifica pelas altas taxas de evasão escolar e baixíssimos resultados nas avaliações de desempenho. No estudo do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) de 2018, o Brasil ficou nas últimas colocações entre os participantes. De acordo com Alexandre Lopes, presidente do Inep, o Brasil está andando de lado, não está evoluindo. (LOPES, 2019). Baixos investimentos governamentais na educação básica também foi visto como uma prerrogativa que dificulta o desenvolvimento da eficácia relativa ao Ensino Básico no Brasil.

A reforma do EM modificou principalmente a LDB/96, propondo um novo programa para o Ensino Médio. A reestruturação envolve, entre outros pontos, a ampliação da carga horária (de 2400 para 3000h - sendo dividida em 60% BNCC e 40% parte flexível - itinerários). No entanto, nota-se na prática, que a ampliação das horas destinadas aos estudos no espaço escolar sem os investimentos necessários na estrutura física das instituições escolares e na formação contínua universitária dos docentes, pouco terá efeitos positivos.

Quanto a parte curricular mais flexível, essa deve ser desenvolvida de acordo com o

contexto local, levando em conta a realidade onde cada unidade escolar está inserida. Se as realidades são múltiplas como atender individualmente cada realidade educacional e social que compõem uma unidade escolar sem prejudicar o conhecimento ofertado aos discentes? Existe a premissa de que os cardápios de itinerários propostos pelo governo são pensados por acessores de gabinetes que ficam nas regionais e nas secretarias de educação e que pouco vivenciam a realidade das escolas. Sendo assim, não conhecem as impossibilidades existentes no ambiente escolar para implantação das trilhas.

A mudança proposta no documento nos coloca diante da elaboração de diferentes currículos para diferentes ensinos, os quais precisam considerar as diversas vivências cotidianas. Percebo que as CRE's e Seduc's pouco se importam com as realidades locais, o que as interessa são os resultados finais das avaliações externas e o atender as demandas do capital, fatores não mencionados no discurso da proposta. Quanto à oferta propagada aos alunos, se trabalha com o ponto de vista do interesse, mas o foco deveria ser colocado no despertar do interesse pelo conhecimento, nos hábitos de estudo e no desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes.

A partir das leituras e discussões realizadas, fica perceptível que a Reforma não foi proposta apenas para fins educacionais, havia também um interesse político no projeto. Ao analisar a legislação que ampara e orienta a reforma do EM, se observa a adoção de estratégias que incentivam o capitalismo escolar no sistema educacional. Laval (2019) enfatiza que “a escola vista como um mercado tornou-se senso comum” (p. 124). A utilização das intuições escolares para responder às demandas do mercado, o incentivo às parcerias público-privadas e a adoção de alianças que conduzam a uma relação de submissão e dependência entre o governo e as empresas financeiras, como o Banco Mundial, revelam as intenções neoliberais na elaboração das políticas analisadas proposta. (LAVAL, 2019).

Considerando que a implantação do Novo Ensino Médio é um processo complexo, repleto de incertezas e desafios. Na segunda fase do estudo, apresento como está a ser implementado nas escolas o projeto do Novo Ensino Médio e quais são os desafios, as (im)possibilidades que esse movimento trouxe para o contexto acadêmico.

Para a discussão desse momento, trago teóricos de referência no assunto, tais como, Dante Moura e Domingos Filho (2017), Celso Ferreti (2018) e Tiago Oliveira (2021). Oliveira (2021) trouxe a necessidade de se discutir a reforma. Para o autor, faz-se necessário analisar esses movimentos de reforma/contrarreforma, para melhor compreender e identificar os avanços e retrocessos que essas medidas legislativas têm suscitado no desenvolvimento da educação. Já Dante Moura e Domingos Filho (2017) além de outras contribuições,

dialogaram quanto a flexibilização curricular prevista no documento. Afirmam que, o fatiamento do ensino em distintos itinerários ataca a concepção de Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, afronta a LDB e os princípios constitucionais do direito subjetivo à educação e da universalização da Educação. O professor Celso Ferreti (2018) enriqueceu o estudo a toda hora, destaco suas reflexões em relação a possibilidade de escolha propagada pelo governo, que para ele na prática não são escolhas, são deliberações. Sobre a visão do autor, concluo que a definição dos arranjos curriculares a serem definidos por um dado ente federativo, é prerrogativa desse e não do aluno.

Nesse contexto de discussões, foi constatado que a implementação da proposta está ocorrendo de forma irregular e gradual, e nesse momento sem previsão de conclusão, tendo visto que a Revogação Temporária (Portaria nº 627/23), em vigor, suspendeu o cronograma de implementação. Acredito que ao personalizar o ensino e disponibilizar itinerários específicos a cada contexto, o Novo Ensino Médio contradiz as DCNEM, deixando de assegurar a mesma formação a todos os estudantes. Ademais como a grande maioria dos estudantes da etapa do EM, estão nas escolas públicas, a viabilidade do projeto se torna totalmente desigual entre os diferentes sistemas de ensino. Nestas condições, identifico e discuto nesse percurso de incertezas, alguns desafios, (im) possibilidades que estão sendo vivenciadas pelas escolas e profissionais da educação, advindos da implantação da proposta.

Apresento como pontos positivos da implantação, ofertar um ensino mais individualizado que faça sentido para o aluno, o uso de novas metodologias de ensino no ambiente escolar, a oportunidade de incentivar o estudante no empenhar de sua vida acadêmica e profissional, a perspectiva de desenvolvimento de habilidades socioemocionais e cognitivas, o ofertar de um ensino integrado entre as áreas do conhecimento, que visa contextualizar e tornar significativo o aprendizado.

Entretanto, em contradição aos pontos positivos, trago vários aspectos negativos. Entre eles, a adoção de um currículo muito amplo, excludente e com carga horária reduzida de disciplinas essenciais. Dependendo de suas escolhas alguns alunos irão concluir o EM sem saber o mínimo de determinada área do conhecimento causando assim, a ampliação das desigualdades educacionais, agravadas ainda pelas assimetrias regionais e sociais brasileiras.

Seguindo temos, como impossibilidades a formação inadequada ofertada aos profissionais da educação, a falta de materiais pedagógicos e infraestrutura apropriadas para desenvolver as ações da proposta, a dependência do sucesso do projeto vinculado aos professores, que estão sem tempo hábil para estudar e realizar seus planejamentos, e que em sua maioria não possuem o conhecimento necessário para o trabalho integrado.

O incentivo ao EAD e a validação dos profissionais de notório saber, também são percebidos como pontos negativos no processo, pois agravam a desvalorização do professor e ainda terceiriza responsabilidades do governo/estado, tais como, ofertar local, estrutura e ensino de qualidade aos cidadãos. Os referidos pontos em questão, devem ser cuidadosamente analisados, debatidos, reavaliados e redefinidos.

Para entender de que forma essa proposta pode influenciar na aprendizagem dos alunos frequentadores do EM, fui a campo, no município de Goiânia, explorar o contexto de uma das escolas piloto selecionadas pela Seduc/GO para inauguração do processo de implantação dos Itinerários Formativos. Observei, realizei entrevistas com alguns professores e com a coordenadora pedagógica geral, que participaram de forma direta da experiência, a participação dos mesmos nas entrevistas foi de imprescindível valor para o desenvolver do estudo. Esse foi o terceiro momento do estudo.

O contemplar da prática de implantação em escola campo, me proporcionou, como pesquisadora, conhecer os reais desafios, as motivações e as expectativas relacionados ao objeto de pesquisa e dimensionar a respeito de sua aplicabilidade no ensino e no desenvolvimento da aprendizagem no contexto escolar em si.

Os professores do CEPMG-WM frisaram ser imperativamente necessário realizar readequações na etapa Ensino Médio. Contudo, apesar dos desafios e limitações existentes no agir do documento, acreditaram na proposta e isso fez toda a diferença no implantar das Trilhas de Aprofundamento na unidade de ensino. Mesmo acolhendo as mudanças advindas da Reforma, os docentes consideram que a forma como foi estabelecida de forma aligeirada e imposta, não contribuiu para sua aceitação no sistema educacional.

O inaugurar aligeirado da proposta, prejudicou o processo de implantação das Trilhas de Aprofundamento. Os professores e a coordenação pedagógica tiveram de estudar, planejar e desenvolver um currículo repentinamente. Foi registrado que os profissionais sentiram falta de participar de capacitações adequadas para a prática que estavam vivenciando, relatam ainda que a maioria dos cursos ofertados pela Seduc/GO eram sobre a teoria documento e não traziam contribuições para o realizar da prática.

A integração das disciplinas também foi apontada como um entrave no processo de implantação. Professor de Português conhecer profundamente conteúdos de Matemática, nível Ensino Médio, era uma impossibilidade. A proposta de integração curricular, sem oferta de capacitações desiludiu alguns profissionais. Um desabafar me chamou atenção, “consigo lecionar sem material pedagógico, mas sem conhecimento não tem jeito” (P114).

Posto isso, pontuo entre os impasses identificados no estudo que nem todos os

professores possuem uma formação adequada para atuar nos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio, que exige do profissional da educação uma formação continuada ampla, para conseguir trabalhar de forma integrada. Se não tiverem essa preparação não conseguem atuar de forma eficaz coletivamente, fato esse elencado como um dos maiores desafios da implantação. A falta de uma formação adequada do professor acaba por prejudicar o trabalho coletivo, pois se um integrante da trilha não está preparado para o desafio acaba por prejudicar o trabalho de todos.

Fundamentada em tais evidências, entendi que o professor é peça fundamental no processo, ele que está a frente da implantação da proposta. Ao profissional da educação foi dada a responsabilidade de orientar os estudantes, planejar e desenvolver o currículo, adaptar abordagens pedagógicas às demandas específicas de cada trajetória, realizar a integração entre diferentes componentes curriculares, estimular a autonomia do estudante, participar de formações e capacitações e acompanhar o progresso dos alunos na implantação dos Itinerários Formativos.

Os fatos acima pontuam que o professor desempenha papel crucial numa execução bem-sucedida da proposta, por isso camuflar melhorias para a categoria não fará diferença para o incentivo dos mesmos, que cada vez mais se sentem sobrecarregados e sem perspectivas de melhorias em sua carreira. À vista disso, concluo que valorizar o professor, ofertar formações adequadas e lhes garantir condições dignas de trabalho fará diferença na implementação da proposta.

A partir das evidências e dados coletados na pesquisa de campo, compreendi que as estratégias pedagógicas propostas na prática dos Itinerários Formativos oportunizam desenvolver de forma satisfatória as habilidades socioemocionais dos estudantes, que mesmo sendo prejudicados com tamanhos desafios e impossibilidades advindos do documento, apresentam melhores resultados no assimilar do conhecimento.

Os resultados demonstram que um Itinerário Formativo bem planejado e executado com metodologias ativas que despertam o interesse do aluno, o motiva e o leva a querer se envolver no processo de aprendizagem e buscar conhecimento. Desenvolver habilidades socioemocionais é importante no processo de aprendizagem, mas também é necessário adquirir conhecimento. Entendo que se eu tenho o conhecimento e consigo gerenciar minhas emoções, estarei mais preparado para enfrentar os desafios da vida pessoal, escolar e profissional.

Para efeito comprobatório de que o participar ativamente de um Itinerário Formativo do Novo EM oportuniza de forma efetiva o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos,

trago na dissertação relato de experiências de professores, fotografias de atividades colaborativas e individuais realizadas pelos estudantes, registro escrito de produção individual (portfólio - sugiro leitura da conclusão), além de dados concretos como redução da evasão escolar e aumento na taxa de aprovação das turmas pertencentes ao programa de implantação dos Itinerários Formativos. Sendo significativo ressaltar que, no ano letivo de 2022, nas turmas de 2ª série do período matutino, no CEPMG-WM, nenhum aluno foi reprovado.

A pesquisa revelou que a proposta do Novo Ensino Médio é importante para aprimorar a qualidade da educação, porém requer adequações em sua proposta. Se apesar de tantos desafios e impossibilidades a escola campo conseguiu bons resultados, imagina o que seriam capazes de produzir mediante a adequação das impossibilidades do documento.

Diante dessa realidade acredito ser de grande valia, a Revogação Temporária (Portaria nº 627/23) e as consultas públicas propostas pelo atual governo, pois repensar as impossibilidades de algumas ações propostas, reavaliar e reelaborar tais ações, irá reduzir os desafios da prática de implementação e como consequência oportunizará melhores resultados junto ao desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

Ponto como limitação do estudo, a seleção das escolas realizada pela Seduc-GO para implementação das Trilhas de Aprofundamento no município de Goiânia, ano letivo 2022. A escolha, que contemplou em sua maioria CEPMG acaba por camuflar os verdadeiros desafios das instituições de ensino do Estado de Goiás, tendo visto que os CEPMG's possuem organização privilegiada e recebem recursos financeiros extras, em relação a outras instituições públicas.

Outro ponto de limitação foi a impossibilidade de um melhor detalhamento dos dados comprobatórios referentes aos desafios e resultados insatisfatórios na prática de implantação dos Itinerários Formativos observados na escola campo. Já que, as atividades em contraposição ao desenvolvimento da aprendizagem dos alunos não foram disponibilizadas em tempo hábil pelos professores do CEPMG-WM para anexo.

Lembro, que para que aja mudanças é necessário um esforço conjunto de governos, estados, municípios, escolas, professores, gestores e a comunidade em geral. As decisões devem ser tomadas com base em pesquisas, observação e análise de experiências, dados comprobatórios e diálogo aberto entre todos os envolvidos no processo educacional.

Com o desenvolver da pesquisa, creio ter contribuído com colegas professores e estudiosos da educação no entendimento dessa nova proposta político pedagógica. Considerando, 2022, o ano de inauguração da implantação dos Itinerários Formativos no

sistema de ensino, o presente estudo pode ser considerado pioneiro na discussão da prática de implementação, trazendo como contribuição, relatos de experiências que podem inspirar outros profissionais no enfrentar desse caminhar.

Sendo assim, sugiro o continuar do investigar dos desafios, (im)possibilidades das práticas de implementação dos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio, tendo visto que a proposta ainda está em fase de implantação e sua reelaboração é prevista, ademais, novas experiências podem colaborar no aperfeiçoamento da proposta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTOS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília, 2018. Disponível: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 8 jan. 2022.

_____. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Emenda Constitucional nº 59**, de 11 de novembro de 2009. Altera o artigo 208 da Constituição Federal, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica. Diário da União, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso: 5 out. 2022.

_____. **Exposição de Motivos nº 00084/2016/MEC**, de 15 de setembro de 2016. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/exm/exm-mp-746-16.pdf> Acesso em: 11 mar. 2022.

_____. **Guia de Implementação do Novo Ensino Médio**. Brasília, 2018. Disponível: <<https://anec.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Guia-de-implantacao-do-Novo-Ensino-Medio.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. Disponível: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2022.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan.2001. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 3 jul. 2022.

_____. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jun.2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm. Acesso em: 17 dez. 2022.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), suas diretrizes e estratégias de implementação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan.2001. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 14 jul. 2022.

_____. **Lei nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017.** Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm>. Acesso em: 19 jan. 2023.

_____. **Lei nº 14.333, de 4 de maio de 2022.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a garantia de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados à idade e às necessidades específicas de cada aluno. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 2 abr. 2023.

_____. **Medida Provisória nº 746, de 22 de set. de 2016.** Brasília: DF, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 7 jan. 2023.

_____. **Portaria nº 865, de 8 de novembro de 2022.** Rede de Inovação para a Educação Híbrida. Disponível: <<https://anec.org.br/legislacao/portaria-no-865-de-8-de-novembro-de-2022/>>. Acesso: 27 fev. 2023.

_____. **Portaria nº 1432, de 28 de dezembro de 2018.** Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Disponível: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199>. Acesso: 10 dez. 2022.

_____. **Portaria nº 627, de 4 de abril de 2023.** Suspende os prazos em curso da Portaria MEC no 521, de 13 de julho de 2021, que instituiu o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Disponível: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-627-2023-04-04.pdf>>. Acesso: 10 abr. 2023.

_____. **Resolução MEC/CNE/CEB Nº 2, de 30 de janeiro de 2012.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf>. Acesso: 6 mar. 2023.

_____. **Resolução CNE/CEB Nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/leis/resolucoes_cne/rceb006_12.pdf>. Acesso: 22 jan. 2023.

_____. **Resolução MEC/CNE/CEB Nº 3, de 21 de novembro de 2018.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN32018.pdf>. Acesso: 8 dez. 2022.

_____. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Profissional e Tecnológica (DCNEPT).

Disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578> . Acesso: 4 fev. 2023.

GOIAS. Secretaria de Estado de Educação. Documento Curricular para Goiás.

Goiânia, 2018. Disponível:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/go_curriculo_goiias.pdf>. Acesso: 22 jan. 2023.

_____. **DCGO-EM. Documento Curricular para Goiás- Etapa Ensino Médio.**

Goiânia, 2021. Disponível: <<https://www.cee.go.gov.br/files/18461-PARECER-COCP-CEE-18461-N-32-2021.pdf>>. Acesso: 20 jan. 2023.

SEDUC/GO. Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás 2023. Goiânia - GO, 2023.

Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/files/Diretrizes-Operacionais/DiretrizesOperacionaisUE.pdf> . Acesso em: 13 mai.2023.

LIVROS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação.** Trad. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. **Bourdieu & a Educação.** 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Democracia e a educação como direito: Introdução. In: LIMA, Idalice Ribeiro Silva; OLIVEIRA, Régia Cristina (org.). **A demolição da construção democrática da educação no Brasil.** Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 1-13. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/democracia-e-a-educacao-como-direito/?doing_wp_cron=1631571461.5278420448303222656250. Acesso em: 08 set. 2022.

DAMON, Willian. **O que o Jovem quer da Vida? Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes.** São Paulo: Summus, 2009.

DUARTE, André Luis Bertelli. **O golpe de 2016 na educação básica: a reforma do ensino médio – ponte para qual futuro?** In. NORONHA, Gilberto César de; LIMA, Idalice Ribeiro Silva e NASCIMENTO, Mara Regina do. **O golpe de 2016 e a corrosão da democracia brasileira.** São Paulo: Paco Editorial, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 79ª ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021a.

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** – 71ª ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021b.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIBANEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, p. 13-50, 1999.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro: EPU, 2018.

MARTINS, Elcimar Simão [et al.]. **Retratos da Escola Pública Brasileira em Tempos Neoliberais** [recurso eletrônico]. Fortaleza: EdUECE, 2023.

NORONHA, Gilberto César de; LIMA, Idalice Ribeiro Silva e NASCIMENTO, Mara Regina do. **O golpe de 2016 e a corrosão da democracia brasileira**. São Paulo: Paco Editorial, 2020.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. Ensino Médio no Brasil e a proposta educacional do Instituto Unibanco: considerações sobre a mercantilização da educação pública. In: PERONI, Vera Maria Vidal. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **Sobre o óbvio**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1986.

_____. **Sobre o óbvio**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

ARTIGOS

AVANCINI, Marta; ALVAREZ, Luciana. **Quais os desafios para a reforma do ensino médio**. Revista Educação, Santa Maria/RS, n.234, 21 nov. 2016. Disponível em <<https://revistaeducacao.com.br/2016/11/21/quais-os-desafios-para-a-reforma-do-ensino-medio/>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese: **Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1 (3), jan/jul, 2005.

CAIADO, Ronaldo. **Caiado: um plano de governo para mudar Goiás**. Proposta para o Diálogo. 2018. Disponível em:<<https://www.caiado25.com.br/uploads/arquivos/Plano%20Caiado%2025%20digital.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2021.

CARDOSO, Nilson de Souza; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. **O “Ovo da Serpente” na formação docente: as Diretrizes Paulistas**. In.: Revista Práxis Educacional, v. 17, n. 46, p. 1-26, jul./set., 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i46.8913>>. Acesso em: 3 mar. 2023.

DOURADO, Luiz Fernandes & SIQUEIRA, Romilson Martins. **Discursos, retóricas e proposições políticas para a educação no governo estadual de Goiás: mais do mesmo**. In: ADRIÃO, Theresa; MARQUES, Luciana Rosa & AGUIAR, Márcia Angela da Silva (Orgs.). *Políticas e prioridades para educação básica dos governos estaduais eleitos em 2018: para onde os sistemas estaduais caminham?* v. 1. Brasília: ANPAE, p. 263-283. 2019.

FERRETI, Celso João. **A Reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação**. Estudos Avançados [online]. 2018, v. 32, n. 93 [Acesso: 30 Outubro 2022], pp. 25-42. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180028>>. Acesso: 5 jan. 2023.

_____. **Resistências à Reforma do Ensino Médio brasileiro: possibilidades e limites**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 1, n. 22, p. e13672, mar. 2022.

FERRETI, Celso; Krawczyk, Nora. **Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”**. Revista: Retratos da Escola, Brasília, v.11, n.20, p.33-44, jan/jun. 2017.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro. **Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: Estado, Currículo e Disputas por hegemonia**. Revista Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.385-404, abr.-jun., 2017. Disponível: <https://www.scielo.br/j/es/a/LkC9k3GXWjMW3FTtfSsKTq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2023.

FREITAS, Luis Carlos. **Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola**. Edu. Soc., Campinas, v.35, n.129, p. 1085 – 1114, out/dez, 2014.

FURTADO, Renan Santos; Silva, Vergas Vitória Andrade. **A Reforma em curso no Ensino Médio brasileiro e a naturalização das desigualdades escolares e sociais**. Revista *E-Curriculum*. São Paulo, v.18, n.1, p. 158-179, jan/mar.2020. Disponível: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/45763>. Acesso em: 18 mar. 2023.

GATTI, B.A. **A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios**. Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação, 2012.

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. **Interesses mercadológicos e o novo ensino médio**. Retratos da escola. Brasília, v.11, n.20, p.131-145, jan/jun, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Escola de tempo integral em questão: lugar de acolhimento social ou de ensino- aprendizagem?** Texto elaborado para apresentação no X Encontro

de Pesquisa em Educação da Anped-Centro Oeste, julho, 2010. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2013. Disponível em: <<https://bemvin.org/escola-de-tempo-integral-em-questo-lugar-de-acolhimento-social.html>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço. **Conhecimento escolar nos currículos das escolas: reflexões e apostas**. Currículo sem Fronteiras, v. 17, n. 3, p. 489-500, 2017. Disponível em: <<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/moreira--silva.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

MOURA, Dante Henrique; FILHO, Domingos Leite Lima. A Reforma do Ensino Médio: Regressão de direitos sociais. **Revista: Retratos da Escola, Brasília**, v.11, n.20, p.109-129, jan/jun.2017. Disponível: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/760>> Acesso: 04 fev. 2023

OLIVEIRA, Tiago Fávero de. A educação profissional e tecnológica a partir das novas Diretrizes: da precarização à privatização. In. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, nº 2, 2021. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

SAVIANI, Dermeval. **Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência**. Roteiro, Joaçaba, v. 45, jan. 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-60592020000100202&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 14 abr. 2022.

SOUZA, A. L. L. de. A conjuntura político-econômica e os desafios da educação no Brasil. In: JUNIOR, W. P. B. (Org.). **Políticas e práxis educativas**. Natal: Editora Caule de Papiro, p. 308. 2017.

TESES

OLIVEIRA, Valdirene Alves de. **As políticas para o ensino médio no período de 2003 a 2014: disputas, estratégias, concepções e projetos**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/7623/5/Tese%20%20Valdirene%20Alves%20de%20Oliveira%20-%202017.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2021.

MUCH, Liane Nair. **Desafios e possibilidades para a implantação do Novo Ensino Médio em escolas públicas da região de Santa Maria/RS**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), setembro, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23606>>. Acesso em: 16 set. 2022.

SITES

BASSI, C.; CODES, A.; ARAÚJO, H. **Nota técnica informativa - O que muda com a reforma do ensino médio**. IPEA, jun. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8033>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CAIADO, Ronaldo. **Caiado: um plano de governo para mudar Goiás**. Proposta para o Diálogo. 2018. Disponível em: <<https://www.caiado25.com.br/uploads/arquivos/Plano%20Caiado%2025%20digital.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

CASTRO, Augusto. **Corte de recursos da educação atrasa recuperação do setor, alertam especialistas**. Agência Senado, 07/11/2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/11/07/desmonte-no-orcamento-da-educacao-atrasa-recuperacao-do-setor-alertam-especialistas>>. Acesso: 22 jan. 2023.

INEP. Notas Estatísticas- **Censo Escolar 2022. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Brasília, INEP- MEC, 2023** Disponível: <https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/nota_informativa_censo_escolar_2022.pdf>. Acesso: 19 mar. 2023.

INEP. **MEC e Inep divulgam resultados do Enade 2021**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira, setembro de 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enade/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-enade-2021>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

INEP. **Nota técnica informativa - Censo escolar da educação básica 2022 – novo ensino médio**. Nota Pública: nº 1/2023- CGCQTI/DEEP. Brasília: CGCQTI, 2023. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/nota_informativa_censo_escolar_2022.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MACHADO, Ralph. **Projeto adia a implantação total da reforma ensino médio para 2024**. Agência Câmara de Notícias, 27/01/2023. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/846340-projeto-adia-a-implantacao-total-da-reforma-do-ensino-medio-para-2024/>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

NEVES, Aécio. **“(Des)alinhamento”**. Portal UOL. 02 set.2013. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/127030-desalinhamento.shtml>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação já 2022**. Pesquisa, Datafolha, fev-abr, 2022. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/pesquisa-nacional-jovens-ensino-medio-2022/>>. Acesso em: 26 nov. 2022.

SILVA, Luiz Inácio Lula. **Lula diz que não vai revogar, mas aperfeiçoar reforma do ensino médio**. Portal UOL. 06 de abril de 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/04/lula-diz-que-nao-vai-revogar-mas-aperfeicoar-reforma-do-ensino-medio.shtml>> Acesso em: 4 abr. 2023.

2013

2014

APÊNDICES

APÊNDICE A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JATAÍ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Novo Ensino Médio: desafios e possibilidades na implantação dos itinerários formativos.

Pesquisador: ANA PAULA MENDES DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 61638522.3.0000.0187

Instituição Proponente: CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE INHUMAS EIRELI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.732.008

Apresentação do Projeto:

O presente projeto está sendo desenvolvido no Mestrado em educação da FacMais- Inhumas, na linha de pesquisa EIPE- Educação, instituições e políticas públicas. Seu objeto de pesquisa são os itinerários formativos no Novo Ensino Médio e seus objetivos são: analisar a implementação do Novo Ensino Médio em Goiás e discutir a efetivação dos itinerários formativos nas escolas. Será um estudo empírico de caráter qualitativo. A ideia inicial é conhecer e discutir a efetivação desse novo modelo em uma escola estadual situada na região Norte de Goiânia, estado de Goiás. Como instrumentos de coleta de dados se utilizará a análise documental, a observação, o diário de bordo e a entrevista semiestruturada. A entrevista será realizada com os coordenadores pedagógicos responsáveis pela implantação dos projetos no Ensino Médio da instituição selecionada. Para análise dos dados coletados utilizar-se-á a perspectiva de Bardin (2011) a partir da análise de conteúdo. O público alvo do projeto são professores do Ensino Médio de Goiás, alunos de graduação e pós-graduação na área da educação, que poderão utilizar o estudo como embasamento, fonte de informação e de conhecimentos, a respeito do objeto de pesquisa. A pesquisa levanta como hipótese, que os itinerários formativos implementados no Novo Ensino Médio possuem elementos que podem colaborar no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Espera-se que através da análise e discussão das questões levantadas na pesquisa se possa elaborar novos conhecimentos que possibilitem compreender o problema em questão, deixar reflexões acerca do estudo e dispor algumas considerações frente ao tema aqui exposto.

Endereço: BR 364, km 195, nº 3800 ç Câmpus Cidade Universitári a -Bloco 5, sala 25

Bairro: Jataí

CEP: 75.801-615

UF: GO

Município: JATAI

Telefone: (64)3606-8337

E-mail: cep@ufj.edu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JATAÍ**



Continuação do Parecer: 5.732.008

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG Regional Jataí considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG Regional Jataí o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e/ou 510/16. O prazo para entrega do Relatório e de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, prevista para junho de 2023.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1975743.pdf	29/09/2022 17:42:53		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_CORRECAO.docx	29/09/2022 17:40:45	ANA PAULA MENDES DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoResposta.docx	29/09/2022 17:36:01	ANA PAULA MENDES DA SILVA	Aceito
Outros	RESPOSTAS_AS_PENDENCIAS.doc	29/09/2022 17:27:49	ANA PAULA MENDES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CORRECAO.doc	29/09/2022 17:21:32	ANA PAULA MENDES DA SILVA	Aceito
Outros	roteiroEntrevistaFinal.pdf	09/08/2022 22:33:55	ANA PAULA MENDES DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termodecompromisso.pdf	09/08/2022 22:29:44	ANA PAULA MENDES DA SILVA	Aceito
Outros	termoanuencia.pdf	09/08/2022 22:22:43	ANA PAULA MENDES DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	20220809204909931.pdf	09/08/2022 20:55:46	ANA PAULA MENDES DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: BR 364, km 195, nº 3800 - Campus Cidade Universitária - Bloco 5, sala 25

Bairro: Jataí

CEP: 75.801-615

UF: GO

Município: JATAÍ

Telefone: (64)3606-8337

E-mail: cep@ufj.edu.br

APÊNDICE B - TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO



COLÉGIO ESTADUAL DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS
WALDEMAR MUNDIM



TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

O Colégio CEPMG- Waldemar Mundim está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado, **Novo Ensino Médio: desafios e possibilidades na implantação dos itinerários formativos**, coordenado pelo pesquisador Marcelo Máximo Purificação, desenvolvido em conjunto com a pesquisadora Ana Paula Mendes da Silva na faculdade **FacMais de Inhumas**.

O Colégio CEPMG- Waldemar Mundim assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses de agosto/2022 até novembro/2022. A autorização para realização da pesquisa fica condicionada à obediência de procedimentos de autorização do Comitê de Ética em Pesquisa e sua aprovação.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso da pesquisadora responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados. Autorizamos a citação do nome da instituição nos títulos e textos das futuras publicações dos resultados do estudo.

Goiânia, 13 de junho de 2022

Assinatura/Carimbo do responsável pela instituição pesquisada

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



FACULDADE DE INHUMAS- FACMAIS
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “**Novo Ensino Médio: desafios e possibilidades na implantação dos itinerários formativos**”. Meu nome é Ana Paula Mendes da Silva sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Educação básica. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail anapaulasilva@aluno.facmais.edu.br e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (62)985645374. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa – colegiado responsável** por revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas – da Universidade Federal de Jataí, pelo e-mail cep@ufj.edu.br ou telefone (64) 3606 8337.

Informações Importantes sobre a Pesquisa:

Convido você a participar como voluntário(a) da pesquisa “**Novo Ensino Médio: desafios e possibilidades na implantação dos itinerários formativos**”, cujo objetivo é dialogar sobre a implementação do projeto Novo Ensino Médio, discutir os desafios na implantação dos itinerários formativos nas escolas e a oportunidade de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos que essa nova política pública educacional visa proporcionar. O motivo que nos leva a pesquisar esse assunto é por ser o Novo Ensino Médio um processo de reforma recente, que está em andamento em todo Brasil e gerando múltiplas inseguranças e interpretações a toda comunidade escolar. Sob essa perspectiva, percebe-se a necessidade de se dialogar sobre o tema dando ênfase especialmente na aprendizagem do aluno. Para participar da pesquisa você deverá responder dez perguntas que ocorrerá na forma de entrevista individual e presencial. São perguntas que visam conhecer sua trajetória formativa, identificar sua experiência profissional; bem como levantar sua opinião sobre a importância desse projeto para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, além dos aspectos positivos e negativos que podem ser destacados considerando as situações testemunhadas por você junto aos alunos e professores durante a implantação do mesmo em sua instituição. O tempo estimado para a conclusão da entrevista é de aproximadamente, 40 minutos, em dia e horário escolhido por você conforme sua conveniência. Os riscos desta pesquisa são considerados mínimos equivalentes àqueles encontrados na vida cotidiano, podendo destacar contratempos pessoais, cansaço ao responder a entrevista ou constrangimento ao se deparar com alguma pergunta que incomode a você. Para minimizar os riscos serão tomadas as seguintes providências: Você poderá optar por não responder alguma pergunta ou interromper sua participação momentaneamente e retomá-la posteriormente, se assim o desejar, ou abandonar a pesquisa sem qualquer prejuízo. Além disso a entrevista é anônima e os dados serão tratados de forma agregada, não permitindo



FACULDADE DE INHUMAS- FACMAIS
 COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO

sua identificação individual. Ainda assim, caso ocorra algum constrangimento ou desconforto, você poderá contatar a pesquisadora responsável pelo telefone e/ou e-mail informados no início desse documento para que a providência adequada seja tomada. Ressalta-se que a pesquisadora e a faculdade FacMais de Inhumas se responsabilizam por essa pesquisa e, em caso de danos decorrentes de sua participação, você tem assegurado o direito de buscar indenização. Em termos de benefício direto de sua participação você terá oportunidade de refletir sobre a implantação do Novo Ensino Médio e expor sua opinião sobre a mesma destacando os aspectos positivos e negativos vivenciados em seu contexto escolar. Além disso, ao colaborar para que se conheça os desafios e possibilidades na implantação desse projeto, poderá contribuir com todos os professores do Ensino Médio, alunos de graduação e pós-graduação na área de educação, que buscam desvendar as questões, construir conhecimentos e entender o objeto estudado. Você poderá obter informações relacionadas a sua participação nesta pesquisa a qualquer momento que desejar, por meio do contato com a pesquisadora responsável. Sua participação é voluntária e em decorrência dela não receberá qualquer valor em dinheiro, também não terá qualquer custo extra, pois a pesquisadora irá até você no momento oportuno. Você não será identificado nesse estudo e poderá desistir de participar a qualquer momento, sem que isso venha lhe causar qualquer constrangimento ou prejuízo. As respostas serão mantidas em sigilo e utilizadas apenas para alcançar o objetivo do trabalho.

- () Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa;
 () Não permito a publicação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, inscrito(a) sob o RG/ CPF....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “**Novo Ensino Médio: desafios e possibilidades na implantação dos itinerários formativos**”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável Ana Paula Mendes da Silva sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de

 Assinatura por extenso do(a) participante

 Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA - PROFESSOR



FACULDADE DE INHUMAS- FACMAIS
 COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO

Título da Pesquisa: Novo Ensino Médio – Desafios e possibilidades na implantação dos itinerários formativos. **Mestranda: Ana Paula Mendes da Silva**

Roteiro de entrevista- Professores

1. **Identificação:** Nome, escolaridade, há quanto tempo trabalha na Educação? Quanto tempo de atuação na Educação/ Ensino Médio? De qual itinerário formativo você participou?
2. Em sua opinião o Ensino Médio estava precisando passar por mudanças? Quais situações eram observadas por você no ambiente escolar que justifiquem sua resposta?
3. A escolha de participar da implantação dos Itinerários Formativos foi sua ou da gestão escolar?
4. Como ocorreu a preparação da instituição e dos professores para a inauguração do projeto?
5. Como ocorreu o processo de escolha dos itinerários ofertados pela instituição e quais os itinerários formativos foram adotados pela escola em 2022?
6. Como foi realizado o processo de implantação do Novo Ensino Médio, relação aluno x professor x escola?
7. Quais aspectos positivos e negativos podem ser destacados na implantação da proposta do Novo Ensino Médio, que tendem a influenciar no desenvolvimento da aprendizagem do aluno?
8. Como você analisa a participação dos alunos nos itinerários formativos do Novo Ensino Médio implantados na escola? Houveram mudanças?
9. Em sua opinião, a oportunidade de participar dos itinerários formativos, auxilia no desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes? Se sim, que indícios podem ser considerados que justifiquem essa evolução após a implantação dos itinerários formativos?
10. Em sua opinião existe entre os itinerários ofertados algum que se destacou? Se sim, o que considera ter sido o diferencial?

Espaço aberto: Caso seja de sua vontade, deixe uma reflexão ou sugestão aos colegas, profissionais da educação, no intuito de auxiliá-los no entendimento da prática envolvendo a os Itinerários Formativos e o possível desenvolvimento da aprendizagem do aluno, advindos da implantação da proposta.

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



FACULDADE DE INHUMAS- FACMAIS
 COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO

Título da Pesquisa: Novo Ensino Médio – Desafios e possibilidades na implantação dos itinerários formativos. **Mestranda: Ana Paula Mendes da Silva**

Roteiro de entrevista - Coordenação Pedagógica

Identificação: Nome, escolaridade, há quanto tempo trabalha na Educação? Quanto tempo de atuação na Educação/ Ensino Médio? De qual itinerário formativo você participou?

1º MOMENTO: ANO LETIVO 2022

1. Em sua opinião o Ensino Médio estava precisando passar por mudanças? Quais situações eram observadas por você no ambiente escolar que justifiquem sua resposta?
2. Como ocorreu a preparação da instituição e dos professores para a inauguração do projeto?
3. Como classificaria a autonomia da escola a respeito da elaboração e escolha dos itinerários formativos adotados em 2022? Justifique.
4. Como foi organizado a grade curricular para o processo de implantação do Novo Ensino Médio na escola no ano de 2022? (Carga horária? Séries 1º, 2º e 3º ano? Eletivas e Itinerários adotados).
5. Quais critérios foram adotados para escolha das eletivas e dos itinerários formativos?
6. Os professores do Ensino Médio tiveram a oportunidade de participar da escolha e elaboração dos itinerários formativos adotados pela instituição em 2022? Como foram realizadas as capacitações?
7. Houve um processo de conscientização dos alunos quanto a escolha do seu itinerário formativo para o ano letivo de 2022? Se sim, quando e como aconteceu esse processo?
8. Na sua opinião quais aspectos positivos e negativos podem ser destacados na proposta do Novo Ensino Médio que podem influenciar no desenvolvimento da aprendizagem do aluno?
9. Em sua opinião, a oportunidade de participar dos itinerários formativos, auxilia no desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes? Se sim, que indícios podem ser considerados que justifiquem essa evolução após a implantação dos itinerários formativos?
10. Na sua opinião em 2022, houve entre os itinerários ofertados algum que se destacou positivamente ou negativamente? Se sim, o que acha que o diferencia dos demais?

2º MOMENTO: ANO LETIVO 2023

Acreditando que após um ano de implantação do projeto, muito se aperfeiçoou, pergunta-se:

1. Como está sendo pensada a continuação da proposta Novo Ensino Médio na escola, para o ano 2023? Quais são suas expectativas para esse segundo momento de realização do projeto?
2. Como foi organizado a grade curricular para o processo de implantação do Novo Ensino Médio na escola no ano de 2023? (Carga horária? Séries 1º, 2º e 3º? Eletivas e Itinerários adotados).
3. Houve substituição de algum itinerário formativo adotado em 2022? Se sim como e porque ocorreu?
4. Quais os critérios adotados para escolha dos itinerários formativos referentes aos alunos que já participaram do projeto em 2022, agora matriculados no 3º ano. Há uma continuação dos itinerários?
5. Explique como se deu a seleção e preparação dos professores participantes do projeto em 2023? A experiência de 2022 ajudou na seleção de 2023?
6. O processo de conscientização dos alunos quanto a escolha do seu itinerário formativo para 2023 foi o mesmo adotado para 2022? Se não, quais alterações ocorreram?
7. O que você mudaria no documento Novo Ensino Médio para se obter melhor eficácia na implementação da proposta nas escolas?

Espaço aberto: Sua unidade escolar, é uma das escolas piloto do projeto Novo Ensino Médio no estado de Goiás. Após um ano de implantação e com base na experiência que adquiriu nesse período, que considerações/sugestões podem ser ofertadas por você para auxiliar outras escolas no desenvolvimento do projeto em 2023.

APÊNDICE F – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGENS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM DE ALUNO QUE TEM MENOS DE 18 ANOS

Eu, _____ (responsável legal),
 (nacionalidade), _____ (estado civil) _____ portador(a) da Cédula
 de Identidade RG nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob nº _____,
 residente à Rua _____,
 (cidade) _____ (estado) _____.

Representante legal de (nome do aluno) _____
 (nacionalidade) _____, nascido em ___ / ___ / ___ (data de nascimento do
 menor) **AUTORIZO o uso da imagem do(a) menor aqui descrito, em todo e qualquer material
 fotográfico realizado pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC).**

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, sob qualquer forma e meios, sejam eles impressos, ou digitais e em toda e qualquer mídia.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito da imagem do menor, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à sua imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Goiânia/ Goiás, (data) ___ / ___ / _____

Responsável Legal

Nome do Menor: _____

Telefone para contato: _____

APÊNDICE G – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO PORTFÓLIO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ACEITE DE PUBLICAÇÃO

Eu, _____ (responsável legal),
 (nacionalidade), _____ (estado civil) _____ portador(a) da Cédula de
 Identidade RG nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob nº _____,
 residente à Rua _____,
 (cidade) _____ (estado) _____.

Representante legal de (nome do aluno) _____
 (nacionalidade) _____, nascido em ____ / ____ / ____ (data de nascimento do
 menor) AUTORIZO Ana Paula Mendes da Silva, mestranda da FacMais,- Inhumas, CPF 856355291-00
 publicar em sua dissertação de título “**NOVO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E
 (IM)POSSIBILIDADES NA IMPLANTAÇÃO DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS**“, o portfólio
 (parcial) de autoria da aluna Ana Elisa, realizado como atividade avaliativa processual do Itinerário
 Micromundo, turma 2ª série do CEPMG- WM .

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso do material acima mencionada em todo território nacional e no exterior, sob qualquer forma e meios, sejam eles impressos, ou digitais e em toda e qualquer mídia.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito do portfólio da menor, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à sua publicação

Goiânia/ Goiás, (data) ____ / ____ / ____

Responsável Legal

Nome do Menor: _____

Telefone para contato: _____

153

154

ANEXOS

ANEXO A – EXEMPLO DE REGISTRO DO DIÁRIO DE BORDO PERCEPÇÕES DE ENTREVISTA

REGISTRO – DIÁRIO DE BORDO

DATA: 08/12/2022

ATIVIDADE: ENTREVISTA PRESENCIAL COM PROFESSORES P111 E P2

TRILHA FORMATIVA: MICROMUNDO

HORÁRIO: 15:30

DURAÇÃO: 1H23MIN

COMENTÁRIOS / ENTREVISTA/ MINHAS PERCEPÇÕES

Ao chegar para realizar a entrevista com o professor P1, o professor P2 estava junto. Os dois pediram para realizar a entrevista em conjunto, mostrando total **integração** entre eles. **Apaixonados pelo projeto** apontaram pontos positivos e negativos. Um diálogo aberto, com risos e brincadeiras. Observei o **respeito e a admiração** mútua, ambos admiraram o trabalho um do outro.

Principais pontos da entrevista:

- **Evolução na integração** de todos durante o ano (prof x prof, prof x aluno, aluno x aluno)
 - A importância para o **sucesso do itinerário o uso de metodologias ativas** (Ex: Aula DNA do Morango - laboratório, pesquisa, visitas de campo, mudança de **estratégias para a aula**
 - primeiro- orientação para pesquisa- o que é DNA?
 - Em seguida a prática- ver na aula prática o DNA do morango
 - Depois- explicar a teoria o conteúdo
 - Para fechar visita ao laboratório da UFG Campus2
 - **Evolução dos alunos- maturidade, responsabilidade, respeito, formando pesquisadores, a mídia como recurso motivacional** (Instagram específico do Itinerário - super ativo)
 - **A influência dos itinerários na escolha das profissões**
 - **Professores: sem eles a proposta não tem sentido, não acontece...** as dificuldades em complementar o currículo, currículo é muito amplo... muito difícil integrar, gastam muito tempo e dialogo para planejar
 - **Receita para o sucesso**
- Humildade, Integração, respeito, diálogo, dedicação – busca pelo conhecimento- planejamento integrado - troca de ideias**
- A maioria dos alunos tem preferência pelos **itinerários da saúde**, será porque? Cursos elitizados.

-**Esse itinerário será inspiração para muitos**, mas os mesmos dizem ter sido inspirados: Isaac Newton, Freud, Vygotsky

-Desafio- projeto futuro?

2º ano itinerários entre a mesma área de conhecimento

3º ano: itinerários entre diferentes áreas de conhecimento

- Obs: Papel dos **professores**: são tão importantes no processo (produz conhecimento- pesquisa e compartilha conhecimento – sala), porém quase **nenhum aluno quer seguir carreira**.

- **Coordenador de área** – cargo 2023, 2022 era sugestão

- **Preocupação** – ENEM e os itinerários

- **Avaliação**: opinião do aluno sobre o itinerário- **auto avaliação**; **portfólio**- mostrou que as disciplinas estavam desconectas – 3 capítulos diferentes, depois um único **trabalho (TCC)** que foi apresentado para uma banca, composta por professores da UFG.

- **Possibilidades**

- Através da avaliação dos portfólios foi possível perceber que as disciplinas dos itinerários não estavam integradas, 3 capítulos distintos.

- **Desafios**

- Professores pessimistas, descrentes e desmotivados perante tantas injustiças do governo

Conclusões

- Professores- papel principal, se os professores abraçam a causa, ela funciona
- A importância de novas metodologias
- Desafios: melhor capacitação dos professores; tempo para planejamento de qualidade; laboratórios; currículo mais claro;
- Possibilidades: todos os alunos evoluíram, principalmente no desenvolvimento emocional, socialização, independência, responsabilidade, visão para o mercado; trabalhos que envolvem e incentivam os cursos superiores.

ANEXO B – MATRIZ CURRICULAR CEPMG – NOVO ENSINO MÉDIO – MATUTINO E VESPERTINO 2022



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
52033651 - COLÉGIO ESTADUAL DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS - UNIDADE WALDEMAR MUNDIM

Relatório das disciplinas da Matriz Curricular

Data da Impressão: 15/05/2023

Ano Letivo/Semestre: 2022/1

Página 1

Composição 141 - Ensino Médio

Série 2ª Série

Turma

Turno Matutino

CH Matriz modelo 30

Referência Matriz modelo 000027481889

Base Nacional Comum							
Composição	Série	Turno	Área	Cód. Disciplina	Disciplina	C. H. Semanal	C. H. Anual
141	2ª Série	Matutino	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	241	LÍNGUA PORTUGUESA	2	80
141	2ª Série	Matutino	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	121	LÍNGUA EST. MODERNA - INGLÊS	1	40
141	2ª Série	Matutino	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	173	PRODUÇÃO DE TEXTO	1	40
141	2ª Série	Matutino	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	15	BIOLOGIA	2	80
141	2ª Série	Matutino	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	176	QUÍMICA	1	40
141	2ª Série	Matutino	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	85	FÍSICA	1	40
141	2ª Série	Matutino	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	98	GEOGRAFIA	2	80
141	2ª Série	Matutino	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	103	HISTÓRIA	2	80
141	2ª Série	Matutino	Matemática e suas Tecnologias	124	MATEMÁTICA	3	120
Parte Diversificada							
Composição	Série	Turno	Área	Cód. Disciplina	Disciplina	C. H. Semanal	C. H. Anual
141	2ª Série	Matutino	Área Integrada	1181	PROJ DE VIDA	1	40
Eletivas - Núcleo Livre							
Composição	Série	Turno	Área	Cód. Disciplina	Disciplina	C. H. Semanal	C. H. Anual
141	2ª Série	Matutino	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	1777	CIVISMO E CIDADANIA	1	40
Eletivas - Núcleo Dirigido							
Composição	Série	Turno	Área	Cód. Disciplina	Disciplina	C. H. Semanal	C. H. Anual
141	2ª Série	Matutino	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	38	TÓPICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA	1	40
141	2ª Série	Matutino	Matemática e suas Tecnologias	2208	TÓPICOS DE MATEMÁTICA	1	40
Trilha de Aprofundamento							
Composição	Série	Turno	Área	Cód. Disciplina	Disciplina	C. H. Semanal	C. H. Anual
141	2ª Série	Matutino	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	2201	TRILHA DE APROFUNDAMENTO CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS TODA FORMA DE PODER	11	440
141	2ª Série	Matutino	Matemática e suas Tecnologias	2199	TRILHA DE APROFUNDAMENTO CIÊNCIAS DA NATUREZA ALÉM DA VISÃO: CONHECENDO O MICROMUNDO BIOLOGIA	11	440
141	2ª Série	Matutino	Área Integrada	2193	TRILHA DE APROFUNDAMENTO INTEGRADO DE LGG/MAT: CINESFERA	11	440
141	2ª Série	Matutino	Área Integrada	2196	TRILHA DE APROFUNDAMENTO DE LINGUAGENS IDENTID@DES.COM	11	440
Carga Horária Total da Matriz Curricular: 2520							
Carga Horária Semanal da Matriz Curricular: 63							

ANEXO C – MATRIZ CURRICULAR CEPMG – NOVO ENSINO MÉDIO – NOTURNO 2022



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
52033651 - COLÉGIO ESTADUAL DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS - UNIDADE WALDEMAR MUNDIM

Relatório das disciplinas da Matriz Curricular

Data da Impressão: 15/05/2023

Ano Letivo/Semestre: 2022/1

Página 1

Composição 141 - Ensino Médio

Série

2ª Série

Turma

Turno Noturno

CH Matriz modelo 25

Referência Matriz modelo 000026436483

Base Nacional Comum							
Composição	Série	Turno	Área	Cód. Disciplina	Disciplina	C. H. Semanal	C. H. Anual
141	2ª Série	Noturno	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	241	LÍNGUA PORTUGUESA	2	80
141	2ª Série	Noturno	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	55	EDUCAÇÃO FÍSICA	1	40
141	2ª Série	Noturno	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	11	ARTE	1	40
141	2ª Série	Noturno	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	173	PRODUÇÃO DE TEXTO	2	80
141	2ª Série	Noturno	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	322	LÍNGUA INGLESA	1	40
141	2ª Série	Noturno	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	15	BIOLOGIA	2	80
141	2ª Série	Noturno	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	176	QUÍMICA	2	80
141	2ª Série	Noturno	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	85	FÍSICA	2	80
141	2ª Série	Noturno	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	98	GEOGRAFIA	2	80
141	2ª Série	Noturno	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	103	HISTÓRIA	2	80
141	2ª Série	Noturno	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	87	FILOSOFIA	1	40
141	2ª Série	Noturno	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	183	SOCIOLOGIA	1	40
141	2ª Série	Noturno	Matemática e suas Tecnologias	124	MATEMÁTICA	4	160

Parte Diversificada							
Composição	Série	Turno	Área	Cód. Disciplina	Disciplina	C. H. Semanal	C. H. Anual
141	2ª Série	Noturno	Área Integrada	1181	PROJ DE VIDA	1	40

Eletivas - Núcleo Livre							
Composição	Série	Turno	Área	Cód. Disciplina	Disciplina	C. H. Semanal	C. H. Anual
141	2ª Série	Noturno	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	242	LITERATURA	1	40

Carga Horária Total da Matriz Curricular: 1000

Carga Horária Semanal da Matriz Curricular: 25

ANEXO D – EXEMPLO DE TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA COM P2I2

EXEMPLO DE ENTREVISTA/TRANSCRIÇÃO

DATA: 08/12/2022

ATIVIDADE: ENTREVISTA COM P2I2

TRILHA FORMATIVA: TODA FORMA DE PODER

HORÁRIO: 14:00

DURAÇÃO: 18MIN

(Legenda: Pesquisadora- A; Professor P2I2)

A - Olá professor, boa tarde, meu nome é Ana Paula, mestranda da FacMais, e estou aqui para conversarmos um pouquinho sobre a implantação do novo ensino médio aqui, na escola onde o senhor leciona

A- Então vamos lá.

A- A gente vai começar primeiro com a sua apresentação: seu nome, que não vai ser apresentado no estudo. Mas eu quero ver a questão da sua formação e a questão da sua experiência em sala de aula.

P2I2 - Tá, então vamos.

A-Seu nome?

P2I2 - Professor P2I2

A- Formação?

P2I2 -Eu vou respondendo todas essas juntas, pode ser? vou seguindo todas assim tá

A- Uai, pode sim, como o senhor achar melhor

P2I2 – ok então. Me chamo P2I2, sou professor na instituição cpmg Waldemar mundim, em todos os turnos que aqui acontece. A minha formação, filosofia, ciências sociais e pedagogia. Pós-graduado e mestre em filosofia clínica e doutorando. Trabalho na educação a 16 anos, atuo tanto no ensino fundamental 2 quanto no médio e no nível superior. Nessa instituição de ensino ministro, as disciplinas de filosofia, civismo e cidadania e também com tive a experiência nas disciplinas de história e sociologia. O itinerário do qual participo a partir da minha formação é o itinerário, trilha toda forma de poder, que aconteceu no ano corrente, no ano atual de 2022.

A- Muito bem, vamos seguir então. Na sua opinião o Ensino Médio estava precisando passar por mudanças e quais situações você vivenciou no ambiente escolar que justifiquem sua resposta?

P2I2 – Atualmente, o ensino médio a partir das orientações da BNCC passa por algumas mudanças. Estas mudanças implicam uma integralização de áreas do conhecimento no que diz respeito à trilha toda forma de poder. As observações a serem levantadas a partir daquilo que a própria instituição descreveu do plano da orientação da base nacional comum curricular e da aplicação de conteúdos integralizados. Haja vista que houve uma boa adesão, envolvimento, participação. É certo que estamos construindo esta nova roupagem e modalidade do ensino médio. São desafios inúmeros a serem cumpridos, porém, no passo a passo, ir se adequando, levando o alunado ao discernimento claro, de qual área de atuação ele deseja seguir, prosseguir e construir a sua vida profissional no amanhã.

A- Você escolheu ou foi escolhido para participar da implantação dos Itinerários Formativos?

P2I2- Sobre a adesão em participar, convite, escolher ou ser escolhido pela instituição na implantação do novo projeto do ensino médio. Não foi precisamente uma escolha, foi uma condição. Uma vez que professores que estão direcionados a aquela área de formação, são eles, há de cumprir com todo este desenvolvimento e construção do trabalho realizado com professores de área a partir da sua formação, estão inseridos em cada trilha, a trilha, seja ela qual for, toda forma de poder. Cinesfera, identidade, micromundo, são trilhas designadas, especificadamente a áreas de formação e de atuação do professor.

A- Como aconteceu a preparação da instituição e dos professores para a inauguração do projeto? teve reuniões, cursos, o que aconteceu?

P2I2- Toda a preparação, envolvimento, período formativo, ele também é continuado e isto tem sido feito, quinzenalmente, mensalmente, há uma orientação a partir da coordenação geral pedagógica da instituição da qual exerço o meu trabalho, e a elaboração de projetos, dinâmicas, aulas práticas, metodologias e didáticas é bem diversificado. A nova modalidade do ensino médio abre espaços e caminhos para uma aplicação do conteúdo, do conhecimento científico de maneira muito diversificada. Não é uma escolha, é uma pré-disposição, uma adesão, um envolvimento e engajamento. Um itinerário, ele tem como objetivo próprio mostrar caminhos para o aluno. É um desafio a ser seguido. É um projeto que foi construído e agora a nós, o desafio não somente de fazer acontecer, mas destrinchar toda esta realidade da base comum curricular para a nova condição de construção do novo modelo do ensino médio aplicado.

A- Como foi realizado o processo de implantação do Novo Ensino Médio considerando, o aluno, o professor e a escola?

P2I2- É um conjunto, o professor ele tem toda uma orientação que parte da BNCC, que é transferida para a Secretaria de educação do estado de Goiás, que é repassada a cada unidade escolar do corpo pedagógico e que a nós é aplicado teoricamente e funcionalmente, ou seja, é uma junção da realidade vivida e vivenciada, teoria e prática.

O planejamento das aulas também acontece de forma integralizada entre os professores da área de atuação, no caso, filosofia, ciências sociais, sociologia e Geografia, planejamento de aula, aplicação metodológica, didática, desenvolvimento, conteúdo, justificativa aplicada, é feito e é realizado de maneira coletiva. Temos habitualmente também uma parada para construirmos todos os projetos pré-elaborados e realizados em sala de aula.

Vale pensar, quais são as motivações que a Secretaria de educação do estado de Goiás propõem, promove, estabelece ou oferece a cada instituição, sobretudo a nós, docentes? É certo que, toda a proposta do novo modelo do ensino médio, ela vem pautada em vários critérios. O primeiro deles é a integralização das áreas do conhecimento. E esta integralização faz com que o alunado, ele se envolva num discernimento claro, objetivo de qual profissão ele deve escolher para a sua carreira, para o seu futuro profissional. A implantação, a elaboração, projetos, eles têm sido construídos. É um ELO que é feito entre a Secretaria de educação, a Subsecretaria, nominada como creche, a partir da coordenação pedagógica de cada instituição, fazendo valer esta integralização uma coletividade do trabalho, elaborando projetos, levantando questões pertinentes, atendendo aos anseios da nova condição e do projeto educacional do novo ensino médio.

A- Quais aspectos positivos e negativos podem ser destacados na implantação da proposta do Novo Ensino Médio, que tendem a influenciar no desenvolvimento da aprendizagem do aluno?

P2I2- Diversos são os aspectos positivos a serem destacados com esta nova proposta do novo ensino médio. E isto faz com que o aluno esteja totalmente envolvido, integralizado. E o desenvolvimento da aprendizagem, por hora, ele acaba sendo mais intensificado porque uma vez que o aluno tinha uma aula por semana na base comum no currículo referência comum do acontecer dos anos passados, a partir de agora, ele tem maior condição e mais aprimoramento para aprofundar na área do conhecimento específico. Podemos também levantar alguns aspectos negativos, o negativo por hora seria o quê? A dificuldade do aluno se envolver a partir das exigências, porque a exigência é maior, demanda mais tempo, automaticamente as cobranças, elas seguem o fluxo natural do desenvolvimento do novo ensino médio e também requer maior participação, envolvimento, comprometimento e adesão na aprendizagem de cada aluno.

A- Como acontece as aulas das trilhas?

P2I2- a trilha toda forma de poder são 2 dias designados a participação e envolvimento do aluno, terças e quintas são aulas específicas que compõem a trilha toda forma de poder, repito, filosofia, sociologia, geografia e história. A adesão, a participação, o envolvimento, o comprometimento do aluno têm sido de grande satisfação. E posso sinalizar com grande relevância, porque? O novo foi abraçado, a frequência, a motivação, a interação, o auxílio, o acompanhamento mais personificados com o aluno, leva o mesmo a evolução, não só na parte cognitiva, mas também na parte humana, pessoal, vivencial e estrutural.

A- Como você analisa a participação dos alunos nos itinerários formativos do Novo Ensino Médio implantados na escola? Houveram mudanças?

P2I2- É nítido e percebido que, a partir desta nova condição de desenvolvimento da aprendizagem do alunado com o novo modelo do ensino médio, a efetivação destes itinerários formativos, ele levou o aluno a um amadurecimento pessoal, um amadurecimento de vida e um amadurecimento intelectual, ou seja, acadêmico, o aluno está mais atento, apto e construindo toda a sua realidade de vida em torno do seu futuro. E toda esta continuidade dos itinerários formativos para os anos vindouros são expectativas criadas não só pelo docente, pelo corpo docente como um todo na realização de aulas, de projetos, de ações que concretizem toda a desenvoltura e a adesão ao novo modelo de ensino médio.

A- Em sua opinião, a oportunidade de participar dos itinerários formativos, auxilia no desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes? Se sim, que indícios podem ser considerados que justifiquem essa evolução após a implantação dos itinerários formativos?

P2I2- São grandes as diferenças percebidas neste processo de implantação do novo modelo de ensino médio. Porque? Porque o aluno, ele teve a oportunidade de se construir e esta construção ela demanda a adesão ao novo, a reconstrução da velha realidade habituada, também agregada ao novo modelo de ensino médio. E todas estas diferenças, elas aconteceram didaticamente a partir do primeiro Congresso das trilhas, onde nos mesmos foram levantadas temáticas estudadas em sala de aula, onde o aluno teve todo um tempo, um período de preparo, de

aprimoramento. O mesmo alunado se envolvendo e envolvido na apresentação destas temáticas com propriedade, com aperfeiçoamento e desenvolvimento.

A- Caso seja de sua vontade, deixe uma reflexão ou sugestão aos colegas, profissionais da educação, no intuito de auxiliá-los no entendimento da prática envolvendo a os Itinerários Formativos e o possível desenvolvimento da aprendizagem do aluno, advindos da implantação da proposta.

P2I2 -A unidade escolar cpmg Valdemar mundim, localizada na Vila Itatiaia, na cidade de Goiânia, Goiás, ela vivenciou esta primeira experiência como todas as outras. E o que há de se considerar aqui, é que este espaço não somente o espaço físico, o espaço de sala de aula, o espaço externo. Ele foi muito bem e é muito bem conduzido na condição de permissão, no sentido de fazer com que a relação seja personificada. Professor e aluno, aluno e professor, sempre levando em consideração a participação direta da própria instituição, o apoio da parte pedagógica, o envolvimento do corpo docente e o comprometimento com todos esses projetos já vividos, vivenciados e realizados, e a construir para os anos seguintes.

**ANEXO E – EXEMPLO DE PORTFÓLIO ACADÊMICO TRILHA
MICROMUNDO**

**CEPMG- COLÉGIO ESTADUAL DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS UNIDADE
WALDEMAR MUNDIM**

**PORTFÓLIO DO ITINERÁRIO FORMATIVO ALÉM DA VISÃO: CONHECENDO
O MICROMUNDO**

2º BIMESTRE

ANA ELISA SIQUEIRA DE MEDEIROS

GOIÂNIA/ GO

Junho, 2023

**CEPMG- COLÉGIO ESTADUAL DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS UNIDADE
WALDEMAR MUNDIM**

**PORTFÓLIO DO ITINERÁRIO FORMATIVO ALÉM DA VISÃO: CONHECENDO
O MICROMUNDO**

2º BIMESTRE

ANA ELISA SIQUEIRA DE MEDEIROS

Portfólio apresentado como avaliação parcial da disciplina de Biologia, Química e Física do 2º ano do curso do Itinerário Formativo Além da Visão: Conhecendo o Micromundo do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás, Unidade Waldemar Mundim.

Prof.º: PhD. Guilherme Silva, Me. Giovanna Parizotto, Esp. Elgia Diniz.

GOIÂNIA/ GO

Junho, 2023

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	3
2	DIÁRIO DE PESQUISA.....	4
2.1	INTRODUÇÃO À CLADÍSTICA E CONTINUIDADE AOS EXPERIMENTOS QUÍMICOS - 11/04.....	4
2.2	QUÍMICA ORGÂNICA E O MICROSCÓPIO ELETRÔNICO - 13/04.....	7
2.3	ANÁLISE MICROBIOLÓGICA, COLETA DE ÁGUA DO RIACHO E LENTES - 18/04.....	10
2.4	MOLÉCULAS ORGÂNICAS E PROTOZOÁRIOS - 20/04.....	18
2.5	BACTÉRIAS, FUNGOS E QUESTIONÁRIO ONLINE - 25/04.....	25
2.6	PRIMEIRO DEBATE ENTORNO DA CULMINÂNCIA 2023 E ACRÉSCIMO DE NOVOS MICROSCÓPIOS AO ACERVO - 27/04.....	28
2.7	REINO FUNGI E A FORMAÇÃO DE IMAGENS NA MICROSCOPIA ÓPTICA - 02/05.....	30
2.8	AFIRMAÇÃO DOS TEMAS - 04/05.....	33
2.9	EMISSÃO E ABSORÇÃO: O EXPERIMENTO DOS BALÕES - 09/05.....	35
2.10	NOVAS FUNÇÕES ORGÂNICAS - 11/05.....	38
2.11	ESBOÇOS DO DNA E PEQUENAS ORGANELAS (PREPARATIVOS GRUPO 3) - 11/05.....	43
2.12	PASSOS PARA REALIZAR UMA EXCELENTE FALA - 16/05.....	44
2.13	ENSAIO PARA CULMINÂNCIA 2023 - 18/05.....	45
2.14	RENOVAÇÃO DAS MINIATURAS (PREPARATIVOS GRUPO 3) - 18/05.....	45
2.15	TESTAGEM DE EXPERIMENTOS (PREPARATIVOS GRUPO 3) - 19/05.....	46
2.16	REVISÕES FINAIS DAS APRESENTAÇÕES - 23/05.....	46
2.17	FRASE IMPACTANTE E CRONOMETRAGEM DAS FALAS (PREPARATIVOS GRUPO 3) - 23/05.....	46
2.18	MAQUETES COMESTÍVEIS E LEMBRANCINHAS (PREPARATIVOS GRUPO 3) - 24/05.....	47
2.19	CULMINÂNCIA DAS TRILHAS 2023: O GRANDE DIA! - 25/05.....	48
3	CONCLUSÃO.....	56

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho exprime as produções acadêmicas alusivas ao 2º bimestre do ano de 2023, suscitadas na trilha Além da Visão: Conhecendo o Micromundo. Contém registros relacionados às didáticas experimentais, relatórios e tantas outras tarefas nas disciplinas de Biologia, Química e Física. Em meio a elas, o âmago deste período envolve uma conferência a nível colegial, intitulada Culminância. Surgindo em 2022, foi vivenciada pelos atuais integrantes do itinerário, inferindo parcialmente na predileção pelo curso. No entanto, o panorama hodierno situa-os no prisma organizador da mesma. Tal portfólio evidencia os desafios do preparo, demonstrando falhas e acertos. Deste modo, coloca-se como um documento de análise, permitindo estipular a evolução dos aspectos necessários.

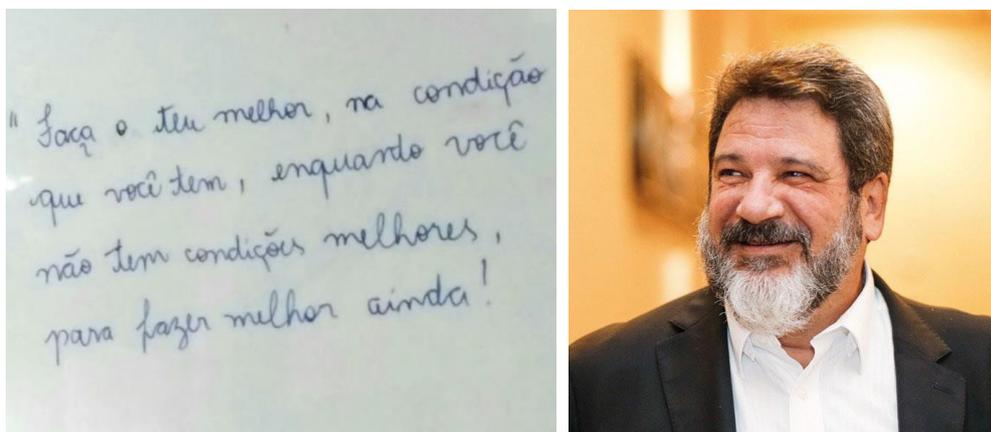
2 DIÁRIO DE PESQUISA

O Diário de pesquisa é uma seção em que narrar-se-á os acontecidos das datas de 11/04 a 25/05. Os relatos das terças-feiras seguem a ordem Biologia (1° e 2° horários), Química (3° horário) e Física (4° horário), enquanto as quintas-feiras se alinham em Química (1° e 2° horários), Biologia (3° horário) e Física (4° horário). Abarca, posteriormente, os preparativos para a Culminância 2023 desempenhados fora do turno de estudos, no ambiente escolar ou nas residências dos educandos.

2.1 Introdução à cladística e continuidade aos experimentos químicos - 11/04

O dia 11/04/2023 foi responsável por marcar a transição definitiva entre dois períodos: o 1° e 2° bimestres. O encerramento do ciclo inicial se deu, especialmente, a partir da entrega dos portfólios. O recolhimento dos mesmos havia ocorrido na semana anterior. Desta maneira, na primeira aula de Biologia, o professor Guilherme Silva conduziu uma espécie de análise do desempenho das execuções, apresentando aos alunos uma visão geral. Para isso, fez uso de alguns exemplares com execução satisfatória, instruindo a turma sobre aspectos a serem aprendidos e aperfeiçoados. Com o intuito de despertar tal sentimento de constante evolução, antes das considerações propriamente ditas, o docente escreveu uma frase no quadro branco. A citação era pertencente ao professor, escritor e filósofo brasileiro Mario Sérgio Cortella. Trata-se do seguinte trecho: “Faça o teu melhor, na condição que você tem, enquanto você não tem condições melhores para fazer melhor ainda” (Figura 1).

Figura 1 - Expressão de autoria de Mario Sérgio Cortella



Fonte: DMT Palestras, 2023.

NOMENCLATURA BINOMIAL



A aula de Química permitiu a continuidade dos seminários práticos iniciados em 04/04/2023. Os seis grupos organizaram-se ao longo de meses, conduzindo apresentações fantásticas. Na referida data, o tema Pressão iniciou o trabalho, seguido de Temperatura, Polaridade e solubilidade, Geometria molecular e Densidade. Os resultados foram satisfatórios, apesar das intercorrências e obstáculos verificados em algumas equipes. Contudo, um deles não teve possibilidade de expor seu projeto. Deste modo, realizaram-no na semana seguinte (11/04/2023).

Abordando sobre Forças Intermoleculares, os integrantes dedicaram-se a estruturar o equipamento construído. Intentaram a formação de um tornado luminoso, preparando-o cuidadosamente. Ao finalizarem, houve a parte explicativa dos conceitos teóricos da temática, com seu experimento em sequência. Apesar do efeito luminoso ter se dado de maneira tímida, pôde-se perceber o tornado e as aplicações do conteúdo neste contexto.

2.2 Química orgânica e o microscópio eletrônico - 13/04

O estudo dos compostos orgânicos iniciou-se de forma concreta na quinta-feira de 13/04/2023. Apesar de um assunto de alta complexidade, além de extremamente denso, sua aplicação foi exposta como essencial para o prosseguimento da didática prevista para a trilha. Isto porque se relaciona para com a área da Biologia, ao adentrar, por exemplo, nos processos ocorridos no interior de uma célula. Segundo a plataforma Significados (2023), “célula é a menor unidade estrutural e funcional básica do ser vivo, sendo considerada a menor porção de uma matéria viva”. Portanto, sua composição e estruturas integram grande parte da Química Orgânica.

Sob esta perspectiva, a turma efetuou uma breve pesquisa sobre o conceito e definição básicos desta matéria (Figura 5). Logo após, a professora Elgia Diniz explicou características introdutórias sobre estas substâncias, tais como combustibilidade, solubilidade e encadeamento.

Ademais, os alunos puderam internalizar a disposição de carbonos e hidrogênios por meio do emprego de exemplos (Figura 6). A figura do anel benzênico foi explicitada junto dos hidrocarbonetos.

Figura 5 - Atividade de busca exigida em Química

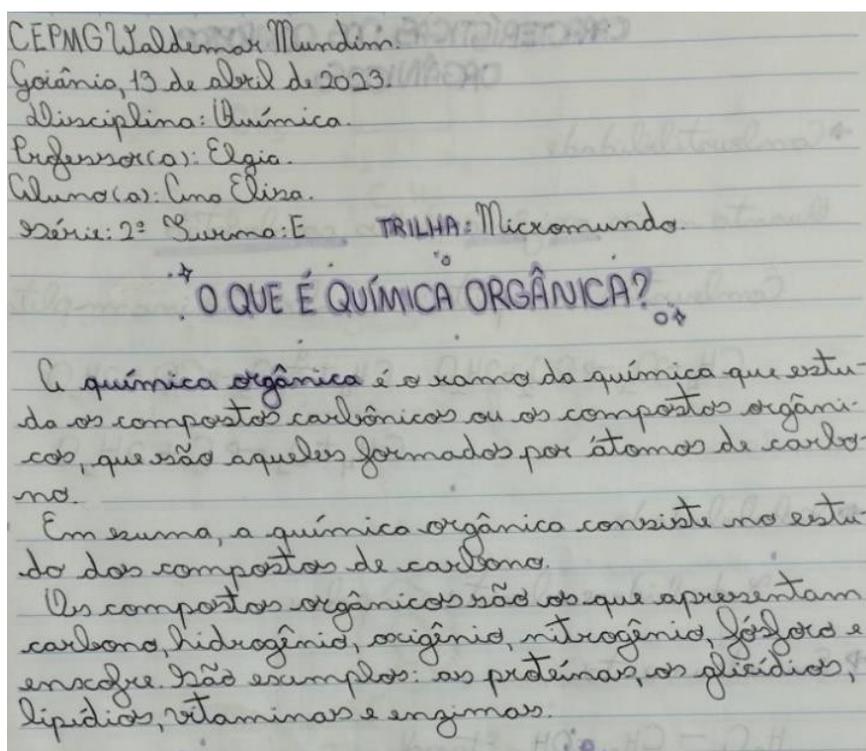
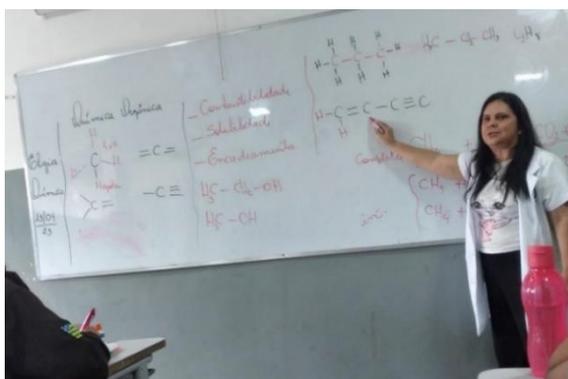


Figura 6 - Demonstração de várias cadeias de hidrocarbonetos



No meio biológico, deu-se continuidade ao encontro anterior, com uma segunda sequência de slides (Figura 7). No entanto, houve a apresentação de novos itens. O cladograma e a árvore filogenética foram esclarecidos, demonstrando aos alunos como estes instrumentos representam as relações evolutivas entre as espécies. Junto a isto, distinguiu-se

grupos parafiléticos de grupos monofiléticos.

Figura 7 - Slide referente à aula 2 sobre classificação dos seres vivos

BIOLOGIA

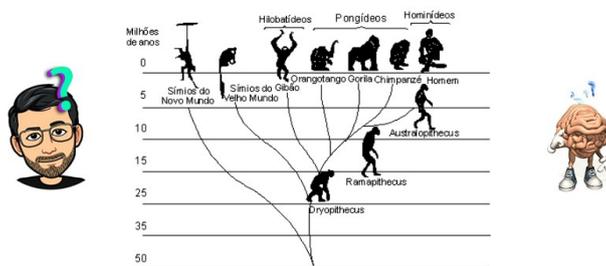
Guilherme Silva

2ª SÉRIE – Micromundo

CLASSIFICAÇÃO DOS SERES VIVOS: SISTEMÁTICA E TAXONOMIA

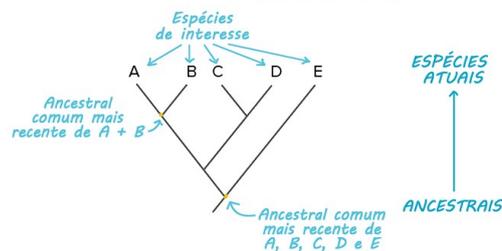
Aula 02 - continuação

VOCÊ JÁ VIU ISSO EM ALGUM LUGAR?



https://2.bp.blogspot.com/-QWmAV3aZLY/WfF5_Sc7NB8/AAAAAAMXVZG/0r57_4H0QyGmnythQp70u2aQwweeCL8GA/11600/pensa.gif
http://www.trabalhoscolares.nl/rl/wp-content/uploads/2011/07/evolu_e_30logentica_taxonomya.gif

EXEMPLO



<https://dm.kastatic.org/for-perseus-images/008/1133969724345917d13404983781228876.png>

A professora Giovanna Parizotto, em Física, conduziu uma aula abrangendo os aspectos pertinentes ao aparelho conhecido como microscópio eletrônico. Sendo capaz de proporcionar um aumento muito maior quando comparado ao microscópio óptico, o dito equipamento havia sido visualizado durante a visita aos laboratórios da Universidade Federal de Goiás (UFG), realizada no 1º bimestre. O funcionamento, tipos (microscópio eletrônico de transmissão e microscópio eletrônico de varredura) e vantagens tratam-se de alguns pontos discutidos por meio de slides próprios (Figura 8). O índice de compreensão do alunato se mostrou excelente.

Figura 8 - Slides sobre microscopia eletrônica



2.3 Análise microbiológica, coleta de água do riacho e lentes - 18/04

A data de 18/04/2023 teve notoriedade em razão das várias práticas promovidas no decorrer das quatro aulas. Já estando cientes de algumas delas, através de um aviso prévio, os estudantes situavam-se em um estado de significativa empolgação. O docente Guilherme Silva, nos primeiros minutos, decidiu expor o planejamento à turma para melhor se organizarem. Assim, souberam que explorariam o ambiente escolar em busca de materiais para coleta e, posteriormente, iriam ao córrego próximo do colégio para obter amostras deste.

Para o primeiro momento, dividiram-se em um total de cinco grupos sendo eles: Grupo A, Grupo B, Grupo C, Grupo D e Grupo E. Simultaneamente, escolheram ao menos dois locais de sua preferência para aplicarem os meios de cultura, preparados pelo professor

na última noite. Quanto ao desenvolvimento pessoal, observou-se o incentivo à criatividade e ao

pensamento crítico deles. O objetivo técnico, contudo, era perceber um crescimento bacteriano nesta substância, composta por água, caldo de carne e gelatina. Terminado tal processo, dispersaram-se pela unidade escolar. Os alunos estavam devidamente equipados, fazendo uso de luvas descartáveis e, em alguns casos, jaleco, evitando a possibilidade de contaminação dos alvos do estudo. Alguns recorreram à bola de vôlei e ao bebedouro, atingindo objetos bem peculiares, a exemplo do teclado do computador da sala da disciplinar (Figura 9). A participação de todos se deu de forma ativa e dedicada, empregando o maior esforço possível na atividade.

Figura 9 - Locais em que foram promovidas análises



O Grupo D encarregou-se do interruptor e do celular de uma das alunas: Vivian Jany. Com o auxílio de uma haste flexível com algodão na ponta, percorreram ambas as superfícies por inteiro. Após isto, inseriram o mesmo no interior do recipiente plástico em que se daria a proliferação de microrganismos (Figura 10). Isto foi repetido pelas demais equipes, até que todas tivessem retornado à sala de aula (Figura 11). Inclusive, algumas vieram a usufruir de um terceiro meio de cultura, haja vista que não se fez uso de todas as treze unidades.

Figura 10 - Etapas do procedimento



Figura 11 - Panorama geral dos meios de cultura obtidos



Ao término desta execução, as instruções para a outra prática foram repassadas ao conjunto estudantil. Acompanhados pelo orientador e um dos policiais, os indivíduos prontamente cruzaram o corredor e os arredores da quadra de esportes. Dirigiram-se ao portão localizado aos fundos da escola. Estando no ambiente externo, caminharam pelos trechos do parque ao lado. Finalmente, encontrou-se o destino da trajetória: um curso d'água do qual poderiam extrair protozoários (Figura 12). Mesmo invisíveis a olho nu, a probabilidade de conter tais organismos era altíssima, pois o líquido não recebia nenhum tratamento para consumo. Portanto, exposto às condições naturais e ao ecossistema ali presente, a vida seria quase que inevitável.

Figura 12 - Ambiente fornecedor de amostras



Presando pelo cuidado ao movimentar-se, devido ao aspecto íngreme do terreno, seis sujeitos se ofereceram para apanhar pequenas porções de água. O restante do agrupamento realizava os registros fotográficos ou oferecia apoio aos aventureiros (Figura 13). O trabalho em equipe permitiu o recolhimento em pontos variados do riacho, com uma diversidade de itens para visualização no microscópio óptico (Figura 14). Finalizada a atividade, encaminharam-se novamente ao colégio (Figura 15).

Figura 13 - Indivíduos colhendo a água em potes plásticos



Figura 14 - Estado das amostras e meios de cultura

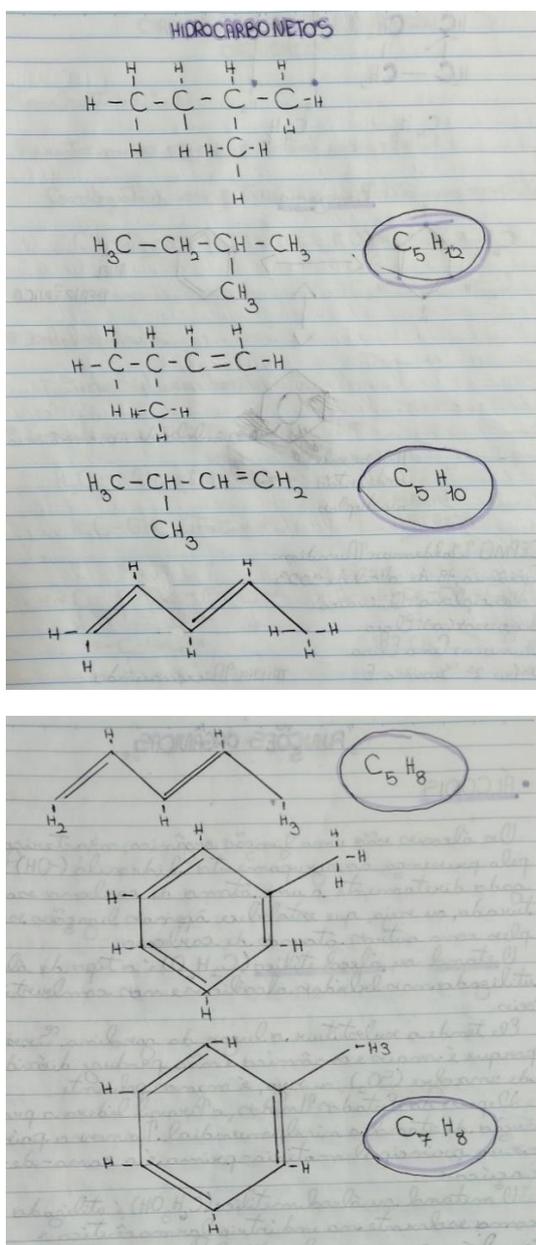


Figura 15 - Micromundo após a breve saída



De volta ao espaço interno, a aula de Química visou o entendimento dos alunos sobre a formação dos hidrocarbonetos. Desta maneira, para fixar aquilo que havia sido demonstrado na última explicação, a professora escreveu três cadeias de carbonos no quadro branco. A partir delas, os discentes deveriam inserir os hidrogênios corretamente, bem como escrever a fórmula molecular deste elemento. Metodologia similar deveria ser aplicada em um composto contendo o benzeno (Figura 16). Uma atividade de pesquisa foi encaminhada para quinta-feira (20/04/2023), na qual os discentes deveriam procurar o conceito e cinco exemplos das seguintes funções orgânicas: álcoois, fenóis, aldeídos e cetonas. A exemplificação deveria ser seguida da fórmula molecular e aplicações destes materiais.

Figura 16 - Atividade acerca dos hidrocarbonetos



Um experimento interativo encerrou o cronograma previsto. A professora Giovanna, de modo a familiarizar os estudantes às questões físicas referentes à microscopia, trouxe consigo várias lentes, em especial as do tipo convergente. Agrupando os sujeitos pela segunda vez ao dia, os objetos percorreram as equipes. As imagens invertidas e reais geradas por eles causaram interesse e divertimento por parte dos indivíduos, os quais se viram livres para explorar tais efeitos dos mais diversos modos (Figura 17). Cabe ressaltar que estes são aparelhos presentes nos microscópios ópticos, promovendo a ampliação do item ali disposto.

Figura 17 - Diferentes lentes contempladas pelos alunos



Em continuidade, os grupos fizeram uso de uma régua, dois dispositivos LED com colimador e de uma lente plano-convexa. Ao posicionar as fontes de luz de forma paralela atrás da lente, os raios convergiam em um único ponto, revelando o foco. Rotacionando as superfícies plana e convexa, os alunos obtiveram medidas distintas entre a lente e o encontro dos feixes, chamada de distância focal. Estas foram 4 centímetros e 2 centímetros, respectivamente (Figura 18). Tal etapa também foi explorada com amplitude, onde os alunos

promoviam testes constantes sobre o comportamento luminoso em outras configurações (Figura 19).

Figura 18 - Foco da lente e divergências na distância focal sendo testemunhados

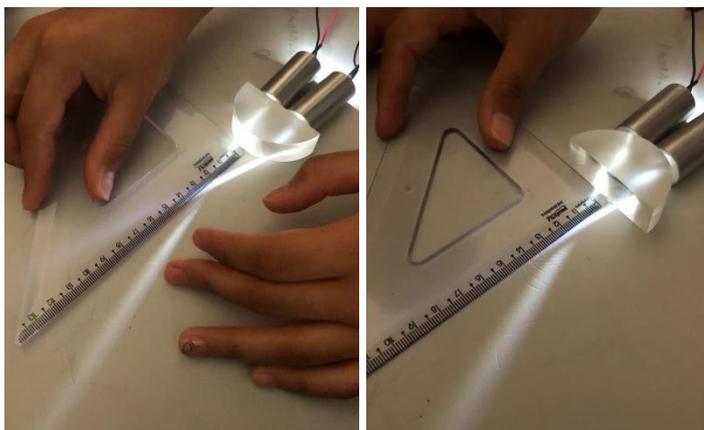
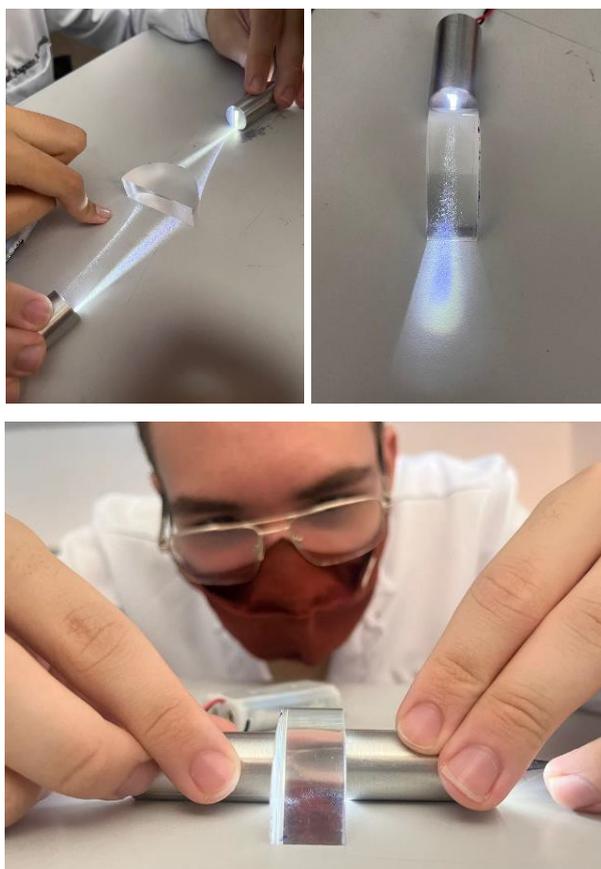


Figura 19 - Manifestações propiciadas pela curiosidade do alunado



Como prática final, a docente evidenciou a influência do comprimento de onda no fenômeno da difração por meio de um laser. Quando a luz vermelha atravessava a lente, este não ocorria com grande nitidez. Todavia, ao substituí-la por uma luz verde, se dava de forma clara (Figura 20). Isto porque, de acordo com a explicação da profissional, quanto menor o comprimento de onda, melhor este processo ocorre.

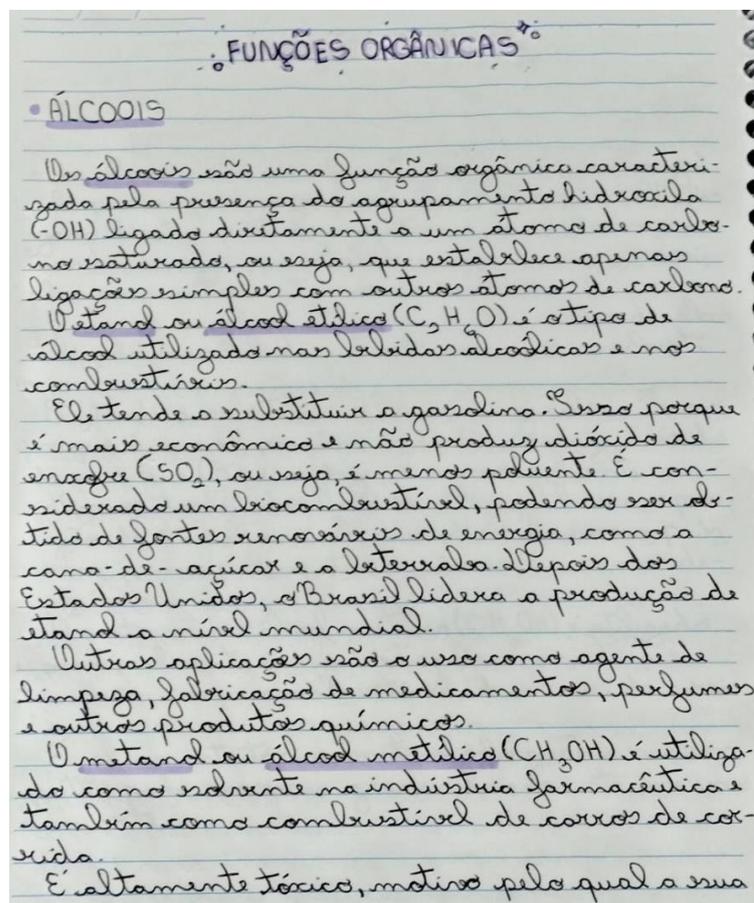
Figura 20 - Laser e a difração



2.4 Moléculas orgânicas e protozoários - 20/04

Em Química, a aula iniciou-se com discussões a respeito de várias moléculas, tema da pesquisa direcionada aos estudantes (Figura 21). Esta agregou positivamente, já que permitiu aos indivíduos situarem-se em meio ao conteúdo. Por conseguinte, houve uma maior facilidade dos mesmos ao presenciar as elucidações de Elgia Diniz, associando-as ao estudo realizado e à teoria constada em seu material didático.

Figura 21 - Pesquisa sobre álcoois, fenóis, aldeídos e cetonas



ingeridas pode provocar graves danos e até mesmo a morte.

O colesterol é um esteroide presente nas membranas celulares, sendo um álcool policíclico com uma cadeia longa e por isso, é insolúvel em água e no sangue. Para ser transportado no organismo deve se ligar a proteínas hidrossolúveis. Sua fórmula molecular é $C_{27}H_{46}O$.

O etilenoglicol ($C_2H_6O_2$) é amplamente empregado como agente anticongelante automotivo. Também encontra uso na síntese de polímeros, de cores, de tintas e no processamento do papel.

O glicérol ($C_3H_8O_3$) é um líquido viscoso, incolor e adocicado, obtido através de uma saponificação (reação que origina sabão) dos ésteres que constituem óleos e gorduras. Empregado na fabricação de tintas, cosméticos e na preparação de nitroglicerina (explosivo).

• FENÓIS

Os fenóis são compostos orgânicos oxigenados (apresentam átomo ou átomos de oxigênio em sua composição) que possuem o grupo hidroxila (OH) ligado diretamente a um hidrocarboneto

aromático (composto que apresenta átomos de carbonos e hidrogênio) qualquer.

O hidroxilbenzeno ou fenol comum (C_6H_5OH) é aquele que possui mais aplicações. Foi muito utilizado como desinfetante de instrumentos cirúrgicos, diminuindo o número de mortes por infecção hospitalar. No entanto, com o passar do tempo, ele foi substituído por seus derivados, porque é tóxico e corrosivo, podendo causar queimaduras.

O fenol é utilizado hoje na fabricação de corantes, na preparação de resinas, na produção de fenolftaleína (um indicador ácido-base muito utilizado em processos de titulação em laboratório), do aspirina, do ácido pícico e de cresóis.

O 2,4,6-trinitrofenol (ácido pícico ou picrato de butambeno) é um composto usado em pomadas para queimaduras, em detonadores de explosivos e na produção de laquelite (polímero de condensação resultante da polimerização do fenol com o formaldeído, sendo utilizado na produção de discos musicais, tomadas, interruptores, cabos de panelas, telefones, lentes de lã, câmeras fotográficas, revestimentos de móveis, carapaças de eletrodomésticos, peças de automóveis e na produção de alguns ferros). Sua fórmula molecular é expressa

sa por $C_6H_3N_3O_4$

A hidroquinona (1,4-di-hidroxi-benzeno) e o resorcinol (1,3-di-hidroxi-benzeno) são fenóis usados em tratamentos contra manchas de pele causadas por acne, sol e envelhecimento precoce. Um dos tratamentos que os utilizo é o peeling. $C_6H_6O_2$ é a fórmula molecular referente a tais compostos.

O eugenol ($C_{10}H_{12}O_2$) é um fenol encontrado no cravo-da-índia e é usado em antissépticos bucais.

O carquejol (2-isopropenil-3-metilfenol), de fórmula molecular $C_{10}H_{14}O$, é um dos constituintes da carqueja. A planta é usada em chás para combater gastrite, má digestão, azia, cálculos biliares e prisão de ventre.

• ALDEÍDOS

Os aldeídos são compostos que apresentam o agrupamento carbonila ($C=O$) na extremidade do cadeia, ou seja, o carbono da carbonila é primário.

O etanal, também chamado de acetaldeído, é um aldeído acético produzido principalmente no fígado por meio da enzima álcool desidrogenase, mas também em pequenas quantidades na re-

tina.

de fórmula molecular C_2H_4O , consiste em um líquido incolor que pode ser fervido quase à temperatura ambiente. É utilizado na produção do etanol, fabricação de espelhos, medicamentos, resinas sintéticas, pesticidas e corantes; além de atuar na preservação de frutas.

O metanal (H_2CO) é o mais comum e simples dos produtos químicos. Conhecido como formol ou formalina, costuma ser usado em diversos estudos científicos.

É útil para conservação de cadáveres, fluido de embalsamento e produção de resinas ureia-formol, formol-formol e melamínicas. atua como agente preservante de produtos cosméticos e de limpeza. Outras aplicações são na conservação de peças anatômicas e adulteração de alimentos (conservante).

O propanal, propionaldeído ou propiônico, é um aldeído saturado de fórmula molecular C_3H_6O . O propanal é usado na fabricação de fármacos, plásticos, desinfetantes e aromatizantes.

O butanal ou butiraldeído (C_4H_8O) é um composto análogo ao butano. Pode ser misturado com a maioria dos solventes orgânicos. Aplicação: na fabricação de aceleradores de vulcanização, resinas, plastificantes e aromas sintéticos.

téticos

O benzaldeído (C_6H_5CHO) é um aldeído aromático utilizado na indústria de alimentos e bebidas como agente flavorizante e na síntese de corantes e perfumes. Essa substância está presente nas amêndoas.

• CETONAS

O grupo funcional cetona tem como característica principal a presença de um carbono secundário conectado, por dupla ligação, a um oxigênio.

A propanona ou acetona (C_3H_6O) é o menor composto dessa função, sendo utilizada como removedor e solvente de esmaltes. Encontra-se a condições normais de temperatura e pressão na forma líquida. Possui densidade de $58,08 \text{ g/mol}$ e ponto de fusão de -95°C . É uma substância inflamável, volátil e solúvel em água. Pode ser obtida por meio da desidrogenação do isopropanol.

A butanona (C_4H_8O) é utilizada como solvente industrial, possui odor doce e é um composto isômero do butiraldeído. É um solvente aplicável a várias substâncias: tintas, vernizes, cola, entre outros. Apresenta usos em indústrias têxteis e na fabricação de borracha sintética.

A acetofenona (C_8H_8O) é utilizada pela indústria de cosméticos na preparação de fragrâncias.

A hept-2-ona ($C_7H_{14}O$) responsabiliza-se pelo odor de algumas frutas.

A zingerone ou 4-(4-hidroxi-3-metoxifenil)-butan-2-ona ($C_{11}H_{14}O_3$) é o principal responsável pelo sabor do gengibre.

A docente optou por apontar o método pelo qual nomeia-se tais compostos, citando sobre a quantidade de carbonos e caráter das ligações atômicas. Com um carbono, o termo “met” é adotado. No caso de dois será “et”, três será “prop” e, contando com quatro (ou mais), “but”. Em ligações simples, são seguidos de “an”. As duplas configurarão “en” e as triplas “in”. A nomenclatura oficial não pôde ser explorada em toda complexidade envolvida, pois acarretaria em confusão e estresse no aprendizado. Ademais, faz-se dispensável no dado contexto.

Os sujeitos puderam internalizar o que foi dito ao montarem suas próprias substâncias. As peças representativas fizeram-se extremamente convenientes. Usufruindo da dinâmica

em

grupo, os estudantes refletiam sobre como estas deveriam ser dispostas. De modo paralelo, faziam analogias ao que foi pesquisado, recordando-se das informações.

A equipe em que estava inserida era formada por cinco alunas: Amanda Alves dos Santos, Ana Elisa Siqueira, Letícia Martins, Maria Eduarda Tristão e Maria Júlia Rodrigues. Trocando opiniões e conhecimentos, seis produtos foram alcançados: metano (CH_4), metanol (CH_4O), butanona ($\text{C}_4\text{H}_8\text{O}$), fenol comum ($\text{C}_6\text{H}_6\text{O}$), metanal (CH_2O) e propanal ($\text{C}_3\text{H}_6\text{O}$). Neles, as esferas pretas retratam os carbonos, ao passo que as brancas são hidrogênios e as vermelhas oxigênios. Averiguou-se as geometrias moleculares dos mesmos, bem como suas características mais notáveis foram percebidas.

Ao folhear as próprias anotações, percebiam a forte conexão para com a Biologia. Diante disto, muitas das substâncias denotavam presença no meio natural. Sob esta perspectiva, constataram o eugenol ($\text{C}_{10}\text{H}_{12}\text{O}_2$) como um fenol encontrado no cravo-da-índia, usado em antissépticos bucais. Nota-se, com isso, a real interdisciplinaridade e a justificativa de que as matérias não devem permanecer em completa independência. Além disso, a Química Orgânica veio a preencher uma ideologia mais direcionada ao cotidiano, afastando a repulsão dos termos difíceis e figuras inéditas.

Figura 22 - Representação do metano, um hidrocarboneto

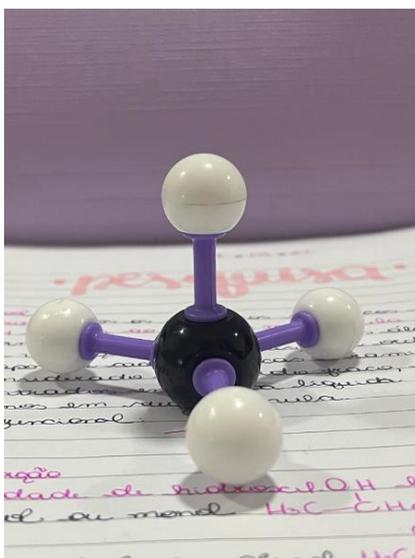


Figura 23 - Representação do metanol, pertencente aos álcoois

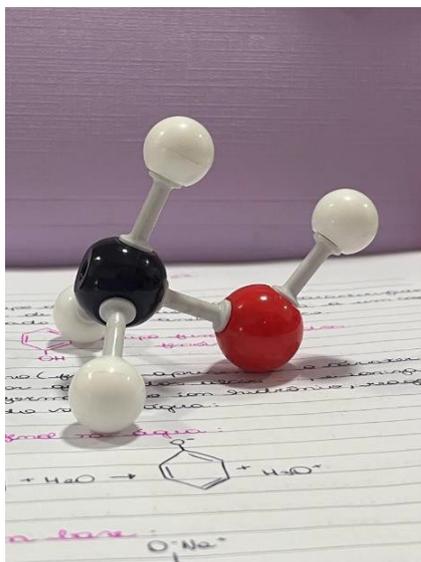


Figura 24 - Representação da butanona, uma cetona

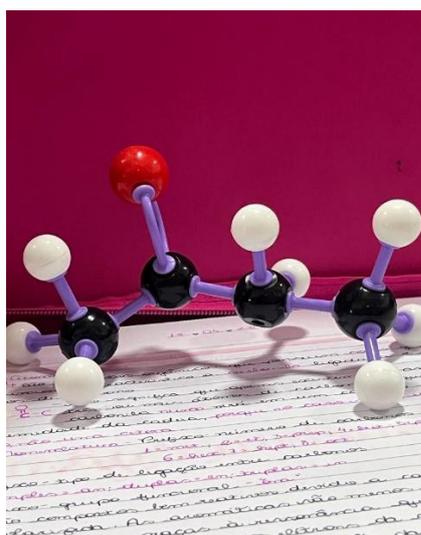


Figura 25 - Representação do fenol comum

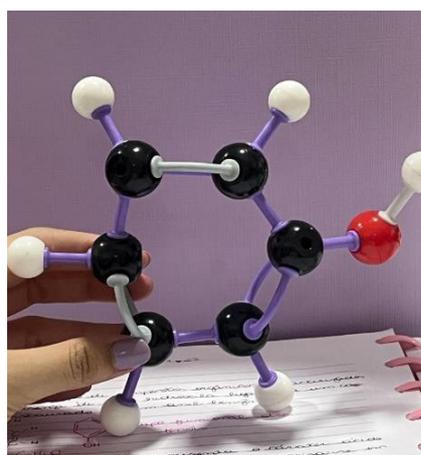
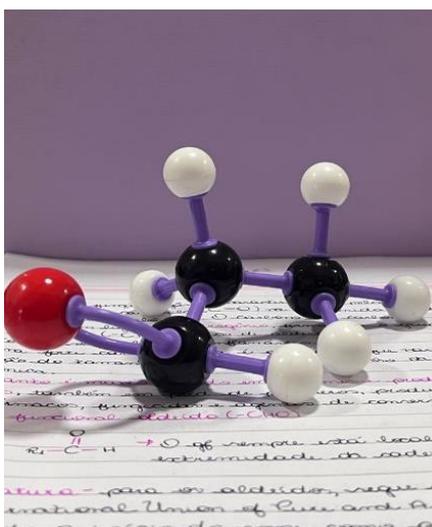


Figura 26 - Representação do metanal, pertencente aos aldeídos



Figura 27 - Representação do propanal, um aldeído

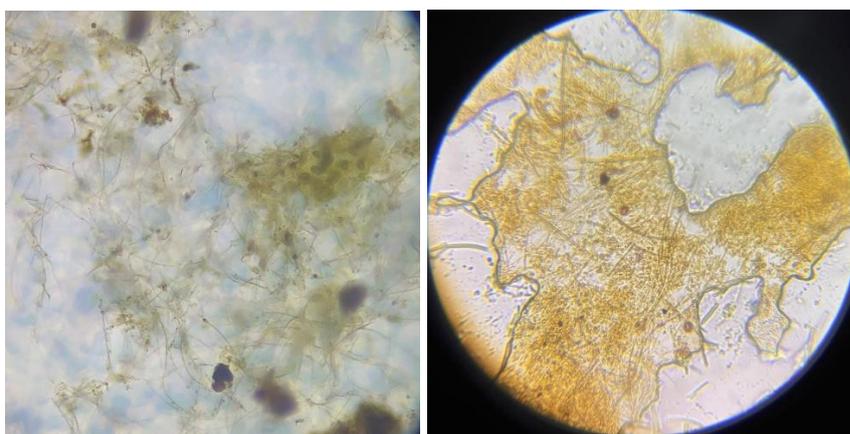


Uma drástica mudança de cenários ocorreu. No terceiro horário, houve o deslocamento da turma rumo ao laboratório, local destinado a estudos de robótica e Ciências da Natureza. A finalidade era efetuar a observação dos resíduos do riacho, adquiridos em 18/04/2023. Os indivíduos, de forma eficiente, localizaram suas amostras. Ao preparar a lâmina, inseriram poucas gotas de água e posicionaram a lamínula. Os esforços voltaram-se para encontrar seres do Reino Protista (Figura 28). Embora a aula tenha sofrido uma pequena interrupção, algumas visualizações foram concretizadas, com escassos registros fotográficos. Logo, trataram-se das primeiras células com estrutura locomotora a serem contempladas no itinerário formativo Além da Visão: Conhecendo o Micromundo. Um fungo aquático, mesmo não sendo classificado instantaneamente como tal, também foi detectado (Figura 29).

Figura 28 - Discentes varrendo os objetos de estudo com considerável autonomia



Figura 29 - Imagens resultantes do trabalho de inspeção



2.5 Bactérias, fungos e questionário online - 25/04

O ambiente laboratorial foi novamente ocupado pelos estudantes na semana seguinte, no dia 25/04/2023. O extenso período para o prosseguimento da análise do perfil microbiológico da escola justifica-se por um motivo em específico: propiciar um intervalo de tempo suficiente para a proliferação de organismos nos meios de cultura. Prezando pela biossegurança, por meio de máscaras e luvas, inúmeras lâminas surgiram transcorridos breves minutos. O intuito, nessa ocasião, era vislumbrar seres procarióticos, as bactérias, e traçar os espaços que obtiveram maior destaque na ocorrência destes.

Os cinco grupos já existentes conduziram a tarefa com admirável independência, mesmo que árdua nos primeiros momentos (Figuras 30 e 31). A execução das lâminas e focagem dos microscópios ópticos foi feita com maestria. O apoio do docente ao aplicar a técnica do óleo de imersão e ao distinguir as várias estruturas contidas se fez indispensável,

considerando a jovem experiência dos alunos.

Figura 30 - Retrato do empenho dos colegas

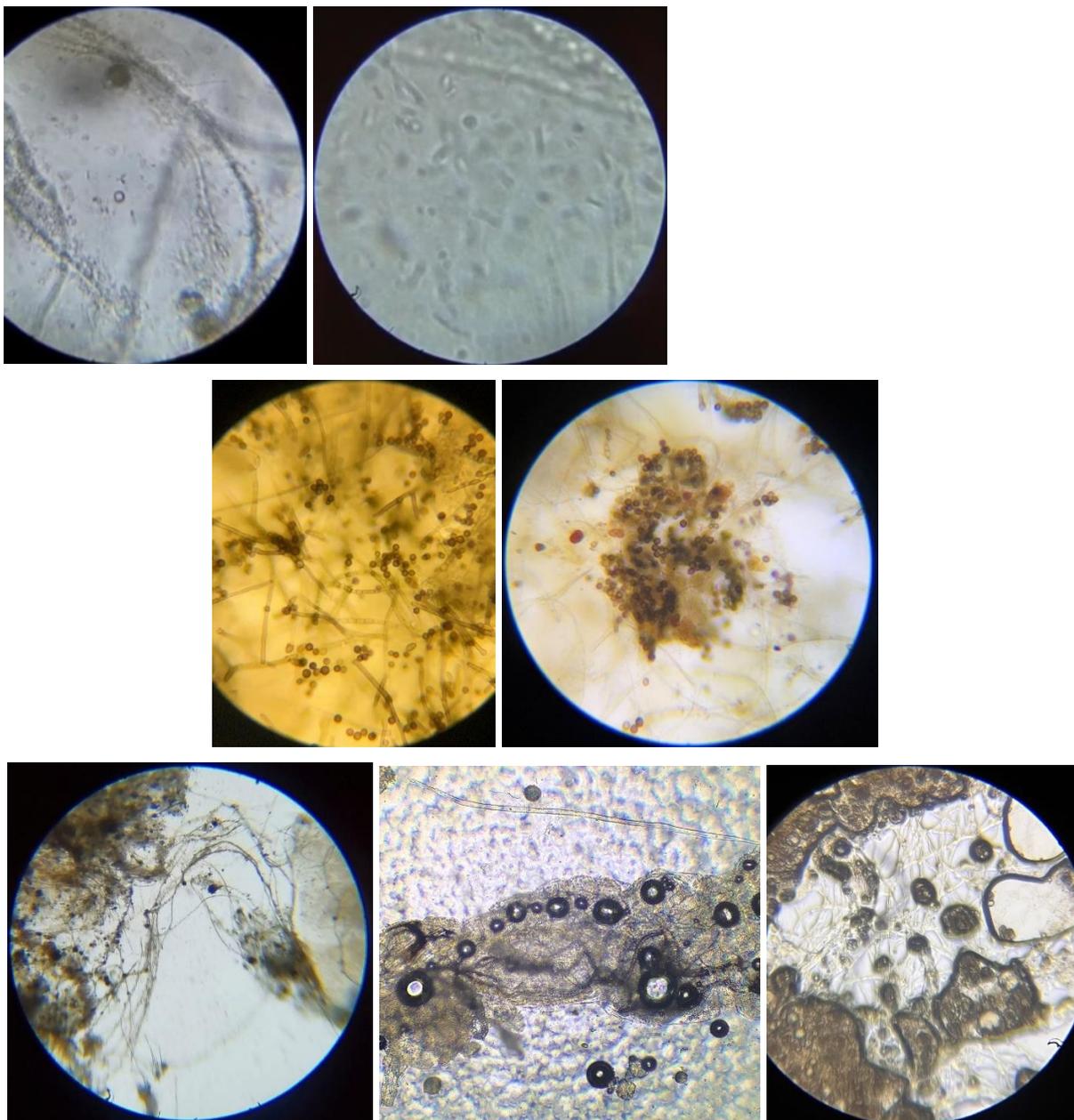


Figura 31 - Lâminas sendo elaboradas



Por fim, passadas três aulas consecutivas, houve uma diversidade de apuramentos. A área onde a merenda escolar é servida e o purificador de água detiveram atenção pelos índices bacterianos ali apurados. A aparição do Reino Fungi, apesar de inesperada, desencadeou no conhecimento de estruturas inéditas: as hifas. Os longos filamentos puderam ser visualizados perfeitamente, possuindo, ou não, septos (Figura 32). Estes seres foram estudados pelo Grupo A no período vespertino, pois os microscópios estavam completamente ocupados pelas demais equipes.

bacterianas, estruturas fúngicas, larva (posição 6, ao centro) e outras descobertas



Findada parte considerável das investigações, Guilherme e Elgia anunciaram um evento importantíssimo a ser organizado no mês subsequente. Os itinerários formativos deveriam expor seu trabalho e proposta ao público referente às turmas das 1^o e 3^o séries. A chamada Culminância 2023 teria papel significativo ao orientar as escolhas futuras dos ingressantes no Novo Ensino Médio. O acontecimento estava previsto para 25/05/2023, trinta dias adiante.

A partir de um sorteio, designou-se três grupos de 10 participantes. A relação destes pode ser assim esclarecida:

Grupo 1: Maria Eduarda Tristão Silva, Rafael Augusto Alves Furtado, Ana Luiza Vieira Exnalto de Oliveira, Emili Veras Dezena, Gabriella Cardoso Ferreira, Geovana Rodrigues de Moraes, Giselly Vitória Alves Moura, Mariana da Silva Cruz, Priscila Mel Gama Correia e Yago Rodrigues Santos.

Grupo 2: Amanda Alves dos Santos, Nicolle Leal do Prado, Amanda Lopes de Andrade, Felipe Portela da Silva Lima, Gabriel Alves Modesto, Julya Nunes de França, Laís Nogueira Mendonça, Maria Júlia Rodrigues da Costa, Sophia Araújo Soares e Vivian Jany Pereira Rios.

Grupo 3: Ana Elisa Siqueira de Medeiros, Pyetra Zen de Oliveira Almeida, Dávila Mikelly Silva Rodrigues, Gustavo Soares Assunção, João Abner Cardoso de Oliveira Miralha, Júlia Rodrigues Pinheiro, Letícia Martins Borges, Lívya Karlla Rodrigues Silva, Ludmilla Beatriz Souza Bezerra e Salete Lopes de Sousa.

A plataforma Kahoot viabilizou uma retomada leve e divertida do conteúdo (Figura 33). A professora de Física solicitou que os indivíduos adentrassem para terem acesso ao questionário. Houve uma competitividade agradável entre a turma, engajados em responderem as diferentes questões de maneira acertiva. Descobriu-se algumas lacunas no conhecimento, as quais foram imediatamente esclarecidas pela docente. O microscópios eletrônicos atingiram, portanto, sua abordagem final nesta componente curricular.

Figura 33 - Site de perguntas e respostas utilizado na dinâmica



Fonte: Luke Edwards, 2022.

2.6 Primeiro debate entorno da Culminância 2023 e acréscimo de novos microscópios ao acervo - 27/04

As atividades matinais incluíram uma reunião entre as equipes responsáveis por

dirigir o projeto. A finalidade principal era a troca de ideias e opiniões, de modo a definir um tema a

ser desenvolvido. Os fluxos de pensamentos alternavam-se de maneira constante, descartando perspectivas inviáveis. O alunato imaginava apresentações capazes de atrair seus espectadores. Ares de indecisão percorriam o ambiente e o abstrato perdurava. Assuntos diversos despontavam na imaginação fértil e estimulada, dentre eles o sangue, a origem da vida, experimentos químicos, entre outros. O resultado não consistiu em certezas, somente alternativas do que seria elaborado.

Em Biologia, a felicidade do conjunto educacional correspondia à disponibilidade de três aparelhos adicionais para práticas posteriores. Dois microscópios ópticos de espécie monocular, ou seja, com apenas uma lente ocular, além de uma lupa potente. Estes eram os mais jovens objetos sob posse da unidade de ensino (Figura 34).

Figura 34 - Aparatos tidos como novidade na trilha



Uma segunda visualização de protozoários inaugurou-os nesta data. Pelo elevado quantitativo de faltas em 20/04/2023 e extrema dificuldade no encontro dos unicelulares, o professor deliberou a repetição da didática. A nova tentativa deveria aprimorar as habilidades dos sujeitos em localizar seres móveis, reduzindo o tempo em que ocorre. As lâminas foram efetuadas conforme o padrão exigido. Os cinco microscópios tiveram incessante aproveitamento. A disparidade entre os dois dias deu-se notavelmente. O encontro de numerosos organismos é um dos fatores marcantes: exemplares belíssimos e peculiares, com flagelos e cílios. Entretanto, para infelicidade dos estudantes, as investidas para captura de fotos foram bem sucedidas em raros casos (Figura 35).

Figura 35 - Uma das variadas amostras dispostas sobre a vidraria



2.7 Reino Fungi e a formação de imagens na microscopia óptica - 02/05

A “acidental” visualização de fungos nos decorridos exercícios fomentou a necessidade de um arcabouço teórico aprofundado. A fim de igualar o nível de conhecimento na amplitude da turma, a disciplina de Biologia desenvolveu um enfoque em tal temática. O arquivo de informações claras e objetivas foi elucidado pelo docente (Figura 36). Respeitando o ritmo do alunado, tópicos desde importância até reprodução tiveram sua abordagem. As aplicabilidades atribuídas a estes seres pelos povos de remotos períodos (panificação, fermentação de bebidas e cultos místicos) deram início à dinâmica.

Figura 36 - Texto disponibilizado aos estudantes sobre o Reino Fungi



- Pelczar vol. 1, capítulo 10, pags. 258-271, 1996.
- Microbiologia de Brock, p. 555-562. (STOA)
- Manual de Fitopatologia v. 1, cap. 8, 2018.

2. IMPORTÂNCIA DOS FUNGOS

✓ Cerca de 100.000 espécies descritas

✓ Decomposição da matéria orgânica



✓ Doenças em seres humanos

Micoses, pé de atleta



Infecções mais agressivas
em indivíduos imunodeprimidos
(órgãos internos)

As analogias à realidade dos indivíduos impulsionaram o rendimento. A mentalidade sobre tais organismos, incrivelmente subestimados e diminuídos, foi modificada com êxito. Comentou-se suas incontáveis aparições no dia a dia: na produção de medicamentos, ao serem fabricadas bebidas alcóolicas (vinhos e cervejas), na maturação de queijos, no fermento biológico para assar pães, entre outros. As séries e jogos aclamados desempenharam uma influência particular, fazendo menção a *The Last Of Us* e *Super Mario*. A aula manteve a didática até inclinar-se para o término. Houve um complemento interessante entre o explicado e a prática, haja vista que alguns itens morfológicos foram realmente presenciados. Em suma, bolores, leveduras, cogumelos e orelhas-de-pau já não eram estranhos.

Sequencialmente, em Química, prosseguiu-se as funções orgânicas, resgatando àqueles que não compareceram em outras datas.

A professora Giovanna Parizotto retornou ao microscópio óptico, promovendo colocações acerca de como a imagem é projetada pelo seu sistema de lentes (Figuras 37 e 38). Propício aos fenômenos de difração e reflexão, os raios luminosos percorrem a objetiva e

ocular, nesta ordem, desencadeando diferentes ampliações. Ao serem relacionadas, revelam o

número de aumentos a que o objeto foi submetido. Assim, o equipamento tão usado pelos indivíduos na área biológica seria esclarecido nos próximos encontros.

Figura 37 - Slides a respeito da microscopia óptica

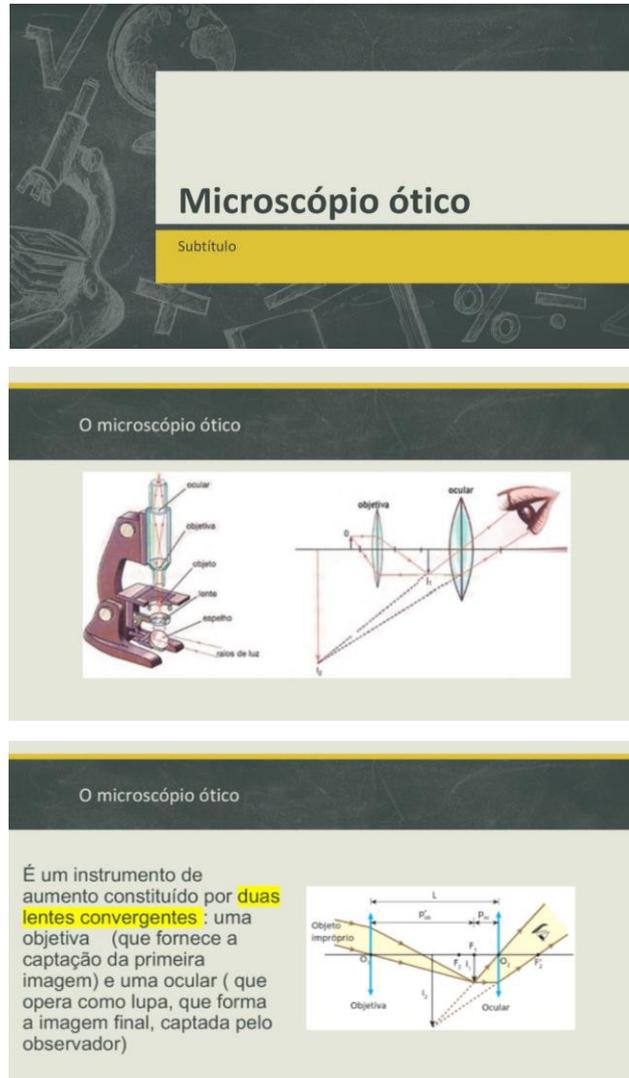
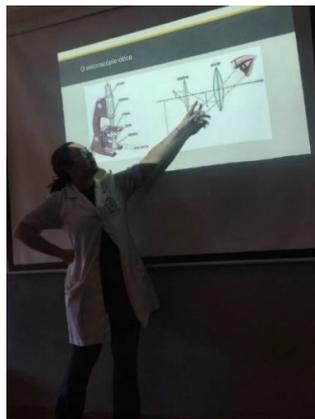


Figura 38 - Conteúdo ao ser lecionado pela educadora



2.8 Afirmação dos temas - 04/05

A escolha dos assuntos a serem trabalhados estava clara no presente momento. As equipes optaram por áreas que refletissem a produtividade do itinerário ao decorrer do semestre. O Grupo 1 decidiu embasar-se nos fungos, enumerando suas características gerais, malefícios, aspectos benéficos, fatores químicos que inibem ou são favoráveis ao seu crescimento, bem como a microscopia óptica. A luminescência e seu brilho chamativo foram adotados pelo Grupo

2. Intentando maior quantidade de experimentos e a interatividade, explicitariam sobre a bioluminescência, fluorescência e fosforescência.

Finalmente, os indivíduos do Grupo 3 iriam descrever as células. A citologia mostrou-se uma ótima alternativa, detendo ramificações variadas. Os tipos celulares, material genético, organelas citoplasmáticas, metabolismo energético da célula e microscopia eletrônica foram as escolhas para incorporar sua apresentação. Esse fantástico universo também incluiria diversos projetos em maquetes, figuras, demonstrações práticas e modelos comestíveis. Tudo para cativar aqueles que os assistiriam.

Nesta data, ocorreu a entrega dos relatórios das práticas de Biologia. Repercutiram em diversas propostas de medidas para as condições sanitárias do colégio e das limitações, demonstrando os impactos da ciência na sociedade.

Na terceira aula, os estudantes das trilhas Energia que nos move e Além da Visão: Conhecendo o Micromundo receberam a visita da professora Christiane. Especialista no âmbito da robótica, expôs os projetos de autoria de sua equipe e ressaltou a participação feminina neste saber. Ao fim, o conjunto estudantil encantou-se pelos protótipos localizados em cima do palco. O pátio do colégio contou com robôs, impressões 3D, drones e mais. Objetos que, ao parecer, deveriam estar estáticos, caminhando pelo espaço geraram fascínio incalculável (Figura 39).

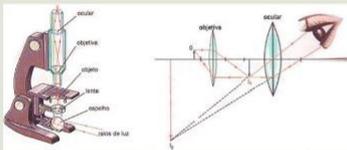
Figura 39 - Primeira palestrante na trilha do Micromundo



Em Física, a temática antiga estendeu-se. Entretanto, os cálculos foram os reais destaques. Utilizando dados quanto à distância entre a lente e o objeto e entre a lente e a imagem, os sujeitos compreenderam como obter as ampliações das superfícies convergentes do equipamento. A professora solicitou que se atentassem a um exemplo, realizado passo a passo junto da turma. O exercício teve de ser recolhido com fins avaliativos (Figura 40).

Figura 40 - Resolução matemática do problema evidenciado

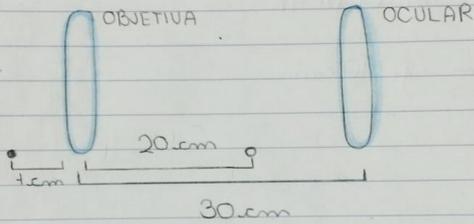
EXERCÍCIO PARA ENTREGAR



O microscópio óptico é composto de duas lentes convergentes. A imagem I_1 , formada pela objetiva, funciona como um objeto para a ocular. A distância entre a objetiva e a ocular é de 30 cm. O objeto é colocado a 1 cm da lente objetiva, e sua imagem, I_1 , é formada a uma distância de 20 cm dela. A distância entre a imagem final I_2 e a lente ocular é de 50 cm. Quantas vezes a imagem final foi ampliada em relação ao objeto?

CEPMG Waldemar Mundim
Goiânia, 04 de maio de 2023.
Disciplina: Física
Professor(a): Gianna
Aluno(a): Ana Elisa
Série: 2º Turma: E TRILHA: Micromundo

EXERCÍCIO



OBJETIVA OCULAR

1 cm 20 cm 30 cm

AMPLIAÇÃO DA OBJETIVA

$p' = 20 \text{ cm}$ $p = 1 \text{ cm}$

$$A = \frac{-p'}{p}$$

$$A = \frac{-20}{1}$$

$$A = -20$$

AMPLIAÇÃO DA OCULAR

$$p' = -50 \text{ cm} \quad p = 10 \text{ cm}$$

$$A = \frac{-p'}{p}$$

$$A = \frac{-(-50)}{10}$$

$$A = 5''$$

AMPLIAÇÃO TOTAL

$$A_T = A_{\text{obj}} \cdot A_{\text{ocular}}$$

$$A_T = -20 \cdot 5$$

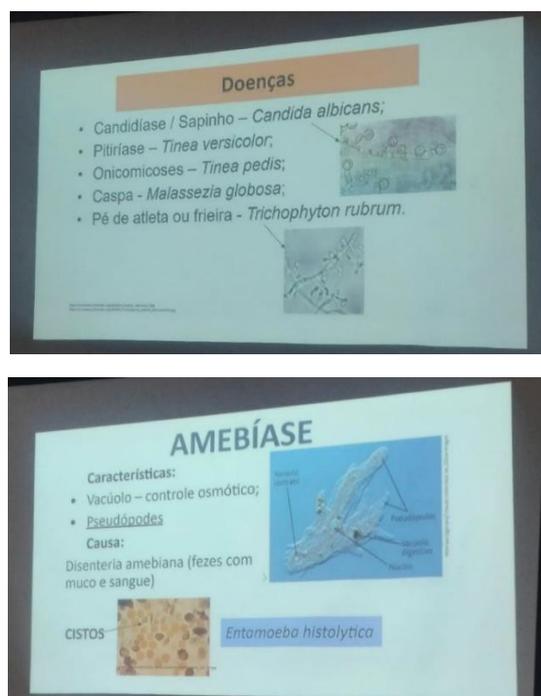
$$A_T = -100 \text{ (imagem virtual)}$$

Ampliação total de 100 vezes.

2.9 Emissão e absorção: o experimento dos balões - 09/05

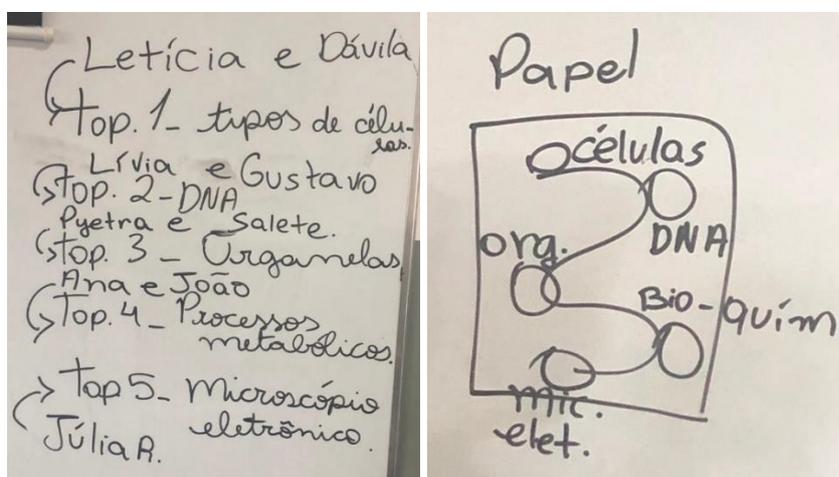
As primeiras aulas tornaram a citar os fungos e protozoários, mas tratando das doenças por eles desencadeadas: as micoses e protozooses. Os slides atuaram como um instrumento de revisão. Junto a eles, haviam perguntas e questionamentos. Estes foram respondidos corretamente pelo conjunto estudantil (Figura 41).

Figura 41 - Fragmentos dos slides utilizados



Realizou-se outra conferência centrada na Culminância, cada vez mais próxima. O Grupo 3, no qual me encontrava, determinou os tópicos de aprofundamento individuais. Contudo, o compromisso era a de um estudo vasto, pretendendo a capacitação de toda a equipe em torno do assunto. Com isso, apenas se especializariam em um dos cinco pontos pré- definidos. Houve um arranjo dual para um futuro rodízio, considerando o cansaço no aguardado dia (Figura 42). Ademais, o encontro para empreender os preparativos foi marcado para 11/05/2023.

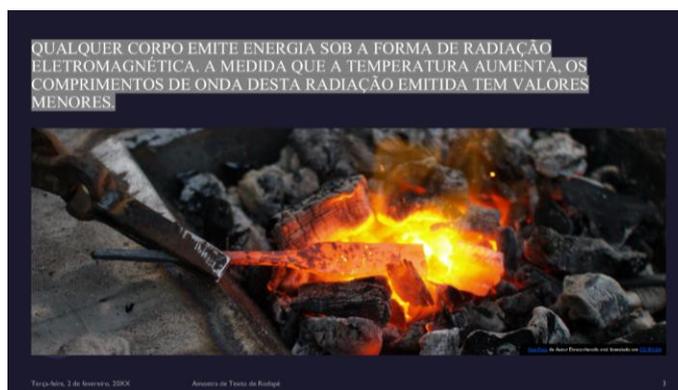
Figura 42 - Fruto das conversas e debates, representando o consenso entre os integrantes



A professora Giovanna, em seguida, adentrou o recinto comunicando uma aula prática. A explicação dos slides a antecedeu (Figura 43). Desta forma, os colegiais viriam a assimilar o porquê da experimentação. Os fenômenos de absorção e emissão tratam-se de processos envolvendo fótons, isto é, configurações de partículas. O fundamento básico consiste em: corpos bons absorvedores serão ótimos emissores, ao passo que corpos maus absorvedores não irão emitir grandes quantidades de energia.

Figura 43 - Material didático nomeado Absorção e emissão de radiação





Deste modo, os estudantes se deslocaram rumo aos arredores da quadra do colégio. Distribuiu-se bexigas de duas colorações, sendo elas branco e preto (Figura 44). Além disso, os materiais incluíam lupas. Ao incidir e concentrar os raios solares, os balões detiveram comportamentos divergentes. Os negros estouravam quase de imediato, pois absorviam com eficiência. Os claros, pelo contrário, refletiam os feixes luminosos e permaneciam intactos. O conteúdo nos dois pacotes de bexigas foi usado por inteiro. Em dado instante, os sujeitos, admirando os eventos, dispuseram vários balões pretos pelo solo. Uma série contínua de explosões ocorreu com o posicionamento da lente (Figura 45).

Figura 44 - Discentes apanhando as bexigas



Figura 45 - Constatações a partir da execução



2.10 Novas funções orgânicas - 11/05

A aula de Química em 11/05/2023 dirigiu curtas anotações sobre os compostos orgânicos estudados anteriormente. Continuamente, os ácidos carboxílicos configuraram-se como uma inovação ao alunato. A particular presença da carboxila e outros fatos constavam na pesquisa introdutória (Figura 46). Os ésteres iriam ser submetidos ao mesmo processo quando o sinal soou, referenciando o fim do horário.

Figura 46 - Pesquisa sobre ácidos carboxílicos, ésteres, éteres, aminas e amidas

ÁCIDOS CARBOXÍLICOS

Os ácidos carboxílicos são compostos orgânicos caracterizados pelo grupo carboxilo (-COOH), nome e grupo referente à junção "carbonila (-CO) + hidroxila (OH)". Ou seja, todo ácido carboxílico possui em pelo menos uma das extremidades da cadeia um carbono ligado a um oxigênio e uma hidroxila.

O ácido metanoico ou ácido fórmico (CH_2O_2) é assim chamado porque foi obtido pela primeira vez através da destilação de formigas vermelhas. Esse ácido é o principal responsável pela dor intensa e coceira sentida na picada desse inseto.

Dentre suas aplicações, destaca-se o uso como mordente para ajudar a fixar as cores no tingimento dos tecidos. Também atua como desinfetante na Medicina.

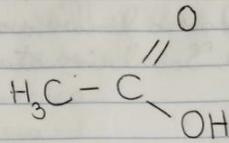
O ácido etanoico (CH_3COOH) é empregado na fabricação de vinagre, muito utilizado na culinária e na limpeza em geral. Sua composição química corresponde de 4 a 10% desse ácido.

Diluições do ácido acético são utilizadas para ação antibacteriana e antisséptica, evitando o desenvolvimento de microrganismos.

O ácido acético, como é conhecido, atua ainda como matéria-prima para produção de acetato de vinila, um precursor do plástico PVA.

A partir dele, os compostos anidrido acético e cloreto de acetila são produzidos para realizações de sínteses orgânicas.

Ésteres de diversas aplicações, como solventes, essências e perfumes, são fabricados a partir do ácido. Assim como as fibras têxteis, produzidas pelo acetato de celulose, o qual também é utilizado na confecção de filmes fotográficos.



O ácido pentanoico é um fármaco usado como calmante/sedativo, aplicado também no tratamento de acnes. Chamado de ácido valérico, tem como fórmula molecular $\text{CH}_3(\text{CH}_2)_3\text{COOH}$.

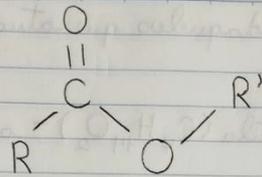
O ácido butanoico ou butírico se faz presente no leite e em derivados, tendo a seguinte configuração: $\text{CH}_3(\text{CH}_2)_2\text{COOH}$.

O ácido benzóico ($\text{C}_6\text{H}_5\text{COOH}$) aplica-se na indústria alimentícia como conservante e medicinalmente como fungicida.

ESTER

Ésteres são compostos orgânicos derivados dos ácidos carboxílicos, pois são produzidos a partir de uma reação de esterificação entre um ácido carboxílico e um álcool.

Os ésteres possuem um radical carbônico no lugar do hidrogênio dos carboxílicos, sendo essa a característica responsável por distingui-los. O grupo funcional dessa função orgânica oxigenada é $\text{R}-\text{COO}-\text{R}'$.



Os ésteres são muito utilizados pelas indústrias alimentícias, de cosméticos e de produtos de higiene e limpeza. Sua principal aplicação se dá como flavorizantes, isto é, como aditivos químicos para aromatizar produtos como bolos, sucos e xaropes.

Estão presentes na produção dos polímeros conhecidos como poliésteres, formados pela reação entre um diácido carboxílico (ácido tereftálico) e um diálcool (etilenoglicol). O principal poliéster é o polímero PET.

Além disso, existem os triglicérides, os quais consistem em triésteres encontrados em óleos e gorduras. Quando álcoois com elevado número de carbonos reagem com ácidos surge uma nova forma de ésteres: as ceras. As mais conhecidas são a cera de abelha e a cera de carnaúba. Elas servem para fabricar velas, graxas para sapatos, ceras para pisos, entre outros.

O éster consta na composição do biodiesel. Logo, a partir destes compostos surge o sabão.

Alguns exemplos daqueles que atuam como flavorizantes:

- Acetato de pentila ($C_7H_{14}O_2$) - aroma de banana;
- Butanoato de etila ($C_6H_{12}O_2$) - aroma de abacaxi;
- Acetato de octila ($C_{10}H_{20}O_2$) - aroma de laranja;
- Metanoato de etila ($C_3H_6O_2$) - aroma de goiabelha;
- Etanoato de butila ($C_6H_{12}O_2$) - aroma e sabor de maçã verde.

ÉTERES

Éter é uma função orgânica oxigenada, isto é, apresenta o elemento químico oxigênio, além de carbono e hidrogênio. Essa função possui como principal característica estrutural a presença de dois radicais orgânicos ligados a um átomo de oxigênio.



O éter dietílico ($C_4H_{10}O$), também conhecido como éter comum, éter etílico ou éter sulfúrico. Ele foi muito utilizado em cirurgias como anes-

tésico por analgesia a partir de 1842. Porém, ele passou a ser substituído com o tempo porque é muito volátil e inflamável. Assim, leva ao risco de explosões, além de ser tóxico, causar irritação no trato respiratório e mal-estar ao paciente.

Nos dias atuais, é aplicado como solvente popular em laboratórios e indústrias, principalmente na extração de óleos, gorduras, essências, perfumes, entre outros compostos de fontes vegetais e animais.

O metil-t-butil-éter (metóxi-terciobutano), mais conhecido pelo sigla MTBE, usado como antidetonante no gasolina, aumentando a sua resistência à compressão e a sua octanagem. A fórmula molecular deste composto pode ser expressa em: $C_5H_{12}O$.

Outros solventes utilizados nas indústrias químicas são as resinas de modelagem do tipo epóxi.

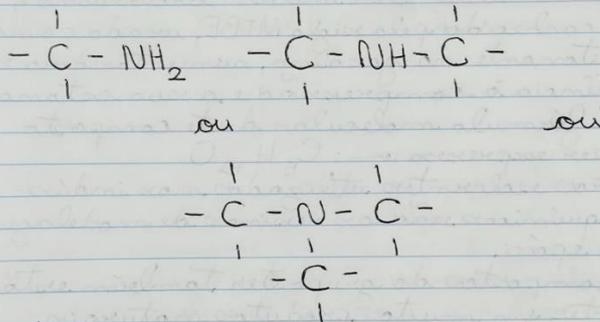
Os compostos do grupo éter também estão presentes em muitos produtos naturais.

O hipofantina, principal componente do chá de quebra-pedra, é um exemplo. Esta substância é muito utilizada para dissolver cálculos renais, promovendo a desobstrução do ureter. Sua ação diurética facilita a excreção do ácido úrico. O vanilina, por sua vez, se faz presente na produção da essência

ou aroma de baunilha. $C_8H_8O_3$ é sua fórmula molecular.

AMINAS

As aminas são compostos orgânicos identificados pelo grupo funcional derivado da amônia (NH_3), em que há a troca de um, dois ou três hidrogênios ligados ao nitrogênio por cadeias carbônicas.



Essas substâncias são usadas na síntese de compostos orgânicos, na produção de certos tipos de salões e na vulcanização da borracha. As aminas aromáticas são muito utilizadas na fabricação de corantes (como a anilina, que é a benzenoamina) e de explo-

sivos. A anilina tem como fórmula molecular a seguinte expressão: $C_6H_5NH_2$.

Além disso, fazem parte do processo de decomposição da matéria orgânica. O odor forte e desagradável é proveniente das moléculas do grupo amina presentes neste fenômeno, como a cadaverina ($C_5H_{14}N$) ou 1,5-diaminopentano.

Os alcalóides são aminas cíclicas com anéis heterocíclicos contendo nitrogênio. Eles são de origem vegetal, mas também podem ser sintetizados em laboratório. Eles agem na defesa das plantas contra insetos.

Suas propriedades permitem que eles sejam usados como medicamentos. No entanto, visto que causam dependência química e psíquica, devem ter prescrição e acompanhamento médico. Algumas dessas substâncias estimulantes e drogas são a cafeína ($C_8H_{10}N_4O_2$), nicotina ($C_{10}H_{14}N_2$), morfina ($C_{17}H_{19}NO_3$), a cocaína ($C_{17}H_{21}NO_4$), anfetaminas, entre outras.

No âmbito medicinal, são encontradas em anestésicos, antibióticos, como é o caso do penicilina ($C_{16}H_{18}N_2O_5S$), além de antidepressivos, com a fluoxetina ($C_{17}H_{18}F_3NO$). O cloridrato de fluoxetina é um dos mais prescritos, onde o composto mencionado atua na recaptura da serotonina (hormô-

mid do leu-éster e leu-humol).

AMIDAS

Amidas são um grupo de substâncias orgânicas que apresentam em sua estrutura uma carbonila (C=O) ligada a um nitrogênio. Pertencem às funções nitrogenadas, assim como aminas, nitrócompostos, nitrilos, isonitrilos e sais de amônio quaternários, já que apresentam em sua constituição pelo menos um átomo de nitrogênio.

$$\begin{array}{c}
 \text{O} \\
 \parallel \\
 \text{R}-\text{C}-\text{N}-\text{R}'' \\
 | \\
 \text{R}'
 \end{array}$$

Ureia é um sólido branco, cristalino, solúvel em água e foi o primeiro composto orgânico sintetizado em laboratório. Ela é muito usada como matéria-prima na fabricação de fertilizantes e adubos. $\text{C}_2\text{H}_4\text{N}_2\text{O}$ é empregada na alimentação do gado, em explosivos, resinas, plásticos, nas sínteses de outros compostos orgânicos e como intermediário

na preparação de medicamentos. Nos seres humanos e nos animais, é eliminada por meio da urina, sendo o produto final da degradação de moléculas nitrogenadas existentes no organismo.

Alguns exemplos de amidas são ainda:

- Butanamida ou butiramida ($\text{C}_4\text{H}_9\text{NO}$);
- Acetamida ou etanamida (CH_3CONH_2);
- Formamida ou metanoamida (CH_3NO);
- Sulfanilamida ($\text{C}_6\text{H}_8\text{N}_2\text{O}_2\text{S}$).

Esse grupo atua como intermediários na fabricação de plásticos como nylon.

2.11 Esboços do DNA e pequenas organelas (preparativos Grupo 3) - 11/05

Conclusa a ida diária ao colégio, uma porção da equipe se agregou no domicílio do aluno Gustavo Soares. Tendo adquirido alguns dos elementos precisos, a produção alongou-se das 14:30h às 19:00h. Em primeira instância, modelou-se as bases nitrogenadas: adenina, timina, citosina e guanina. Estas foram reservadas para secagem. No pensamento econômico, elaboraram três das organelas- mitocôndria, cloroplasto e lisossomo- por meio de massa

de

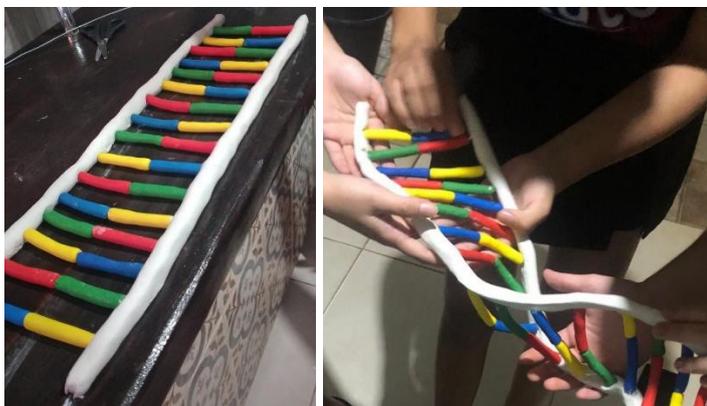
modelar, isopor e E.V.A (Figura 47). Imaginavam que as camadas de verniz preservariam as esculturas, evitando que estas ressecassem, o que não ocorreu.

Figura 47 - Projeto inicial e falho das organelas celulares



As compridas fitas da molécula eram incapazes de se fixar às duplas (adenina e timina, guanina e citosina). Um arame para sustentação teve de ser aplicado nas extremidades. Todavia, o ato de rotacionar o protótipo para conferir-lhe movimento não gerava resultados (Figura 48).

Figura 48 - Estágios da criação do ácido desoxirribonucleico



2.12 Passos para realizar uma excelente fala - 16/05

A “contagem regressiva” para a Culminância 2023 estreitava-se dia a dia. Em 16/05/2023, intervalo menor a uma semana separava-a dos estudantes. Diante de imensa agitação e euforia, o professor Guilherme Silva preferiu por ensiná-los a portarem-se durante a apresentação. O número de alunos com dificuldades em dissertar e expor suas ideias pelo dialeto gerava certo alarme. Sendo assim, dicas valiosas foram transmitidas aos indivíduos, seja na fala propriamente dita seja na formulação de slides produtivos. A ideia de melhora constante circulava o ambiente, encorajando-os ao esforço máximo. Tudo isto de forma

simultânea aos

rotineiros agrupamentos. A citologia preocupava-se em selecionar um período para reelaboração de suas miniaturas.

Em Química, os ácidos carboxílicos, ésteres e éteres compunham o conteúdo de foco. Além de caracterizá-los separadamente, Elgia Diniz dedicou-se a diferenciar os últimos, obstáculo frequente para os alunos.

A proporcionalidade entre emissão e temperatura em um corpo negro e a análise de gráficos definem a Física na respectiva data. A temática de algumas aulas atrás ainda perpetuava. Conceitos como emissividade e absortividade também foram alvos de explicação. O debate estendeu-se aos meios extraterrestres, com o surgimento de dúvidas sobre suas ocorrências pelo universo. As estrelas e buracos negros mostraram-se intrigantes para os sujeitos, levando-os a sérios questionamentos. Nenhum deles careceu de uma resposta condizente e de alta excelência.

2.13 Ensaio para Culminância 2023 - 18/05

A data de 18/05/2023 direcionou-se a observar o andamento dos três grupos. A representante do itinerário na condução do evento também atuava incansavelmente. A aluna Amanda Lopes conferia as demandas das equipes, dentre elas vidrarias laboratoriais, utensílios de papelaria e outras. Os alunos, em ordem crescente dos conjuntos, expuseram seus discursos ao professor das ciências biológicas. Correções e melhorias foram apontadas. Nesta linha de raciocínio, o olhar pormenorizado e individual conferiu um retorno aliado à realidade. O tempo era um dos erros comuns, geralmente prolongando-se por mais de 10 minutos.

2.14 Renovação das miniaturas (preparativos Grupo 3) - 18/05

Os estudantes optaram por desempenhar seu projeto na instituição de ensino. Supervisionados pelo professor Guilherme Silva, selecionaram as lâminas que seriam apresentadas aos visitantes. Logo após, colocaram em prática a devida atividade artesanal. As massas biscuit- compradas em pontos comerciais do setor Campinas por Ana Elisa Siqueira e Pyetra Zen de Oliveira no dia 15/05- consistiram na matéria-prima. No laboratório e na sala dos professores, eram esticadas, alisadas e cuidadosamente esculpidas.

Às 18:30h, os autores contemplaram seis deslumbrantes obras: mitocôndria, cloroplasto, lisossomo, vacúolo, complexo golgiense e ribossomo (Figura 49). Outras, embora iniciadas,

não puderam ser concluídos, tais como o retículo endoplasmático rugoso, os centríolos e o núcleo. Este último não se trata de uma organela, mas é uma estrutura celular fundamental.

Figura 49 - Pós produção das organelas (esquerda) e envernizamento (direita)



2.15 Testagem de experimentos (preparativos Grupo 3) - 19/05

Um número reduzido do grupo pôde comparecer ao ambiente escolar nesta sexta-feira. Na respectiva data, as letras de coloração rosa da frase “O doce mundo das células” foram recortadas pela aluna Lívy Karlla. O retículo rugoso continuava a ser modelado. Ademais, efetuaram as experiências de extração do DNA. Ambas ocorreram com aspecto sutil. Tal fato se apoia na ausência de um documento instrutor em mãos, com proporções rígidas e passos esclarecidos.

2.16 Revisões finais das apresentações - 23/05

Em virtude do Simulado de Redação, o qual ocorreria nos últimos horários, a ida às trilhas foi diminuída para três períodos de aula. Este seria o último encontro até 25/05/2023. Portanto, os ajustes finais deveriam ocorrer. De modo similar ao dia 18/05/2023, grupo por grupo se pôs à frente da sala e discorreu seu tema como haviam planejado. Uma agradável surpresa foi proporcionada pelas melhorias nítidas. Sob esta perspectiva, os estudantes adquiriram um sentimento de confiança, tanto em si mesmos quanto em seus parceiros. Assim, despediram-se imaginando o resultado futuro.

2.17 Frase impactante e cronometragem das falas (preparativos Grupo 3) - 23/05

As palavras de coloração prateada foram confeccionadas. Em seguida, tiveram os itens rosa fundidos a elas por meio de cola para E.V.A. Os centríolos e o retículo endoplasmático rugoso estavam completos, sujeitos unicamente às futuras camadas de verniz. Deste modo, em encerramento, os participantes ensaiaram suas falas junto das práticas

experimentais. Isto para tornarem-se conscientes do tempo de apresentação e apontar os trechos a serem modificados.

2.18 Maquetes comestíveis e lembrancinhas (preparativos Grupo 3) - 24/05

A manhã e tarde centraram-se na moradia de Pyetra Zen. Lá, tinham como meta elaborar os mágicos modelos com balas. Desta forma, considerável período foi dedicado ao preparo da pasta americana. Esta viria a revestir as bases de isopor circulares. As misturas dos corantes azul, amarelo e vermelho geraram tonalidades de verde, rosa, azul e roxo. Para serem tingidas, os sujeitos passaram por um processo cansativo: a ação de sová-las.

Sequencialmente, abriram-nas sobre a mesa e, aplicando bastante água, incorporaram os fragmentos aos materiais maciços. Utilizando da paciência, pouco a pouco, foi-se possível retirar as texturas grotescas e suavizar a superfície. A célula procariótica teve sua estrutura produzida pelos próprios indivíduos. Estes extraíram duas peças de uma placa de isopor e as uniram com uma cola específica. Desta forma, tal junção foi englobada por roxo e azul (Figura 50). Ao fim, houve o posicionamento de variadas espécies de gomas e sobremesas sobre o topo das unidades. Ademais, efetuou-se pequenos detalhes de acabamento (Figura 51).

Figura 50 - A respeito da confecção dos três exemplares



Figura 51 - Célula vegetal, célula procariótica e célula animal, respectivamente



Parcela do grupo empreendeu a preparação das embalagens dos brigadeiros, os quais seriam entregues no dia seguinte. Fitas de caráter dupla face foram inseridas para fixar artigos de caracterização.

2.19 Culminância das trilhas 2023: o grande dia! - 25/05

As semanas repletas de apreensão chegaram ao seu propósito. Retornando das atividades militares diárias, o Micromundo adotou seu desempenho máximo. A sala 4 e o laboratório adquiriram uma movimentação jamais vista.

O Grupo 1 e o Grupo 3 se uniram no segundo local. A coordenação entre ambos foi indispensável ao otimizar o próprio tempo. Deslocando-se freneticamente, colocaram forros sobre as mesas, fixaram imagens ao teto, concluíram as lembrancinhas, posicionaram as maquetes, entre outros. As letras em E.V.A. foram anexadas ao chamativo painel, fornecendo uma essência única. Os experimentos de extração do DNA humano e da banana tiveram de ser efetuados neste mesmo contexto. As amostras inseridas nos microscópios ópticos ali disponíveis compreendiam sangue de galinha (Grupo 3) e fungos (Grupo 1). O primeiro foi aproveitado do conjunto de lâminas permanentes. Os demais, por sua vez, cresceram em meios de cultura pela coleta das próprias turmas visitantes, realizada na semana anterior. A composição do cenário esteve completa por uma bela poesia, de encontro ao perfil da trilha.

Cartazes hilários foram espalhados pela unidade de ensino. O intuito era de direcionar os colegiais aos espaços corretos. Os denominados “memes” contavam com a presença dos professores representantes. Com isso, foi-se possível evidenciar uma versão descontraída da rotina de estudos (Figura 52).

Figura 52 - Exemplos das placas indicativas



As duas aulas em que se sucederam estes processos foram encerradas com fotos, comemorando uma das vitórias já alcançadas. Após isto, concentraram-se em se apresentar aos 1º anos.

Figura 53 - Equipe do laboratório prestes a receber seu público



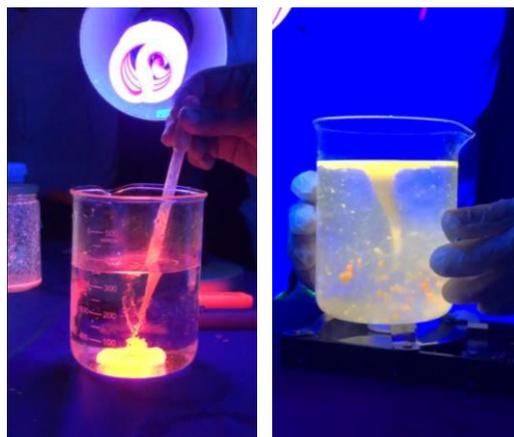
Figura 54 - Citologia completamente preparada



Figura 55 - Reino Fungi, próprio do Grupo 1



Figura 56 - Luminescência, pertinente ao Grupo 2



Ao abrirem a porta e atravessarem a cortina de papel crepom azul, os pequenos aprendizes imergiram em um universo fantástico. Guiados com bastante carisma, iniciaram o circuito pela citologia. A definição do termo célula e as classificações existentes (eucariótica e procariótica) foram os primeiros a serem entendidos. Houve a diferenciação entre as células

animais e vegetais. As cores vibrantes e doces divertidos pareceram retê-los (Figura 57).

Figura 57 - Porção introdutória das apresentações do Grupo 3



A dupla de Lívyia Karlla e Gustavo Soares responsabilizou-se pela etapa referente à compreensão do material genético no interior dos organismos. Fator decisivo para os tipos celulares, o ácido desoxirribonucleico foi discorrido desde a origem. Desta forma, a história de Rosalind Franklin (1920-1958) e as injustiças que recaíram sobre ela se fizeram aspectos imprescindíveis. A cientista britânica conseguiu registrar a estrutura do DNA por meio da chamada “foto 51”, mas teve seu mérito tomado pela intervenção de outros pesquisadores (AIDAR, 2023). O reconhecimento desta grande mulher somente veio a ocorrer em episódios futuros a sua morte, inclusive na dada atividade escolar (Figura 58).

Figura 58 - Exposição acerca da célebre profissional



Em sequência, houve a realização das práticas previstas. Os fundamentos técnicos

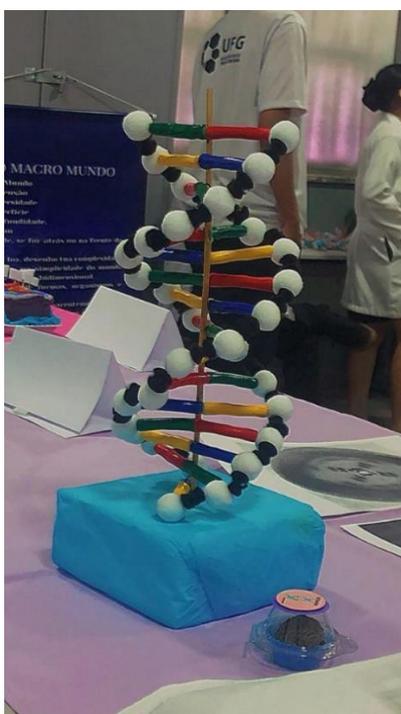
destas ligavam-se diretamente a preceitos químicos, tais como a solubilidade e polaridade das

substâncias (Figura 59). Isto pelo emprego de detergente na quebra das membranas que armazenam o material genético. De modo paralelo, as bases nitrogenadas e a dupla fita do composto referenciado foram demonstradas pela representação expressa na Figura 60.

Figura 59 - Extração do DNA da banana à esquerda e do ser humano à direita



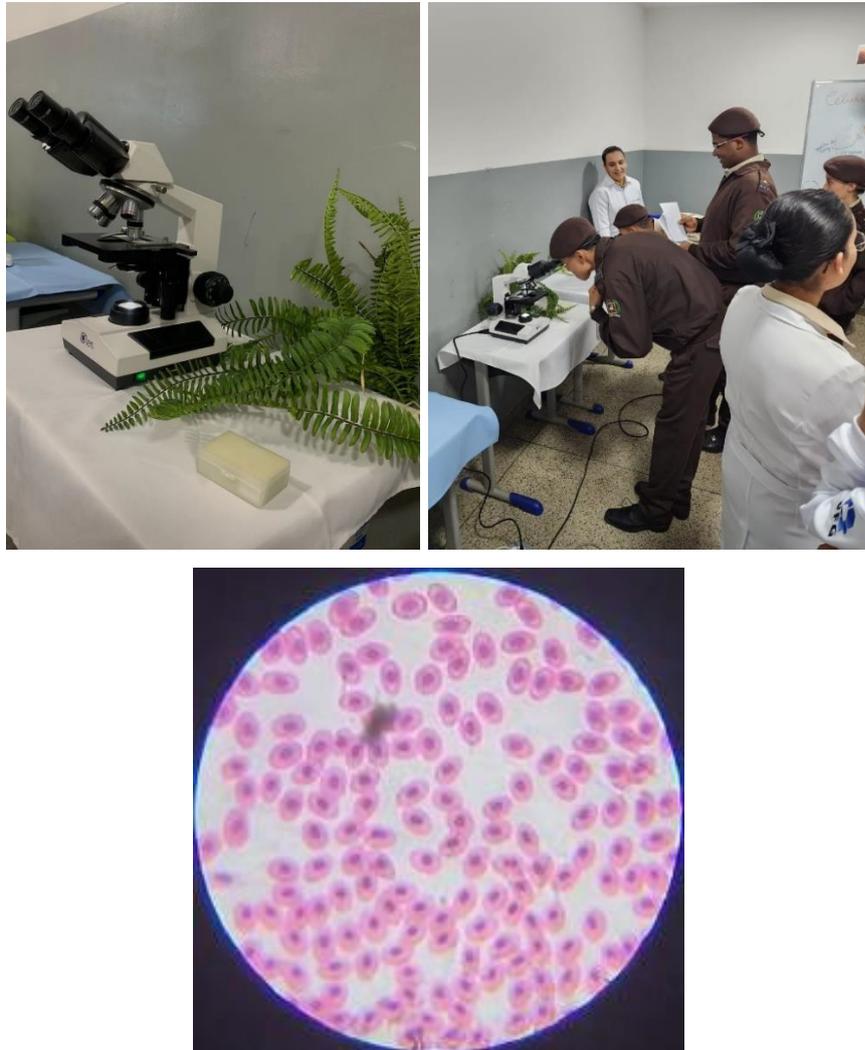
Figura 60 - Exemplar esquemático da molécula de ácido desoxirribonucleico



Todavia, a atenção logo voltou-se aos aparelhos ao lado, para eles cercados de certo mistério. O raro contato com o microscópio tornou tal momento único, repleto de faces reluzentes. A turma foi organizada em uma fila única, de forma a direcionar duas pessoas por vez. A observação complementou as falas anteriores, evidenciando uma célula eucariótica e

seu respectivo núcleo, no qual está seu DNA (Figura 61).

Figura 61 – Visualização das células sanguíneas



As nove organelas produzidas em massa biscuit tiveram suas funções e nomes revelados aos estudantes, recorrendo a simbologias para favorecer seu entendimento (Figura 62). O lisossomo, por exemplo, foi comparado ao estômago da célula. Tal fala justifica-se pela denominação frequente que essas estruturas citoplasmáticas recebem: “mini órgãos”. A respiração celular (aeróbia e anaeróbia), a fotossíntese e a quimiossíntese encontravam, desta maneira, meio propício para serem explicadas. Neste viés, a respiração aeróbia se dá na mitocôndria. Outrossim, os organismos fotossintetizantes produzem seu próprio composto orgânico no interior dos cloroplastos, exclusividade das células vegetais.

Figura 62 - Alunos observando algumas das organelas do meio intracelular e a importância destas



O microscópio eletrônico abordou o âmbito físico estudado. A aluna Júlia Rodrigues conduziu o encerramento, contando com seguidas imagens obtidas a partir do microscópio eletrônico de varredura e microscópio eletrônico de transmissão.

Depois de percorrerem as slides e produções referentes aos fungos, eram despedidos com a entrega de brigadeiros e outras guloseimas (Figura 63). Todos estes com traços do itinerário.

Figura 63 - Presentes personalizados dados aos visitantes



Ao longo do dia, seis turmas vivenciaram esta experiência. Os 3ºanos foram recebidos após o intervalo do recreio, o qual se fez um momento de descanso bem-vindo. Perguntas tendo brindes como benefício foram realizadas em toda participação. O ambiente era repleto de uma alegria contagiante. No caso de acerto, comemorava-se com palmas e gratificações. Com o término definitivo desta jornada, os elogios não eram poucos e todos refletiam uma satisfação imensa. O dever havia sido cumprido, extraindo a melhor versão de cada um.

3 CONCLUSÃO

O seguinte trabalho permitiu verificar as inovações deste novo ciclo. Com estudantes transbordando em ânimo, houve um crescimento descomunal. Na microscopia, leigos em sua totalidade a poucas semanas, agora desfrutam de um manuseio pleno e técnicas regulares. A experiência mais tocante sentida por mim foi identificar protozoários. Os sucessivos fracassos na observação despertaram certa resiliência. O afinco da turma influenciou-me e aguardei longos minutos para inserir minha última tentativa de lâmina. O sentimento ao visualizar uma forma de vida tão bela e interessante foi extraordinário. Tratou-se de uma felicidade única.

Novamente, o itinerário formativo ofereceu auxílio à grade curricular do 2º ano do Ensino Médio. A abordagem dos fungos se repetia nas aulas semanais obrigatórias de Biologia. A Química, em acréscimo, colocou-nos à frente dos conteúdos da série, iniciando temas pertinentes aos anos finais.

Portanto, o respectivo bimestre foi carregado de inúmeros afazeres, mas também de importantes aprendizados. Nós alunos tivemos de enfrentar dificuldades pessoais. A timidez ou os empecilhos ao trabalho em grupo são alguns exemplos. O olhar para si se fez essencial para a superação dos mesmos. Com o desenrolar da Culminância 2023, pude conhecer melhor meus colegas de classe, bem como suas qualidades e limitações. Percebi que alguns se adequam a trabalhos manuais, ao passo que outros detêm preferência para explicação. Este fato, em específico, foi fundamental ao decidir aspectos e definir tarefas. Ademais, pôs-se sob teste habilidades referentes ao controle emocional.

Apesar do intenso estresse e ansiedade no conjunto estudantil, várias risadas verdadeiras, conversas despreziosas e memórias marcantes surgiram em meio ao processo. A comunicação entre docentes e discentes também foi reforçada. A carência de apoio quanto aos professores certamente afetaria a dinâmica como um todo, o que não ocorreu em hipótese alguma. Nossos orientadores sempre ofereciam sugestões, encorajavam-nos e se colocavam à completa disposição.

Logo, os avanços expressos neste portfólio concretizam o trabalho realizado coletivamente e em planos individuais. Os aperfeiçoamentos cada vez mais minuciosos serão perseguidos no semestre que se iniciará. No entanto, os frutos do Além da Visão: Conhecendo o Micromundo já são testemunhados pelo comprometimento e excelência.

REFERÊNCIAS

AIDAR, L. Biografia de Rosalind Franklin. **eBiografia**, 2023. Disponível em: https://www.ebiografia.com/rosalind_franklin/ Acesso em: 09 jun. 2023.

BIOLOGIA NET. Fungos. **BiologiaNet**, (s.d.). Disponível em: <https://www.biologianet.com/biodiversidade/fungos.htm> Acesso em: 12 jun. 2023.

DMT PALESTRAS. Mário Sérgio Cortella: O maior palestrante do Brasil. **DMT Palestras**, (s.d.). Disponível em: <https://www.dmtpalestras.com.br/palestrante/mario-sergio-cortella/> Acesso em: 06 jun. 2023.

EDWARDS, L. What is Kahoot! and how does it work for teachers? Tips & Tricks. **Tech&Learning**, 2022. Disponível em: <https://www.techlearning.com/how-to/what-is-kahoot-and-how-does-it-work-for-teachers> Acesso em: 10 jun. 2023.

SANTOS, V. S. Fungos. **Mundo Educação**, (s.d.). Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/biologia/os-fungos.htm#:~:text=Os%20fungos%20são%20organismos%20eucariontes,reproduz%20por%20meio%20de%20esporos>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SIGNIFICADOS. O que é uma célula. **Significados**, (s.d.). Disponível em: <https://www.significados.com.br/celula/> Acesso em: 06 jun. 2023.